

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Tese

**Assistência e elites no extremo sul do Brasil: a Santa Casa de Misericórdia de
Rio Grande (1835-1909)**

Josué Eicholz

Pelotas, 2024

Josué Eicholz

**Assistência e elites no extremo sul do Brasil: a Santa Casa de Misericórdia de
Rio Grande (1835-1909)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História, da Universidade Federal de Pelotas,
como requisito parcial à obtenção do título de
Doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Larissa Patron Chaves
Coorientadora: Prof.^a Dra. Maria de Deus Beites Manso

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

E34a Eicholz, Josué

Assistência e elites no extremo sul do Brasil [recurso eletrônico] : a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1835-1909) / Josué Eicholz ; Larissa Patron Chaves, orientadora ; Maria de Deus Beites Manso, coorientadora. – Pelotas, 2024.

233 f. : il.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Santa Casa de misericórdia. 2. Rio Grande. 3. Caridade. 4. Elites locais. 5. Benfeitores. I. Chaves, Larissa Patron, orient. II. Manso, Maria de Deus Beites, coorient. III. Título.

CDD 981.65

Josué Eicholz

Assistência e elites no extremo sul do Brasil: a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1835-1909)

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 25/10/2024.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Larissa Patron Chaves (orientadora)

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Lais Viena de Souza

Doutora em História pela Universidade de Évora

Profa. Dra. Grayce Mayre Bonfim Souza

Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Lucio Rocha de Sousa

Doutor em Estudos Asiáticos pela Universidade do Porto

Agradecimentos

Escrevo os agradecimentos nos momentos que antecedem o término do trabalho, então, o sentimento de gratidão é bastante intenso. Por vezes, foi muito difícil conciliar o doutorado com a vida pessoal e profissional. Ao longo dos últimos quatro anos, concomitantemente às disciplinas, à pesquisa e à escrita, o mundo vivenciou uma pandemia, e as mudanças climáticas tornaram-se cada vez mais presentes em nossas vidas. Na minha vida pessoal, venho apoiando e cuidando da minha mãe, que se encontra com a saúde bastante fragilizada, e meu pai, infelizmente veio a falecer no ano de 2023. No campo profissional, ministrei aulas na rede pública estadual e municipal durante todo o doutorado. Diante de tudo isso, esta tese não existiria sem o apoio de muitas pessoas. Meus sinceros agradecimentos:

Ao Programa de Pós – Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, aos professores que, direta ou indiretamente, acompanharam os anos iniciais de elaboração deste trabalho.

À professora Dra. Larissa Patron Chaves, orientadora, pelo incentivo, orientação, paciência e compreensão no decorrer deste trabalho, minha admiração e minha imensa gratidão.

À professora Dra. Maria de Deus Beites Manso, co-orientadora, sua sabedoria foi muito importante para a execução deste trabalho. Obrigado pela orientação, indicações bibliográficas e incentivo.

Ao professor Dr. Jonas Moreira Vargas, pela amizade, apoio, compartilhamento de conhecimento, sugestões, indicações bibliográficas, enfim, pela ajuda em toda a tese. Gratidão pelo apoio nos momentos de maior dificuldade.

Ao professor Dr. Edgar Ávila Gandra, pelas indicações bibliográficas, conselhos e apoio no decorrer da pesquisa em Rio Grande.

À Santa Casa de Rio Grande, em especial ao Renato Silveira (presidente). Minha consideração pela receptividade e apoio na pesquisa.

À Biblioteca Rio-Grandense, em especial ao Marco. Minha gratidão por toda ajuda nas pesquisas em jornais, relatórios, mapas e demais documentos.

Ao Edson, pela transcrição de vários documentos que foram essenciais para a escrita da tese.

Aos colaboradores do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, do Arquivo Público do Rio Grande do Sul e do Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Neves – FURG.

À Celi e Ervaldo (*em memória*), meus pais, por não terem medido esforços na minha educação. Meu imenso agradecimento pelo amor incondicional, dedicação e incentivo. Esta conquista é de vocês também.

Ao Jonas, meu irmão, por ter sido um exemplo pra mim, de dedicação e persistência nos estudos.

À Heloísa, minha esposa, pelo amor e companheirismo. Minha imensa gratidão por ter me apoiado em todos os momentos, desde o processo de seleção até o final da tese. Você foi o meu porto seguro nos momentos mais difíceis. Obrigado por sempre ter acreditado em mim.

À Lívia, minha filha, que nasceu em janeiro de 2023. O seu amor, seu sorriso e sua alegria me deram forças para concluir este trabalho.

Resumo

EICHOLZ, Josué. **Assistência e elites no extremo sul do Brasil: a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1835-1909)**. Orientadora: Larissa Patron Chaves. 2024. 236 f. Tese. (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

Este trabalho investiga a trajetória da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande – RS, entre os anos de 1835 e 1909, sua importância como instituição de assistência, não somente no campo hospitalar, mas também como estabelecimento que alimentou os presos pobres, prestou assistência às crianças abandonadas e gerenciou cemitérios. A pesquisa abordou as conexões existentes entre a Misericórdia de Rio Grande e as elites locais, demonstrando que os provedores e benfeitores faziam parte desse seleto grupo da sociedade local e que ocupar esses espaços de poder favorecia a visibilidade social, constituindo-se num importante mecanismo para as elites locais na sociedade oitocentista. Tal situação era um fenômeno comum no estabelecimento de uma Misericórdia e singular pelas formas e critérios de relacionar-se com o social. A tese também objetivou analisar a demarcação de poder pela representação da imagem de onze benfeitores que tiveram seu perfil traçado. Estes benfeitores estão, sob a forma de um quadro, eternizados no salão de honra, espaço de visibilidade para a instituição e de fundamental importância na sua gestão. Ainda, o trabalho buscou verificar a atuação dos provedores e benfeitores da Misericórdia no campo político e nas demais instituições de assistência da cidade de Rio Grande.

Palavras chave: Santa Casa de Misericórdia. Rio Grande. Caridade. Elites locais. Benfeitores.

Abstract

EICHOLZ, Josué. **Assistance and Elites in the Extreme South of Brazil: The Santa Casa de Misericórdia of Rio Grande (1835-1909)**. Advisor: Larissa Patron Chaves. 2024. 236 f. Thesis. (PhD in History) Graduate Program in History. Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

This work investigates the trajectory of the Santa Casa de Misericórdia of Rio Grande – RS, between 1835 and 1909, emphasizing its importance as an assistance institution, not only in the hospital field but also as a facility that fed poor prisoners, assisted abandoned children, and managed cemeteries. The research explored the connections between the Misericórdia of Rio Grande and the local elites, demonstrating that the providers and benefactors were part of this select group in the local society, and that occupying these positions of power enhanced social visibility, serving as an important mechanism for the local elites in the nineteenth-century society. This situation was a common phenomenon in the establishment of a Misericórdia and unique in its forms and criteria for social relations. The thesis also aimed to analyze the demarcation of power through the representation of the images of eleven benefactors whose profiles were outlined. These benefactors are immortalized in the form of a painting in the hall of honor, a space of visibility for the institution and of fundamental importance for its management. Additionally, the work sought to verify the role of the providers and benefactors of the Misericórdia in the political arena and in other assistance institutions in the city of Rio Grande.

Keywords: Santa Casa de Misericórdia. Rio Grande. Charity. Local elites. Benefactors.

Lista de Figuras

Figura 1 Tabela das dietas do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande	42
Figura 2 Divisão Administrativa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1809	56
Figura 3 Local da primeira sede da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande	64
Figura 4 Planta da Vila de Rio Grande de São Pedro do Sul, em 1829	72
Figura 5 Edifício da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande	77
Figura 6 Edifício da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande sem as cúpulas	78
Figura 7 Fachada frontal da Santa Casa de Rio Grande	79
Figura 8 Detalhe da fachada da Santa Casa de Rio Grande	79
Figura 9 Anúncio da Santa Casa, dando publicidade para a colocação da pedra fundamental do cemitério extramuros de 3 de maio de 1858	103
Figura 10 Modelo do bilhete de identificação da pessoa falecida	105
Figura 11 Cemitério Geral ou Extramuros, também chamado de Cemitério Católico ou da Santa Casa	108
Figura 12 – Documento que ficava em posse da criadeira externa (modelo)	117
Figura 13 - Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, destaque para o quadro de D. Pedro II	124
Figura 14 – Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, destaque para o quadro de Rodrigo Fernandes Duarte, fundador da Misericórdia.	125
Figura 15 José Maria da Cunha Silveira – Óleo sobre tela	129
Figura 16 Rodrigo Fernandes Duarte – Óleo sobre tela	132
Figura 17 Detalhe que é parte integrante do quadro de Rodrigo Fernandes Duarte	133
Figura 18 Porfírio Ferreira Nunes – Óleo sobre tela	136
Figura 19 Antônio Martins de Freitas – Óleo sobre tela	139
Figura 20 Leonor Maria Correa – Óleo sobre tela	144
Figura 21 João de Miranda Ribeiro – Óleo sobre tela	148
Figura 22 Florêncio José Cosme dos Reis – Óleo sobre tela	153
Figura 23 Antônio José Afonso Guimarães – Óleo sobre tela	155

Figura 24 Antônio Chaves Campello – Óleo sobre tela	157
Figura 25 Joaquim José Inácio de Barros – Óleo sobre tela	160
Figura 26 José de Araújo Ribeiro – Óleo sobre tela	163
Figura 27 Mosaico com os dez benfeitores analisados	167
Figura 28 D. Pedro II – Óleo sobre tela	169
Figura 29 Vicente José de Sousa Guimarães – Óleo sobre tela	174
Figura 30 Manuel José Rodrigues Semide – Óleo sobre tela	176

Lista de Tabelas

Tabela 1 Demonstrativo da Receita e Despesa da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande de 1º de julho de 1846 a 30 de junho de 1847	67
Tabela 2 Relação dos provedores da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1835 a 1910)	69
Tabela 3 Receitas e Despesas(réis)74 da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande	83
Tabela 4 Movimento do Hospital da Santa Casa de Misericórdia	87
Tabela 5 Pacientes atendidos pela Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande de 1º de julho de 1846 a 30 de junho de 1847	89
Tabela 6 Estatística mortuaria da Cidade do Rio Grande do 2º semestre de 1862	91
Tabela 7 – Movimento do Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Rio Grande no ano compromissal de 1861 á 1862	92
Tabela 8 Perfil sócio-ocupacional dos benfeitores da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande	170
Tabela 9 Relação dos benfeitores da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1835 a 1898)	171
Tabela 10 Testamentos consultados	179
Tabela 11 Participação dos provedores e benfeitores da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande em cargos eletivos	195

Lista de abreviaturas e siglas

AHSCRG	Acervo Histórico da Santa Casa de Rio Grande
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
APHRG	Arquivo Público e Histórico de Rio Grande
APERS	Arquivo Público do Rio Grande do Sul
BRG	Biblioteca Rio-Grandense
CDH	Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Neves – FURG
MCRG	Museu da Cidade do Rio Grande

Sumário

Introdução.....	6
Capítulo 1 As Misericórdias no Mundo: práticas sociais, devocionais e assistenciais, de Portugal para o além-mar	23
1.1 A fundação da Misericórdia como projeto político na Portugal moderna.....	23
1.2 As Misericórdias em cidades portuárias: “Casas de Deus aos Homens porta aberta ao mar”.....	43
Capítulo 2 Assistência e Elites Comerciais: O caso da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande	53
2.1 A cidade portuária de Rio Grande.....	54
2.2 A fundação de uma Misericórdia no extremo sul do Brasil	63
A fundação de uma Misericórdia no extremo sul do Brasil:.....	80
Administração da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.....	80
A fundação de uma Misericórdia no extremo sul do Brasil:.....	85
Funcionários da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande	85
A fundação de uma Misericórdia no extremo sul do Brasil:.....	86
Público atendido pela Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande	86
A fundação de uma Misericórdia no extremo sul do Brasil:.....	93
Atendimento médico, farmacêutico e odontológico	93
A fundação de uma Misericórdia no extremo sul do Brasil:.....	96
Alimentação aos presos pobres.....	96
A fundação de uma Misericórdia no extremo sul do Brasil:.....	97
Cemitério.....	97
A fundação de uma Misericórdia no extremo sul do Brasil:.....	110
Roda dos Expostos	110
Capítulo 3 Poder Político, Caridade e Aparatos da Representação na Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande	123
3.1 As Artes do Retrato: as imagens da benemerência no salão de honra.....	123
3.2 A Imagem Pública: a participação política e econômica dos irmãos de caridade em Rio Grande	178
Considerações finais.....	198
Fontes Primárias.....	202
Fontes primárias e secundárias consultadas em endereços eletrônicos	204
Referências Bibliográficas.....	206
Anexos	213

Introdução

Na prática destes deveres humanitários, escutai somente vossa consciência, e levantai os olhos para o céu, e no meio de um raio brilhante lereis em caracteres inimitáveis a palavra – Caridade -: uma voz celeste bendirá vossos atos, e sem contar com a gratidão, nem os encômios dos homens, sentireis um prazer inefável, e uma coragem invencível para prosseguirdes na vossa tarefa.

Conselhos do provedor Porfírio Ferreira Nunes

Rio Grande, 14 de julho de 1861.

As Santas Casas de Misericórdia, a partir de 1498, ocupam espaço em todo o Império português, desde a primeira, fundada em Lisboa, até as mais longínquas na Ásia, na África e no Brasil. No Brasil colonial e também no Imperial, esses espaços de assistência social foram de grande importância no atendimento aos necessitados de todos os tipos, bem como consolidaram costumes e práticas portuguesas. Pode-se dizer que essas casas foram um dos tentáculos do Estado Português, e inclusive no caso que iremos apresentar neste trabalho, no período do Brasil Império, algumas características das Misericórdias Portuguesas ainda se faziam presentes.

Esta pesquisa propõe-se a investigar a importância da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande – RS, entre os anos de 1835 a 1909, como modelo representacional da obra quinhentista e como projeto expansionista português instituído durante o reinado de D. Manuel, no que se refere a aspectos significativos no contínuo processo de recriação e de adaptação do compromisso de Lisboa. Pretende-se analisar o papel desempenhado pelos cargos diretivos da Misericórdia e suas relações com a economia e com a política local. Dessa forma, a pesquisa questiona quais são os elementos de conexão da Misericórdia de Rio Grande com as demais Misericórdias localizadas em cidades portuárias, sobretudo pela vinculação ao modelo português que se expande desde o século XVI no mundo colonial

A tese propõe-se também a relatar os serviços ofertados pela Santa Casa de Rio Grande – público-alvo – a composição da irmandade e quais eram as atribuições dos cargos diretivos. Ainda, pretende-se investigar o grau de importância da caridade na cidade de Rio Grande, na segunda metade do século XIX, bem como analisar a repetição/formas de agenciamento e demarcação de poder pela representação da imagem dos benfeitores nos diferentes círculos sociais e entre sociedades.

O recorte temporal da pesquisa tem início no ano de 1835, quando é criada a Irmandade do Espírito Santo e Caridade, denominação anterior à Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande — importante instituição assistencial e hospitalar da cidade, em funcionamento até os dias atuais — e perpassa pelas décadas seguintes, coincidindo com o momento de grande pujança econômica e política vivida por Rio Grande. Em meados da segunda metade do século XIX, a cidade tinha nas atividades comerciais de importação e exportação e na incipiente industrialização suas principais atividades econômicas. No ano de 1909, quando a instituição passa por uma reformulação administrativa, deixa de ser denominada de Misericórdia.

A pesquisa proposta nesta tese é resultado de motivações e inquietações que acompanham o pesquisador desde a sua graduação. Sempre houve muito interesse pelas pesquisas focadas no campo da assistência, da caridade e da saúde. Esta vontade despertou quando o autor ainda trabalhava em uma Unidade Básica de Saúde, onde desempenhava funções administrativas de agendamento de exames e de consultas e atendimento ao público. Na graduação, pesquisou-se a Creche São Francisco de Paula, atual Casa da Criança São Francisco de Paula, instituição de assistência localizada em Pelotas e uma das pioneiras no segmento de atendimento a crianças de zero a seis anos. Inicialmente, o objetivo não era pesquisar um local de assistência a crianças, mas, sim, a mendigos. Devido à realização de um trabalho voluntário no Asilo de Mendigos de Pelotas, o pesquisador ficou fascinado ao conhecer a história do local e sua arquitetura, porém, não foi possível desenvolver um estudo na graduação, em virtude da dificuldade de acesso às fontes disponíveis na Instituição.

Posteriormente, no Mestrado, pesquisou-se a temática da assistência e da caridade. Analisou-se duas instituições assistenciais de Pelotas, no período de 1880 a 1920, o Asilo de Mendigos de Pelotas, pois foi obtido acesso às fontes primárias, e o Asilo de Órfãos São Benedito. A pesquisa tinha como principais propósitos discutir as diversas formas de caridade direcionadas para ambas as instituições e as ações realizadas por elas após o recebimento de doações. Buscou-se ainda traçar um perfil econômico e político da cidade de Pelotas, identificando sujeitos que se destacaram nesses dois campos e que também foram importantes para a caridade local no final do século XIX e no começo do século XX.

Ao término do mestrado, planejava-se pesquisar uma instituição de Misericórdia, em virtude da importância histórica, da relevância social e das leituras sobre as Misericórdias. Ao direcionar-se a pesquisa para a cidade de Rio Grande, faz-se necessário observar as particularidades de uma cidade que durante muito tempo fora a última defesa do império brasileiro, e que tinha nas movimentações do porto o carro chefe da economia local.

As Misericórdias fundadas no Império português procuravam seguir o modelo da casa-mãe de Lisboa, fundadas por patrocínio real, em 1498 (BOXER, 2011). No caso do Brasil, inclusive após a sua independência em 7 de setembro de 1822, as Misericórdias construídas no período imperial tinham como modelo a ser seguido os mesmos compromissos de Lisboa, ou os compromissos das Misericórdias brasileiras mais antigas, entre elas a do Rio de Janeiro. Esse parece ter sido o caso da Misericórdia de Rio Grande, que buscava se espelhar na sua congênere carioca. Os compromissos de Lisboa, em muitas Misericórdias, foram adaptados em virtude das especificidades locais, porém, a essência do documento se manteve.

As Misericórdias localizadas no sul do Brasil, fundadas no século XIX, não se encaixam no período denominado de Idade de Ouro. Boxer (2011) define e cita os exemplos da Misericórdia da Bahia, que viveu o seu ápice na segunda metade do século XVII, e a de Minas Gerais, que vivenciou dias de glória no período em que houve a exploração de ouro e de diamantes, durante o reinado de D. João V. Embora, na Europa e no Brasil, o caso das primeiras Misericórdias fundadas no século XIX já não representava mais o auge dessas instituições, ainda assim havia muito prestígio em ser irmão de uma Misericórdia e muitas demandas a serem supridas pelas Misericórdias em cidades médias Brasil a fora, casos de Pelotas e Rio Grande que tiveram no século XIX o seu auge econômico e político, coincidindo com a fundação das Misericórdias em ambas cidades.

O presente trabalho traz como um dos problemas de pesquisa as práticas caritativas dos benfeitores de Rio Grande, com destaque para os tipos de doações, as possíveis motivações, os tipos de retribuições e condições para que a doação fosse de fato efetivada. Na sociedade rio-grandina do século XIX, a prática da caridade, da ajuda ao pobre e ao doente era estimulada e reconhecida do ponto de vista religioso e social, e a Santa Casa local era a principal intermediadora entre o dar e o receber. Segundo Boxer (2011), a retidão financeira e o prestígio atingido de forma merecida

pelas Misericórdias reverberavam em todos os cantos do mundo, impulsionando testadores a deixarem dinheiro à Misericórdia.

É importante mencionar o papel das ordens religiosas na prática da caridade e da administração de hospitais, em especial a Companhia de Jesus, fundada no século XVI. A referida ordem possuía o escopo de conter o avanço do Protestantismo, assim como de cristianizar as pessoas que viviam nos “novos mundos” que portugueses e espanhóis conquistavam e colonizavam. Algumas das ações propostas pela Misericórdia também foram realizadas pelos jesuítas, como a visita aos presos, o auxílio aos pobres e o cuidado aos doentes e desvalidos nos hospitais e enfermarias (SOUZA, 2018). Essas práticas caritativas também podem ser consideradas, como pontuou Lais Souza (2018) ao referir-se sobre as ações dos missionários jesuítas no Brasil e na Índia durante o século XVI e XVII, de “estratégias institucionalizadas da Companhia de Jesus para a conversão e a conservação da cristandade, na Índia e no Brasil” (SOUZA, 2018, p. 231).

Em Portugal, os hospitais, que remontam a sua existência à Idade Média, modificaram-se a partir do século XV, priorizando o atendimento aos doentes e convalescentes. Em todo o Império português, a administração de hospitais não foi exclusividade somente das Misericórdias, embora sejam as Misericórdias as mais bem-sucedidas, pode-se assim dizer. Houve casos em que diferentes ordens religiosas gerenciaram hospitais entre os séculos XVI e XVIII, entre os exemplos, pode-se citar os cônegos de S. João Evangelista, responsáveis pelo hospital de Todos-os-Santos em Coimbra, e a Ordem dos Hospitalários de S. João de Deus que se destacou na fundação e na administração de hospitais no Reino e no Estado da Índia (SOUZA, 2018).

A caridade esteve presente nas ordens religiosas, mas, foram as Misericórdias as representantes mais bem-sucedidas da caridade. De acordo com Araújo (2006), as Misericórdias portuguesas eram verdadeiras incentivadoras e distribuidoras da caridade. Um exemplo disso, foi a Misericórdia de Vila Viçosa, no século XVIII, que durante a Semana Santa entregava inúmeras esmolas aos pobres, seja na própria instituição, seja indo até a casa dos necessitados, sendo que as esmolas eram distribuídas pelos confrades. Outra forma de caridade comumente praticada em Portugal estava conectada com a salvação da alma, na Misericórdia de Ponte de Lima, frequentemente os benfeitores com posses deixavam em seus testamentos dotes de casamento, doações para os pobres e os doentes, bens para a Misericórdia e

obrigações em favor da sua alma que também tinham como “objetivo aplanar o caminho da salvação” (ARAÚJO, 2016, p. 186).

Na Misericórdia da Bahia, ao final do século XVII e início do XVIII, a prática da caridade igualmente era muito valorizada e essencial para o funcionamento da instituição e suas diversas atividades. Os recursos necessários para a manutenção dos serviços da Santa Casa baiana vinham de legados e doações de proprietários rurais e criadores de gado. Entre eles estava Felipe Correia, proprietário de uma plantação de cana em Pituba, que semelhante ao que ocorria nas Misericórdias portuguesas do período, deixou o valor de 9.250\$000 para assistência hospitalar e concessão de dotes e, ao mesmo tempo, salvar sua alma através das missas.

Entre os criadores de gado, classe que ascendeu socialmente na Bahia no século XVII, e que por meio do trabalho e da riqueza forjou o seu ingresso entre os irmãos da mesa, destaca-se o caso do benfeitor Domingues Fernandes de Freitas, que deixou para a Santa Casa baiana uma quantia pra lá de extraordinária para o período, 18.733\$058, que deveria ser aplicada na celebração de missas e na concessão de dotes (RUSSELL-WOOD, 1981).

Sobre a caridade efetuada para fins de matrimônio, esta parece ter sido também a principal forma de caridade praticada pelos testadores de Macau. Ainda no século XVI a Misericórdia de Macau recebeu vários legados que deveriam ser aplicados em dotes de casamento, uma vez que por lá circulavam ou residiam muitos mercadores e também aventureiros portugueses, proibidos de levarem consigo mulheres portuguesas, sendo que a maioria da população feminina de Macau era composta por mulheres pobres ou escravas que viam nos dotes e no matrimônio, muitas vezes, a única chance de melhorarem de vida.

Seabra (2006) cita que um dos primeiros testamentos, datado de 1590, destinava verbas importantes para o casamento das órfãs de Macau. A autora também traz outros exemplos, como o testamento de João Pires Seco, um mercador de Macau, com data de 30 de dezembro de 1592, que deixou a terça parte de sua herança para dotes de órfãs portuguesas, precisamente as mais pobres; já outro testamento distingue dos demais aqui citados, pois era destinado nominalmente para quais mulheres deveriam receber os dotes. Na data de 01 de dezembro de 1592, o comerciante português João de Lagea deixou para a Misericórdia macaense 200 pardaus para os dotes de casamento de quatro órfãs portuguesas (SEABRA, 2006). A concessão de dotes de casamento em apoio às órfãs e viúvas foi muito importante

na formação e controle dos mercados nupciais de Macau. A caridade matrimonial atraía donativos e legados de cristãos que buscavam em troca proteção e intercessão da irmandade. (SOUSA, 2005).

Além das variadas formas de caridade praticadas por intermédio das Misericórdias, havia a caridade efetuada pelo benfeitor de forma independente, também muito valorizada, pois, segundo Araújo (2016),

Estas esmolas dadas em nome particular assumiam um significado especial. O provedor criava laços de dependência pessoal ao oferecer esmolas suportadas pela sua bolsa. A sua ação transportava ainda um sentido pedagógico para toda a irmandade. Todos deviam participar na ajuda aos pobres e no apoio à confraria. Para além deste significado, as esmolas pessoais dos provedores eram dotadas de um grande simbolismo. Com estas atitudes viam o seu poder reforçado em termos institucionais e locais, ao mesmo tempo que aumentavam a sua autoridade e prestígio dentro da confraria. (ARAÚJO, 2016, p. 196)

Desde os primórdios da colonização portuguesa no Brasil, a coroa portuguesa e a Igreja Católica mantinham relações muito próximas, principalmente através do sistema de padroado, no qual o rei português arrecadava o dízimo da população local. Contudo, esse sistema se mostrava falho ao não suprir as necessidades das paróquias brasileiras, que, em muitos casos, obrigava os sacerdotes a cobrarem mais uma quantia dos fiéis, assim acabavam por contribuir duplamente. Posteriormente, com o surgimento das instituições de assistência, não foi diferente. Coube aos moradores locais a incumbência principal de manter essas instituições em funcionamento.

Na segunda metade do século XIX, os benfeitores de Rio Grande eram, em sua maioria, comerciantes de importação e exportação que almejavam transformar a cidade em um polo de cultura, educação e progresso. Esse desenvolvimento refletiria necessariamente em uma cidade com hospitais de qualidade elevada, e, para isso eram necessárias inúmeras ações caridosas, que podem ser interpretadas como uma “via de mão dupla”, pois as boas ações eram retribuídas com visibilidade, homenagens etc., ou seja, ao praticar a caridade o indivíduo adquiria um capital simbólico importante que posteriormente poderia ser utilizado para ascender socialmente, economicamente e politicamente.

A elite rio-grandina, no decorrer do século XIX, dedicava-se a praticar a caridade de forma preferencial aos hospitais (Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa). As instituições retribuíam o benfeitor de diversas maneiras,

dentre as quais se destacam: referências em jornais, livros de atas, relatórios e retratos no salão de honra. Faz-se importante frisar que a assistência dos ricos aos pobres e aos necessitados se fazia necessária, uma vez que as subvenções oficiais não eram suficientes para manter o bom funcionamento das instituições de assistência.

A composição da elite rio-grandina, ao final do século XIX, pouco mudou, ainda era composta por grandes comerciantes, mas já contava com a participação de capitalistas e industriários. Até a Proclamação da República, podíamos dizer que a elite rio-grandina era majoritariamente monarquista e escravista, e um dos baluartes do partido conservador na província ostentava com orgulho que era a única cidade a não ter caído nas mãos dos rebeldes farroupilhas. Os comerciantes estavam ligados aos negócios com o charque e com os couros, e suas conexões mercantis estendiam-se a vários outros portos do Atlântico. Esses grupos definidos como elites locais buscavam reproduzir costumes europeus e deixar a cidade portuária com ares mais modernos, investiam fortemente em cultura e em educação, prova disso é a instalação do Teatro Sete de setembro (1832) e da primeira Biblioteca do Rio Grande do Sul, a Biblioteca Rio-Grandense (1846), além dessas duas instituições foi em Rio Grande que surgiu a primeira loja maçônica do Estado, a União Constante, no ano de 1840 (MARTINS, 2006).

Tendo em vista que as elites não se definem apenas pela riqueza, mas também pela busca por poder e prestígio precisa ser levada em conta quando se estuda tais setores da sociedade. Além do mais, as elites não formavam uma grande família homogênea, faz-se necessário identificar o que as dividia ou as aproximava, por que participavam de associações e de partidos políticos distintos, e que tipo de comportamento e de atitudes eram os mais perseguidos por aqueles que buscavam o topo da hierarquia social local.

A cidade de Rio Grande, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, passou a contar com dois hospitais (Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa), esse espírito associativo da elite local foi alimentado pelo dinheiro gerado através da economia dos negócios de importação e exportação, de uma incipiente industrialização e dos capitalistas que possuíam negócios no comércio atlântico. Ao longo dos últimos anos, alguns pesquisadores produziram trabalhos importantes, abarcaram as temáticas das elites, das associações, da assistência e da caridade no Brasil e em Portugal, porém, sobre as elites e sua participação na

fundação de hospitais e em práticas caritativas na cidade de Rio Grande ainda não há produção historiográfica.

Sobre instituições médicas no Rio Grande do Sul há três importantes trabalhos: a dissertação e tese da pesquisadora Cláudia Tomaschewski e a tese da professora Larissa Patron Chaves. No trabalho de mestrado intitulado: “Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)”, Tomaschewski (2007) pesquisa a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas no período de 1847 a 1922 e suas diversas atividades assistenciais. Já no doutorado, Cláudia Tomaschewski (2014) realiza uma análise comparada entre as Misericórdias de Pelotas e de Porto Alegre, traz as formas de organização, composição social e burocratização dos serviços das Misericórdias, centra a discussão na relação dos hospitais com o Estado, o mercado e a dívida (EICHOLZ,2017).

Por seu turno, a tese de doutorado de Larissa Patron Chaves (2008) intitulada “Honremos a Pátria Senhores! As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910)”, analisa a trajetória das Sociedades Portuguesas de Beneficência nas cidades de Porto Alegre, Pelotas, Bagé e Rio Grande, entre os anos de 1854 e 1910, aborda as relações entre a assistência realizada pelas instituições e a formação de elites locais, mostra a dualidade da caridade e a representação nas Beneficências como suportes para grupos que almejavam autoafirmação (EICHOLZ,2017).

Em outras regiões do Brasil há mais trabalhos acadêmicos que versam sobre as Misericórdias, uma vez que elas foram um dos pilares da colonização portuguesa na América e mantiveram a sua importância ao longo do século XIX (BOXER, 2011). Sobre a Santa Casa de Campinas, temos a dissertação de Leila Alves Rocha (2005), que aborda a contribuição da Misericórdia local no crescimento urbano e econômico da cidade de Campinas, no período de 1871 até 1889. Sobre a Misericórdia de Fortaleza, há a tese de Luciana de Moura Ferreira (2017), que analisa o método educacional da Santa Casa de Misericórdia no Brasil, com foco na Misericórdia de Fortaleza, bem como discute o processo de constituição de uma mentalidade de assistência médico hospitalar, em Fortaleza, no recorte temporal de 1861 até 1889.

Também há trabalhos que procuraram discutir aspectos da formação e da atuação das Misericórdias na América portuguesa e comparam práticas existentes no Reino e além-mar. Cita-se a tese de Luciana Mendes Gandelman (2005), intitulada:

“Mulheres para um Império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa de Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)”. A autora analisa o auxílio realizado às órfãs, juntamente às implicações religiosas e morais, os valores e as relações de poder que permeavam as Misericórdias sob a perspectiva da história comparada. Outro trabalho que se destaca é a tese de Renato Franco (2011), cujo título é: “Pobreza e Caridade Leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa”, no qual o autor discute a constituição e os mecanismos institucionais para atender os necessitados na América portuguesa, mais precisamente no Rio de Janeiro e Vila Rica, entre 1700 e 1822.

Em Portugal, foram produzidos vários trabalhos acerca da temática das Misericórdias, sendo necessário citar produções que contemplam uma geração de historiadores renomados nesse campo de pesquisa. Inicia-se com Isabel dos Guimarães Sá (2018), no livro: “O regresso dos mortos: os doadores da Misericórdia do Porto e a expressão oceânica (séculos XVI-XVII)”, disserta sobre os benfeitores da Misericórdia do Porto, ainda que distantes, vivendo na América Portuguesa ou no Oriente beneficiaram a Misericórdia com legados testamentários, ou a incumbiram de executar obras de caridade e celebração de missas para a salvação das almas.

Outra produção historiográfica importante é o trabalho intitulado: “História Breve das Misericórdias Portuguesas”, no qual as autoras Maria Antónia Lopes e Isabel dos Guimarães Sá (2008) analisam a longa história das Misericórdias nos mais diversos momentos da história portuguesa. Também pode-se citar o livro de Maria Marta Lobo de Araújo (2000), cujo título é: “Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)”. Na referida obra, a autora explora como a caridade era praticada nas duas Misericórdias, além de investigar como estas instituições se mantinham financeiramente, quem eram os seus benfeitores e quais eram as circunstâncias e os grupos de beneficiários contemplados pelas práticas caritativas das respectivas instituições analisadas. Pode-se citar ainda o trabalho de Helena da Silva (2014), intitulado: “O Porto e a construção da cidade moderna: o caso do Hospital Geral de Santo António (séculos XVIII e XIX)”. Na obra, a autora escreve sobre os critérios e as exigências que culminaram com a construção do referido hospital, na cidade do Porto, a partir de múltiplas fontes documentais disponíveis no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Além da América portuguesa é importante destacar trabalhos que contemplam as Misericórdias fundadas na Ásia. Sobre a Misericórdia de Macau, temos a tese de Isabel Leonor de Seabra, intitulada: *A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX): Irmandade, poder e caridade na idade do comércio*, na qual a autora discute diversos aspectos da Misericórdia de Macau, desde compromissos, práticas caritativas, relações de poder, culminando com a decadência da Misericórdia. Outro trabalho sobre a Ásia, mais especificamente sobre a Misericórdia de Nagasaki, no Japão, intitula-se: *A Misericórdia de Nagasaki*, de autoria dos pesquisadores: Lúcio Rocha de Sousa e Rui Coimbra Gonçalves. No referido texto, os autores analisam a curta trajetória da Misericórdia de Nagasaki, surgida da presença portuguesa no local, motivada pelo comércio mercantil dos portugueses entre Macau e Nagasaki. A Misericórdia de Macau foi importante na conversão e na manutenção do cristianismo, embora, a presença de tal religião tenha durado pouco tempo, a Misericórdia conseguiu resistir por um período maior, ainda que de forma clandestina.

Outro estudo importante é a tese de Laís Viena de Souza, cujo título é: *Missionários do corpo e da alma: Assistência, saberes e práticas de cura nas missões, colégios e hospitais da Companhia de Jesus (Goa e Bahia, 1542-1622)*. Ainda que o trabalho não tenha como objeto principal a Misericórdia de Goa e da Bahia, ele é uma importante referência para pesquisadores que trabalham com a história da assistência. A autora contribui com discussões acerca da assistência, dos saberes e das práticas de cura, incluindo os cuidados com os doentes como parte estratégica da ação dos missionários da Companhia de Jesus, em Goa e na Bahia, entre os séculos XVI e XVII. Também se faz necessário mencionar o valioso estudo sobre a Companhia de Jesus e o processo de catequização, denominado: *História da Companhia de Jesus em Portugal*, da autora Maria de Deus Manso.

Assim sendo, inexistem trabalhos historiográficos dedicados ao estudo da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande e dos benfeitores da instituição. Desse modo, a pesquisa busca contribuir com algumas lacunas historiográficas, e propõe entender melhor as inter-relações entre a elite caritativa e a de outros setores sociais e se orienta a partir de algumas perguntas, como: a caridade era um mecanismo priorizado, que somente poucas famílias da elite podiam acessar ou, nessa época, possuía um caráter mais abrangente? A elite benfeitora de um estabelecimento social tinha relação com outra elite de outro estabelecimento?

Tendo em vista tais questões, a pesquisa justifica-se pela possibilidade de contribuir com os estudos no campo da História da assistência e da caridade no interior das Misericórdias na época contemporânea. Ao pensar na elaboração desse trabalho, algumas hipóteses foram lançadas, entre elas, que a percepção das práticas caritativas e associativas só pode ser compreendida a partir da análise e do mapeamento dos provedores e benfeitores da Misericórdia de Rio Grande. Além disso, faz-se necessário o estudo das redes de relações que conectavam esses sujeitos a outros que exerceram os mais diversos papéis na sociedade da época oitocentista.

A segunda hipótese é a de que uma análise comparada, ainda que de forma sucinta, da Misericórdia de Rio Grande com outras Misericórdias localizadas em cidades portuárias, pode fornecer percepções que não seriam possíveis se olhássemos ambas isoladamente, pensando como esses espaços podem se caracterizar pelo ambiente cultural e social em que os benfeitores viviam, seu olhar voltado para o mar e a forte herança portuguesa existente em Rio Grande.

A metodologia de pesquisa para este trabalho se constituirá basicamente da investigação das trajetórias de sujeitos que demarcaram a vida institucional da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande e qual foi a representação política e econômica desses indivíduos na cidade de Rio Grande. O mapeamento dos provedores e benfeitores da instituição, será feito após consulta e análise das fontes primárias.

De tal modo, procura-se, no decorrer do trabalho, fazer uma análise comparada, da Misericórdia de Rio Grande com outras Misericórdias, localizadas em cidades portuárias. Para isso ocorrer, analisa-se diversas fontes primárias sobre a Misericórdia de Rio Grande, tais como o Regimento da Repartição dos Expostos (1850), o Regimento do Cemitério Geral (1860), o Regimento Interno do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1860); os Relatórios da Provedoria dos anos de 1861, 1869, 1882, 1883, 1886, 1887, 1888, 1889, 1900, 1902, 1906, 1907, 1908, 1909 e 1910; os Relatórios dos presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, referente aos anos de 1846, 1852, 1853, 1854, 1855, 1858, 1859, 1862, 1870, 1872, 1877 e 1887; as atas dos anos de 1835, 1841, 1850, 1855 e 1860 e o Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1909), pois busca-se dialogar com bibliografias existentes sobre as Misericórdias do Porto, da Bahia, do Rio de Janeiro, entre outras.

Sobre História Comparada, José D' Assunção Barros escreve de forma bastante esclarecedora, quanto ao seu uso como metodologia para a pesquisa histórica perante o signo de “História Comparada” ou apenas como ferramenta comparativa de semelhanças, diferenças e analogias, afirma que a História Comparada não é somente uma coletânea de histórias nacionais, mas também é possível investigar dois momentos histórico-sociais. Conforme, Barros (2007),

A História Comparada consiste, grosso modo, na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades, e assim por diante. (BARROS, 2007, p. 17).

Ao falar dos aspectos essenciais que compõem a História Comparada como campo histórico específico, Barros sintetiza da seguinte forma: “Um Duplo ou Múltiplo Campo de Observação – ou um âmbito multifocal de análise, por assim dizer.” (BARROS, 2007, p. 19). Com efeito, o autor faz um alerta ao mencionar que as “metodologias comparativas” com o baluarte amparado na percepção das diferenças e das semelhanças, na produção de analogias, na identificação de traços de singularidade, na construção de paradigmas de aproximação etc., embora sejam características da “História Comparada”, não são suficientes para as definir. Com base no artigo de Assunção Barros (2007), utiliza-se a “metodologia comparativa” e não a “História Comparada”, pois realiza-se um cruzamento de fontes primárias da Misericórdia de Rio Grande com a produção historiográfica de Misericórdias localizadas em cidades portuárias.

Quanto à utilização de jornais na pesquisa, faz-se necessário as seguintes considerações, a escolha desse instrumento metodológico ocorreu devido à possibilidade de realizar a comprovação da publicidade conferida a alguns doadores e doações, bem como visualizar e interpretar as formas de abordagem e de metodologia utilizadas pelos jornais rio-grandinos na cobertura da caridade, na inauguração do novo prédio do Hospital e nas cerimônias de inauguração de retratos de benfeitores.

Dentre o acervo da biblioteca Rio-Grandense, foram escolhidos os jornais *O Rio-Grandense* e o *Diário do Rio Grande*, pois foram importantes e tiveram grande circulação no período estudado. O jornal *O Rio-Grandense* foi fundado em 1845 pela empresa Pomatelli & Cia, e era “o principal meio de divulgação dos interesses do

comércio rio-grandino na Província do Rio Grande e fora dela” (MUNHOZ, 2003, p.119). O periódico era composto de três grandes grupos de assuntos: locais, nacionais e estrangeiros e circulava três vezes por semana. Os assuntos locais, com prioridade para as notícias do comércio, estavam, segundo Munhoz (2003), divididos da seguinte forma:

As notícias comerciais em nível local estavam inseridas na sessão *O Rio Grandense*, no qual normalmente ocorria a defesa dos interesses do comércio de Rio Grande, situação também encontrada na sessão *A pedido*. Nessa última, era comum também, a publicação de informações sobre as eleições locais, contando com listas de cidadãos qualificados e chapas de eleitores. As atividades comerciais, como entrada e saída de embarcações estavam contidas na sessão *Movimento do porto*. (MUNHOZ, 2003, p.120).

Já o jornal *Diário do Rio Grande*, segundo Nunes (2022), apresentava-se como um jornal de notícias, informações comerciais e políticas, de caráter crítico e opinativo. O periódico era composto por quatro páginas e com tipografia própria, tendo circulado de 1848 a 1910, praticamente o mesmo recorte temporal do meu objeto de estudo, a Misericórdia de Rio Grande. De acordo com Munhoz (2003), este periódico, ainda que trouxesse informações comerciais, possuía características bastante distintas do jornal *O Rio-Grandense*. O *Diário do Rio Grande* possuía o escopo de noticiar o crescimento econômico da Província como um todo, e não somente a nível local. Ainda, conforme Munhoz (2003), *O Rio-Grandense* estava bastante conectado às questões de cunho político, dando ênfase em suas páginas às eleições e à defesa do Partido Conservador, agremiação partidária, a qual pertencia o seu fundador, Antônio José Caetano da Silva.

Faz-se importante mencionar que durante o percurso metodológico, encontrou-se dificuldades de acesso as fontes sobre a Misericórdia e seus protagonistas, pois elas encontram-se bastante espalhadas nos arquivos de Rio Grande e Porto Alegre e em pouca quantidade, situação que melhora um pouco, quando analisadas as fontes relativas ao começo do século XX.

Após março de 2020, muitos locais onde estavam os acervos fecharam, em virtude da pandemia de Covid-19. Esta tese especificamente necessitou muito das fontes primárias para se desenvolver. A referida pandemia dificultou o acesso a esses arquivos e documentos. Há outras situações que também angustiam e dificultam o trabalho do pesquisador, como a falta de acervos organizados e digitalizados. Apesar

das dificuldades elencadas, obteve-se acesso às seguintes fontes, as principais estão destacadas abaixo:

- Atas da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (Acervo da Santa Casa de Rio Grande);
- Regimentos internos da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Neves - CDH);
- Inventários (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS);
- Jornal *A Federação* (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional);
- Jornal *Diário do Rio Grande* (Biblioteca Rio-Grandense);
- Jornal *Echo do Sul* (Biblioteca Rio-Grandense);
- Jornal *O Rio-Grandense* (Biblioteca Rio-Grandense e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional);
- Relatórios da Intendência de Rio Grande (Biblioteca Rio-Grandense);
- Relatório dos presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1846 e 1877 (Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional);
- Relatórios da provedoria (Acervo da Santa Casa de Rio Grande e Biblioteca Rio-Grandense);
- Retratos dos benfeitores da Santa Casa de Misericórdia do Porto (Museu e Igreja da Misericórdia do Porto);
- Retratos dos benfeitores da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (Salão de Honra da Santa Casa de Rio Grande);
- Testamentos (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS);
- Fotografias da cidade de Rio Grande (Fototeca Municipal Ricardo Giovannini);
- Compromisso de 1909 da Associação de Caridade Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande (Acervo da Santa Casa de Rio Grande);
- Ofícios e Relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS);
- Plantas da cidade de Rio Grande (Biblioteca Rio-Grandense).

Para o presente trabalho, alguns conceitos são importantes, tais como caridade, poder e prestígio social, que advém com a prática da caridade, bem como a ideia e o conceito de elite. Para tanto, considera-se importante citar alguns autores que

pretendemos relacionar com o trabalho. Inicia-se por Cláudia Tomaschewski, cuja dissertação intitulada *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922)* conceitua caridade e filantropia. A autora diz que a primeira se refere a um sentimento religioso, que através da prática do cristão, ele obteria a salvação. Já a filantropia é uma forma de apoio aos pobres secularizada em que o bem da humanidade seria o principal interesse. Tendo em vista a força do catolicismo na colonização portuguesa e a herança cultural lusitana no Brasil independente, caridade e filantropia foram práticas que caminharam juntas e continuaram servindo como aspectos de orientação valorativa e organização social.

Outro aspecto bem observado por Tomaschewski é a relação de mão dupla entre a caridade e a retribuição esperada pelo indivíduo caritativo:

As vantagens espirituais após a morte seriam: missas rezadas em favor da alma; enterros com acompanhamento dos irmãos, menções escritas, retratos no salão de Honra (o que poderia acontecer também em vida). As vantagens em vida seriam: menção das doações e serviços nos relatórios da irmandade (documentos públicos); jornais, e demais textos escritos, posição privilegiada em eventos como missas, inauguração/colocação de pedra fundamental de obras públicas e de outras associações, prestígio entre os irmãos da Santa Casa (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 117).

A autora afirma que toda a ajuda dada aos pobres durante o período estudado foi compreendida como um ato de caridade. Verificam-se as ocorrências por parte de particulares e por parte do Estado, a chamada “caridade oficial”. Com efeito, Tomaschewski aponta que há nas narrativas uma oposição entre aqueles que doam; e aqueles que são necessitados e recebem as doações como uma caridade. “Estes são os desvalidos da fortuna”, os “indigentes”, os “pobres infelizes”, que devem ser objeto da caridade pública” (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 137).

As Misericórdias constituíam-se nos espaços caritativos formais mais importantes, concentravam famílias de notável prestígio social, político e econômico, e se utilizavam de tal posição para reproduzir as hierarquias de sua época. Nesse sentido, naquelas sociedades a caridade estava intimamente conectada à noção de elite. Segundo Lorena Monteiro, “o termo elite se refere, de forma geral, e um tanto imprecisa, àqueles indivíduos pertencentes aos grupos melhores situados na estrutura social como um todo” (MONTEIRO, 2009, p. 25). Segundo Heinz (2006),

As elites são definidas pela detenção de certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria um meio para determinar 'quais os espaços e mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes. (HEINZ, 2006, p. 8)

De acordo com Heinz (2006), o uso da noção de elite pelos historiadores, possibilitaria contemplar através de uma microanálise dos grupos sociais, entre outras questões, das relações e das trajetórias do mundo social. Ainda, conforme o pesquisador, o historiador de elites efetua o estudo dos processos históricos nos quais eles se inserem “à luz de suas características sociais mais ou menos constantes. Trata-se de conhecer as propriedades sociais mais requisitadas em cada grupo, sua valorização ou desvalorização através do tempo” (HEINZ, 2006, p. 9). Ao longo do conhecimento dos padrões e/ou estratégias utilizados pelos diferentes membros de uma elite, pode-se entender como um indivíduo atingiu uma carreira de sucesso e socialmente ascendente (HEINZ, 2006), por exemplo.

Definir quem são as elites é um tanto complicado, porém faz-se necessário mostrar em termos gerais em quais definições e autores a pesquisa se norteia (EICHOLZ, 2017). Jonas Vargas (2016), no livro “Os barões do charque e suas fortunas”, menciona que

[...] podemos definir elites como grupos formados por indivíduos e famílias que concentravam os recursos materiais e imateriais mais valorizados no contexto histórico em que viviam e que, na maioria das sociedades, envolviam critérios de riqueza, poder e status. (VARGAS, 2016, p. 27)

Outra característica das elites descrita por Vargas (2016) refere-se a uma “consciência de elite que se refletia nos seus estilos de vida, nas políticas de sucessão familiar e nas engenharias matrimoniais.” (VARGAS, 2016, p. 27). Faz-se importante observar também que

Em qualquer sociedade, em qualquer grupo, em qualquer época ou lugar, havia sempre uma minoria, uma elite que, por seus dons, e sua competência e seus recursos, se destacava e detinha o poder, dirigindo a maioria. Esta era uma lei sociológica inexorável, que nem mesmo o mecanismo do sufrágio universal era capaz de romper (GRYNSPAN, 1999 apud ALVES, 2011, p. 47).

Veremos no decorrer do trabalho que os grupos dirigentes da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande pertenciam a esse grupo minoritário da sociedade, definido como elites locais. Eram os membros dessa elite que ditavam os rumos da

Misericórdia, que buscavam estimular a caridade nos demais indivíduos, e eles propriamente, por muitas vezes, faziam generosas doações, assim como o serviço despendido à instituição.

A tese foi estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo analisa o surgimento da primeira Misericórdia e como ela se espalhou pelo mundo. As Misericórdias centralizaram em si a assistência e os serviços de caridade e eram instituições com grande poder e prestígio. Elas gozavam de certos privilégios junto a Coroa e atraíam para dela participarem pessoas das elites locais. Pretendeu-se discutir também a importância dos compromissos para as Misericórdias e as características das instituições localizadas em cidades portuárias, que é o caso da Santa Casa de Rio Grande, sendo que especificamente sobre esta, analisa-se o compromisso de 1909 e o regimento datado de 1854.

Por conseguinte, no segundo capítulo, aborda-se a fundação da cidade de Rio Grande, considerada a primeira da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e o surgimento da Santa Casa de Rio Grande – importante instituição médica e assistencial durante o período que compreende os anos de 1835 a 1909. Analisa-se ainda quando e como ocorreu a instalação da Santa Casa de Misericórdia na cidade de Rio Grande e sua importância enquanto hospital e referência no campo social, assistencial e caritativo.

No último capítulo, discute-se as representações e identidades da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, apresentando ao leitor e analisando os retratos presentes no Salão de Honra da Instituição, seus significados e importância no período. Analisa-se também a questão da benemerência, quais eram os mecanismos que deveriam ser acionados pelas pessoas da elite para “merecerem” estar no panteão da caridade. Objetiva-se ainda verificar a atuação dos irmãos da Misericórdia em outros segmentos, como o político. Objetiva-se verificar quais eram os tipos de legados deixados para a Misericórdia, bem como as exigências feitas pelo testador.

1 As Misericórdias no Mundo: práticas sociais, devocionais e assistenciais, de Portugal para o além-mar

Neste capítulo, apresenta-se as circunstâncias que ocasionaram na fundação da Misericórdia em Portugal, instituição que tinha como escopo fornecer ajuda material e espiritual a quem necessitasse. A partir do final do século XV, as irmandades de Misericórdia se espalharam por Portugal como parte do projeto político da Portugal moderna, fomentado pela Coroa portuguesa que desejava centralizar em uma instituição os serviços médicos e assistenciais e, ao mesmo tempo, supervisioná-los. Analisa-se ainda o compromisso das Misericórdias, as obrigações dos membros da irmandade, as sete obras corporais e as sete espirituais, bem como apresenta-se e discute-se o compromisso de 1909 utilizado pela Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande e o regimento interno do Hospital datado de 1854.

Aborda-se também alguns aspectos das Misericórdias que possuíam algo em comum, no caso, a localização geográfica próxima ao mar, em cidades portuárias. Expõe-se, ainda que sucintamente, informações sobre as Misericórdias do Porto, Portugal, Bahia, Rio de Janeiro e Nagasaki, no Japão.

1.1 A fundação da Misericórdia como projeto político na Portugal moderna

O surgimento das Misericórdias remonta ao ano de 1498, mais precisamente a 15 de agosto de 1498, data de fundação da primeira obra em Portugal, localizada em Lisboa. A fundação da instituição fora atribuída a Rainha Consorte de Portugal, D. Leonor de Avis, que estava como regente à época, em virtude da ausência de seu irmão, Rei D. Manuel, que estava em Castela, na condição de jurado herdeiro dos reis católicos, nas coroas de Castela e Aragão (SÁ; LOPES, 2008, p. 24).

Segundo Russell-Wood (1981), D. Manuel, já no primeiro ano de funcionamento da Misericórdia de Lisboa teria incentivado a abertura de outras Misericórdias para, assim, centralizar os serviços de caridade. Pode-se dizer que, desde o começo, essa instituição possuía fortes laços com o Estado. Tanto a irmandade como seus funcionários possuíam privilégios junto à Coroa, que continuaram a ser conferidos pelos sucessores do rei D. Manuel I, seja para as Misericórdias localizadas no continente ou para as localizadas no ultramar.

Antes das Misericórdias serem fundadas, ainda no período medieval, havia na Itália, França e Espanha confrarias com fins semelhantes, pode-se dizer, ao das Misericórdias que surgiram posteriormente em Portugal. Segundo Silva (2019), fora do príncipe D. João II, em 1479, e posteriormente rei, em 1485, a iniciativa de unificar os vários pequenos hospitais e congêneres existentes em cada localidade portuguesa em um hospital maior. De fato, essa iniciativa foi atendida pelo Papa Inocêncio VIII, através da bula papal datada de 21 de fevereiro de 1486, porém, como mencionado no parágrafo anterior, não coube a D. João II o título de fundador da primeira Misericórdia portuguesa. De acordo com Candeias: “Aquele processo arrastou-se por mais algum tempo; mas era visível uma tendência para a centralização política em geral e para a modernização do reino nesse período.” (SILVA, 2019, p. 50).

O surgimento das Misericórdias visou atender um número crescente de pobres. Portugal, assim como em outras partes da Europa, via crescer desde o século XIV a sua população de pobres, devido a vários fatores, entre eles pode-se destacar: as crises no campo, demográfica e monetária e os surtos de doenças. Em Portugal, desde a segunda metade do século XV, os principais centros urbanos foram frequentemente atingidos por epidemias. Não era incomum que a nobreza e as elites locais procurassem refúgio em lugares mais isolados, buscando assim fugir da contaminação. Em Évora, por exemplo, a câmara deliberou sessões fora da cidade, com o aval do Monarca (FRANCO, 2011).

Na França, Itália, Espanha e também em Portugal, pessoas de classes mais abastadas atribuíam aos pobres certa culpa pelos problemas enfrentados nos séculos XIV e XV, pois enxergavam neles agentes propagadores de doenças e os viam com bastante preconceito, já com certos estereótipos pré-definidos. A fundação das Misericórdias no reino português se dá em um contexto de reorganização de métodos de controle e seleção dos pobres. Segundo Franco (2011),

Dentro de uma perspectiva original, as Misericórdias foram progressivamente dotadas de privilégios, figurando como a espinha dorsal da ação caritativa institucional. O século XVI foi, portanto, um período paradigmático no que diz respeito ao tratamento aos pobres, verificável por meio de um protagonismo institucional das Santas Casas e, ao mesmo tempo, a tentativa, nem sempre bem sucedida, de coibir a vadiagem, a ociosidade e a esmola indiscriminada. (FRANCO, 2011, p. 35).

A caridade não estava acessível a todos os pobres, embora houvesse uma Misericórdia. O simples fato de ser pobre nem sempre era suficiente para ser enquadrado como beneficiário de esmola ou de ajuda de qualquer tipo. Para ser

merecedor da caridade, havia alguns critérios, entre eles a religião que o sujeito professava. Sobre essa questão, Franco (2011, p. 42) menciona o seguinte: “apenas o pobre merecedor era digno de auxílio. ”

Sobre a formação do Estado absoluto, BOBBIO (1987, p. 115) escreve que esse se forma através de um “duplo processo paralelo de concentração e de centralização do poder num determinado território”. O autor entende por concentração a atribuição dos poderes pelos quais se exerce a soberania de fato e de direito ao rei, e por centralização a eliminação ou desprestígio de ordenamentos jurídicos inferiores, que podem até existir, mas como ordenamentos derivados de uma autorização ou da condescendência do poder central.

A monarquia em Portugal sempre esteve bastante íntima da Igreja, o que Bobbio designou por não-Estado, sempre esteve presente no seio do governo português moderno. O autor disserta que, com o advento do cristianismo, religião com características bastante universais,

[...] o problema das relações entre sociedade religiosa e sociedade política tornou-se um problema permanente da história europeia. Enquanto no mundo clássico o não-Estado, sob a forma por exemplo da república universal dos estóicos, é um ideal de vida, não uma instituição, com a difusão do cristianismo o não-Estado torna-se uma instituição com a qual o Estado deve continuamente ajustar as contas. (BOBBIO, 1987, p. 122)

A expansão das Misericórdias foi bastante estimulada pela Igreja, tendo se espalhado pela Ásia, África e pela América Portuguesa. Esses estabelecimentos assistenciais foram fundados nos cantos mais longínquos, onde o Império português se fixou. De certa forma, essas instituições eram o braço do governo português e carregavam vários preceitos religiosos, como mencionado por Silva (2019), o principal desses preceitos, “o amor ao próximo”, norteou a fundação de praticamente todas as Misericórdias, tanto em Portugal como em outros locais espalhados pelo mundo. E todas as Misericórdias buscavam seguir o compromisso de Lisboa (1516), instrumento propagador e normatizador da Misericórdia para todo o reino português que, de acordo com Russel-Wood (1981), iniciava com um sumário das obras de caridade, sete espirituais (ensinar os ignorantes; dar bom conselho; punir os transgressores com compreensão; consolar os infelizes; perdoar as injúrias recebidas; suportar as deficiências do próximo e orar a Deus pelos vivos e pelos mortos) e sete corporais (resgatar cativos e visitar prisioneiros; tratar dos doentes; vestir os nus; alimentar os

famintos; dar de beber aos sedentos; abrigar os viajantes e os pobres e sepultar os mortos) que deviam ser praticadas por todos os irmãos.

Segundo (SÁ; LOPES, 2008, p. 26) “As misericórdias portuguesas tinham preocupações totalizantes, procurando abarcar todas as obras de misericórdia, enquanto que as suas congéneres se concentravam apenas numa ou duas dessas obras, mas nunca em todas ao mesmo tempo.”

A íntima relação entre as Misericórdias e a religião católica possibilitou, como mencionou Franco (2011), a organização dos serviços de assistência dentro de um cenário inovador, necessário no mundo moderno. As Santas Casas de Misericórdia estimulavam a caridade dos cristãos, por meio de uma esmola, comida, dinheiro ou outro tipo de assistência. Ainda, conforme o referido autor, a Misericórdia portuguesa perfazia um caminho atípico, contrário ao que muitos pregavam, de rejeição aos pobres e opiniões mais controversas sobre a esmola e a necessidade de controlar a miséria. As Misericórdias foram protagonistas em Portugal e integrantes de uma onda que ocorreu no restante do continente, cujo objetivo era a homogeneização hospitalar com foco na diminuição dos problemas sociais presentes no século XVI.

Sobre o papel assistencial das Misericórdias, há de se consultar os respectivos estatutos para se verificar as especificidades de cada instituição, porém, via de regra, nas primeiras décadas de atuação dessas instituições, verificava-se um padrão quanto ao público-alvo das Misericórdias direcionado aos presos, às mulheres, aos doentes e às crianças abandonadas. Nas Misericórdias, as crianças abandonadas eram deixadas na Roda dos Expostos¹.

No que tange aos benfeitores, estes, por via de regra, eram muito caridosos para com as Misericórdias. Na unidade do Porto, por exemplo, os benfeitores também eram extremamente generosos, crendo que a salvação da alma seria possível por meio da caridade aos pobres (SILVA, 2014, p. 712). Essa assistência aos mais necessitados era intermediada pela Santa Casa de Misericórdia e pelos demais hospitais que haviam na cidade do Porto, em um processo em que o capital simbólico adquirido pelo prestígio social caritativo era reconvertido ao mundo da política e dos negócios.

¹ Segundo Luiz Henrique Torres (2008), entre os séculos XVII e XIX, “a sociedade ocidental católica desenvolveu uma forma de assistência infantil chamada Casa da Roda dos Expostos, que deveria garantir a sobrevivência do enjeitado e preservar oculta a identidade da pessoa que abandonasse ou encontrasse abandonado um bebê”. (TORRES, 2006, p. 107).

Pertencer aos quadros da Misericórdia, ocupar um cargo na mesa ou ser um grande benfeitor era muito bem visto pelas elites locais, pois as Misericórdias estavam sob proteção régia e acabavam se constituindo em interlocutoras entre as elites locais e a Coroa, então quem dela fizesse parte estaria mais próximo do poder, como bem pontuou Araújo (2000). Além da estreita ligação entre Misericórdia e Coroa, os componentes da Mesa da Misericórdia sabiam que a instituição gozava de vários privilégios, o que aumentava o interesse das elites locais em ocuparem esses espaços. Sobre a composição das Misericórdias, Araújo (2000) disserta que

Como eram compostas por elites ainda que diversificadas, nestas instituições juntavam-se ricos e pobres, embora ocupando lugares completamente diferentes. De um lado, os ricos, do outro, os pobres; uns recebiam, outros distribuíam, mas ambos pretendiam o reino dos céus [...] a caridade cumpria objetivos cristãos que definiam comportamentos a quem dava e quem recebia, pautando submissão e gratidão para os pobres e aconselhando desprendimento e humildade para os ricos [...] protagonizada pelos grupos dominantes, a caridade não era apanágio dos ricos. A Igreja aconselhava desprendimento e generosidade a todos, agindo cada um na proporção das suas possibilidades. Radicada numa matriz religiosa onde dar aos pobres significava emprestar a Deus, a caridade estruturou-se em termos locais, característica que respondia aos anseios das elites que, ao integrarem as instituições de assistência, não perdiam a ocasião para se promoverem. (ARAÚJO, 2000, p. 22-23).

Esse destaque social referido pela autora parece ter sido também desejado por vários sujeitos na cidade do Rio Grande, ainda que o recorte temporal seja outro e o Brasil não seja mais pertencente a Portugal, parece que as elites rio-grandinas do Brasil Imperial ainda desejavam visibilidade e poder, uma vez que as Misericórdias contavam com apoio provincial e imperial, ainda que esse apoio em termos de recursos financeiros fosse bastante limitado, como apresenta-se mais adiante.

Ao falar sobre os diversos motivos para os quais era interessante ser irmão de uma Misericórdia, Araújo (2000), na análise que fez sobre duas Misericórdias, Ponte de Lima e Vila Viçosa, argumenta que fazer parte da instituição como irmão era pertencer a um dos círculos mais importantes de poder no período, “onde se geriam importantes recursos materiais, que lhes acrescentavam prestígio e lhes possibilitavam gerir redes de clientelas. Todavia, o prazer e o reconhecimento de pertencer a uma elite eram fatores que não se desprezavam” (ARAÚJO, 2000, p. 23). Ainda segundo a autora, estas seriam as compensações terrenas mais imediatas em virtude do trabalho em prol da Misericórdia. Já a compensação espiritual, aconteceria após a morte, com a recompensa de Deus pelas esmolas e serviços prestados aos pobres.

Os privilégios concedidos as Misericórdias e aos seus irmãos podem ser apontados como um dos fatores de sucesso dessas instituições, quer seja na metrópole, ou fora dela, como em em Goa, Macau ou na Bahia. Outros dois fatores intimamente conectados ao primeiro são a devoção e a padronização institucional. Esses três elementos juntos podem ser apontados como responsáveis pelo enorme sucesso e supremacia das Misericórdias em todo o império português (FRANCO, 2011). Ainda faz-se importante salientar um quarto elemento, frisado por Seabra (2006), em seu trabalho sobre a Misericórdia de Macau e muito característico das Misericórdias em geral, o Monopólio da assistência e da caridade.

As Santas Casas de Misericórdia orientavam-se através dos compromissos, quando não tinham o seu próprio, normalmente se guiavam pelo compromisso da Misericórdia de Lisboa e, além dos compromissos, podia existir o regimento interno, caso da Misericórdia de Rio Grande. O compromisso da Misericórdia era um guia para os irmãos que dela faziam parte, ou, como muito bem pontuou Seabra (2006), era a “constituição” da Instituição contendo objetivos gerais e específicos, bem como deveres que os integrantes da Mesa Diretiva deviam seguir. Na vida prática da instituição, nem sempre o compromisso era seguido integralmente, o que não anula a sua importância.

O primeiro compromisso foi o da Misericórdia matriz, de Lisboa, e é datado de 1516, no transcorrer dos anos vão surgir atualizações, sendo as principais nos anos de 1577 e 1618. Muitas Misericórdias, tanto do Reino quanto no ultramar, como a Misericórdia de Goa vão se basear integralmente no texto da Misericórdia-mãe ou, então, irão adaptar o compromisso de Lisboa as especificidades locais.

De acordo com Boxer (2011), a compromisso de 1618, que foi aceito integralmente ou alterado, conforme as necessidades locais em todas as Misericórdias coloniais exigiam que todos os membros fossem homens “de boa consciência e reputação, tementes a Deus, modestos, caridosos e humildes” (BOXER, 2011, p. 279), bem como presume as seguintes qualificações:

Pureza de sangue sem qualquer mácula de origem mourisca ou judaica, tanto no que dizia respeito ao irmão como à sua mulher, se fosse um homem casado; Não ter má reputação nas palavras, nas ações e na lei; De idade adulta conveniente, com mais de vinte e cinco anos completos, no caso de ser solteiro; Não ser suspeito de servir a Misericórdia em troca de pagamento; Se se tratasse de um artesão ou de um lojista, deveria ser o patrão ou o proprietário, que supervisionasse o trabalho de outros trabalhadores de preferência a trabalhar com suas próprias mãos; Ser inteligente e saber ler e escrever; Em circunstâncias suficientemente confortáveis para pedir qualquer

tentação de desviar os fundos da Misericórdia, e para servir sem que isso lhe causasse quaisquer incômodos financeiros. (BOXER, 2011, p. 279-280).

As exigências mencionadas acima nem sempre eram fáceis de serem cumpridas. As Misericórdias localizadas em cidades pequenas e/ou pouco desenvolvidas economicamente encontravam dificuldades em contar com irmãos que se adequassem a todos os critérios estabelecidos pelo compromisso de 1618. Dentre todos os cargos da Misericórdia, havia um mais importante, o de provedor e é assim até os dias atuais. Segundo o compromisso de Lisboa de 1618, as exigências para ser provedor eram ainda mais rígidas. Conforme Boxer (2011),

O provedor deve ser sempre um fidalgo de autoridade, prudência, virtude, reputação e idade e tão sensato que os outros irmãos o reconheçam todos como seu chefe, e lhe obedeçam com grande facilidade; e mesmo que tenha todas as qualidades acima mencionadas, não poderá ser eleito se não tiver pelo menos quarenta anos. Deve ser muito paciente, devido aos caracteres discordantes de muitas pessoas com quem tem de lidar. Deve ser também um senhor com muito tempo livre, para que possa ter tempo para cumprir cuidadosamente os seus frequentes e variados deveres. E para garantir que ele tenha alguma experiência destes deveres, nenhum irmão será eleito provedor durante o primeiro ano em que tenha sido recebido na irmandade. (BOXER, 2011, p. 281).

De todas as exigências para ser provedor, uma das mais difíceis de ser cumprida era ter tempo livre, pois como bem mencionou Boxer (2011), muitos dos provedores ocupavam cargos no Governo, ou seja, não possuíam tempo livre para ocupar o cargo de provedor, mas ainda assim o faziam. Na Misericórdia de Rio Grande, como veremos mais adiante, os provedores também não eram pessoas ociosas, pelo contrário, eram muito ativas política e economicamente. Ao longo dos séculos, em todos os locais que a Santa Casa esteve atuante, a perseguição pelo cargo de provedor parece ter sido muito desejada e valorizada em todos os aspectos, ainda que para ocupar tal cargo fosse necessário dispender de tempo e muitas vezes dinheiro.

Conforme Sá (2013), no primeiro compromisso, de 1516, havia destaque para as 14 obras, com especial ênfase para as obras espirituais, já no compromisso seguinte, de 1577, a menção as 14 obras desaparecem, dando lugar a uma maior burocratização da confraria. Todavia, as obras da Misericórdia continuam permeando os espaços da instituição e praticá-las segue sendo muito importante, todavia, nem todas as práticas caritativas estavam descritas nas 14 obras e algumas das práticas recorrentes da Misericórdia, como, por exemplo, casar moças pobres ou órfãs era

considerado umas das maiores caridades efetuadas por um irmão, mas, como mencionou Sá (2013) a doação de dotes de casamento nunca chegou a ser incluída entre as obras da Misericórdia.

Embora as sete obras espirituais não estivessem nos compromissos posteriores a 1516, estas não deixaram de serem perseguidas pelos membros das Misericórdias, pelo contrário, como afirmou Sá: “a crença no Purgatório reforçou a vertente espiritual da caridade; a instituição de missas por alma manteve-se prioritária nas doações e testamentos” (SÁ, 2013, p. 109). A doação de grandes somas em dinheiro ou bens de raiz, na grande maioria dos casos vinha condicionada a pedidos de missa pela alma do benfeitor. Após o falecimento, muitas missas eram realizadas em favor da alma do falecido, com frequência semanal, mensal ou por um longo período de anos. Essa parece ter sido uma constante em todas as Misericórdias e uma prática que adentrou pelos séculos. Como veremos mais adiante, no objeto de estudo desta tese, a Misericórdia de Rio Grande surgida há mais de três séculos depois da de Lisboa e num período em que o Brasil já era independente de Portugal, ainda conservava e a troca de doações por missas em favor da alma do defunto benfeitor.

Vejamos mais detalhadamente as obras corporais, a primeira, remir cativos e visitar os presos, como afirmou Sá (2013) em seu trabalho sobre as Misericórdias portuguesas durante os séculos XVI a XVIII “não se encontrou até o momento nenhuma Misericórdia que não entrasse nas cadeias a prestar-lhes assistência” (SÁ, 2013, p. 112). A próxima obra corporal menciona curar os enfermos, não somente os internados em hospitais, mas também aqueles que se encontravam enfermos em suas casas. Aliás, as visitas domiciliares feitas pelos irmãos da Misericórdia eram de grande importância no rol da caridade, a atividade não se limitou somente até o século XVIII, mas adentrou no século XIX, e em casos específicos manteve-se no século XX (SÁ, 2013).

Continuando com as obras corporais, a próxima é cobrir os nus, o que podia ser entendido como dar às pessoas pobres roupas. A obra seguinte é dar de comer aos famintos e dar de beber aos que têm sede, esta obra é bastante complexa, podia ocorrer durante a visita aos presos, no processo de cuidado dos doentes ou ainda na hospedagem de viajantes e quando não ocorria nessas três situações, acontecia a distribuição de comida as pobres, mais preferível que a entrega de esmolas, pois

nessa última poderia ocorrer o emprego inadequado do dinheiro por parte dos necessitados (SÁ, 2013).

As últimas duas obras corporais são: dar pousada aos peregrinos e aos pobres, que remonta ao período medieval e enterrar os finados, prática muito valorizada pela Misericórdia e pelos seus irmãos que abrangia desde pobres, irmãos, população em geral e restos mortais das pessoas condenadas. O enterro de pessoas pobres era essencial para as Misericórdias, pois conferiam a Instituição uma imagem de assistência gratuita a quem não tinha como pagar pelos atos fúnebres, porém eram apenas uma pequena parte dos enterros realizados pelas Misericórdias. O fato é que os enterros consistiam de um simbolismo ímpar para essas instituições, sobretudo quando os enterros eram de crianças (SÁ, 2013).

Além das sete obras corporais, havia outras práticas de caridade importantes que eram realizadas com mais frequência do que aquelas descritas no Compromisso da Misericórdia-Mãe, como, por exemplo, o atendimento às crianças expostas. Normalmente, em todo o reino português, e inclusive em locais que não pertenciam mais a Portugal, mas ainda seguiam as tradições das Misericórdias portuguesas, como na Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, no Brasil Império, havia sempre o problema do recurso financeiro necessário para acolher as crianças expostas, muitas vezes, insuficiente. As Misericórdias cuidavam das crianças, enquanto que as Câmaras Municipais e o Governo Provincial, no caso da Misericórdia de Rio Grande tinham a responsabilidade de custear os gastos para a criação dos expostos.

Outra prática caritativa bastante recorrente e valorizada pelos benfeitores que doavam para as Misericórdias eram os dotes de casamento. A preferência dessa prática explica-se, segundo As (2013), pelos seguintes motivos:

Tratava-se de um ato eficaz na perpetuação da memória do doador, uma vez que os dotes ostentavam os seus nomes; por outro lado, não significava forçosamente que o patrimônio fosse doado a pessoas estranhas à família do testador, uma vez que podia beneficiar parentas suas. Não esqueçamos também a dependência feminina em relação aos homens: o estado de solteira era considerado perigoso para a honra das mulheres e implicava dificuldades de sobrevivência social e econômica. Competia aos seus pais (ou a outros parentes na sua falta) “dar-lhes estado”, através da concessão de um dote de casamento, condição quase que imprescindível para contrair matrimônio. Proteger as raparigas órfãs pobres de modo a permitir-lhes o casamento significava zelar pela boa ordem moral e social, ao enquadrar a reprodução biológica nas normas religiosas vigentes. (SÁ, 2013, p. 124)

Para usufruir de um dote de casamento, as candidatas deviam obedecer a certos critérios, tais como: serem naturais ou residentes em uma determinada zona, de bom comportamento e reputação positiva, e de preferência, fisicamente atraentes. Quando as mulheres se aproximavam dos 30 anos, não podiam mais concorrer aos dotes, casando-se muitas vezes com galegos (SÁ, 2013).

Todas as 14 obras possuíam extremo valor para os irmãos da Misericórdia, ainda mais numa sociedade bastante religiosa, em que o catolicismo permeava as ações dos indivíduos. Porém, como afirmou Franco (2011) as Misericórdias se destacavam pelas ações das obras corporais que acabavam por homogeneizar o que se compreendia por caridade institucional, mas não contemplava todos os tipos de necessidades e nem todos os tipos de pobres, estes precisavam se enquadrar em certos princípios religiosos e morais.

A Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, antes de ter seu próprio compromisso, guiava-se pelo compromisso da Misericórdia-mãe, de Lisboa, algo que não era incomum nas demais Misericórdias espalhadas pelo mundo luso. O alvará régio de 18 de outubro de 1806 que regulava o funcionamento das Misericórdias no Império português vem reforçar essa argumentação, segundo o documento, as Misericórdias que não possuíssem compromisso próprio deveriam observar/seguir, naquilo que fosse possível, o estatuto de Lisboa. Conforme Tomaschewski (2014), seria possível ter um padrão geral para o funcionamento destas confrarias.

Nos próximos parágrafos iremos nos deter na apresentação e na análise dos principais aspectos descritos no compromisso da Misericórdia de Rio Grande, datado de 1909. O primeiro artigo trata das finalidades da instituição, sendo descritas da seguinte forma:

- Curar gratuitamente os desvalidos, tanto residentes na cidade como os forasteiros;
- Os marinheiros das embarcações que pagam contribuição nas repartições fiscais;
- Todas aquelas pessoas que mediante uma diária quiserem ser tratadas no hospital;
- Socorrer com medicamentos os reconhecidamente pobres;
- Socorrer a infância desamparada, mediante uma subvenção suficiente dos cofres públicos.

Todos os itens que integram o primeiro parágrafo falam do atendimento médico, farmacêutico e assistencial às crianças desamparadas. Importante observar que para ser classificado como pobre havia algumas exigências, são elas:

1ª – Todas as pessoas que por alguma forma fizerem acreditar a sua pobreza, ou a comprovarem com atestados de pároco, ou de alguma autoridade civil ou policial;

2ª – Os marinheiros dos navios mercantes apresentando no ato de entrada escrito do proprietário, capitão ou mestre da embarcação a que pertencerem, com o visto da capitania do Porto ou do cônsul respectivo, etc. Contudo, estes marinheiros não podiam estar com sintomas de doenças contagiosas.

Os casos citados acima não necessitavam pagar pelos serviços médicos, e, com isso, percebe-se que há um esforço, uma consideração por parte da Misericórdia em atender marinheiros de forma gratuita, uma vez que a cidade era portuária e dependia economicamente das movimentações do Porto. Temos que fazer a seguinte ressalva, as definições da pessoa considerada pobre podem ter mudado no decorrer dos anos, pois o regimento interno era de 1854, enquanto o compromisso era de 1909.

Sobre os irmãos da Misericórdia de Rio Grande, o compromisso não restringe a participação de estrangeiros na confraria, aceitando qualquer indivíduo, brasileiro ou estrangeiro, desde que seja de reconhecida moralidade. Nota-se que a Santa Casa de Rio Grande era bem flexível quanto à nacionalidade do sujeito, possivelmente isso ocorria em virtude da necessidade de atrair mais associados, visto que se houvesse critérios mais restritivos, seria difícil alavancar o número de associados e de irmãos.

Apesar de aceitar todas as nacionalidades, havia os seguintes impedimentos: menores de 21 anos, interditados e os condenados por crimes infamantes não poderiam pertencer à Santa Casa. Qualquer associado poderia ser aceito como irmão, sendo que a única exigência era ser reconhecido por suas qualidades cívicas. Após o requerimento, a mesa votava o pedido, caso fosse aprovado, o sujeito devia doar uma quantia ao hospital, sendo o mínimo, o valor de 20\$000. Outra questão interessante é que não havia número máximo de irmãos, o número de irmão da Misericórdia de Rio Grande era ilimitado. Havia casos em que a própria Misericórdia requeria um novo irmão para pertencer aos quadros da instituição, como mostra a correspondência abaixo:

A Mesa da Santa Casa da Misericórdia d'esta Cidade convida por testemunhos irrecusáveis dos sentimentos piedosos que animão o distincto carater de V.Ex a ., me incumbio de pedir á V.Ex a . permissão para inscrever seu respeitável nome no quadro dos Irmãos d'este Pio Estabelecimento; dignando-se V.Ex a . se assim houver por bem, enviar úa nota de sua filiação, naturalidade, idade, etc. (Correspondência do provedor Joaquim Garcia para o presidente da Província Joaquim Leão. Rio Grande, 27.07.1861. Correspondência da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, AHRs).

Conforme a correspondência supracitada, a Santa Casa, através de seu provedor, enviou uma correspondência ao presidente da Província, convidando-o para ser irmão da Misericórdia de Rio Grande, fato que, além de aumentar o número de irmãos, conseqüentemente aumentava a receita e também o prestígio da referida instituição, uma vez que esta teria no seu corpo de irmãos o presidente da Província, o que também poderia ajudar nos momentos de repasse de verbas e ajudas diversas por parte da Província à Misericórdia.

Em relação aos direitos dos irmãos, atenta-se ao fato de que todos os irmãos podiam votar e serem votados, o que não significa que o provedor poderia ser qualquer um entre os irmãos, como expõe-se no decorrer do trabalho, grande parte dos provedores e grandes benfeitores pertencia às elites locais. No que tange aos deveres dos irmãos, o artigo 10º menciona quatro:

- 1º - Aceitarem e desempenharem com zelo, atividade e assiduidade os cargos para que forem eleitos, ou comissões para que forem nomeados;
- 2º - Comparecerem às reuniões da Assembleia Geral e eleitorais;
- 3º - Conduzirem-se, com dignidade e respeito, quando acharem-se naquelas reuniões;
- 4º - Participarem, por escrito, a mudança de domicílio ou ausência da cidade.

O compromisso de 1909 também cita sete situações em que a pessoa poderia perder o direito de ser irmão da Misericórdia, vamos a elas:

- 1º - Os que tentarem destruir ou alterar as bases da Associação, diretamente ou por fatos provados;
- 2º - Os que lançarem mãos de meios pelos quais possa vir descredito social;
- 3º - Os que viverem escandalosamente entregues ao vício, tornando-se desmoralizados;
- 4º - Os que proferirem palavras injuriosas e fizerem escândalos nas reuniões sociais;

5º - Os que lançarem, para si ou para outros, nos bens da Associação que se venderem, exercendo qualquer cargo social;

6º - Os que derem extravio a dinheiro, móveis ou qualquer objeto que pertencer a Associação, sem prejuízo da sua obrigação de restituí-los judicialmente

7º - Os que forem condenados a qualquer pena de prisão, salvo em defesa da própria honra ou da família ou de terceiros.

Aponta-se para a preocupação com a imagem pública do irmão, este deveria, como bom cristão, ter uma ótima reputação. O poder da Misericórdia de Rio Grande concentrava-se nas mãos da mesa administrativa, formada pelo provedor (cargo mais importante), vice-provedor, tesoureiro, procurador e secretário. Ainda compunham a mesa, os doze mordomos, um para cada mês do ano. Logo abaixo, na hierarquia da Misericórdia, vinha o conselho, formado por nove irmãos experientes, ou seja, que já tivessem contribuído para com a instituição em momentos anteriores e por último havia a Assembleia Geral, formada por no mínimo trinta irmãos.

O cargo máximo de uma Misericórdia era o de provedor, certamente o mais cobiçado entre os membros das elites locais pelo poder, status e prestígio social que eram inerentes ao cargo, sem mencionar a questão religiosa, de servir ao próximo, de ajudar o necessitado. Todavia, as vantagens do cargo eram acompanhadas de muitos deveres, o que exigia muito tempo e trabalho em prol da instituição. Apresenta-se abaixo quais eram as obrigações do provedor da Misericórdia de Rio Grande:

1º - Executar e fazer executar as deliberações de todos os poderes sociais;

2º - Exercer a superior inspeção no hospital e em todos os estabelecimentos mantidos pela Associação;

3º - Velar que os irmãos no exercício dos respectivos cargos e os empregados cumpram fielmente as suas obrigações;

4º - Expedir ordem, por escrito, para que sejam satisfeitas as despesas orçamentárias e as extraordinárias, em casos urgentes, sob sua responsabilidade;

5º - Abrir, rubricar e encerrar todos os livros, podendo delegar parte desta obrigação ao Vice-Provedor;

6º - Dar todos os despachos do expediente;

7º - Administrar ou suspender, até 15 dias, os empregados, por falta de cumprimento de seus deveres;

8º - Representar ativa e passivamente a Associação em juízo e em geral nas suas relações para com terceiros, podendo constituir procuradores, quando necessário, com audiência do Administrativo, como preceitua o parágrafo 4º do artigo 14;

9º - Abrir, dirigir e encerrar os trabalhos das sessões, mantendo a ordem nas discussões e anunciando e fazendo cumprir o resultado das deliberações;

10º - Chamar a ordem os irmãos que nas discussões excederem as regras da cortesia, podendo, em último caso, suspender ou adiar a sessão;

11º - Decidir as questões de ordem;

12º - Velar pelo cumprimento desta lei orgânica, regulamentos, instruções e todas as deliberações do Administrativo, Mesa, Conselho e Assembleia Geral;

13º - Resolver as questões empatadas pelo voto de qualidade;

14º - Resolver os casos urgentes.

Como pode-se notar, as obrigações do provedor eram muitas, e quem pretendia obter êxito no cargo, deveria preocupar-se em cumpri-las da melhor forma possível. Já que foi apresentado acima as obrigações do provedor, faz-se algumas considerações sobre a Mesa Administrativa da Santa Casa de Rio Grande. A Mesa tinha a competência de convocar o corpo eleitoral para as eleições; fazer os regulamentos internos e o orçamento anual da receita e despesa; aprovar novos irmãos; decretar a suspensão ou a criação de empregos, aumento ou diminuição de ordenados; autorizar as operações de crédito, vendas ou trocas, consultando sempre ao Conselho, que aprovará ou não, havendo, em caso de divergência, apelação para a Assembleia Geral; autorizar convênios com particulares, associação ou poderes do Estado, entre outras obrigações.

O artigo 25º do compromisso trata de outro cargo bastante importante e repleto de afazeres, embora durasse somente um mês, os irmãos que eram escolhidos mordomos do mês tinham que zelar pela boa ordem e economia dos diversos estabelecimentos da Santa Casa, e conforme o regimento interno desempenhavam várias tarefas, entre as principais estavam, visitar todas as repartições do hospital, sendo as principais (enfermaria, despensa e cozinha) a fim de supervisionar o trabalho dos funcionários e verificar se tudo transcorria com normalidade; propor ao provedor sugestões para o melhoramento do hospital e fiscalizar os gêneros alimentícios que entravam para a despensa, a fim de garantir a sua boa qualidade.

Segundo o compromisso de 1909, as eleições para a Misericórdia de Rio Grande aconteceriam a cada dois anos, devendo ser realizadas no primeiro domingo do mês de julho. Só teriam direito de voto os irmãos da Santa Casa que tivessem exercido cargos eleitorais. Neste ponto, percebe-se um duplo problema, primeiro, quando mencionados os direitos dos irmãos, constava que todos poderiam votar e ser votados, porém, na prática, só quem tivesse exercido um cargo eleitoral tinha o direito de votar. O segundo problema é a definição do que seria cargo eleitoral no período, provavelmente, teria direito a voto somente aqueles irmãos que tivessem exercido algum cargo dentro da Misericórdia em anos anteriores.

Um mês e meio antes da eleição, mais precisamente no dia 15 de junho, era afixada nas salas das sessões uma lista de todos os irmãos com direito de votar, admitindo reclamações justificadas até a véspera da eleição. As eleições eram realizadas mediante todo um ritual, na hora determinada em publicação pela imprensa, com a presença do provedor e dos irmãos votantes acontecia o recebimento das cédulas, após, o eleitor colocava na urna três votos para três chapas, um para a mesa administrativa, outro para os mordomos e um último para os conselheiros. Após o recebimento das cédulas, as mesmas eram contadas pelo provedor e apuradas pelo secretário e mais dois escrutinadores. Por fim, o provedor declarava os eleitos. Após a conclusão do processo eleitoral, o secretário escrevia em ata o resultado da eleição e coletava as assinaturas dos membros da mesa.

A eleição ou reeleição dos irmãos da Mesa, dos mordomos e do conselho era chancelada por uma cerimônia de posse que ocorria 30 dias após a eleição, na ocasião, o provedor eleito ou reeleito, acompanhado do vice-provedor devia colocar-se em frente à mesa e voltado para a Assembleia, proferiria a seguinte afirmação: “Afirmo, sob minha palavra de honra, cumprir fielmente a nossa lei orgânica, promovendo, quanto em mim couber, o engrandecimento desta caridosa instituição”. Já o vice-provedor apenas reafirmava o que fora dito pelo provedor, enquanto que o mais velho dos membros do conselho dizia o seguinte: “Por mim e pelos membros do conselho, afirmo sob nossa palavra de honra, cumprir fielmente os deveres dos nossos cargos e fazer quanto em nós couber para que se cumpram estritamente a nossa lei orgânica e as deliberações dos poderes competentes”.

Os resultados das eleições eram publicados nos jornais locais e também regionais. Temos como exemplo, o resultado da eleição de 1902, publicado no jornal *A Federação*:

Foi este o resultado da presente eleição da Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande, a qual ocorreu na maior calma: Provedor – Dr. Custódio Vieira de Castro. Escrivão – S. Bastos do Figueiredo. Tesoureiro – Afonso Favaret. Procurador – Theophilo Lopes. Mordomos – Alfredo Jacob Rheingantz, major João de Mello, Cassiano Coelho, Umberto Pimentel, Valeriano Santos, Julio Miller, Amadeu Suzini, Arlindo Braga, Rosalvo Azevedo, Trajano Miranda, Carlos C. Mattos e José Theodoro Nogueira. Membros da Junta – Dr. Leonel Gomes Velho, Dr. José Dias de Almeida Pires, Honorato Marques Vaz de Carvalho, Coronel João Luiz Vianna, Tenente Coronel Leonidio Pereira das Neves, Manoel da Costa Bezerra Filho. (**A Federação**, Santa Casa do Rio Grande. Porto Alegre, 05 ago. 1902, p.2. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A grafia da notícia está atualizada).

Sobre a receita da Santa Casa de Misericórdia, esta era composta pelos rendimentos do patrimônio, tributos e subvenções da União, do Estado e do Município, joias, esmolas, donativos e legados, cobrança da dívida ativa, benefício da loteria, reposições, multas e alcances, rendas dos estabelecimentos pertencentes à Santa Casa e rendas não classificadas. Há algumas mudanças em relação ao período imperial, como, por exemplo a destinação de parte dos rendimentos das loterias à Santa Casa, ainda assim, o grosso da receita da instituição era oriunda das doações dos benfeitores e da administração dos bens deixados a título de herança.

A caridade praticada pelos rio-grandinos para com a Santa Casa era retribuída de duas formas principais, a primeira e mais simplória, era a concessão de diploma de irmão benemérito a qualquer pessoa, de ambos os sexos, que tenham prestado serviços relevantes ou feito donativos importantes à Misericórdia. Por seu turno, a segunda retribuição era muito mais simbólica, porém, para recebê-la, a pessoa precisava fazer uma doação muito expressiva ou deixar grandes legados para a Santa Casa de Misericórdia, após feito isso, vinha o reconhecimento, a proclamação de irmão benfeitor e a grande cereja do bolo estava por vir, a colocação de um retrato pintado a óleo na galeria de honra da Santa Casa, ficando a sua pintura para a eternidade, por assim dizer. Cabia exclusivamente à Assembleia Geral conferir as distinções sociais mencionadas, não sem antes receber proposta fundamentada do Conselho ou de 20 irmãos, pelo menos.

Nas últimas páginas do compromisso da Misericórdia de Rio Grande, encontram-se várias disposições gerais, entre elas, destacam-se a obrigação da Santa Casa em cumprir fielmente os desejos e vontades dos benfeitores, manifestados em seus testamentos, escrituras ou escritos particulares. Outra disposição importante trata dos benfeitores que fizeram doações superiores a

1:000\$000, ou tenham prestado relevantes serviços à Misericórdia. Estes benfeitores, quando doentes, seriam atendidos em quartos particulares e sem custos, se assim desejassem. Os irmãos que prestaram reais serviços nos cargos para que foram eleitos, por pelo menos um biênio, teriam direito ao carro de primeira classe, quando do seu falecimento.

Não se sabe ao certo se o compromisso é de fato do ano de 1909, ou um pouco anterior, tendo em vista que a data pode fazer referência ao ano de publicação do compromisso. O que presumimos é que a Santa Casa tentou aprovar um compromisso próprio, anterior a 1909, pois há referência que este viria a substituir o compromisso de Lisboa. No relatório da provedoria de 1869, encontra-se menção ao novo compromisso da Misericórdia de Rio Grande:

A Santa Casa há muito que se ressentia da necessidade de um trabalho dessa natureza, e que as administrações anteriores não tiveram ocasião de consegui-lo, para darem de mão ao velho compromisso de São José de Lisboa (verdadeira anomalia, pela qual até hoje ainda se rege). Este projeto, depois de ter sido discutido e aprovado pela mesa e também pelo bispado na parte religiosa, acha se desde o ano passado, submetido a assembleia provincial para passar pelos tramites necessários, afim de ser adotado neste pio estabelecimento. (Relatório do Provedor Joaquim Francisco Garcia, 1869, p.12, BRG)

O responsável por elaborar o projeto do novo compromisso foi o irmão Dr. Candido Alves Pereira. Infelizmente não foi encontrado nenhum compromisso anterior a 1909 e nenhuma fonte que corroborasse que este compromisso, citado no relatório do provedor Garcia tenha sido aprovado pela Assembleia e colocado em uso pela Misericórdia. Assim sendo, não se sabe de fato se existiu um compromisso próprio anterior a 1909 ou se apenas ficou no esboço. Se a Misericórdia seguiu esse compromisso de 1869, é uma lástima não termos encontrado, pois seria de grande valia para a pesquisa.

Muito antes de ter o seu próprio compromisso, a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande guiava-se pelo compromisso de Lisboa, conforme mencionado anteriormente, e, desde 24 de dezembro de 1854, a instituição possuía um regimento. Esse documento estabelecia normas e deveres dos funcionários do Hospital. Então, pode-se dizer que enquanto o compromisso era mais abrangente, contemplando toda a Misericórdia, o regimento se referia ao hospital da Santa Casa.

Na primeira página do regimento interno do hospital da Santa Casa encontrou-se a finalidade do documento que era acolher e curar gratuitamente os enfermos pobres², sem distinção de condição, naturalidade ou religião. No entanto, há ressalvas quanto aos tipos de doenças. Pessoas inválidas, alienadas e portadores de elefantíase dos gregos³ não eram aceitos no hospital, a menos que fosse de forma provisória, até que se encontrasse vaga num estabelecimento especial. O regimento também mencionava que tão logo houvesse enfermarias separadas do hospital, lá seriam atendidos os pacientes com doenças pulmonares, varíola, sarampo, escarlatina, disenterias contagiosas, diarreias crônicas e outras doenças que pudessem ser consideradas contagiosas.

Também receberiam atendimento gratuito, segundo o regimento, os marinheiros dos navios mercantes e os escravos, cujos donos tivessem somente um escravo e não possuíssem meios de pagar a despesa do curativo. Quanto aos pacientes particulares, estes pagariam a diária de 1\$600 réis e os escravos “particulares” teriam a diária de 1\$280 réis paga pelos seus donos, já os pacientes militares que fossem encaminhados até o hospital por autoridade competente seriam considerados pensionistas, estabelecendo os pagamentos proporcionalmente ao soldo recebido por esses militares.

No que tange à administração do hospital, o regimento a dividia em três: econômico ou administrativo, sanitário e religioso. A parte administrativa era de responsabilidade do mordomo do interno, auxiliado por alguns empregados; o serviço sanitário era de responsabilidade dos médicos, sendo auxiliado por enfermeiros e pelo farmacêutico da botica e a religião estava aos cuidados do capelão.

As atribuições do mordomo do interno eram muitas, e foram citadas resumidamente, quando expôs-se o compromisso de 1909, e para não tornar o texto repetitivo, optou-se por não apresentar o que constava no regimento interno do hospital. Sobre o serviço sanitário, este era chefiado por um ou dois facultativos clínicos, ou seja, médicos; compunham o setor, dois enfermeiros; uma enfermeira; um

² Conforme o regimento interno do hospital da Santa Casa de Rio Grande, eram consideradas pobres todas as pessoas que por alguma forma se faziam acreditar quanto à sua pobreza ou a comprovavam com atestados do pároco ou de alguma autoridade civil ou policial.

³ A elefantíase dos gregos é uma doença parasitária crônica que afeta o sistema linfático, causando o aumento desproporcional de partes do corpo, principalmente dos membros inferiores.

ajudante e serventes⁴. Entre os deveres dos médicos, citados no regimento de 1854, destacam-se os seguintes: prescrever tratamentos clínico e cirúrgico; fazer uma visita diária às 08:30h no período de 1º de abril a 30 de setembro e às 07:30h no período de 1º de outubro a 31 de março⁵ aos doentes das enfermarias sob sua responsabilidade. Demais visitas diárias estavam condicionadas ao estado de saúde dos pacientes; escrever o nome da doença, medicação e dieta de cada paciente. Essas informações ficariam afixadas na cabeceira da cama da pessoa hospitalizada; visitar a botica e a despensa ao menos uma vez por mês ou quando o provedor determinasse, a fim de examinar se os alimentos e medicamentos eram de boa qualidade, entre outras obrigações.

No que tange à religião, a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande contava com um capelão que era responsável pela extrema-unção dos enfermos de doenças graves e perigosas que professassem o catolicismo, e aos demais enfermos que solicitassem ou aqueles que os médicos indicassem. Também competia ao capelão “assistir aos moribundos até o último momento, e encomendá-los logo depois do passamento”. A realização de missas às 08:00h aos domingos e dias santos também era tarefa do capelão.

Em relação à alimentação o regimento mencionava haver as dietas ordinárias e extraordinárias, conforme a tabela abaixo. O almoço era servido antes do horário de visitas e o jantar depois do meio dia. No século XIX, no Brasil, era comum a primeira refeição ser o almoço, logo após o acordar e posteriormente era o jantar, entre meio dia e 14:00h. A ceia era servida antes das 19:00h no período de 1º de outubro até o final do mês de março e antes das 18:00h no período de 1º de abril até o final do mês de setembro. Já os caldos eram servidos seguindo a orientação dos médicos, independentemente do horário.

⁴ Essas informações foram extraídas do regimento interno da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, aprovado em 1854. Certamente, passados alguns anos, com a mudança de prédio, aumento populacional e maior número de pacientes, a equipe médica tenha aumentado.

⁵ Este horário possivelmente tenha sido estabelecido em virtude das condições climáticas, pois no extremo sul do Brasil os invernos costumam ser muito rigorosos. Soma-se a isso a proximidade do prédio da Santa Casa com ao Estuário da Lagoa dos Patos, o que aumenta a sensação de frio devido aos fortes ventos.

TABELLA N. 1.

Mapa das dietas do hospital da Santa Casa de Misericórdia da cidade do Rio Grande do Sul.

	1. ^o	2. ^o	3. ^o	4. ^o	5. ^o
ALMOÇO	Uma onça d'arroz e uma dita de assucar feito em canja.	Seis onças de caldo de gallinha.	Oito onças de caldo de vacca e cinco ditas de pão.	Seis onças de caldo de gallinha e duas ditas de arroz em canja.	Seis onças de chá liquido uma dita de assucar e duas e meia de pão.
JANTAR	O mesmo.	O mesmo.	Oito onças de caldo de vacca e duas ditas de arroz feito em canja.	Um quarto de gallinha ou meio frango, e duas onças de arroz feito no caldo da mesma gallinha, porém enxuto.	Dezesseis onças de carne verde, quatro ditas de arroz feito no caldo da mesma, porém enxuto, e seis onças de farinha.
CEA	O mesmo.	O mesmo.	Duas onças d'arroz e uma de assucar feito em canja.	Seis onças de chá liquido, uma dita de assucar e cinco de pão.	Seis onças de chá liquido, uma dita de assucar e duas e meia de pão.

Além das dietas da presente tabella, fica ao arbitrio dos facultativos satisfazerem aos enfermos em qualquer exigencia, que terão o título de extraordinarias.

Figura 1 – Tabela das dietas do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

Fonte: CDH - FURG, Regimento Interno do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande dos. Rio Grande: Tipografia do Comercial, 1860).

O exemplar do regimento interno, no qual se teve acesso, data de 1860, porém esse documento foi aprovado em dezembro de 1854. Nas disposições gerais do documento, contava que ele seria revisto após quatro anos, para daí ser aprovado em definitivo com as alterações que se mostrarem necessárias. Os responsáveis pelo termo de aprovação foram o provedor João de Miranda Ribeiro, o escrivão Antônio Caetano Ferraz e o procurador Joaquim de Freitas Vasconcelos.

1.2 As Misericórdias em cidades portuárias: “Casas de Deus aos Homens porta aberta ao mar”

As Misericórdias portuguesas estendiam-se desde a capital, Lisboa, até os mais longínquos locais onde o Império Português alcançou, e, pode-se dizer que, além de centralizar a assistência, as Misericórdias eram também espaços políticos e representavam a generosidade das elites locais para com os mais pobres. Assim sendo, eram espaços onde o “dar” era sinônimo de prestígio e de poder. De acordo com Boxer (2011), não houve instituições mais marcantes do Império Marítimo Português, que as Câmaras locais e as irmandades de caridade, ambas instituições ajudaram a homogeneizar as diversas colônias portuguesas espalhadas por todo o mundo. A irmandade mais importante era a Santa Casa de Misericórdia que associada a Câmara foram os dois pilares da sociedade colonial portuguesa (BOXER, 2011, p. 267).

Sobre as Câmaras ou Conselhos Municipais, Boxer (2011) nos fornece informações importantes sobre a sua composição: “O Conselho Municipal compreendia dois a seis vereadores, consoante a natureza e a importância do local, dois juizes ordinários (magistrados ou juizes de paz sem qualquer formação em direito), e o procurador” (BOXER, 2011, p. 267-268). Todos os membros do Conselho possuíam direito a voto e não era incomum que os membros em determinado momento também fossem irmãos da Misericórdia, ou atuassem nos dois espaços de forma simultânea.

Neste subcapítulo destaca-se algumas Misericórdias que possuíam algo em comum, a localização geográfica, próxima ao mar, em cidades portuárias.

Começaremos pela Misericórdia do Porto, a mais antiga das instituições abordadas e uma das principais Misericórdias fundadas pelo Império Português, e que ainda segue em pleno funcionamento nos dias atuais. Antes de adentrar nos aspectos fundacionais, é importante situar o leitor quanto ao contexto histórico do período em que surgiu a referida instituição.

A cidade do Porto entre os séculos XVI e XVII, se comparada aos grandes centros urbanos do período, como Lisboa e Nápoles, se encaixava como uma cidade de “pequena-média grandeza” (SÁ, 2018, p. 37) com uma população estimada entre 13 mil habitantes em 1527 e 16 mil em 1623. Porto, como o próprio nome sugere, era uma cidade portuária, de província, sem o status dos maiores centros populacionais

da idade moderna, porém, devido às suas atividades marítimas, possui algum cosmopolitismo, reafirmado pela emigração para a Ásia e Brasil e também pela presença de negociantes estrangeiros (SÁ, 2018).

Outro aspecto mencionado por Sá (2018) era a ausência da corte na cidade do Porto, ao contrário do que ocorria em Lisboa, Évora e Santarém. Ao que tudo indica, Porto passou pelo período moderno sem uma única visita de um monarca português, excetuando a passagem do rei D. Manuel em 1502, a caminho de Santiago de Compostela. Quanto às famílias detentoras de títulos de nobreza, essas não passavam de três, entretanto, havia no Porto uma nobreza local denominada de cidadãos, com critérios pouco claros sobre admissibilidade, e que usufruía de vários privilégios, entre os quais se pode mencionar o de usar armas e ter isenções fiscais.

Em termos econômicos, a região do Porto era grande exportadora, entre os produtos de maior relevância, destacam-se os seguintes: azeite, cera, mel, frutas cítricas, castanhas, vinagre, vinho e sumagre, sendo os dois últimos os mais importantes. Até o final do século XVII, o vinho ainda não era o famoso “do Porto”, pode se dizer que o vinho do Porto, composto com aguardente vinícola, só se tornou amplamente exportado para a Inglaterra no decorrer do século XVIII, a partir de então até os dias atuais passou a identificar a cidade e a ser um dos vinhos mais valorizados do mundo. Até o vinho atingir esse patamar, foi o açúcar brasileiro que predominou o comércio portuense (SÁ, 2018).

A ideia e o incentivo para a cidade do Porto fundar uma Misericórdia podem ser atribuídos ao rei D. Manuel, que assim o fez em 1499, através de uma carta, todavia, faltam documentos para elucidar em qual ano de fato a Misericórdia foi criada no Porto. Há testemunhos da existência da Confraria em 1503 e até 1521 (ano em que foram incorporados alguns hospitais da cidade) a Misericórdia não teria prosperado de forma muito significativa, em grande parte devido ao fato de as elites locais estarem relutantes em abrir mão dos hospitais que administravam (SÁ, 2018).

Na década de 1550, a Misericórdia já estava bem consolidada no Porto, amparada pelas elites locais que se dividiam entre a Câmara Municipal e a Mesa da Misericórdia. No que tange ao novo Hospital da Misericórdia, condizente com o tamanho e relevância da cidade do Porto, este só fora edificado e concluído graças ao dinheiro deixado como herança para a irmandade por D. Lopo de Almeida, cujo testamento data de 1584. A obra foi iniciada em 1605, através da ampliação do antigo hospital do Rocamador (SÁ, 2018).

As práticas caritativas da Misericórdia do Porto eram iguais ou muito semelhantes a outras Misericórdias, uma vez que todas elas tinham no compromisso da Misericórdia-mãe como guia. Entre as caridades desempenhadas pela Misericórdia do Porto nos primeiros dois séculos, estava: ajudar pobres envergonhados em suas residências, doar roupas e comida aos necessitados, enterrar os mortos que não tinham posses, visitar os presos na cadeia, ajudar crianças desamparadas, e alavancar recursos para resgatar cativos no Norte de África (SÁ, 2018).

Como mencionamos acima, a irmandade do Porto, assim como as demais espalhadas pelo Império português buscavam seguir os compromissos de Lisboa, algumas criavam os seus próprios compromissos, que eram inspirados nos compromissos da capital. A Misericórdia do Porto formulou o primeiro compromisso próprio em 1594, e o segundo em 1646, adaptando o compromisso de Lisboa de 1618. No primeiro compromisso, o número máximo de irmãos era 150, já no segundo, o número aumentou para 250. Os irmãos estavam divididos em dois grupos, nobres ou de melhor qualidade e oficiais de menor condição (SÁ, 2018).

Embora a Misericórdia do Porto tivesse um número considerável de irmãos, somente alguns tinham poder de decisão, eram os 13 irmãos que faziam parte da Mesa, os cargos mais importantes eram compostos pelo provedor da Misericórdia, escrivão e tesoureiro. A mesa reunia-se duas vezes por semana e os demais membros ocupavam cargos secundários e desempenhavam atividades de assistência. As atividades eram tantas que somente os irmãos da Mesa não conseguiam dar conta de toda demanda, em virtude disso foram criadas as mordomias. Havia sempre um mordomo do mês para desempenhar uma atividade específica, necessidades que abriram espaço para a participação de outros irmãos que não integravam a Mesa diretora (SÁ, 2018).

Entre os mordomos também havia uma hierarquia, sendo o principal, o mordomo da bolsa, a quem o tesoureiro entregava o dinheiro necessário para os gastos da irmandade. Outra atribuição era anotar os gastos em livro específico, e ajudar mensalmente o tesoureiro na formulação das contas da Misericórdia. Ao longo dos anos, o número de mordomos foi aumentando constantemente, em 1575 havia sete, já em 1610 aumentara para treze e em 1646 eram dezesseis mordomos (SÁ, 2018). Ao considerar esse último número e multiplicar por 12 meses, ter-se-ia 192 mordomos servindo a Misericórdia anualmente, isso se pensarmos que havia uma rotatividade e o mesmo irmão só pudesse ser mordomo um único mês do ano, mas,

essa situação não ocorria, ainda que o princípio da rotatividade fosse importante para as mordomias.

De acordo com Sá (2018), ser irmão de uma Misericórdia podia significar mais do que se exhibir em cerimônias solenes. “Embora se saiba que para muitos o prestígio da pertença se sobrepunha ao dever de voluntariado na confraria” (SÁ, 2018, p. 48). Independentemente de quais as motivações que faziam um irmão querer pertencer a uma Misericórdia, no Porto, assim como nas demais instituições, havia muito trabalho a ser desempenhado por quem se dispunha para tal.

No Brasil, assim como em outros territórios ocupados pelos portugueses em determinado período histórico, as Misericórdias terão um papel extremamente relevante na manutenção da ordem social, no atendimento à assistência, a saúde, e também no pós-morte, com as missas rezadas em favor das almas dos doadores.

De acordo com Russell-Wood (1981), as primeiras Misericórdias a surgirem no Brasil estavam localizadas nas capitanias de São Vicente e Pernambuco. Geralmente há um consenso entre os historiadores que o título de primeira Misericórdia deva ser atribuído a Misericórdia de Santos, fundada por Brás Cubas em 1543 e legitimada pelo alvará real de abril de 1551. Após Pernambuco e São Vicente, outras Misericórdias não tardaram a ser criadas. No Espírito Santo, apesar da incerteza da data de fundação, em 1551 já havia uma Misericórdia e na década seguinte Olinda e Ilhéus já contavam com uma Santa Casa e no Rio de Janeiro, na década de 1580 igualmente já havia uma Misericórdia, porém, segundo Russell-Wood (1981), a Misericórdia mais importante em terras brasileiras era a de Salvador.

A menção mais antiga sobre a existência de uma Misericórdia na Bahia data de 1552, quando o jesuíta Manoel de Nóbrega a menciona em uma correspondência. A falta de exatidão no que tange a data de fundação da irmandade se deve a dois principais fatores: à destruição dos arquivos da Misericórdia pelos holandeses, quando estes lá estiverem e à ação do tempo e dos insetos. No seu livro, *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 – 1755*, Russell-Wood (1981) menciona o auditor e historiador da Misericórdia no século XIX, Antônio Joaquim Damazio, que agiu com cautela em relação à data de fundação da Misericórdia da Bahia, optando por situá-la entre a chegada do governador Tomé de Souza (1549) e a morte do terceiro governador, Mem de Sá (1572). Para Russell-Wood (1981), pode se sanar o problema da data de fundação da referida Misericórdia,

utilizando documentação diversa. Para o autor, a Misericórdia foi fundada entre abril de 1549 e agosto de 1552 (RUSSELL-WOOD, 1981).

Em relação à existência de um hospital, esta demorou para ocorrer, muito provavelmente o hospital da Misericórdia tenha surgido no período do governador Mem de Sá (1558-72) que fora provedor e benfeitor da irmandade. Na década de 1560, além de ter sido provedor, Mem de Sá ajudou financeiramente a irmandade, foi nesse período que ocorreu a construção da Igreja da Misericórdia (RUSSELL-WOOD, 1981). Segundo Barreto (2011), assim como acontecia nas outras misericórdias, a Santa Casa da Bahia podia ser considerada um espaço de negociação entre ricos e pobres e de afirmação de poder e prestígio social de oligarquias.

O atendimento médico cirúrgico prestado pelo Hospital da Misericórdia da Bahia contemplava presos, soldados, estrangeiros, marinheiros, alienados, mendigos e escravos. De acordo com Barreto (2011), o Hospital foi o único da cidade de Salvador a atender todas as pessoas, independentemente do estatuto jurídico, econômico, matrimonial e étnico.

No que tange à obtenção de recursos, a maior parte das receitas da Misericórdia da Bahia eram provenientes de legados concedidos a ela de forma direta ou atrelados a bens imóveis, sob a condição de rezar um número determinado de missas, anualmente, em favor da alma do benfeitor. Sobre essa condição, faz-se importante destacar o que escreve Russell-Wood (1981), quando expõe que

A eternidade era uma preocupação constante dos aristocratas da Bahia, cuja fortuna frequentemente havia sido obtida por meios inescrupulosos e ao preço da exploração dos escravos. A primeira compra que qualquer branco fazia era um escravo. Durante sua vida, o senhor maltratava o escravo. No leito de morte, o senhor cuidava da sua própria salvação legando o escravo à Misericórdia, de modo que o produto da venda fosse aplicado às misericórdias pela alma do senhor falecido. (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 69)

Não somente no período colonial, mas também no imperial há essa triste constatação: um grande número de benfeitores das mais diversas Misericórdias do Brasil possuía escravos, e dependendo da sua atividade econômica, quanto mais escravos um sujeito tinha, maior era a sua riqueza. No caso da Misericórdia de Rio Grande, fundada no Brasil Império, há um número importante de benfeitores que possuíam escravos, como veremos no decorrer do trabalho.

A Misericórdia da Bahia, a exemplo de outras espalhadas por Portugal e além-mar era grande recebedora de legados em propriedade, competia com os jesuítas e franciscanos. O valor que a irmandade recebia em dinheiro era muito inferior ao comparado com bens imóveis. A maior doação que a Santa Casa da Bahia recebeu foi de um padre, denominado Francisco de Araújo, em 1650. O legado era composto por quatro currais de gado, um rebanho de carneiros e pequenas fazendas de fumo e algodão (RUSSELL-WOOD, 1981). As doações que a Misericórdia recebia possuíam motivações diversas, por exemplo, havia aqueles que em vida não tinham praticado ações, vamos dizer assim, muito corretas e buscavam o perdão, a salvação da alma e também havia pessoas que deixavam legados à Misericórdia por pura filantropia, como foi o caso de João Mattos de Aguiar que fez fortuna de forma digna e deixou uma soma superior a um milhão de cruzados para a Misericórdia da Bahia no final do século XVII (BOXER, 2011).

A Misericórdia da Bahia não recebia doações somente de pessoas abastadas, embora essas fossem muito mais significativas, considerando os valores em questão. As pessoas mais simples também doavam, como observado por Barreto (2011). A autora também relata que além das doações, os recursos para a manutenção do Hospital provinham do Estado, através de contratos firmados com a provedoria da Santa Casa, em virtude dos cuidados médico-cirúrgicos dispensados aos presos, soldados e marinheiros. Uma outra renda, segundo Barreto (2011), provinha do pagamento efetuado por pacientes capazes de arcar com as despesas do tratamento, cujo valor era de mil réis diários, em 1835.

Além de doações em dinheiro, de bens de consumo e permanentes de pessoas que compunham as chamadas elites locais e de pessoas que estavam em classes sociais inferiores, há de se mencionar o patrocínio real. No caso da Bahia, essa passou a contar com a proteção real no ano de 1622 o que possibilitou maior status sobre as demais ordens que não contavam com esse apoio. Chama-se a atenção para o privilégio exclusivo de enterrar os mortos, fonte bastante lucrativa para a Misericórdia. Do ponto de vista social, Russell-Wood (1981) menciona que no século XVII o hospital funcionava com êxito, sendo a primeira referência de um médico cirurgião encontrada em um documento de contratação, já as necessidades espirituais dos doentes eram atendidas por um padre residente no hospital. Todavia, não somente os doentes eram atendidos pela Misericórdia, mas também alguns pobres encarcerados atendidos juridicamente pela Misericórdia. A caridade da Misericórdia

contemplava as moças, concedendo-lhes dotes de casamento, mas somente para aquelas que eram julgadas merecedoras de tal caridade (RUSSELL-WOOD, 1981).

Sobre a administração da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, esta estava pautada pelo compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1516 e após aos estatutos definitivos de 1618. A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral da Bahia seguiu os estatutos de sua correspondente da catedral de Lisboa até 1746, quando um novo compromisso foi escrito, atendendo às necessidades locais. Por seu turno, a Misericórdia da Bahia, adotou os termos do compromisso de 1618 e os seguiu até 1896, quando foi aprovado um novo compromisso e impresso na Bahia no mesmo ano. Conforme Russell-Wood (1981), nos 278 anos em que o compromisso de Lisboa de 1618 fora seguido na Bahia, houve apenas duas tentativas de reforma do compromisso e ambas fracassaram. Em 1737 ocorreu a primeira tentativa, indicada pelo provedor Anselmo Dias, que buscava dar mais transparência ao processo eleitoral para escolha da Mesa da Misericórdia. A proposta de maior impacto consistia em substituir a eleição indireta por uma comissão eleitoral por uma eleição direta a cargo dos irmãos da Mesa, cujo mandato estava por encerrar. Ainda que Anselmo Dias tivesse o apoio dos demais membros da mesa, a proposta nunca chegou a ser posta em prática. A segunda tentativa ocorreu em 1832 e buscava revisar o compromisso de 1618, o adequando as especificidades locais, porém também não obteve sucesso (RUSSELL-WOOD, 1981).

Ainda que a Misericórdia da Bahia tenha seguido o compromisso de Lisboa de 1618, praticamente até o final do século XIX, ela não o seguiu sem se adequar a situações novas que conforme o advento do tempo ocorriam, como, por exemplo, a roda dos expostos, implantada em 1726 ou situações específicas do Brasil, como o enterro dos escravos ou o pagamento de juros de empréstimos em forma de açúcar (RUSSELL-WOOD, 1981). Todas as situações mencionadas exigiam novos dispositivos, novas normas a serem elaboradas e seguidas.

Outra importante Misericórdia fundada no Brasil foi a Misericórdia do Rio de Janeiro. Segundo o relato do frei Agostinho de Santa Maria, a irmandade do Rio de Janeiro teria sido idealizada pelo jesuíta José de Anchieta, após sua chegada à cidade, nos idos dos anos de 1582 (GANDELMAN, 2001). A irmandade do Rio de Janeiro orientava-se pelos compromissos da Misericórdia-Mãe, Lisboa. De acordo com Silva (2009), após dois séculos de atuação limitada, a instituição cresceu, foram

criados asilos para o acolhimento de órfãos, mendigos e apoio às viúvas. Foram criados também hospitais especializados.

A Santa Casa do Rio de Janeiro tinha como escopo amparar os presos, alimentar os pobres, curar os enfermos, dar abrigo aos órfãos e ajudar no sustento das viúvas, ou seja, prestar variadas formas de assistências aos mais necessitados. Em relação aos provedores da Misericórdia do Rio de Janeiro, estes geralmente eram políticos, nobres ou comerciantes ricos. Assim como em outras Misericórdias, as elites locais também ocuparam os espaços de poder na Santa Casa do Rio de Janeiro.

Na área da saúde, a Santa Casa administrou o maior hospital do Rio de Janeiro até o final do século XVIII, este hospital atendia os pobres, sem distinção de raça ou nacionalidade. Além de serviço médico, o estabelecimento oferecia conforto espiritual, lembrando que nesse período a Igreja Católica estava bastante conectada às irmandades de Misericórdia. O hospital da Santa Casa contava com um capelão que celebrava missas dentro do estabelecimento, escutava a confissão dos fiéis e realizava extrema-unção. Os pacientes internados também recebiam refeições diárias. Aqueles que tinham condições de arcar com os custos do tratamento médico, da internação, da alimentação e dos medicamentos, assim faziam. Os escravos que eram atendidos pelo hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro tinham suas despesas custeadas pelos donos; quando estes não pagavam, muitas vezes, entregavam o escravo para trabalhar no hospital.

Quanto aos recursos para manter o hospital em funcionamento, estes provinham dos pagamentos de pacientes particulares, de privilégios concedidos pelos governantes e principalmente de doações e legados feitos por cidadãos que deixavam bens de raiz e dinheiro para a Irmandade, e em contrapartida exigiam que a Misericórdia celebrasse missas pela sua alma. Ainda assim, como ocorria na maioria das Misericórdias do Brasil, as reclamações dos gestores das Misericórdias quanto à insuficiências de receitas era grande.

Ser irmão da Misericórdia significava assistir e ser assistido até no momento da morte. Na Santa Casa do Rio de Janeiro, quando um irmão falecia, todos os outros eram convocados a comparecer na Igreja da Misericórdia e deveriam rezar quatorze Padre-Nossos e quatorze Ave-Marias. A Santa Casa de Misericórdia possuía o monopólio da morte. No Rio de Janeiro, o monopólio dos serviços funerários foi concedido pelo Estado à Santa Casa através da lei nº 583 de 5 de fevereiro. A instituição, por sua vez, assumiu o compromisso pela construção e administração da

Enfermaria de Nossa Senhora da Saúde, da Enfermaria de São João Baptista da Lagoa, em Botafogo e da Enfermaria São Francisco Xavier, mais tarde, transferida para a Praia de São Cristóvão sob a denominação de Hospício de Nossa Senhora do Socorro. Estes estabelecimentos tinham a finalidade de atenuar as epidemias que ocorreram no Rio de Janeiro durante o século XIX, dando assistência às populações pobres que foram atingidas.

Quando a pessoa falecida era considerada pobre, o compromisso garantia que os custos com a encomendação do corpo, o sepultamento e a realização de uma missa fosse responsabilidade da Misericórdia. A Santa Casa fazia também o sepultamento gratuito de alguns soldados. No caso dos escravos, os donos deveriam restituir à Santa Casa o valor gasto com o enterro, situação que nem sempre ocorria.

Uma forma bastante direta de caridade também foi praticada pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, a distribuição de esmolas⁶ para os mais necessitados ou para aqueles que estavam passando por dificuldades financeiras. As pessoas interessadas em receber esmolas deveriam encaminhar uma petição à Mesa da instituição, esta verificaria junto aos padres paroquiais se o solicitante era honesto e em qual situação econômica ele se encontrava, condições fundamentais para o recebimento das esmolas ofertadas pela Misericórdia. As esmolas nem sempre eram em dinheiro, mas poderiam também ser roupas ou até mesmo um abrigo.

As Misericórdias espalharam-se por todo o Império português, seja em territórios conquistados e ocupados por um longo período, seja em territórios, cuja presença portuguesa foi efêmera, como foi o caso de Nagasaki, no Japão. A presença portuguesa, de agentes mercantis e depois religiosos interessados na evangelização dos japoneses, com destaque para a ordem da Companhia de Jesus se deu em virtude da rede de negócios entre Macau e o Porto de Nagasaki.

A Santa Casa de Misericórdia de Nagasaki foi fundada em 1583, um pouco mais tarde também foi criado um hospital para os leprosos. Sobre as Misericórdias nipônicas, Gonçalves e Sousa (2005) tecem os seguintes comentários:

[...] conseguiram gerar formas importantes de adesão social que devem ser estudadas não apenas a partir das funções piedosas, confraternais e assistências das irmandades, mas convocando também a demorada familiaridade local com este tipo de organismos.” (GONÇALVES; SOUSA, 2005, p.88).

⁶ Não foi encontrada essa forma de caridade sendo praticada pela Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

Assim como observado em outras Misericórdias espalhadas pelo mundo, em Nagasaki, foram as elites locais de matriz católica que assumiram a direção da instituição e alavancaram o número de irmãos. Outra característica compartilhada pela Santa Casa nipônica com as suas congêneres foi a prosperidade econômica alcançada, isso graças aos donativos, legados e heranças testamentárias recebidos dos cidadãos locais.

Apesar de bem-sucedida, a Misericórdia de Nagasaki funcionou plenamente por apenas 30 anos. Em 1614, os cristãos foram expulsos do Japão e com isso os edifícios religiosos foram destruídos, ainda que o prédio da Misericórdia tenha sido poupado da destruição, o edifício foi fechado e o local transformado em mero depósito de artigos religiosos que outrora estavam nas igrejas católicas. Ainda que a Misericórdia não tivesse mais um prédio, ainda assim, algumas atividades assistenciais não deixaram de existir de imediato. Os irmãos continuavam assistindo aos pobres, e os padres escutavam as confissões dos doentes e davam assistência aos condenados à morte, acompanhando-os até o local da execução. Em 1616, a situação da Misericórdia era praticamente insustentável, vindo ela a resistir e sobreviver devido aos donativos de um sistema clandestino que a financiava. Essa situação de resistência dos irmãos da Misericórdia de Nagasaki durou até o ano de 1633, quando a Igreja da Misericórdia e sete hospitais foram fechados em definitivo. O último provedor, de nome Miguel, foi martirizado em 28 de julho de 1633 e a partir daí, não houve mais nenhuma eleição para a Mesa administrativa, terminando assim a confraria de Nagasaki. (GONÇALVES; SOUSA, 2005).

Capítulo 2 Assistência e Elites Comerciais: O caso da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

A historiografia existente sobre as Misericórdias é bastante elucidativa no que diz respeito a participação das elites nos cargos diretivos da instituição. Seja em Portugal ou em outra região do mundo, os grupos definidos como elites participavam ativamente como irmãos, diretores e benfeitores. Em Rio Grande, durante o século XIX e começo do século XX não era diferente, o que mudava eram as ocupações que estas elites possuíam, no caso rio-grandino, a elite era majoritariamente formada por comerciantes.

A cidade de Rio Grande prosperou no século XIX, muito por ser a última defesa do império brasileiro e também em virtude do seu porto, o que fez fomentar o comércio em nível local e regional. Do porto de Rio Grande, saíam os principais produtos gaúchos, que eram transportados em embarcações que tinham entre seus principais destinos Rio de Janeiro e Havana. O porto fez surgir e prosperar um grupo que se pode definir como a elite comercial local e também regional. Foi em Rio Grande que surgiu a primeira Associação Comercial do Rio Grande do Sul, para assim dar suporte aos interesses desses comerciantes.

A Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande foi fundada justamente por um comerciante, natural do Porto em Portugal. Contudo, em um primeiro momento, a instituição foi fundada com o nome de Irmandade de Espírito Santo e Caridade, no ano de 1835. Mais tarde, já sob a denominação de Misericórdia, a instituição enfrentou diversos obstáculos relacionados à infraestrutura e orçamentos limitados, porém, com a ajuda de doações e legados de benfeitores, a instituição firmou-se em Rio Grande como referência nos atendimentos aos mais necessitados.

O perfil dos pacientes atendidos pela Misericórdia era formado em sua maioria por homens com poucos recursos, marítimos e de nacionalidade estrangeira. Os pacientes procuravam por atendimento médico, farmacêutico e odontológico, este último, começou a ser ofertado no início do século XX. No entanto, a Misericórdia não ofertava somente estes serviços. Durante um período do século XIX, a instituição alimentou os presos pobres, uma prática caritativa que remonta aos primeiros compromissos da Misericórdia de Lisboa, também cuidou das crianças abandonadas, a partir da criação da Roda dos Expostos e até no momento da morte, era incumbência

da Santa Casa cuidar dos procedimentos funerários, desde o transporte até o enterro da pessoa falecida.

2.1 A cidade portuária de Rio Grande

A história de Rio Grande, enquanto território português, começou em 06 de agosto de 1736 quando foi fundada a freguesia de São Pedro de Rio Grande, pertencente ao bispado do Rio de Janeiro. Após, em janeiro de 1737, Cristóvão Pereira de Abreu, acompanhado de 180 homens e rebanho de gado se estabeleceu ao sul do canal de Rio Grande. No mês seguinte, mais precisamente em 19 de fevereiro de 1737, o povoado de Rio Grande é fundado, data da chegada da expedição do Governador do Rio de Janeiro, José da Silva Paes, que quase de imediato mandou edificar o forte Jesus-Maria-José, local em que seria celebrada a primeira missa em 02 de março de 1737 (FLORES, 2019). Também em 1737 se esboçou em mapa a Ilha dos Marinheiros, que segundo Torres (2008), era um local muito importante, pois fornecia a madeira necessária para a construção e uma excelente água potável. Posteriormente, no século XIX a ilha tornou-se um grande centro produtor de frutas e legumes.

A ocupação da região de Rio Grande ocorreu em virtude dos desejos expansionistas de Portugal em direção ao Prata e também para melhor defender a Colônia de Sacramento, além de povoar a região. Nos primórdios da ocupação, as casas eram simples, cobertas de palha e destinadas às famílias de militares com seus escravos e o local que era denominado porto era usado somente para fins militares, navios mercantes só seriam permitidos em 1763 (FLORES, 2018). Inicialmente, a cidade de Rio Grande era voltada para a defesa do território português, no século seguinte se tornaria destacada também pelas atividades comerciais, impulsionadas por abrigar o último porto brasileiro antes da fronteira meridional do Brasil e da entrada do Rio da Prata (KUNIOCHI, 2007).

A transformação de povoado em vila ocorreu em 1747, porém a organização administrativa somente se efetuou em 1751, quando da ocasião dos trabalhos demarcatórios necessários em virtude do Tratado de Madri. A partir de então, Portugal

se faz de fato mais presente na região, instalando o Senado da Câmara local⁷. De 1763 a 1776, Rio Grande enfrentou um período de queda econômica e demográfica, em função da invasão espanhola, além de prejuízos múltiplos, a vila de Rio Grande também perdeu o status de centro administrativo para Porto Alegre, posição que jamais conseguiria recuperar. Após a expulsão dos espanhóis⁸, Rio Grande viria novamente a ter destaque no cenário político, em virtude da Revolução Farroupilha (1835-1845). Rio Grande, já na situação de cidade⁹, foi reduto das tropas legalistas e quando Porto Alegre foi ocupada pelos revoltosos, fora a cidade transformada em capital da Província pelos legalistas¹⁰ (ALVES; TORRES, 1997).

Abaixo apresenta-se um mapa da primeira divisão administrativa da então Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, datado de 1809, assinado pelo governador e capitão-general Diogo de Souza. Conforme o mapa, percebe-se a divisão do Rio Grande do Sul em apenas quatro municípios: Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha, Porto Alegre e Rio Grande. Assim sendo, pode-se constatar a relevância de Rio Grande no cenário regional já no começo do século XIX. Ainda de acordo com a divisão administrativa de 1809, havia as paróquias de São Pedro do Rio Grande, Nossa Senhora da Conceição do Estreito e São Luiz de França das Mostardas.

⁷ Conforme Flores (2019), a Câmara era composta por três vereadores, um procurador, dois juízes ordinários e um juiz de órfãos. Rio Grande foi a capital administrativa do Rio Grande do Sul de 1751 até o ano de 1763. Torres (2008).

⁸ De acordo com Flores (2019), os espanhóis foram expulsos de Rio Grande em 02 de abril de 1776. Após, em 1777 foi firmado o Tratado de Santo Ildefonso, estabelecendo a paz entre Portugal e Espanha.

⁹ Em 1835, por lei provincial foi criada a cidade do Rio Grande.

¹⁰ Ainda que Rio Grande tenha sido um reduto legalista, não sendo ocupada em nenhum momento da guerra pelas tropas farroupilhas, foi em Rio Grande, na localidade de Povo Novo que nasceu o General farroupilha Antônio de Souza Netto, famoso por ter proclamado a República Rio-Grandense.

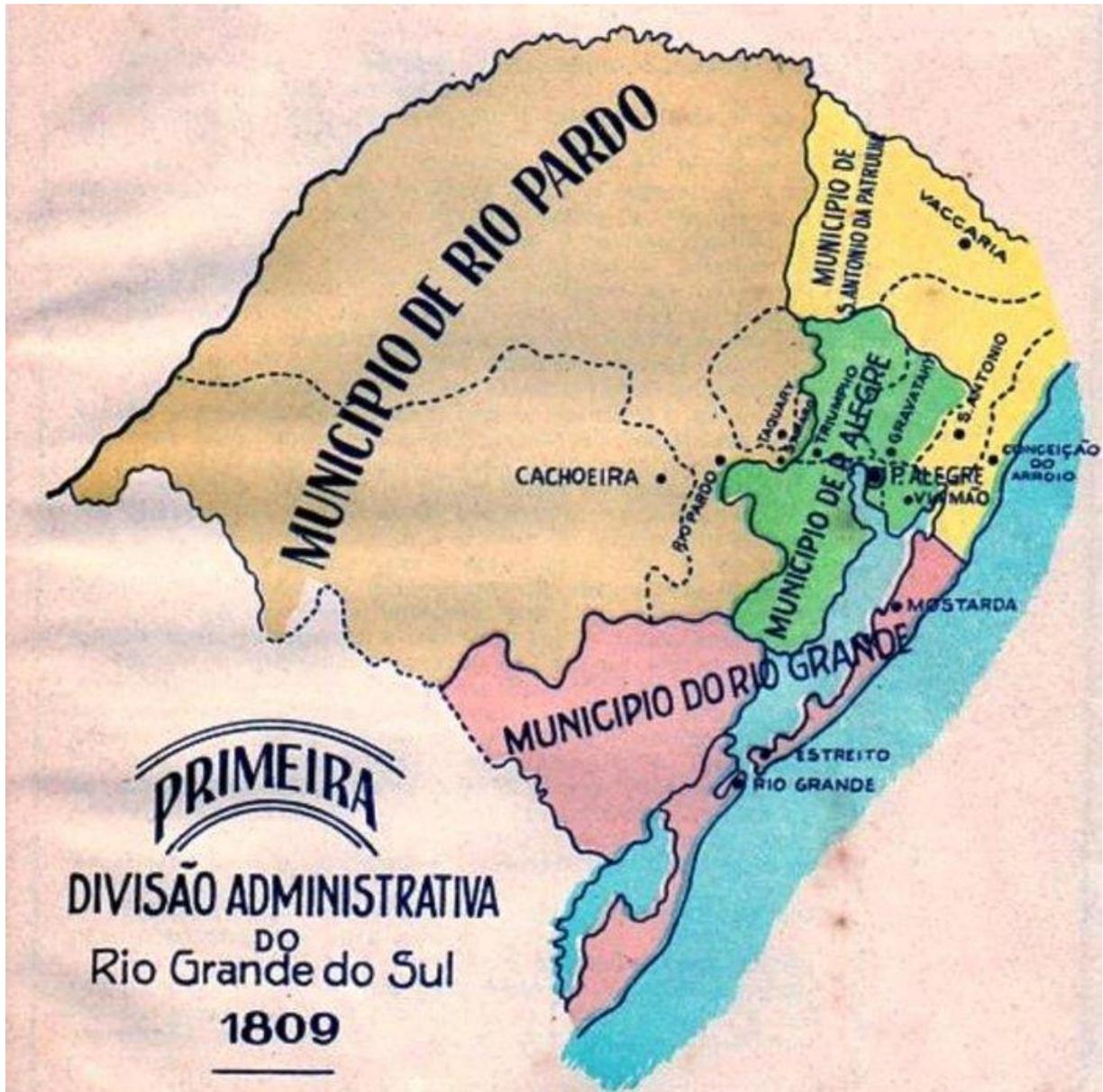


Figura 2 – Divisão Administrativa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1809.

Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2019/01/>. Acesso em: 22 de ago. 2024.

Após o término da Revolta dos Farrapos, a cidade de Rio Grande passou a ter a seguinte composição burocrática: a administração era atribuição da Câmara Municipal formada pelo presidente e mais oito membros. A Câmara estava dividida em comissões, por exemplo, polícia, economia municipal, obras e melhoramentos municipais, entre outras. Além da Câmara Municipal, existiam outros órgãos, a saber: Alfândega, Delegacia de Polícia, Capitania do Porto e Mesa de Rendas e os seguintes

cargos: juiz de direito, juiz municipal, comandante de guarnição, promotor público, dois juizes de paz, escrivão e um comandante da Barra (ALVES; TORRES, 1997).

No que tange a localização geográfica, Rio Grande está situada na Planície Costeira do Rio Grande do Sul e, conforme ressalta Torres (2015), teve o seu desenvolvimento histórico conectado à posição estratégica ocupada no Estuário da Lagoa dos Patos junto a Barra do Rio Grande¹¹, local que foi encontrado em 1532 por Pero Lopes de Souza, não de forma intencional, pois este procurava uma embarcação perdida, integrante da frota de Martim Afonso de Souza que rumara ao Prata. Torres (2015) esclarece que o nome “Rio Grande de São Pedro”¹², denominação anterior a “Rio Grande” consta nos registros cartográficos desde 1534, este “rio” é o afunilamento da Lagoa dos Patos quando do seu escoadouro no Oceano Atlântico.

Quanto as ruas¹³ de Rio Grande, na primeira metade do século XIX, mais precisamente em 1820, há informações observadas pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1987) que anotou um total de seis ruas desiguais, atravessadas por outras estreitas, chamadas de becos. A rua de maior extensão era chamada Rua da Praia, a rua paralela a esta era menor e as outras quatro iam decrescendo em tamanho. A rua da praia por ser a principal da cidade, contava com as melhores casas, conforme o relato de Saint-Hilaire (1987), as casas eram de alvenaria, cobertas por telhas, com janelas envidraçadas e várias com sacadas de ferro. Igualmente na Rua da Praia estavam localizados a maioria dos estabelecimentos comerciais e também uma praça “alongada, onde cresce uma relva finíssima e que poderia ser muito bonita se aí se plantassem algumas árvores. Dessa praça avistam-se, além das águas, as ilhas dos Cavalos e dos Marinheiros; e ao nordeste percebe-se o Norte distante”. (SAINT-HILAIRE, 1987, p.74).

Em termos econômicos, ainda no começo do século XIX, Rio Grande crescia de forma bastante acentuada, a importação de produtos europeus, os negócios com a região do Prata e os negócios locais chamaram a atenção do comerciante inglês John Luccock, o que o fez mencionar que Rio Grande estava em “franco progresso”.

¹¹ Segundo Torres (2015): “A Barra do Rio Grande é o estreito espaço onde a água de cinco bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul e do Uruguai desaguam no Oceano Atlântico após terem percorrido a Lagoa dos Patos/Estuário”. (TORRES, 2015, p.10).

¹² “O desconhecido e caudaloso volume de água que desembocava no Oceano foi chamado de Rio de São Pedro, devido ao calendário eclesiástico dedicar a São Pedro o dia desta primeira observação”. (TORRES, 2015, p.11).

¹³ Conforme o relatório da Câmara de Rio Grande, do ano de 1857, havia uma preocupação bastante grande com a cidade literalmente submergir perante a ameaça da areia. Problema que começou a ser resolvido com o repasse de recursos do governo provincial.

Com o ponto de vista semelhante ao de Luccock, Saint-Hilaire, escreveu em 30 de agosto de 1820, que a cidade de Rio Grande era um considerável centro de comércio de carne seca, couros, sebo e trigo, produzidos em grande parte da capitania, além dessa observação, Saint-Hilaire (1987) menciona que em Rio Grande viviam comerciantes riquíssimos, que transpareciam essa riqueza através dos móveis de suas casas e pela sua aparência. Após 1823, com a construção do Porto¹⁴, e a possibilidade de chegadas de navios maiores, grande parte da produção pecuária e charqueadora foi escoada pelo recém-inaugurado Porto, tendo destaque os couros, o charque, os chifres, a graxa, a carne em barris, o sebo e o tutano em bexigas (ALVES; TORRES, 1997).

O charque e seus derivados estavam entre os produtos mais exportados pela Praça de Rio Grande na metade do século XIX, conforme observado por Munhoz (2003). Para se ter uma ideia, no ano de 1847 foram exportadas mais de noventa e cinco mil arrobas de charque para Havana e mais de quatrocentos e oitenta mil arrobas de couro salgado, sendo o principal comprador, a Inglaterra. Entretanto, era o mercado interno o principal comprador do charque saído do Porto de Rio Grande, no ano de 1849, foram vendidas mais de duzentos e vinte mil arrobas de charque, tendo como principais compradores o Rio de Janeiro e Pernambuco. Todavia, Munhoz (2003) observou que não somente gêneros de origem bovina eram exportados a partir de Rio Grande, itens alimentícios (laranjas, abóboras, melancias, camarões, tainhas salgadas, ovos, queijos e arroz) eram exportados para o Prata, embora em menor quantidade que os produtos de origem bovina.

No século XIX, na zona sul do Rio Grande do Sul muito se falava da opulência da vizinha Pelotas, graças a economia saladeril, mas Rio Grande, do mesmo modo, se destacava não somente escoando a produção de Pelotas e demais locais da Província, pois havia em terras rio-grandinas uma pulsante atividade comercial. Entre os anos de 1846 a 1880 a receita da cidade cresceu de forma constante, começando com uma média próxima de vinte contos de réis e chegando a sessenta contos de réis na década de 1880. Essa receita advinha de taxas, licenças e impostos sobre as atividades produtivas praticadas na cidade (ALVES; TORRES, 1997). Com o

¹⁴ A ausência de um Porto, até o ano de 1823, impedia Rio Grande de fazer maiores negócios com o mercado interno e com o externo. Sobre esse fato, escreveu Saint-Hilaire em agosto de 1820: "A situação de Rio Grande é também pouco favorável ao comércio, tornando-se triste, pois somente iates podem ancorar diante da cidade; as embarcações de maior calado são obrigadas a ficar ao Norte" (SAINT-HILAIRE, 1987, p.75).

crescimento econômico há de se supor que haveria de acontecer o crescimento urbano da cidade, pois bem, esse iria acontecer, mas com certas dificuldades de caráter geográfico. A ausência de vegetação e as areias que insistiam em aproximar-se das casas geravam bastante dificuldade ao avanço urbano, incômodo relatado por viajantes, como Saint-Hilaire (ALVES; TORRES, 1997).

A cidade de Rio Grande cresceu rumo a zonas alagadas, onde foram colocados aterros com o propósito de construir-se novas residências e assim expandir a cidade, porém, isso acarretaria no futuro um novo problema, quando chovia, essas zonas ficavam alagadas. A solução debatida na Câmara Municipal era a colocação de calçamento¹⁵, que viria a acontecer nas décadas de 1870 a 1880, com a chegada do calçamento às ruas principais, evita-se o constante alagamento, bem como torna a cidade mais aprazível aos moradores e viajantes (ALVES, TORRES, 1997).

Em agosto de 1874, começou o calçamento das ruas em Rio Grande, e dois anos mais tarde as principais ruas estavam calçadas, sendo elas: Riachuelo, General Osório, Pedro II, Príncipes, Paysandú, Vinte de Fevereiro, Imperatriz, Andrade Neves, Francisco Marques, Villeta, 16 de Julho, Zallony, Andradas, Marques de Caxias, Beco do Castro, General Netto, entre outras. As pedras necessárias para a execução do calçamento vieram de várias cidades: Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Lourenço do Sul e Pelotas.

Além do calçamento, a construção e a reforma de prédios públicos também estavam na pauta da Câmara e dos rio-grandinos em geral. O Mercado Público, considerado vital pela administração local fora ampliado, para tanto foi contraído um empréstimo, e cerca de 20 anos após o início das reformas de ampliação, na década de 1880, finalmente houve a conclusão das obras. Assim como o Mercado, o Matadouro Público¹⁶ era também de suma importância para o local e sofrera melhorias. Outros locais que foram ampliados e reformados na segunda metade do século XIX foram a Cadeia Municipal e o Cemitério (ALVES; TORRES, 1997). Na década de 1870, Rio Grande estava situada entre as cidades mais importantes do Rio Grande do Sul, detentora de um comércio marítimo forte, em virtude do porto¹⁷, que

¹⁵ Torres (2008) cita 1862 como o ano de início do calçamento em Rio Grande, porém o mesmo explica que a falta de material causou transtornos para a execução do serviço, e que obras mais amplas foram feitas somente em 1874.

¹⁶ Conforme o relatório da Câmara de 1876, o matadouro começou a funcionar em 08/08/1873.

¹⁷ De acordo com a observação feita em 1871 pelo irlandês Michael George Mulhall, o Porto de Rio Grande era responsável por 2/3 de todo o comércio da província. (TORRES, 2008).

era o maior de toda a região sul do Brasil. Não obstante, a partir da referida década, a cidade passou a se destacar também como centro industrial, principalmente pela instalação da Fábrica Rheingantz¹⁸, no ano de 1873.

Por ser uma cidade comercial e portuária, se fazia necessário o constante melhoramento nas vias de transporte, melhorias nas estradas, nas ruas¹⁹, construções de pontes e melhorias no porto, bem como a ampliação de lâmpões para a iluminação pública²⁰. No que tange ao fornecimento de água, até a década de 1870 este ocorria através de poços, situação que começou a se alterar em 1873, com a concessão de licença para a Durão & Frick para a colocação de encanamento de água na cidade, em maio do ano seguinte a empresa começou a fornecer água a alguns municípios, em razão das obras ainda não estarem concluídas, o Chafariz da Praça 7 de setembro passou a fornecer água de forma gratuita ao público. O Relatório da Câmara de 1876 menciona também que a qualidade da água é ótima e que há água em abundância. Os serviços de melhoramento urbano atenderam ao crescimento populacional, às necessidades econômicas e ao anseio de maior qualidade de vida dos moradores e contribuíram para melhorar a imagem de Rio Grande, conferindo-lhe uma imagem mais “europeia”.

As transformações pela qual passava a cidade de Rio Grande coincidem com o período de viagem de Michael Mulhall, o irlandês fez algumas observações interessantes sobre a cidade: sobre o porto, ele o considerou notável, com navios de 250 toneladas ancorados ao longo da praia; sobre as casas, Mulhall disse que o interior delas se assemelhava ao conforto europeu, porém o que mais lhe chamou a atenção foram as dimensões espaçosas das salas, composta por várias janelas; em relação aos jornais, ele observou que para uma população de dezessete mil habitantes, havia muitos periódicos diários, num total de cinco; no que tange a saúde, o viajante irlandês ressaltou o prédio do hospital da Santa Casa de Misericórdia, dizendo que este era o mais belo edifício da cidade e novamente destacou que o hospital era bastante grandioso para uma população não muito numerosa, dizendo

¹⁸ Conforme Torres (2008), a empresa de fiação e tecelagem teve milhares de funcionários e projeção nacional.

¹⁹ Em 1848, a Câmara via com preocupação o estado de algumas ruas e praças que precisavam de aterro, ficando intransitáveis no inverno. Relatório da Intendência de Rio Grande. Rio Grande: 1848. Este relatório encontra-se disponível nos Arquivos da Biblioteca Rio-Grandense.

²⁰ Conforme o relatório da Câmara de 1848, havia somente 120 lâmpões em uso, o que era insuficiente para atender a demanda do período. Segundo a Câmara local, era necessário no mínimo mais 60 lâmpões.

que o hospital era proporcional para uma cidade do tamanho de Buenos Aires; em relação ao comércio, Mulhall escreveu que esta atividade econômica estava nas mãos dos ingleses e dos alemães, porém, “os comerciantes nativos também são inteligentes, ativos e bem educados, alguns falando inglês tão fluentemente como nós próprios, embora a maioria jamais tenha atravessado a barra de Rio Grande”. Havia em Rio Grande dois bancos, o Mauá e o Londrino e Brasileiro e os capitalistas foram considerados por Mulhall numerosos e ricos. (TORRES, 2005).

O crescimento econômico e urbano de Rio Grande foi acompanhado por um crescimento demográfico, após 1820, há relatos de constante aumento populacional. Em 1820, Auguste de Saint-Hilaire estimou o número de habitantes em dois mil, já em 1834, Arsène Isabelle calculou a população em mais de quatro mil. No ano de 1851, Joseph Hörmeyer apontou que Rio Grande tinha entre doze e quatorze mil habitantes. Passados 20 anos, em 1º de janeiro de 1871, o jornal *Diário do Rio Grande*, publicou em suas páginas que a população de Rio Grande era estimada entre dezesseis mil e dezesseis mil e quinhentas pessoas e o número de imóveis era assim constituído: 2.126 casas térreas, 126 sobrados, 14 casas assobradadas, 7 sobrados de dois andares, 2 sobrados de três andares, 1 teatro, 1 hospital de Misericórdia com capela, 1 hospital de Beneficência Portuguesa com capela, paço municipal, mercado, alfândega, edifício da praça do comércio, capitania do Porto e prédio da cadeia civil. Em 1872, ano da realização do primeiro censo no Brasil, havia em Rio Grande uma população de vinte e um mil e sessenta e duas pessoas, desse total, dezesseis mil e setecentos e quarenta e sete eram livres e quatro mil e trezentos e quinze eram escravos. Ao final do século XIX e começo do XX, os dados populacionais não são precisos, mas, possivelmente havia em Rio Grande trinta mil habitantes (ALVES; TORRES, 1997).

Rio Grande, no século XIX, possuía uma elite formada basicamente por proprietários, por comerciantes²¹, muitos dos quais se dedicavam a negócios de importação e exportação, por militares de alta patente e por industriários (final do século XIX). Tal grupo era majoritariamente monarquista e escravista, e um dos baluartes do partido conservador na província, ostentando com orgulho que era a única cidade a não ter caído nas mãos dos rebeldes farroupilhas. Os comerciantes

²¹ O relatório do presidente da Província (1872), mencionou Rio Grande como a mais rica cidade comercial do período.

estavam ligados aos negócios com o charque e os couros, e suas conexões mercantis estendiam-se a muitos outros portos do Atlântico.

Os grupos definidos como elites locais buscavam reproduzir costumes europeus e deixar a cidade portuária com ares mais modernos, investindo fortemente em cultura e em educação. Prova disso é a instalação dos Teatros Sete de Setembro e Polytheama, locais onde o público poderia assistir a peças de companhias estrangeiras, nacionais e locais e da primeira Biblioteca do Rio Grande do Sul, a Biblioteca Rio-Grandense (1846), que inicialmente chamava-se Gabinete de Leitura (ALVES; TORRES, 1997). A referida Biblioteca encontra-se até os dias atuais em atividade, sendo constituída por um vasto e precioso acervo documental e jornalístico. Além dessas três instituições, também foi em Rio Grande que surgiu a primeira loja maçônica do Estado, a União Constante, no ano de 1840.

O atendimento aos doentes carentes na vila de Rio Grande remonta ao ano de 1806, quando foi fundada uma Sociedade Beneficente, por iniciativa do padre Francisco Ignácio da Silveira. Em 1820, mais especificamente em 30 de agosto, Saint-Hilaire (1987) escreveu que havia em Rio Grande um hospital, responsável por receber os soldados de linha, os milicianos e alguns mendigos. Já em 1825, há informações que dão conta da instalação de uma Casa de Caridade, ainda que em condições bastante limitadas quanto à estrutura física, para cuidar dos doentes necessitados (RODRIGUES, 1985).

No ano de 1831, mais precisamente em 13 de novembro, em substituição a Casa de Caridade, foi instalada em Rio Grande a Sociedade de Beneficência, entre os objetivos da instituição estava cuidar dos enfermos carentes, cuidar da educação dos expostos, órfãos e filhos de pais pobres, casar moças pobres, entre outros. A Sociedade era composta pelas seguintes pessoas: presidente, Francisco Xavier Ferreira, auxiliares, Bernardo José Viegas (secretário), Isabel Eufrazia de Oliveira, Anna Joaquina Affonso Braga, Rodrigo Fernandes Duarte, José Affonso Guimarães, João Francisco Vieira Braga, Francisco Ignacio da Silveira, José Maria de Sá, Custódio José Antunes Guimarães, João da Costa Goulart e Vicente Manoel de Espíndola (RODRIGUES, 1985). Na composição da instituição é importante ressaltar a presença de duas mulheres, algo não comum nas instituições médicas do período. Outro aspecto relevante na relação de nomes apresentada é a presença do futuro fundador da Santa Casa, Rodrigo Fernandes Duarte, que em 1832 viria a ser considerado Conselheiro Honorário com direito a voto nas decisões mais importantes,

mas, como veremos a seguir, a Beneficência teve uma trajetória muito curta, encerrando as atividades em 1835 (RODRIGUES, 1985).

Já na Sociedade de Beneficência, Rodrigo Duarte praticava a caridade de forma acentuada, merecendo destaque na imprensa local, como pode-se ler na notícia publicada pelo periódico *O Noticiador*²²:

Este benemérito Cidadão, já não é de si mesmo: é o homem dos pobres, e estes ficarão sendo a família predileta do seu generoso Coração, e do seu infatigável zelo: e se o heroísmo de virtude admirou tanto nesses tempos heroicos, pelos espontâneos sacrifícios de doações espantosas, a do protetor da Sociedade de Beneficência, não fica sendo inferior, e menos importante á caridade dessas primitivas idades. Cidadãos de todo o mundo! Admirai a abnegação de si mesmo, que acaba de praticar o Sr. Rodrigo Fernandes Duarte. (*O Noticiador*, discurso pronunciado pelo presidente da Sociedade de Beneficência. Rio Grande, 06 jul. 1832, p.2. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional). A grafia da notícia está atualizada.

O trecho acima faz parte do discurso do presidente da Sociedade de Beneficência e também dono do jornal, Sr. Francisco Xavier Ferreira, e ressalta as características filantrópicas de Rodrigo Duarte. Na verdade, o trecho é repleto de elogios um tanto quanto excessivos, mas, de acordo com outras fontes da época que ressaltavam a caridade e os filantropos, possivelmente existia uma rede de relações entre Xavier Ferreira e Rodrigo Duarte, pois ambos, além de caridosos, eram políticos. De acordo com Matias (2010), Xavier Ferreira fora deputado na 1ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul com participação decisiva na lei que elevou a vila de Rio Grande (1835) à categoria de cidade.

2.2 A fundação de uma Misericórdia no extremo sul do Brasil

A Irmandade do Espírito Santo e Caridade, criada em 1835 e transformada em Santa Casa de Misericórdia em 1841, surgiu da necessidade de alavancar novos benfeitores em prol da caridade e também devido às dificuldades enfrentadas pela Sociedade de Beneficência que não estava conseguindo cumprir seus propósitos. Novamente, a figura de destaque e responsável pela sua fundação, Rodrigo

²² Conforme Matias (2010) *O Noticiador*, foi o primeiro jornal rio-grandino, impresso pela recém fundada tipografia, ambas propriedades de Francisco Xavier Ferreira. O periódico começou a circular no ano de 1831. Até então, os jornais disponíveis em Rio Grande vinham do Rio de Janeiro ou de Portugal.

Fernandes Duarte, acreditava que com a mudança de nome, de viés mais religioso, a sociedade rio-grandina viria a participar mais ativamente das obras de caridade (RODRIGUES, 1985). Após o aceite da proposta pelos demais pares, Rodrigo Duarte adquiriu um sobrado, situado na Rua do Comércio, atual Coronel Sampaio²³, ali funcionaria o primeiro prédio da Irmandade, futura Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.



Figura 3 – Local da primeira sede da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande
Fonte: Pesquisador, 2023.

O prédio da imagem acima não é o mesmo que recebeu a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande de março de 1835 a junho de 1871. O prédio que foi a primeira sede do Hospital não estava mais em bom estado no ano de 1908, quando nele funcionava o Hotel Monte Christo. Diante dessa situação, a mesa da Santa Casa resolveu mandar demolir o imóvel e no mesmo local construiu três confortáveis moradias de três aberturas. Quando as paredes já estavam levantadas, a administração do Hospital resolveu fazer uma permuta do terreno com D. Antônia Joaquina Vianna pela quantia de R\$ 35.000\$000 e o reembolso de R\$ R\$ 3.500\$000, valor que a administração havia pago pelo serviço de edificação das paredes. Possivelmente o prédio da imagem acima seja o imóvel construído por D. Antônia

²³ A Rua Coronel Sampaio, endereço do primeiro prédio da Misericórdia de Rio Grande se localiza a cerca de 1,5 quilômetros de distância do prédio atual da Santa Casa de Rio Grande.

Vianna, mas ainda que não estivesse mais de pé o primeiro prédio da Misericórdia, a imagem ajuda a ilustrar e orientar o leitor quanto a localização espacial da Santa Casa que nesse local funcionou de 1835 a 1871.

Em meados do século XIX, antecedendo o início da Revolução Farroupilha, na qual Rio Grande se manteria ao lado do Império brasileiro durante todo o conflito, surgiu no extremo sul do império uma casa de assistência aos moldes da primeira Misericórdia fundada em Lisboa, no longínquo ano de 1498, para atender os doentes, os necessitados, os expostos, afinal, nada mais grandioso e simbólico do que uma casa de assistência que posteriormente seria edificada com as portas abertas ao mar. Considerando ser Rio Grande uma cidade portuária, com fluxo constante de marinheiros e estrangeiros, que por vezes chegavam ao porto enfermos e cansados, não havia um local mais adequado para o restabelecimento da saúde e melhor localizado que a Misericórdia de Rio Grande.

Conforme a Ata nº 23 de 8 de março de 1835, da Sociedade de Beneficência, a Irmandade do Espírito Santo e Caridade foi fundada com 309 irmãos, todos trajados de balandraus²⁴ pretos com as insígnias da cruz representando a fé e o sacrifício pela vida daqueles que sofrem, já a caveira e as tíbias, representaria a morte e a proteção nos sepultamentos. Na mesma data foi eleita a primeira mesa administrativa da Irmandade, formada pelas seguintes pessoas: Antônio José Afonso Guimarães (provedor), José Joaquim Gomes da Costa e Silva (tesoureiro), Francisco José Gonçalves Costa (escrivão), Antônio Manoel dos Santos (procurador), Manoel José Pereira, José Marcelino da Rocha Cabral, José Rodrigues Viana, Manoel Luiz de Mesquita, Manoel José Gentil, Antônio José da Rocha, Francisco Ferreira Soares e Ignacio de Miranda Ribeiro (definidores²⁵). Em 15 de março de 1835, ocorreu a posse dos membros supracitados, bem como a instalação da Irmandade de Espírito Santo e Caridade (RODRIGUES, 1985). Interessante observar que ainda sem estar denominada como Misericórdia, a Irmandade se organizou administrativamente de maneira muito semelhante a uma instituição definida como Misericórdia, como, por exemplo, há o cargo de provedor, principal responsável pela instituição e já aparecem

²⁴ Vestuário com capuz e mangas largas, geralmente utilizado em cerimônias religiosas ou em cerimoniais de confrarias.

²⁵ Pertencer ao Definitório obedecia ao princípio da idade e experiência: “eram os irmãos mais velhos, muitas vezes, ex-mesários, os que se qualificavam para o lugar [...] ser Definidor representava poder de influenciar decisões sem ter que desempenhar as desgastantes tarefas executadas pelos diferentes cargos distribuídos no interior das Mesas”. (SÁ, 2013, p. 71-72).

os definidores. Com efeito, na Ata de 22 de março de 1835, consta que foram eleitos quatro mordomos. Portanto, infere-se que na prática a recém-criada Irmandade funcionaria de forma bastante parecida a uma Santa Casa de Misericórdia.

A fundação e instalação da Irmandade de Espírito Santo e Caridade foi amplamente divulgada na Imprensa da época, na ata de 22 de março de 1835 está escrito o desejo dos irmãos de darem publicidade a nova instituição a fim de: “inspirar nos corações bem faze-os o desejo de concorrerem com as posses a seu alcance para a sustentação de um estabelecimento unicamente formado para socorro, e amparo dos infelizes e desgraçados”. Na descrição do referido documento institucional, ressalta-se o compromisso que as pessoas de boa índole deveriam ter com a caridade, que nas devidas proporções deveria ser praticada por todas as pessoas, independentemente da riqueza que possuíam.

Logo no primeiro ano de atividade, o novo hospital passou a contar com subvenções oficiais. A Lei Provincial Nº 4 de 27 de junho de 1835, Artigo 1º, parágrafo 20 destinava o valor de um conto de réis para a Irmandade do Espírito Santo e Caridade. No ano de 1837, foi a vez do governo regencial do Brasil, através do Decreto Nº 142 de 20 de outubro de 1837 conceder um repasse ao Hospital de Caridade²⁶, em seu artigo 1º, dizia o seguinte:

Cobrar-se-á na cidade do Rio Grande do Sul e Vila de S. José do Norte, para o Hospital de Caridade daquela cidade, uma contribuição igual a que se cobra nesta Corte para a Misericórdia, na forma da Lei de Quinze de Novembro de mil oitocentos e trinta e um, artigo cinquenta e um, parágrafo oitavo. (RODRIGUES, 1985, p. 41).

A contribuição mencionada acima, seria cobrada tendo como base o número de embarcações que teriam o Porto de Rio Grande como destino e fizessem a completa descarga de seus produtos. Igual contribuição era cobrada em favor das Misericórdias do Rio de Janeiro e de Porto Alegre. Esse repasse é mais um indicativo que embora em Rio Grande o hospital ainda não utilizasse o nome de Misericórdia, ele contava com certos privilégios concedidos somente às Misericórdias situadas em cidades portuárias. Ainda no ano de 1837, o governo provincial aprovou, através da Lei Provincial nº 9 de 22 de novembro o repasse de 1:000\$ à instituição, valor pouco significativo, face às demandas do Hospital.

²⁶ Na ata da Irmandade do Espírito Santo e Caridade, datada de 10 de maio de 1835, a mesa da instituição aprovou que se elaborasse um requerimento à Assembleia Provincial solicitando o respectivo repasse financeiro.

Os primeiros médicos que trabalharam na Casa de Caridade foram Manoel Gomes da Silva e Joaquim dos Santos Paiva, o primeiro na condição de cirurgião consultante. Segundo Rodrigues (1985), ambos atenderam os doentes de forma gratuita. Além dos médicos citados, outros profissionais liberais foram pioneiros na instituição, na enfermaria, Joaquim Francisco de Queirós e no boticário (farmácia), Francisco Manoel dos Passos.

No que diz respeito as receitas do hospital, tem-se os seguintes números: No ano de 1835 a receita foi de 5:853\$804 e a despesa foi de 5:332\$694. No período seguinte (1836-37) a receita foi de 6:244\$527 e a despesa atingiu o valor de 6:220\$313, já em 1837-38 a receita foi de 7:072\$400 e a despesa de 7:372\$400 (RODRIGUES, 1985). Nos três períodos financeiros temos um acréscimo constante de receita e despesa, porém, ao contrário dos dois anos anteriores, cuja receita fora ligeiramente superior a despesa, no último período aconteceu o contrário, um alerta que cada vez mais seria necessário arrecadar fundos, seja de subvenções oficiais, ou da caridade oriunda de particulares. Na tabela abaixo temos um exemplo de quais eram as receitas e despesas da Santa Casa, ao final da primeira metade do século XIX.

Tabela 1 – Demonstrativo da Receita e Despesa da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande de 1º de julho de 1846 a 30 de junho de 1847

Receita	Valor (réis)	Despesa	Valor (réis)
Saldo do ano anterior	12:574\$353	Alimentação e demais despesas do Hospital	7:744\$767
Contribuição da marinha	6:109\$180	Medicamentos	6:153\$720
Renda de prédios e terrenos	9:488\$000	Diárias aos cegos e agregados (conforme o legado testamentário de Rodrigo Fernandes Duarte)	174\$640
Tratamento dos enfermos da marinha de guerra, alfândega e da barra	523\$600	Sustento de dois mendigos nos meses de julho e agosto de 1846	16\$000
Contribuição para os alimentos dos presos pobres	2:688\$760	Mensalidade concedida pela mesa à alienada Maria do Carmo	72\$000

Renda com o tratamento de pacientes	3:069\$770	Obras da Santa Casa, jornais de escravos ²⁷ e materiais	22:715\$538
Esmolas e leilões durante os três dias do Divino Espírito Santo	812\$360	Roupas e outras miudezas	214\$140
Cota de loteria	1:000\$000	Custos judiciais	50\$560
Prestação consignada pela Lei Provincial nº 59 de 02 de junho de 1846	3:000\$000	Festa do Divino Espírito Santo	319\$656
Juros de apólices da dívida pública	374\$540	Missas	16\$000
Esmolas	68\$000	Alimentação dos presos pobres	219\$060
Saldo da extinta irmandade do Senhor do Bomfim	283\$460	Tratamento dos presos no Hospital	158\$982
Tijolos vendidos para a Alfândega	130\$000	Compra de um terreno	1:049\$030
Aterro vendido a particulares	895\$280	Passagem de um escravo enviado do Rio de Janeiro para trabalhar na Santa Casa	14\$000
Cemitério	240\$045	Retratos de D.Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina	634\$446
Botica	555\$200	Suprimentos aos expostos	504\$891
Saldo existente (botica)	486\$759	Funcionários da Santa Casa	3:155\$595
Saldo existente (cemitério)	871\$765	-	-
Total	47:546\$072	Total	43:213\$015

Fonte: Jornal *O Rio-Grandense*, Rio Grande, 25/11/1847. (BRG).

Conforme discriminado na tabela acima, a maior receita da Santa Casa advinha de recursos próprios; o mais significativo era o aluguel dos imóveis que pertenciam à Misericórdia. Outra importante parte das receitas vinha das subvenções oficiais, não

²⁷ Refere-se ao pagamento das jornadas de trabalho feitas por escravos de ganho.

raramente questionadas por serem insuficientes face às necessidades da Santa Casa, entre elas, estava o repasse da marinha, o mais significativo, um pouco mais de seis contos de réis. Em relação às despesas, a maior fonte de gastos eram as obras. No ano de 1847, a fase inicial das obras do novo hospital já estavam acontecendo e certamente haviam gastos com o prédio no qual a Misericórdia funcionava, pois tratava-se de um imóvel construído para outros fins e não para ser um hospital. Outros gastos relevantes do período eram a alimentação e medicação dos pacientes e o salário dos funcionários.

A Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande foi fundada em 1835 pelo português Rodrigo Fernandes Duarte, denominada de Irmandade do Espírito Santo e Caridade, como mencionado anteriormente, porém, foi somente em 2 de maio de 1841 que a instituição passou a se chamar Santa Casa de Misericórdia. No extremo sul do Brasil, a Misericórdia do Rio Grande foi a primeira a ser fundada, enquanto que em outras partes do mundo e principalmente no reino, as Misericórdias estavam em declínio, desde o século XVIII, o Brasil era a exceção. No país, as Misericórdias surgem ainda no período colonial, um processo formativo que vai perdurar até o século XIX. No Rio Grande do Sul, à época Capitania de Rio Grande de São Pedro, a primeira Misericórdia a ser criada foi a de Porto Alegre, em 1803.

Vejamos abaixo na Tabela 2 a relação de provedores da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, com o recorte temporal que tem seu início no ano em que é criada a Irmandade do Espírito Santo e Caridade e termina na gestão de Rosalvo Azevedo, o último provedor da instituição, com a denominação de Misericórdia. De meados de 1909 até os dias atuais, a instituição não utilizou mais em seu nome a palavra Misericórdia.

Tabela 2 – Relação dos provedores da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1835 a 1910).

Nome	Período
Comendador Antônio José Afonso Guimarães	1836 – 1836
Capitão Antônio José Vieira	1836 – 1837
Francisco Manoel dos Passos	1837 – 1838
José Joaquim Gomes da Costa e Silva	1838 – 1840
Manoel José Barreiros	1840 – 1841
José Vieira Viana	1841 – 1844
Coronel Vicente Manoel de Espíndola	1844 – 1847
Comendador José de Souza Gomes	1847 – 1850

Antônio Teixeira de Magalhães	1850 – 1851
Florêncio José Cosme dos Reis	1851 – 1854
Comendador João de Miranda Ribeiro	1854 – 1857
João Antônio Lopes e Vicente Manoel de Espindola	1857 – 1858
Porfírio Ferreira Nunes	1858 – 1861
Joaquim Francisco Garcia	1861 – 1869
Tenente Coronel Miguel Tito de Sá	1869 – 1875
João Antônio Lopes	1875 – 1876
Coronel José Maria da Cunha Silveira	1876 – 1882
Coronel Abel Gomes da Costa e Silva	1882 – 1884
Antônio Chaves Campello	1884 – 1888
Frutuoso Gonçalves Mostardeiro ²⁸	1888 – 1888
João Fernandes Braga	1888 – 1900
Coronel Theodoro Cardozo Rangel, Leonel Marques Vaz e Coronel Menandro Perry	1900 – 1902
Dr. Custódio Vieira de Castro e Coronel Menandro Perry	1902 – 1904
Dr. Custódio Vieira de Castro, Theophilo Corrêa Lopes e José Libanio Corrêa	1904 – 1906
Rosalvo Azevedo	1906 – 1908
Rosalvo Azevedo	1908 – 1910

Fonte: RODRIGUES, 1985, p. 112- 113.

Ao longo dos 75 anos, tempo contemplado na tabela citada, a Misericórdia de Rio Grande teve 27 provedores, alguns mais ilustres que outros, porém, todos ao seu modo contribuíram com a instituição e usufruíram do poder simbólico que era ocupar o cargo máximo, na instituição de assistência mais importante do período. Houve nomes que foram provedores em mais de uma gestão, e outros que ficaram muito tempo, de forma ininterrupta a frente da Misericórdia, casos de João Fernandes Braga e Joaquim Francisco Garcia. Para precisar quais as exatas circunstâncias nas quais esses provedores atuaram ou deixaram de atuar, tendo em vista que nem todos terminaram o período compromissal, devemos fazer uma análise minuciosa das atas e dos relatórios da instituição, o que até o presente momento não foi possível, tendo em vista que boa parte da documentação se perdeu no tempo e a documentação que está disponível exigiria uma grande disposição de tempo livre para ser devidamente transcrita e analisada.

²⁸ No relatório da provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, referente ao ano compromissal de 1887 a 1888, consta que o provedor eleito para o biênio de 1888 a 1900 foi o Sr. Antônio José Gonçalves Mostardeiro. Na Santa Casa de Rio Grande não foi encontrado nenhum documento contendo o nome de todos os provedores ao longo da trajetória da instituição, enquanto Misericórdia. As atas e relatórios da Santa Casa analisados para esse trabalho não foram suficientes para elencarmos todos os nomes dos provedores de 1835 até 1910, por isso, optou-se por utilizar como referência as informações contidas na obra de Sued Rodrigues (1985).

A substituição do nome de Irmandade do Espírito Santo e Caridade para Santa Casa de Misericórdia foi aprovada em reunião da mesa e consta na Ata do dia 2 de maio de 1841, a seguir transcreve-se um trecho que menciona a respectiva alteração:

devia adoptar o titulo a Sancta Caza de Mizericordia em lugar do de Caridade, como indicou da Côrte o nosso Irmão o Excellentissimo Senhor Jose Clemente Pereira em sua carta do primeiro de Fevereiro deste anno, o que sendo posto em discussão foi deliberado unanimemente, que para evitar duvidas futuras, e mais segurança deste Estabelecimento d'ora em diante se intitularia Sancta Caza da Misericordia da Cidade do Rio Grande. (Atas da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, 02/05/1841).

Para além de mera formalidade jurídica, pois na prática a instituição já atuava aos moldes de uma Misericórdia, a alteração ocorreu sob influência do Provedor da Misericórdia do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira, que há muito se correspondia com os irmãos de Rio Grande e ao que as fontes indicam, possuía uma relação estreita com alguns membros da Irmandade de Rio Grande. A alteração também pode ter tido o escopo de potencializar a captação de mais recursos do Império Brasileiro e alavancar o status da Irmandade, uma vez que as Misericórdias eram instituições consolidadas em todo reino português ou sob sua influência e contribuir para uma instituição denominada Misericórdia. Para além das questões religiosas era algo perseguido pelas elites locais, um espaço de poder importante em uma localidade que se formava e desejava ser próspera política e economicamente.

O primeiro mandato de provedor da Misericórdia de Rio Grande coube a José Vieira Viana exercer, conforme descrito em ata, os membros da primeira mesa sob denominação de Santa Casa de Misericórdia foram eleitos para um curto período de tempo, apenas um ano, conforme orientava o compromisso de Lisboa de 1618: “proceder á entrega dos Cargos aos Mezarios Eleitos para servirem no presente anno ate o fim de Junho de mil oitocentos e quarenta e dous”.

Dois meses mais tarde, atendendo ao que constava no alvará de 18 de outubro de 1806, foram escolhidos, através de voto secreto pelos integrantes da mesa, os dois primeiros mordomos da Santa Casa de Rio Grande: José Rodrigues Vianna como mordomo dos expostos e Antônio Teixeira de Magalhães como mordomo dos mendigos.

Outra fonte de receitas para a Misericórdia de Rio Grande eram os aluguéis de prédios em posse da Santa Casa. Em agosto de 1841, a instituição possuía 11 prédios, sendo que sete deles careciam de reparos. Esses imóveis eram oriundos de

legados de benfeitores destinados à Misericórdia. Por mais diversificadas que fossem as receitas, os gastos com o hospital eram expressivos. As despesas com funcionários iam aumentando no decorrer dos anos, ainda que alguns fizessem trabalho voluntário ou recebessem salários inferiores.

A Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande foi edificada em uma posição geográfica privilegiada, pois estava bastante próxima ao Estuário da Lagoa dos Patos junto a Barra do Rio Grande²⁹ e, conseqüentemente, do Porto de Rio Grande, o que favorecia o acesso dos doentes que desembarcavam no referido porto.

Apresenta-se a seguir (Figura 4) a planta da então Vila de Rio Grande de São Pedro, datada de 1829, nela pode-se ter uma ideia geral das ruas e praças existentes no período.

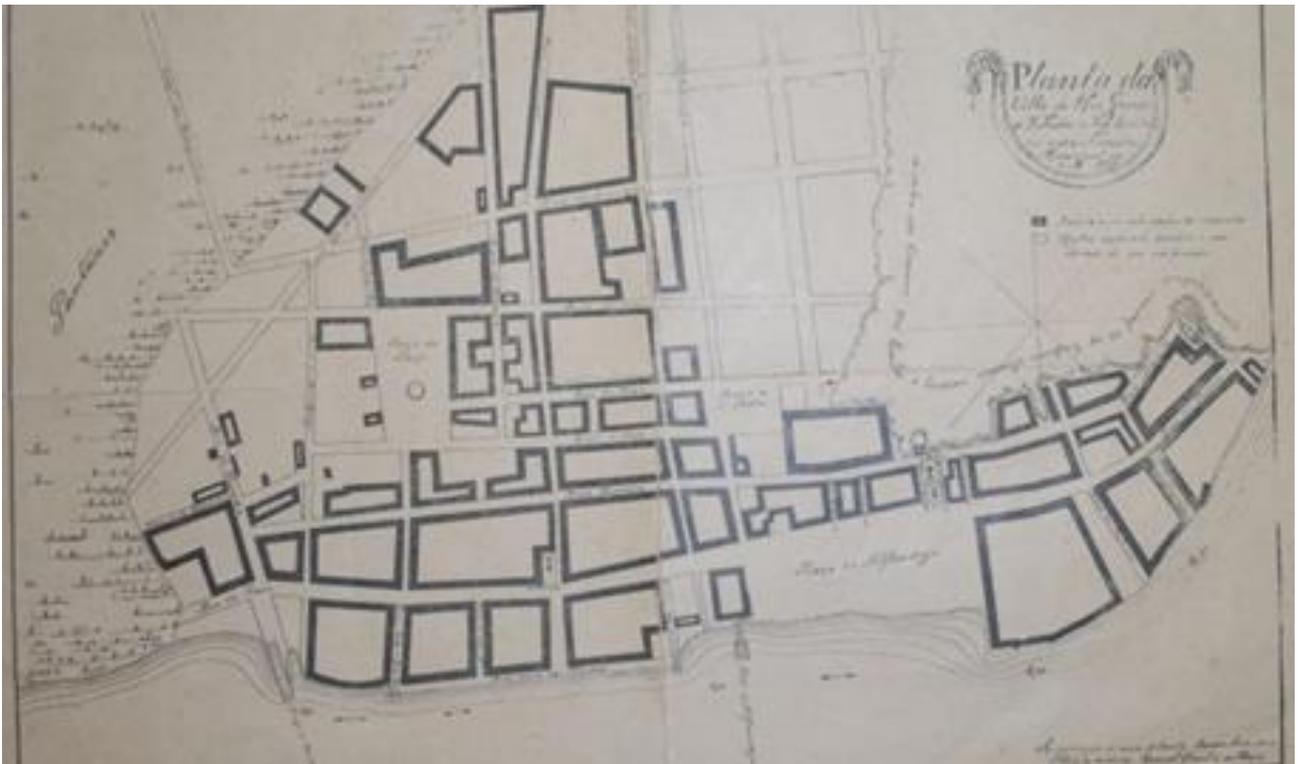


Figura 4 – Planta da Vila de Rio Grande de São Pedro do Sul, 1829.
Fonte: Acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

No marco temporal da planta acima, as duas principais ruas eram a Rua Direita, que era a mais antiga, e a Rua da Praia (Marechal Floriano), local onde se localizava o comércio. Em relação às praças, destaca-se a Praça da Alfândega, atual Xavier Ferreira (vereador, deputado e autor do projeto de elevação de Rio Grande a cidade em 1835). Conforme Torres (2008), no local foi instalado um chafariz, mas isso ocorreu somente em 25 de dezembro de 1874 e, posteriormente, na década de 1930, foi inaugurado o lago. A praça era referência para animados encontros da sociedade rio-grandina.

A Santa Casa, como mencionado anteriormente, funcionou em um prédio cedido pelo fundador Rodrigo Fernandes Duarte, porém, com o passar dos anos e com o crescente aumento populacional da cidade de Rio Grande, a demanda por atendimentos, somada as questões sanitárias cada vez mais exigentes, apressadas por epidemias, fizeram do local insuficiente. A construção do novo edifício da Santa Casa de Misericórdia se arrastou por vários anos e por diferentes gestões, sendo o principal motivo da demora, a falta constante de recursos financeiros para concluir a obra. A primeira referência que foi encontrada sobre a necessidade de construção de um novo hospital data do ano de 1847, quando o provedor Vicente Manoel de Espíndola mencionou em seu relatório as acanhadas condições do prédio em que funcionava a Santa Casa, dizendo que a estrutura era ruim para servir como hospital, que não havia comodidades, entre outros problemas. A gestão do provedor Espíndola foi responsável pelo início das obras do novo hospital, demarcando, cercando e aterrando o terreno.

No ano de 1850 foi assentada a pedra fundamental do novo edifício da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Na ocasião, houve um cerimonial, no qual o Tenente General Francisco José de Sousa Soares d'Andréa, Presidente da Província e Comandante do Exército assentou a pedra fundamental da construção que anos mais tarde viria a ser o novo hospital da Santa Casa de Rio Grande. Na ocasião, assinaram a ata, o provedor José de Souza Gomes, o escrivão, Boaventura da Costa Torres, o tesoureiro, José dos Santos Magano e o procurador, João Gomes de Farias.

Naquele ano, no mês de julho, houve eleições para a Mesa da Misericórdia, abaixo, transcrevemos a ata que deu posse à nova Mesa eleita, assim o leitor poderá visualizar como ocorria formalmente a passagem de cargos na Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande na metade do século XIX.

Sessão de posse à nova Mesa

Aos sete dias do mês de Julho de mil oitocentos e cinquenta, reunidos os irmãos Provedor José de Sousa Gomes, servindo de escrivão Antônio José Caetano da Silva, tesoureiro José dos Santos Magano, e mordomos Domingos Vieira de Castro, Antônio de Sousa Guerra, Domingos da Silva Gil, João da Silva Vieira Braga, José Antônio Leite Guimarães, Antônio Gomes de Oliveira Magano, e José Henrique da Silva Mariante, na sala das sessões da Santa Casa da Misericórdia desta cidade do Rio Grande do Sul, depois de lida e aprovada a ata antecedente, declarou o Irmão Provedor que se ia proceder à entrega dos cargos aos Mesários eleitos para servirem no presente ano até o fim de junho de mil oitocentos cinquenta e um, e achando-se presentes os Mesários eleitos que estes subscrevem, tomarão posse com as formalidades do costume, levando-se o respectivo termo no livro competente as folhas cinco verso, em que todos assignarão. E por não haver mais do que tratar, fechou-se a presente sessão, sendo lido e aprovada esta ata. Eu Antônio José Caetano da Silva, escrivão da Santa Casa, que a escreve e assigna. (Ata da sessão de posse de 07 de julho de 1850. Livro n. 1 de Atas da Mesa da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. (AHSCRG). (A grafia da ata está atualizada).

Ao final do corrente ano, em 15 de dezembro, reuniu-se a nova mesa administrativa da Misericórdia de Rio Grande para tratar da construção do novo prédio da Santa Casa e deliberar acerca da Portaria da Presidência da Província, de 4 de dezembro que tratava da planta do novo hospital. Na reunião ficou decidido que a mesa solicitaria ao engenheiro responsável pela planta instruções precisas, para que a obra pudesse ter início, e que a comissão encarregada da obra contrataria profissionais para concluir os alicerces, e providenciaria o andamento do edifício. No relatório do presidente da Província de 1853, encontra-se referência a essa obra, nas seguintes palavras: “O novo edifício projetado digno da riqueza daquela grande cidade e dos sentimentos filantrópicos de sua população, progride em sua construção, e virá a ser a mais bela obra da província se for ao cabo”. Através desse relatório, é ressaltada, ainda que implicitamente, a importância econômica e militar de Rio Grande e dá-se ênfase a obra, dizendo que ela seria a mais bela de toda a província, notamos que a expectativa para com o novo prédio da Misericórdia era otimista e percebe-se a importância e o destaque da Santa Casa de Rio Grande, valorizada a nível regional.

Em 1855, quando a Santa Casa era gerida pelo provedor João de Miranda Ribeiro, o relatório do presidente da Província de 1855 informava as receitas e despesas relativas à construção do novo hospital, e nesse relatório pode-se perceber que a obra continuava, ainda que, com recursos limitados. Por isso, a iniciativa do então provedor de promover uma campanha de arrecadação de recursos junto à população local, cujo resultado foi a entrada de um pouco mais de dez contos de réis,

valor que seria de grande utilidade para a continuação da obra de construção da nova Santa Casa de Misericórdia.

Em 1861, conforme o relatório do Provedor Porfírio Ferreira, a obra continuava a avançar, porém sem a aplicação de muitos recursos próprios, estes teriam sido aplicados no cemitério geral. Ainda assim, a gestão de Porfírio encomendou quase toda a madeira necessária para o vigamento e cobertura do novo prédio. Uma boa quantia em favor da construção do novo Hospital fora doada pelo Imperador D. Pedro II e sua esposa, Imperatriz Teresa Cristina, em razão da visita destes à Província do Rio Grande de São Pedro. O valor doado foi de R\$ 11:200\$000. Anos antes, através de uma campanha de doação, se conseguiu arrecadar mais de R\$ 10:000\$000 em favor do novo Hospital. Até a data de 30 de junho de 1861, as administrações da Santa Casa de Misericórdia haviam gastado o valor de R\$ 119:470\$102 com as obras do novo prédio. Dois anos depois, a despesa com a obra já havia alcançado o valor de 188:011/497 réis e a administração do provedor Joaquim Francisco Garcia havia contraído um empréstimo no valor de 60:000/ réis para não deixar a obra parar. Em outubro de 1863, trabalhavam na edificação do novo prédio aproximadamente 40 pessoas entre pedreiros, serventes e carpinteiros. Naquela fase da construção o madeiramento da cobertura estava quase pronto para ser colocado para em seguida receber as telhas.

No relatório de 1869, a provedoria atualizou as informações sobre a obra do novo hospital, dizendo que elas continuavam e que os “sacrifícios que se tem feito para levá-la a bom fim, não precisam ser justificados, desde que se atender à necessidade que há de um local mais vasto e apropriado, onde os enfermos possam ser melhor tratados e por conseguinte a caridade executada com mais amplitude”. Na administração do provedor Joaquim Francisco Garcia, o interior do prédio foi forrado e assoalhado em três salões e na escada principal, faltando apenas colocar as ferragens, portas e janelas, que conforme o contrato com o mestre de obras Manuel Moreira Calçada deveriam ficar prontas até o mês de outubro de 1869.

No ano de 1871, ainda que as obras do novo edifício não estivessem totalmente concluídas, começaram a funcionar as enfermarias e os pacientes puderam ser remanejados do antigo prédio para o novo hospital. Certamente, esse ano foi um marco, pois o prédio passou a ser ocupado gradativamente para não mais parar. De acordo com Rodrigues (1985) os periódicos da época enaltecem a inauguração da parte leste do hospital, destacando as grandes enfermarias, todas mobiliadas, com

capacidade para receber 60 pacientes. Ainda foi notícia nos jornais locais, a botica do hospital, com medicamentos variados e a capela, localizada no centro do novo edifício. O periódico *Echo do Sul*, no dia 07 de junho de 1871, noticiou que a mesa da Misericórdia concederia uma festa no dia seguinte em comemoração à mudança dos pacientes do antigo sobrado doado pelo fundador Fernandes Duarte para o novo prédio. A seguir, apresenta-se a notícia na íntegra.

Devendo efetuar-se a mudança dos enfermos existentes no velho para uma pare construída do novo hospital, a mesa administrativa convida á odos os irmãos desse pio estabelecimento, para que se dignem assistir quinta-feira 8 do corrente á festa comemorativa daquela transladação. É um ao cheio de piedade, ao qual não devem falar, não só os irmãos se não os benfeitores, que alimentam na alma a grandeza da caridade. Essa festa, pois, de puro amor e dedicação, constará: De missa solene ás 09:30 horas da manhã, e á arde uma banda de música tocará no mesmo edifício, ficando esse franco á visitação pública durante todo o dia. (*Jornal Echo do Sul*, Rio Grande, 07/06/1871. (BRG).

Além da publicação supracitada, no dia 10 de junho de 1871 o referido jornal voltava a publicar uma notícia sobre o mesmo assunto, porém focando mais no enaltecimento do provedor Miguel de Sá, proeminente personagem riograndino. Vejamos na publicação abaixo como a caridade praticada pelos mais ricos era elogiada e publicitada na cidade de Rio Grande, em meados do século XIX.

Anteontem 8 do corrente, inauguraram-se as enfermarias da caridade, no novo edifício da Sana Casa da Misericórdia. Os doentes foram trasladados de véspera do velho para o novo edifício, bem como a respectiva farmácia. No dia da inauguração houve missa, após a qual a benção de todo o edifício. A concorrência de povo foi extraordinária. Os leitos dos enfermos a par da singeleza ostentavam-se asseadíssimos. Digna de louvores é a administração da Sana Casa da Misericórdia da cidade do Rio Grande do Sul. Com especialidade, porém, o zeloso provedor desse pio estabelecimento o Sr. tenente coronel Miguel de Sá. Revelando em grau um dos mais nobres sentimentos da alma, o amor do próximo, ou a caridade, o Sr. Miguel de Sá incansável, zeloso e dedicado no exercício das funções do importante cargo que exerce na administração da Sana Casa da Misericórdia. Cumprimos um grão dever, assinalando o nome do Sr. Miguel de Sá, como merecedor da veneração pública, no exercício do cargo de provedor do pio estabelecimento que nos referimos. (*Jornal Echo do Sul*, Rio Grande, 10/06/1871. (BRG). (grifos meus).

Oficialmente, a inauguração do novo prédio da Santa Casa foi em 08 de janeiro de 1872 e conforme o relatório do presidente da Província³⁰ referente ao mesmo ano, o novo edifício possuía excelente estado de higiene e proporções adequadas.

³⁰ Em 1872, os recursos financeiros gastos com a obra do novo prédio da Santa Casa já havia atingido a significativa marca de Rs.361:027\$270.

No ano de 1876, ou seja, cinco anos após o novo prédio da Santa Casa receber pacientes, as obras ainda não estavam concluídas e as dívidas contraídas para a sua execução continuavam a preocupar o provedor da instituição, Coronel José Maria da Cunha Silveira, conforme publicado no relatório do presidente da Província (1877).

Immesos sacrifícios pecuniários tem custado á Santa Casa a construção desse edifício, segundo afirma o provedor no relatório que será presente á vossa investigação; para prosseguir na empresa que abraçara, foi mister contrahir um empréstimo, cujos juros mordentes absorvem uma boa parte dos recursos que seu patrimônio lhe subministra para os piedosos fins de sua instituição. Só a parte que funciona o hospital custou 361:027\$270 rs. A receita no anno de 1876 importou em 130:543\$874 réis, que foi absorvida pela despeza, carregando a Santa Casa com uma divida de 85:609\$559 réis, sendo 78:872\$701 proveniente do empréstimo referido para edificação do hospital, vencendo juros de 8 a 12 por cento ao anno. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA. Porto Alegre: Typ. Do Jornal do Commercio, p.8, 1877. (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

Abaixo (Figura 5) Apresenta-se uma fotografia do Edifício da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, totalmente concluído e com as duas cúpulas. Não se sabe a data exata da imagem, mas possivelmente seja do final do século XIX ou começo do XX. Muito próximo ao edifício da Misericórdia, percebe-se a presença de embarcações. A imagem reforça a condição de monumentalidade do prédio, e evidencia à ampla visibilidade desde longe, alargando a hipótese que fora construído para se impor sobre o seu entorno.



Figura 5 – Edifício da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

Fonte: <http://theatropolytheama.blogspot.com/2010/07/santa-casa-do-rio-grande.html>

Na Figura 6, o edifício sede da Misericórdia de Rio Grande está sem as cúpulas, que provavelmente foram retiradas por apresentarem risco de queda. O que se mantém em ambas as imagens, são as águas a encostar nos degraus do prédio da Santa Casa, que parece estar de portas abertas ao “mar”.



Figura 6 – Edifício da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande sem as cúpulas.
Fonte: <http://theatropolytheama.blogspot.com/2010/07/santa-casa-do-rio-grande.html>

A Figura 7 apresenta um retrato atual da fachada frontal³¹ da Santa Casa de Rio Grande, muito semelhante a imagem anterior, exceto pelo calçamento da rua General Osório em substituição às águas da barra do Rio Grande. Com o passar dos anos e com o aumento populacional houve a necessidade de aterrar o local em frente à Misericórdia. Hoje, há duas ruas paralelas ao hospital, antes de chegarmos às águas da barra.

³¹O salão de honra da Santa Casa de Rio Grande está localizado por detrás das janelas que ficam na altura da sacada, em posição privilegiada.



Figura 7 – Fachada frontal da Santa Casa de Rio Grande.
Fonte: Pesquisador, 2024.



Figura 8 – Detalhe da fachada da Santa Casa de Rio Grande.
Fonte: Pesquisador, 2024.

A fundação de uma Misericórdia no extremo sul do Brasil:

Administração da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

A Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande era administrada pelo provedor, cargo máximo da instituição; escrivão; tesoureiro; procuradores; mordomos e junta conselheira. Ao longo de toda sua trajetória, a Santa Casa de Rio Grande, enquanto Misericórdia, sempre teve uma receita limitada e muitas obrigações e gastos, como, por exemplo, a construção de um novo hospital, obra que levou muitos anos para ficar pronta. As fontes acessadas indicam que o equilíbrio entre receita e despesa era tênue e que muitas vezes a margem disponível para melhorias era pouquíssima, quando não era nula e havia a necessidade de encontrar outras soluções, como a contratação de empréstimos. A seguir, expõe-se as principais formas de arrecadação de recursos da Santa Casa de Misericórdia ao longo dos anos.

A primeira subvenção oficial, conforme o relatório do ano de 1861, se deu através da marinha mercante. A partir do ano de 1838, logo após o governo provincial, também começou a destinar recursos à Misericórdia de Rio Grande. De acordo com o relatório do presidente da Província de 1872, no ano de 1871 a Santa Casa recebeu dos cofres da Província 12:000\$000 réis³². Outra fonte importante de recursos provinha dos aluguéis de prédios³³. Em 1861, a Misericórdia possuía 19 prédios e 2 terrenos, avaliados em R\$ 85:800\$000. Esses prédios rendiam através de aluguéis o valor de R\$ 10:628\$000. De acordo com o Provedor Porfírio Ferreira, os prédios integrantes do patrimônio da Santa Casa eram velhos e alguns precisavam de grandes reparos. No relatório apresentado pelo referido provedor, ele faz inclusive a sugestão para que a Misericórdia venda todos os prédios e aplique o valor em apólices da dívida pública, terminando assim a responsabilidade da Santa Casa por esses prédios. Passados alguns anos, em 1869, a instituição havia diminuído o número de prédios,

³² Para o exercício de 1882 a 1883, a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande recebeu da assembleia provincial o valor de 6:000\$000, o que de acordo com o relatório do provedor José Maria da Cunha Silveira seria um valor bastante inferior as necessidades do estabelecimento e a metade do valor recebido em 1871.

³³ Os anúncios de aluguéis disponíveis eram publicados em jornais, no *Diário do Rio Grande* encontra-se uma referência de como eram os anúncios feitos pela Santa Casa: “Acha-se desocupada a casa a rua da Caridade nº26; quem a pretender alugar dirija sua proposta em carta fechada a secretaria deste pio estabelecimento até o dia 30 do corrente ao meio-dia” (*Jornal Diário do Rio Grande*, Rio Grande, 20/04/1870. (BRG)).

conforme sugestão do Provedor Porfírio, porém ainda continuava com 16 prédios e os mesmos 2 terrenos, que juntos rendiam a quantia anual de R\$ 12:092\$400.

No relatório da provedoria de 1882, o valor arrecadado com os aluguéis de prédios pertencentes à Santa Casa praticamente se manteve o mesmo de 1869, R\$ 12:479\$110. O antigo prédio que serviu de hospital estava em pauta no relatório, pois segundo o provedor, deveria ser vendido ou dividido em duas partes, a fim de gerar maior receita para a Misericórdia. O referido prédio, em 1882, encontrava-se sem inquilino, e em virtude de ser um sobrado grande, era difícil alguém se interessar pelo seu aluguel e quando surgiam interessados, a Misericórdia o alugava por um valor inferior ao praticado no mercado. No exercício de 1887 a 1888, conforme o relatório da provedoria aponta, a arrecadação advinda dos aluguéis de prédios foi de Rs 10:917\$850.

Além de aluguéis, a Santa Casa contava com o resultado de loterias³⁴, que às vezes eram destinados em seu favor, porém essa não era uma receita estável. Outra fonte de receita eram os juros das apólices gerais da dívida pública. Em 1869, a instituição detinha 5 apólices, cada uma no valor de R\$ 1:000\$ e 4 provinciais, essas no valor individual de R\$ 2:200\$. Uma importante e lucrativa fonte de receita para a Santa Casa era o cemitério geral ou extramuros, construído na década de 1850, às pressas, em virtude da epidemia de cólera. Esse cemitério era administrado pela Misericórdia e no ano compromissal de 1887 a 1888 gerou uma receita de Rs 7:793\$000 e uma despesa de Rs 4:932\$100, ficando um lucro de Rs 2:860\$900. Em outro momento, já na República Velha, a receita líquida do cemitério no período de 1906 a 1910 foi de incríveis R\$ 139.837\$670.

No período republicano, as fontes de receita da Santa Casa de Misericórdia, oriundas de repasses financeiros da União, Estado e Município melhoraram, se comparadas ao período imperial. De acordo com o relatório do provedor Rosalvo Azevedo, escrito em 1910, os valores repassados entre 1906 a 1910 alcançaram os seguintes valores, respectivamente: R\$ 60.755\$450, R\$ 30.499\$990, R\$ 6.000\$000. O Município vizinho de São José do Norte também repassava 300\$000 por ano como compensação pelo atendimento aos doentes pobres do Município.

³⁴ Em 1847, o provedor Vicente Manuel de Espíndola mencionou o seguinte em seu relatório: "Foram concedidas por Lei Provincial nº29 de 4 de maio de 1846, oito loterias a benefício desta Santa Casa e de Porto Alegre [...] coube a esta Santa Casa a quantia de um conto de réis que se acha recebida". (Jornal *O Rio-Grandense*, Rio Grande, 25.11.1847). (BRG). A utilização de loterias em prol da Santa Casa ocorreu diversas vezes no século XIX.

Os donativos em espécie ou esmolas em favor da Santa Casa também eram bem comuns no século XIX³⁵, como se observa no relatório da provedoria, referente ao ano compromissal de 1881 a 1882: O documento menciona que a instituição recebeu Rs. 50\$000 do senhor Manoel Luiz Osório, em virtude da passagem deste pela cidade; Rs. 50\$000 do senhor João Antônio Bierrenbach pelo mesmo motivo e Rs. 100\$000 do senhor James Gracie Taylor em virtude da inauguração da estrada de ferro de Rio Grande a Bagé. Ainda em 1910, observava-se a prática da caridade para com a Santa Casa, um preceito tão importante aos olhos do cristianismo e muito incentivado e reconhecido pela Misericórdia. No relatório, constam os nomes dos doadores: Família Poock, 50\$000; João Brum, 50\$000; Cezar Lima, 25\$000; Dr. Juvenal Miller, 20\$000; Padre B. Estanislau, 50\$000; Francisco Carvalho, 20\$000; José Antonio do Santos, 50\$000; F. Simões, 70\$000; José Canuso, 100\$000 e João P. Gilian 50\$000; Comendador Gustavo Poock, 200\$000; Alayde Lopes Rheingantz, 200\$000; Clotilde R. Lopes, 100\$000; Adolpho Flores, 100\$000; Comendador C.G. Rheingantz, 500\$000; Ignacio Azambuja, 100\$000; Maria Olagnia 150\$000; Antônio Maria da Silva Ramos, 200\$000; José Antônio dos Santos, 200\$000; entre outros nomes. Esses sobrenomes diferem dos sobrenomes do século XIX, possivelmente algumas dessas famílias pertenciam ao grupo dos novos ricos de Rio Grande, confirmando assim que na primeira década do século XX a prática da caridade ainda era apreciada e valorizada pela sociedade rio-grandina.

Um dos maiores aumentos de receita/patrimônio da Santa Casa ocorria quando a instituição recebia um legado. A primeira fonte que se encontrou sobre legados, mencionava o recebimento de 8:000\$000 do brigadeiro Manoel José da Silva Freire, quantia essa, indicada no testamento do brigadeiro³⁶. Na década de 1880, mais precisamente em 1882, a Santa Casa estava na expectativa de receber uma parte de uma estância, avaliada em 20:000\$000, a estância era do casal Domingos Faustino Correa e Leonor Maria Correa, ambos benfeitores da Santa Casa. Naquele ano, o relatório do provedor menciona que a Santa Casa teve seu patrimônio alavancado pelo legado destinado a instituição pelo finado irmão benemérito, José de Araújo Ribeiro, o Visconde de Rio Grande. Também no ano de 1882, a Misericórdia recebeu

³⁵ Do ano de 1851, encontra-se uma notícia no periódico *O Rio-Grandense* que mencionava a doação de cinquenta mil réis em favor da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, feita pelo Senhor José Bernardino Teixeira Barbosa. *Jornal O Rio-Grandense*, Rio Grande, 30/10/1851. (BRG).

³⁶ *Jornal O Rio-Grandense*, Rio Grande, 25.11.1847. (BRG).

um legado de 100\$000, valor que constava no testamento do finado João Antônio Ferreira. Já na República Velha, os valores recebidos através de legados durante o período de 1906 a 1910, atingiram o montante de R\$ 12.492\$200.

Outra fonte de receita, embora menos expressiva, porém ainda sim relevante, diz respeito ao recurso repassado para as Santas Casas decorrente de contrato entre a Companhia de Loterias Nacional e a União. A receita em questão é de um percentual sobre os jogos. Conforme o relatório do provedor Rosalvo Azevedo³⁷, até o primeiro quadriênio de 1910, o valor recebido foi de 19.005\$130.

Em relação ao montante de despesas e receitas da Misericórdia de Rio Grande, resolvemos organizá-las sob a forma de tabela.

Tabela 3 – Receitas e Despesas(réis) da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande³⁸

Ano	Receitas	Despesas	Saldo
1835-1836	5:853\$804	5:332\$694	521\$11
1836-1837	6:244\$527	6:220\$313	24\$214
1837-1838	7:072\$400	7:372\$400	-300\$00
1846-1847	47:546\$072	43:213\$015	4:333\$057
1851-1852	-	-	- 5:484\$167

³⁷ Sobre esse provedor, o relatório da intendência municipal do Rio Grande de 1910, não poupou elogios, destacando a sua competência administrativa e capacidade para elevar o patrimônio da Santa Casa. A página do relatório dedicada à Santa Casa termina dizendo que ela é a “instituição que mais se impõe a generosidade social”.

³⁸ As receitas e despesas que constam na tabela não perfazem todo o período analisado (1835-1909), pois não existem fontes disponíveis de todas as gestões da Misericórdia de Rio Grande, ainda assim, os anos analisados nos ajudam a compreender o estado financeiro da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

1853-1854	46:846\$146	47:143\$362	- 297\$216
1854-1855	37:155\$353	32:782\$002	4:373\$351
1860-1861	70:361\$884	59:591\$094	10:770\$790
1871	64:681\$336	68:527\$449	- 3:846\$113
1881-1882	-	-	-10:500\$000

Fonte³⁹: RODRIGUES, Sued de Oliveira. **A Santa Casa do Rio Grande: a saga da Misericórdia**. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade do Rio Grande, 1985.

Pela tabela acima, pode-se tirar algumas conclusões: as despesas aumentaram sucessivamente, com exceção do período de 1854-1855. Já as receitas não tiveram uma evolução constante, demonstrando um desequilíbrio e evidenciando como a arrecadação de recursos era volátil. Ainda, na tabela aparecem cinco valores em vermelho, que representam o saldo negativo, mostrando que naquele período os gastos foram maiores que as receitas. As muitas queixas presentes nos relatórios e ofícios de diversos provedores ao longo do século XIX eram sobre a falta de dinheiro para honrar todos os compromissos que a Santa Casa tinha, o que praticamente inviabilizava o investimento em novos projetos, e quando estes aconteciam, muitas vezes a solução era recorrer a empréstimos. Sobre o patrimônio da Misericórdia, encontra-se uma referência no relatório da provedoria, referente ao ano compromissal de 1887 a 1888, naquele documento constava que o patrimônio da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande era de Rs. 655:977\$488, valor que abrangia o hospital, cemitério, prédios e apólices. Já no período republicano, mais especificamente no ano de 1910, o patrimônio da Santa Casa estava avaliado em Rs. 871:481.967

³⁹ Para a elaboração da tabela, além do livro citado, foram consultados relatórios da provedoria da Santa Casa e da presidência da Província.

A fundação de uma Misericórdia no extremo sul do Brasil:

Funcionários da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

Antes de escrevermos um pouco sobre esse item, é importante mencionar que é impossível saber ao certo quem foram e quantos foram as mulheres e homens que trabalharam na Santa Casa de 1835 a 1910, uma vez que as fontes disponíveis são poucas e mesmo que todos as atas, relatórios e demais fontes estivessem disponíveis, não haveria tempo hábil para executar tal tarefa. Aqui pretende-se apenas citar algumas funções e nomes que foram importantes nesse período, assim o leitor poderá ter ao menos uma amostragem dos cargos e eventuais nomes que trabalharam na Misericórdia.

Conforme o relatório de 1861, o principal médico da Santa Casa era o Dr. José de Pontes França, profissional que continuou sendo mencionado no relatório de 1888, quando completara 46 anos trabalhando na instituição. A enfermagem era composta por dois enfermeiros (um homem e uma mulher) e mais dois auxiliares. Na botica (farmácia) do Hospital havia um farmacêutico, um ajudante de farmácia, um praticante e um servente. Também contava a Santa Casa com um cozinheiro, dois serventes, dois escravos e uma africana liberta que viera para Rio Grande em setembro de 1852, juntamente com mais três africanos, estes já falecidos. Estes africanos libertos foram enviados para trabalhar na Santa Casa por ordem do Vice-Presidente da Província Luiz Alves Leite d' Oliveira Bello, muito provavelmente vieram para suprir a falta de mão de obra da instituição e, além disso, estes africanos não recebiam salário, apenas alojamento e alimentação. Considerando que a Santa Casa e a Igreja Católica possuíam elos muito fortes, os assuntos religiosos, em 1861, estavam a cargo de um capelão, o Reverendo Thomaz d' Aquino de las casas. Todas essas pessoas que prestavam serviço à Santa Casa estavam subordinadas ao mordomo do interno⁴⁰. A secretaria da Santa Casa estava sob responsabilidade do escrivão do interno, que assim como o mordomo, eram irmãos da Misericórdia, porém não executavam essas funções gratuitamente.

⁴⁰ Cargo ocupado por um integrante da mesa diretiva da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. A pessoa que ocupava esse cargo era responsável pela direção e execução dos serviços do Hospital.

A utilização de escravos nos serviços da Misericórdia de Rio Grande parece ter sido uma prática recorrente em outras Misericórdias do Brasil. Maria Barreto ao falar da Misericórdia da Bahia no século XIX, também menciona que a referida instituição utilizava escravos. Segundo a autora: “Os escravos ocupavam-se dos seguintes afazeres: carregador de cadeira, carpinteiro, roceiro, ganhador, servente de pedreiro, açougueiro, servente de trapiche, servente do hospital, tanoeiro e barbeiro”. (BARRETO, 2011, p.19). Ainda, de acordo com a pesquisadora, os escravos trabalhavam arduamente e por longos períodos, estavam em constante exposição a bactérias e vírus, tinham uma dieta alimentar pobre em proteínas e vitaminas e moravam em locais insalubres. Essa soma de fatores os deixava bastante expostos a doenças.

O relatório do provedor Joaquim Francisco Garcia, datado de 1869, traz poucas alterações, se comparado ao do seu antecessor. Em relação aos funcionários da Santa Casa, os cargos e o número de vagas, não se alterou muito, já o capelão mudou, em 1869 os serviços religiosos estavam a cargo do padre José Ciciriello. Os dois escravos, mencionados no relatório de 1861 faleceram e a africana liberta fora emancipada por D. Pedro II, quando este visitou Rio Grande em 1865. No relatório do provedor Antônio Chaves Campello, referente ao exercício de 1887 a 1888, percebe-se uma mudança significativa em relação ao número de médicos trabalhando na Santa Casa, além do Dr. França, a instituição contava também com o trabalho do Dr. Amâncio Joaquim Pereira Caldas e de mais três médicos cirurgiões. Isso se deve em muito ao aumento de pacientes atendidos e ao avanço da medicina cirúrgica.

A fundação de uma Misericórdia no extremo sul do Brasil:

Público atendido pela Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

A Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande atendeu inúmeras pessoas no período compreendido de 1835 a 1909. É difícil precisar um número exato, faltam fontes⁴¹ para tal informação e não houve tempo suficiente para verificar todos os

⁴¹ Houve a intenção de se trazer informações mais detalhadas sobre o perfil dos pacientes da Santa Casa de Misericórdia, no período de 1835 a 1909, mas, sem a consulta aos livros de registro e de

jornais que circularam em Rio Grande nesse período. O que pode-se colocar são alguns dados baseados em fontes primárias (relatórios da Santa Casa, ofícios enviados aos presidentes da Província, relatórios dos presidentes da Província e dos intendentes municipais e jornais) estudadas ao longo desses quatro anos de pesquisa. Embora não seja possível compilar o total de pacientes atendidos ao longo desses 74 anos, ainda assim, o quadro abaixo é importante, pois pode-se verificar a evolução dos números ao longo do tempo e quantos pacientes entraram, quantos tiveram alta e quantos acabaram falecendo nas dependências do hospital.

Tabela 4 – Movimento do Hospital da Santa Casa de Misericórdia⁴²

Ano	Entrada de pacientes		Saída de pacientes	Curados	Óbitos
1846 a 1847	616		558	487	71
1850	558		510	447	63
1851 a 1852	585		527	465	62
1852 a 1853	564		581	537	44
1853 a 1854	478		384	344	40
1854 a 1855	407		343	305	38
1860 a 1861	413		383	339	44
1861 a 1862	388		358	313	45
1862 a 1863	404		404	352	52
1868 a 1869	471		447	390	57
1870	520		482	423	59
1871	564		523	474	49
1872	416		383	330	53
1873	400		376	317	59
1875	464		419	355	64
1877	557		512	419	93
1881 a 1882	nacionais	estrangeiros	417	350	67

óbitos, acaba ficando essa lacuna. As fontes citadas foram solicitadas, porém, não obtivemos retorno sobre a existência ou não desses registros.

⁴² Nos primeiros 26 anos de funcionamento da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, de 1835 a 1861, a instituição atendeu 11.584 pacientes, sendo que 6.951 pacientes foram considerados pobres desvalidos, conforme o relatório de 1861. No relatório de 1882, que se refere ao período de 1881-1882 os dados apontam para um total de 2.546 pessoas pobres atendidas pela Misericórdia.

	188	287			
1887 a 1888	533		486	402	84
1904 a 1905	nacionais	estrangeiros	700	622	78
	608	252			
1906 a 1907	nacionais	estrangeiros	767	669	98
	611	232			
1907 a 1908	849		721	432	120
1908 a 1909	798		682	388	115
1909 a 1910	912		776	537	131

Fonte: Correspondências da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, Jornais *Diário do Rio Grande* e *O Rio-Grandense*, Relatórios da Intendência Municipal do Rio Grande, Relatórios da provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, Relatórios de Presidentes da Província do Rio Grande do Sul.

Em relação ao perfil dos pacientes atendidos pela Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, foi possível levantar alguns dados tendo como referência dois relatórios da provedoria, de 1860-1861 e 1881-1882. Ainda que sejam apenas dois relatórios, foi possível levantar algumas informações gerais dos pacientes atendidos pelo hospital nos dois períodos analisados. A maioria dos internados eram homens (793) e estrangeiros (519), mulheres atendidas foram somente 125 e pessoas com nacionalidade brasileira foram 258. Foram atendidos também 97 escravos e 14 libertos. Os dados reforçam a condição de Rio Grande, como cidade portuária proeminente para a segunda metade do século XIX, com importante fluxo de chegada e partida de embarcações, o que reforça o elevado número de homens estrangeiros atendidos pela Misericórdia, muitos marinheiros, homens do mar e outros tantos comerciantes estabelecidos na cidade ou somente de passagem. No entanto, no começo do século XX, parece ter acontecido uma virada. Conforme as fontes para os anos de 1904 a 1905 e 1906 a 1907, o número de brasileiros atendidos superou o número de estrangeiros.

Outra questão importante a ser levantada eram quantos pacientes a Misericórdia atendia de forma gratuita, já que essa forma de caridade era um preceito cristão e escrito no primeiro compromisso, o da Misericórdia-Mãe, de Lisboa. Também é interessante saber a quantidade de marinheiros atendidos (estes pagos com recursos repassados pela marinha) e qual era o número de pacientes pagantes e escravos. A tabela apresentada abaixo é uma amostra pequena, pois contempla só

um ano compromissal, de 1846 a 1847, ainda assim, é válida para visualizar uma amostra do perfil de pagantes, não pagantes e beneficiários da Marinha.

Tabela 5 – Pacientes atendidos pela Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande de 1º de julho de 1846 a 30 de junho de 1847

Marinha de Guerra	Marinha da Barra	Marinha da Alfândega	Marinha Mercante	Pagantes	Escravos		Pobres	
					Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
8	9	1	255	5	66	21	221	30

Fonte: Jornal *O Rio-Grandense*, Rio Grande, 25/11/1847. (BRG).

No ano compromissal de 1846 a 1847, foram atendidos pela Santa Casa de Rio Grande 616 pessoas. Desse total, 273 homens pertenciam a Marinha, sendo a maioria (255) formada pela Marinha Mercante. Em relação à população considerada pobre, foram atendidas 252 pessoas; o número de pacientes escravos foi de 87 pessoas (o atendimento aos escravos era pago pelos seus donos) e pagantes, apenas 5. Percebe-se muitos atendimentos a marinheiros, o que não gera surpresa, pois Rio Grande possuía um comércio atlântico muito forte e era a última defesa militar do Império do Brasil. Essa informação corrobora com o que Barreto (2011) escreveu sobre a Misericórdia da Bahia: “vale ressaltar que os marítimos – como eram chamados os tripulantes das embarcações mercantis – constituíam o grosso dos doentes tratados no Hospital São Cristóvão” (BARRETO, 2011, p.11). Lá, a maioria dos pacientes atendidos também eram marítimos, o que configura uma similaridade com Rio Grande, o que faz total sentido, pois ambas são Misericórdias localizadas em cidades portuárias.

Outro dado bastante expressivo diz respeito ao número de pacientes pobres que foram atendidos pela Santa Casa de forma gratuita, ou seja, sem nenhum repasse específico para o seu atendimento, ao contrário dos marinheiros, cuja despesa era paga pelo Império. A partir disso, pode-se dizer que a Santa Casa de Rio Grande praticava a caridade de forma bastante acentuada, seguindo os preceitos cristãos. Por fim, observa-se um número muito diminuto de pacientes pagantes. Considerando esse

número, seria impossível a instituição se manter, se ela dependesse unicamente do pagamento de consultas e internações particulares⁴³.

Em relação a causa dos óbitos da população riograndina, faltam maiores dados, tendo-se encontrado apenas algumas informações sobre alguns períodos, como por exemplo, os dois últimos meses do ano de 1848, publicadas no *Diário do Rio Grande* e utilizadas por Douglas Nunes (2022), em sua dissertação. De acordo com o autor, o maior número de óbitos do período foi provocado por doenças gastrointestinais, como diarreia, vermes, gastroenterite, bem como irritação ou inflamação do aparelho digestivo. Em seguida, aparecem as doenças respiratórias, essas eram tosse, tísica e tuberculose(s). Já em fevereiro de 1850, a causa maior de óbitos foi a febre escarlatina, seguido das doenças gastrointestinais e respiratórias.

Na década de 1860, precisamente no ano de 1863, as doenças de maior incidência ou causas de internação na Misericórdia eram o reumatismo, bronquite, pneumonia, colite (doença intestinal), crancos venéreos (doença sexualmente transmissível), bubão (inflamação dos gânglios linfáticos), feridas contusas, pleurodinia (dor torácica) e úlceras. Dentre essas, as mais fatais foram a pneumonia, causadora de 9 óbitos e a colite, responsável por 5 óbitos⁴⁴. Na década seguinte, em 1871, conforme o relatório do presidente da Província (1872), as principais causas de óbito entre os pacientes da Misericórdia foram as doenças respiratórias e do aparelho digestivo. O relatório também apontou que, em 1871, a taxa de mortalidade entre os pacientes da Misericórdia não passou de 10%, percentual considerado regular para estabelecimentos do porte da Misericórdia de Rio Grande.

Abaixo destaca-se a transcrição de uma tabela na qual constam as causas dos óbitos no segundo semestre de 1862. De acordo com os dados informados pela Misericórdia, faz-se possível perceber que as principais causas de falecimento nesse período em Rio Grande foram as doenças pulmonares, como a tuberculose, pneumonia e bronquites. Chama-se atenção também para o alto índice de mortes por uma doença chamada crupe, uma infecção viral que atingia as crianças.

⁴³ Não se sabe informar os valores das consultas, internações, cirurgias e demais procedimentos médicos. Não foram encontradas fontes primárias que dessem conta dessas informações.

⁴⁴ Ofícios da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, 1863, AHRG.

Tabela 6 – Estatística mortuária da Cidade do Rio Grande do 2º semestre de 1862⁴⁵

-----LIVRES-----		-----ESCRAVOS-----	
Masculinos	Femininos	Masculinos	Femininos
Adultos - Parvulos	Adultos - Parvulos	Adultos - Parvulos	Adultos - Parvulos
35 26	32 37	27 9	12 10

1. Fallecerão 188 pessoas sendo 130 livres – 58 escravos – 106 adultos e 62 menores.
2. As enfermidades que produzirão este numero de mortes, forão as seguintes:

Tuberculos pulmonares 16	Marasmo 3	Angina do peito 1	Inflamação do estomago 1
Pneumonia 16	Paralisia 3	Enterite verminosa 1	Gastro enterite 1
Croup 13	Febre typhoide 3	Laringite edematosa 1	Inflamação dos rins 1
Bronchitis 11	Convulsões 3	Ulcera gangrenosa 1	Hydrothorax 1
Congestão cerebral 10	Anasarca 3	Asthnia 1	Mesenterite 1
Bexigas 7	Derramam ^{to} cerebral 2	Congestão pulmonar 1	Gastro pericardite 1
Tetano 7	Eclampsia 2	Albuminuria 1	Escrofulas 1
Lesão organica do coração 7	Amollecim ^{to} cerebral 2	Dissolução de sangue 1	Estreitamento dos orifícios 1
Tisica pulmonar 6	Peritonite 2	Ulceras syphilicas 1	Suicidio 1
Ao nascer 5	Syphilis 2	Pleurez 1	[ilegível] 1
Afogado 5	Hemorrhoides 1	Ataque epiletico 1	.
Bronco pneumonia 5	Hepatite 1	Cerebrite 1	.
Inanição 5	Velhice 1	Pericardite 1	.
Colite 5	Nephrite 1	Idiotismo 1	.
Enterite 4	[ilegível] 1	Exastoses e diathese 1	.
[ilegível] 4	Meningite 1	[ilegível] 1	.
Desynteria 3	[ilegível] umbilical 1	Cathharro pulmonar 1	.

Fonte: Correspondências da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, 1863, AHRS.

⁴⁵ A grafia não foi atualizada.

Traçando um comparativo com a Misericórdia da Bahia, que é também localizada em cidade portuária, nota-se que algumas doenças com alto grau de incidência eram comuns nas duas cidades, ainda que o recorte temporal analisado para a Santa Casa da doença seja anterior ao recorte selecionado para este trabalho. No caso da Misericórdia da Bahia, conforme “os estudos de Russel-Wood, as doenças predominantes eram malária, febre amarela, lepra, febres reumáticas e de modo geral, tuberculose, sarampo, varíola, sífilis e escorbuto” (BARRETO, 2011, p.11-12). Já na primeira metade do século XIX, a maioria dos atendidos pela Santa Casa da Bahia apresentavam sintomas compatíveis com “febres, tuberculose e outras doenças do sistema respiratório, doenças venéreas, diarreias e demais “embaraços” gástricos, úlceras, feridas, abscessos, doenças de pele, hepatite, artrite, reumatismo, contusões e fraturas”. (BARRETO, 2011, p.12).

A seguir, apresenta-se mais uma transcrição de um dos documentos oficiais enviados pela Misericórdia de Rio Grande ao presidente da Província no ano de 1862. No documento, nota-se os dados quantitativo de pacientes atendidos no período, quantos saíram curados e quantos faleceram, entre outras informações, como gênero e se eram livres, libertos, estrangeiros ou escravos. A tabela abaixo também é importante para o leitor visualizar como estas informações eram compiladas no começo da segunda metade do século XIX.

Tabela 7 – Movimento do Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Rio Grande no ano compromissal de 1861 á 1862⁴⁶

ENTRADAS	LIVRES		LIBERTOS		ESTRANG. ^{OS}		ESCRAVOS		TOTAL
	Masculinos	Femininos	Masculinos	Femininos	Masculinos	Femininos	Masculinos	Femininos	
Enfermos existentes no 1º de Julho de 1861	5	-	1	1	16	1	6	-	30
Ditos entrados até 30 de Junho 1862	63	14	9	3	199	3	63	4	358
SOMMA	68	14	10	4	215	4	69	4	388
SAHIDAS	LIVRES		LIBERTOS		ESTRANG. ^{OS}		ESCRAVOS		TOTAL

⁴⁶ A grafia não foi atualizada.

	Masculinos	Femininos	Masculinos	Femininos	Masculinos	Femininos	Masculinos	Femininos	
Sahirão curados	51	9	6	1	187	2	54	1	313
Fallecerão	11	3	3	2	12	2	10	2	45
Ficção existindo	6	2	1	1	16	-	3	1	30
SOMMA	68	14	10	4	215	4	69	4	388

O Escrivão do interno
Joaquim Ribeiro da S^a. Santos

Fonte: Correspondências da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, 1862, AHRS.

No que tange aos serviços ofertados pela Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, encontra-se referência ao atendimento médico, farmacêutico, odontológico; realização de enterros e administração de cemitérios; alimentação dos presos pobres; criação de crianças abandonadas e concessão de dote para casamentos. No período estudado, não foi possível localizar informações sobre empréstimos concedidos à pessoas físicas, pois talvez essa prática já não fosse mais comum em meados do século XIX. A seguir, aborda-se os serviços oferecidos pela Misericórdia de Rio Grande.

A fundação de uma Misericórdia no extremo sul do Brasil:

Atendimento médico, farmacêutico e odontológico

A Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, no período analisado, prestou atendimento médico, cirúrgico, farmacêutico e também odontológico a inúmeros pacientes pobres, e também atendeu de forma particular, muito embora, em bem menor número. De acordo com o relatório do provedor Rosalvo Azevedo (1906-1910), o último analisado para esse trabalho, o hospital da Santa Casa de Rio Grande, possuía em 1910, 15 enfermarias, com 108 leitos, sendo 10 enfermarias para homens e 05 para mulheres, 02 para isolamento e 04 quartos para pacientes particulares. Ainda segundo relatório mencionado, o hospital estava prestando atendimentos odontológicos aos necessitados, serviço que fora iniciado em 1905. No período de cinco anos foram executados 1.601 atendimentos, o procedimento mais realizado foi a extração (1.110).

A cidade de Rio Grande foi atingida diversas vezes por epidemias, como por exemplo nos anos de 1887 e 1888, quando houveram casos de varíola. Nessa época a Santa Casa ainda não tinha um local adequado para tratar pacientes com doenças

contagiosas, situação que se alastrava por anos. Nessa ocasião, os pacientes acometidos pela varíola ficaram internados no prédio que anteriormente servira de botica, fora das dependências do Hospital.

No que tange a botica da Santa Casa, o regimento interno mencionava que a repartição deveria ter um farmacêutico, um ou dois ajudantes e mais praticantes, aprendizes e serventes que a mesa achar necessário. Competia ao farmacêutico encomendar os medicamentos, manipulá-los e guardá-los em local adequado sempre sob a supervisão do mordomo da botica. O farmacêutico deveria residir na botica, podendo se afastar dela somente por algumas horas, afastamentos mais prolongados precisavam da autorização do provedor. Era também de responsabilidade do farmacêutico a entrega dos medicamentos, certificando-se de entregar o remédio solicitado conforme prescrito no receituário médico. Além disso, ele deveria transcrever textualmente as receitas nas vasilhas⁴⁷ e demais recipientes, assim como escrever a posologia.

A botica da Santa Casa funcionava desde a década de 1850, pois encontra-se referência à ela numa ata da Misericórdia. Na ocasião, a mesa reunida deliberou sobre a contratação de um farmacêutico, cujo nome era Manoel Baptista dos Santos, que se deslocaria do Rio de Janeiro até Rio Grande a fim de trabalhar na botica do hospital da Misericórdia. O salário que Manoel receberia seria de um conto de réis por ano. A passagem de vapor do Rio de Janeiro até Rio Grande também seria paga pela Santa Casa. O relatório da provedoria de 1861 mencionava que a botica atendia com medicamentos (vindos principalmente da Europa e do Rio de Janeiro) os doentes internados e também a população pobre de Rio Grande. No regimento interno da Santa Casa constava que a aquisição de medicamentos era efetuada mediante contrato ou pela forma que a mesa da Santa Casa ordenasse, face a lista que o farmacêutico apresentava.

Só para se ter uma ideia do movimento da botica, no ano de 1870, a Santa Casa realizou mais de 500 consultas, bem como distribuiu medicamentos gratuitos e no mesmo ano a instituição forneceu mais de 3 mil receitas aos pobres. A medicação prescrita nas receitas destinadas aos pobres não podia ser entrega pelo farmacêutico sem a aprovação do mordomo da botica. Todas as receitas que eram entregues aos mais pobres eram numeradas, guardadas e recebiam a anotação do valor da

⁴⁷ As vasilhas que serviriam para armazenar a medicação deveriam ser cuidadosamente lavadas e fechadas com a necessária segurança.

medicação. A botica da Misericórdia foi fechada no primeiro semestre de 1887, provavelmente em virtude dos gastos elevados, porém, a Santa Casa não deixou de atender os pacientes e nem os pobres da cidade, essa forma de assistência ficou a cargo de um farmacêutico contratado pela instituição.

Em 1903, a botica, pelo que se infere do relatório daquele ano, estava novamente sob responsabilidade da Santa Casa, sendo a palavra substituída por farmácia, que segundo comentário do provedor Rosalvo Azevedo contribui em muito com a caridade, fornecendo receitas não somente para os pacientes do Hospital, mas também para a população em geral que procura esse serviço, e, além de receitas, a farmácia do hospital ainda fornecia os medicamentos. Em 1910, alguns medicamentos estavam sendo comprados diretamente da Alemanha e da França, o que acarretava menores custos para a instituição, prática que já acontecia na década de 1860.

Em relação ao atendimento às pessoas com doenças mentais, comumente chamadas de “alienadas”, a Santa Casa alegava não possuir um espaço adequado para atender tais pessoas, para que ficassem internadas. Nas correspondências entre a Santa Casa de Rio Grande e a presidência da Província eram comuns queixas e pedidos de providência da Santa Casa para o governo provincial. Abaixo transcrevo uma dessas correspondências, enviada pelo provedor Porfírio Ferreira Nunes ao presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão, datada de 30 de janeiro de 1861.

Não tendo este Pio Estabelecimento como poder valer á um pobre homem que aqui se acha atacado da alienação mental e necessitando de um tratamento que só póde encontrar em estabelecimento de natureza do Hospicio de Pedro 2 o., eu tomo liberdade de me dirigir á V. Ex. a para solicitar da sua bondade e philantropia o interpor seus bons officios perante o Exm. o Senr Ministro do Imperio em favor d'aquelle infeliz que chama Jozé Monteiro, é casado e pai de dois filhos menores afim de que elle possa ser recolhido ao dito Hospicio, proporcionando-se-lhe transporte d'aqui para isso. (Correspondência do provedor Porfírio Ferreira Nunes para o presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão. Rio Grande, 30.01.1861. Correspondências da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, 1861, AHRs).

O Hospício de Pedro Segundo foi fundado em 18 de julho de 1841, pelo decreto n. 82. Até o começo da década de 1850, era a única instituição do Brasil especializada no tratamento de pessoas com problemas mentais. Seu nome foi uma homenagem ao imperador D. Pedro II, que, após subir ao trono, como primeiro ato, justamente no

dia de sua coroação, assinou a criação do Hospício. A instituição estava localizada no Rio de Janeiro, na Praia da Saudade.

A fundação de uma Misericórdia no extremo sul do Brasil:

Alimentação aos presos pobres

A Misericórdia de Rio Grande mantinha um tipo de atendimento que remonta aos primeiros compromissos da Misericórdia de Lisboa, demonstrando assim a continuidade dessa prática de caridade no extremo sul do Brasil, durante o século XIX. A prática em questão era fornecer alimentação aos presos pobres, cujo custo era de 400 R\$ diários para cada preso, conforme o relatório do provedor Porfírio Ferreira, datado de 1861. Em 15 de outubro daquele ano, já sob a direção do provedor Joaquim Garcia, a Misericórdia reclamou ao governo da Província que a direção da Mesa de Rendas apresentou uma portaria da diretoria geral da Fazenda Provincial, cujo intuito era diminuir o valor diário de 400 R\$ com a alimentação dos presos pobres, fato protestado através das seguintes palavras, pelo provedor da Misericórdia “resultando disso grave prejuízo para a Santa Casa que não o deve suportar porque além de suas finanças não o permitir, tem muito em que aplicar seus benefícios na forma de sua notificação”. A Mesa de Rendas desejava diminuir o valor para 289 réis diários, alegando ser suficiente. Em contrapartida, a Santa Casa dizia que o valor de 400 réis já era baixo para arcar com a alimentação dos presos, e caso o presidente da Província resolvesse diminuir o valor, a Santa Casa não teria condições de continuar alimentando os presos.

Em nova correspondência enviada ao presidente da Província, na data de 06 de novembro de 1861, a Santa Casa comunicou que esperava receber o valor de 400 réis diários referente à alimentação dos presos nos últimos quatro meses e que a partir do dia 01 de novembro havia suspenso o serviço de alimentação aos presos da cidade, em virtude da insuficiência de recursos necessários para fazê-lo. Nos ofícios da Santa Casa, referente aos anos de 1862 e 1863, consultados por mim, não encontrei menção de que a alimentação aos presos tivesse sido retomada, então, acredito que ela tenha sido de fato encerrada no dia 01 de novembro de 1861.

A fundação de uma Misericórdia no extremo sul do Brasil:

Cemitério

Assim como em outras Misericórdias, o serviço funerário e o sepultamento eram responsabilidade da Santa Casa de Rio Grande que via nesse serviço um importante mecanismo de caridade pública e de entrada de receitas. Aliás, assim como na Misericórdia de Pelotas⁴⁸, a maior parte das receitas da Santa Casa de Rio Grande eram oriundas dos serviços relacionados aos cemitérios.

A Santa Casa, no recorte temporal estudado, administrou dois cemitérios, o Bomfim e o Geral ou Extramuros, porém, (NUNES,2022) antes da criação desses cemitérios, os sepultamentos eram realizados na Matriz de São Pedro (1755), no cemitério da Igreja do Carmo (1809) e nas tumbas da capela de São Francisco e da Irmandade de Nossa Senhora das dores (1814). De acordo com Douglas Nunes (2022), até a década de 1850, a maioria dos enterros era realizada no cemitério do Bomfim⁴⁹, que foi inaugurado em outubro de 1834 e estava localizado bem no centro da cidade, na rua da Alfândega (atual Andradas). Segundo o autor, o Bomfim foi o primeiro cemitério municipal de Rio Grande, local de sepultamento de todos católicos da cidade, independente da irmandade a que pertenciam. Em 1841, a gerência do cemitério passou para a Santa Casa e no ano seguinte ocorreu uma doação de terreno, aos fundos do cemitério, local que receberia uma capela, ainda que cemitério e Igreja ficassem separados, estavam muito próximos, o que certamente facilitava as encomendações e ritos (NUNES,2022). Conforme os dados levantados por (MONTEIRO, 1935, p.192), o cemitério do Bomfim recebeu mais de 5.500 corpos.

Até o começo da década de 1840, o cemitério do Bomfim não era administrado pela Santa Casa de Misericórdia, porém, a câmara de Rio Grande, diante das dificuldades financeiras de administrar e melhorar a estrutura do cemitério passou-o para a Santa Casa. Antes disso ocorrer, os vereadores solicitaram a aprovação da presidência da Província, que concordou com a cedência, inclusive emprestando para a Misericórdia 10 contos de réis, para que a instituição reedificasse o cemitério. A

⁴⁸ Ver: TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência:** a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922). 2007. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

⁴⁹ Conforme Douglas Nunes (2022), o terreno onde seria edificado o cemitério do Bomfim fora doado à Intendência Municipal por José Luiz da Silva no ano de 1832.

Mesa administrativa, reunida na data de 25 de dezembro de 1841 resolveu aceitar a proposta da presidência da Província e a partir de 4 de janeiro de 1842 o cemitério do Bomfim passou oficialmente a integrar o patrimônio da Santa Casa (NUNES, 2022).

No primeiro ano, 1841, sob a administração da Santa Casa de Rio Grande, uma questão preocupava as autoridades da época, o cemitério do Bomfim apresentava condições inadequadas, certas partes estavam em ruínas. Em 27 de novembro de 1841, o presidente da Província solicitou, via ofício, que a Santa Casa ficasse encarregada de administrar o cemitério e propor as reformas necessárias, em contrapartida, a Misericórdia receberia os rendimentos oriundos do cemitério a ainda um empréstimo de 10 contos de réis concedido pelo governo provincial. No ano seguinte, chegaram dois carros fúnebres, bem como as cruzes de pedra para a frente do cemitério e capela (RODRIGUES, 1985). Sobre a aprovação da incorporação do cemitério do Bomfim pela Santa Casa, transcreve-se abaixo parte da ata do dia 25 de dezembro de 1841:

Aos vinte e cinco dias do mez de Dezembro de mil oitocentos e quarenta e um em Meza Conjuncta da Sancta Casa da Mizericordia desta Cidade do Rio Grande, que se reuniu em a sala do edificio que serve de Hospital, apresentou o Irmão Provedor á consideração da Meza Conjuncta o seguinte. Um officio do ExcellentiSsimo Presidente da Provincia de vinte e sete de Novembro do corrente anno, commettendo á esta Sancta Casa a empresa da facturas das catacumbas e cemiterio desta Cidade com esboço das condições, que devem [ilegível][ilegível] [ilegível] á mesma empresa, assim como copia da carta que o mesmo ExcellentiSsimo Senhor [ilegível] [ilegível] á Camara Municipal desta mesma Cidade neste mesmo sentido. Apresentou igualmente um officio da Camara Municipal de vinte e trez do corrente mez e anno, que acompanhou a copia das condições organizada pela Comissão, que para afim de levar á efeito a factura das catacumbas e Cemiterio, ella nomeou para de conformidade com o Irmão Provedor apresentar á consideração da referida Camara e da Meza da Sancta Casa, o seu parecer, o qual foi aprovado pela mesma Camara em sessão de vinte do andante mez e anno. E pondo o dito Irmão Provedor em Discussão o referido officio e condições, resolveu a Meza conjunta approvala unanimemente, e que se enviasse ao Excellentissimo Presidente da Provincia, solicitando a sua approvação, e agradecendo-lhe em nome da mencionada Meza a valioza protecção, que presta a este Pio Estabelecimento. (AHSCRG, Ata da sessão de 25 de dezembro de 1841. Livro n. 1 de Atas da Mesa da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande). (grifos meus).

Na mesma ata consta que a Câmara de Rio Grande, através de uma comissão de treze pessoas, juntamente com o provedor José Vieira Viana ficaria responsável por fiscalizar a obra de reedificação do cemitério do Bomfim e ambos concordariam com as seguintes condições:

Primeira. A Sancta Casa da Misericórdia tomará conta do Cemiterio no estado em que se acha com a obrigação de arrumar, plantar de arvoredo apropriado, fazer a ordens de catacumbas que admittir a frente e fundo do mesmo, Capella, e dous quartos aos lados desta, como se observa da planta junta. Segunda A Sancta Casa designará, as covas, que admitir o quadro do Cemiterio, e nelas dara sepultura gratuitamente as praças de [parte] do exercito e armada, que serão para ali conduzidos por seus camaradas, como é uso; aos mendigos, pessoas miseraveis e aos cadaveres, que aparecem abandonados os quaes serão conduzidos por parte da mesma Sancta Casa. Terceira A Sancta Casa ficará a administração e conservação do Cemiterio e a obrigação de fornecer pedreiro, cal e mais misteres para feixar e rebocar as catacumbas, assim como a ter um carro, coberto de preto apropriado para conduzir os corpos em caixão, devendo o mesmo ser puxado por um animal, mandando receber os corpos, conduzir os ao Cemiterio e emterral os, mediante avizo feito no Hospital da Sancta Casa. Quarta A Sancta Casa receberá por cada catacumba, que proporcionar para os corpos de adultos vinte mil reis, pelos dos anjinhos oito mil reis, e dous mil reis por cova no chão, independente dos direitos Parochiaes. Quinta Tendo a Sancta Casa á sua disposição para levar a efeito a obra do Cemiterio a subscrição alcançada pelos habitantes deste Municipio, uma porção de pedra de sua propriedade e o emprestimo offerecido pelo Excellentissimo Senhor Presidente da Provincia, terá de [ilegível] tal emprestimo com o liquido rendimento do mesmo Cemiterio, verificando-se os pagamentos mensalmente, e recebendo quitação da Estação a quem Sua Excellencia ordenar se faça [ilegível] [ilegível] daquelle liquido. Sexta Fica por [ilegível] [ilegível] [ilegível] dos bens, que a Sancta Casa [ilegível] o numero de catacumbas, que a Sancta Casa [ilegível] [ilegível] assim o achão, que sera por ella repartido [ilegível] [ilegível] na forma da segunda condicção. (AHSCRG, Ata da sessão de 25 de dezembro de 1841. Livro n. 1 de Atas da Mesa da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande).

Conforme mencionado na ata, a Câmara Municipal, em comum acordo com o provedor da Misericórdia estabeleceram seis condições (a sexta condição está praticamente toda ilegível), que regulariam a administração do Cemitério pela Santa Casa. Entre as condições, destacam-se a responsabilidade de cuidar do Cemitério, de forma integral, inclusive sendo de atribuição da Misericórdia o plantio de árvores no entorno. Outra condição, essa de caráter caritativo e considerada de muitíssima importância para os irmãos da Misericórdia, desde o primeiro compromisso da Misericórdia de Lisboa, era enterrar os mortos de forma gratuita, mas, no caso de Rio Grande, somente os pobres, os mendigos, as pessoas indigentes e alguns militares de baixa patente. Outra exigência importante de ser ressaltada diz respeito aos valores recebidos pelos enterros, exceto aqueles que eram beneficiados pela caridade, os demais sepultamentos eram pagos e consistiam em uma das principais fontes de renda da Misericórdia de Rio Grande. Para os túmulos destinados aos

adultos era cobrado o valor de vinte mil réis, para as crianças oito mil réis e para as pessoas que eram sepultadas em covas simples dois mil réis⁵⁰.

O Bomfim, contrariando a lógica da maioria dos cemitérios administrados pelas Misericórdias não estava dando lucro para a Santa Casa local, pelo menos não até o ano de 1852⁵¹. Conforme mencionou Douglas Nunes (2022), foram realizadas algumas doações em auxílio a Santa Casa para a manutenção do cemitério, o que significa que a Santa Casa não estava conseguindo gerir o cemitério, apenas com o seu orçamento. Anos depois, através das evidências que as fontes nos trazem, é possível perceber que o cemitério geral estava gerando receitas e valores significativos para a Misericórdia.

Segundo Douglas Nunes (2022), a relação entre a Santa Casa, representada pelos médicos, e a Igreja Católica, representada pelos padres, nem sempre era harmoniosa, conforme fontes jornalísticas analisadas pelo autor. Em 1851, de acordo com o autor supracitado, as novas práticas médicas, muitas vezes deixavam para a última hora as práticas religiosas, como confissão dos pecados e a extrema-unção, que do ponto de vista católico, eram de suma importância, servindo com um rito de passagem ao morto, fazendo a conexão entre este mundo e o além. Ainda conforme o autor, a notícia vinculada pelo Diário do Rio Grande no ano de 1851, era a reclamação de um padre para que se observasse aos ritos católicos do “bem morrer”.

O cemitério do Bomfim não funcionou muitos anos sem polêmicas. A partir da década de 1850, discussões sobre a sua localização agitavam os rio-grandinos, incluindo os políticos locais, somando-se a isso, as irmandades estavam insatisfeitas com o tamanho do cemitério, por exemplo, as irmandades do Carmo e São Francisco não concordavam com o artigo 186 das posturas municipais que obrigava todas as irmandades a enterrarem no Bomfim (NUNES, 2022, p.164). A curto prazo a Santa Casa construiu catacumbas para as irmandades, porém, o problema da falta de espaço não se resolveu e voltou à tona no ano de 1854, quando o presidente da

⁵⁰ Alguns anos mais tarde, com a criação do Cemitério Geral, as taxas das catacumbas e sepulturas aumentaram de valor. De acordo com o regimento do cemitério, as catacumbas para adultos teriam o valor de vinte e quatro mil réis (permanecendo a catacumba por três anos); para dez anos, o valor seria setenta e cinco mil réis; vinte anos, cento e quarenta mil réis; cinquenta anos, trezentos mil réis; cem anos, quinhentos mil réis e a catacumba perpétua custaria oitocentos mil réis; as crianças menores de sete anos, permanecendo a catacumba por dois anos, seria cobrado o valor de doze mil réis e permanecendo por cinco anos, o valor cobrado seria vinte e cinco mil réis. Já pelas sepulturas rasas, a Misericórdia estipulou no regimento o preço de dois mil réis.

⁵¹ As receitas do cemitério do Bomfim estavam muito abaixo das despesas, desde a fundação, o déficit era de 10:145\$121 réis. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA. Porto Alegre: Typ do Mercantil, p.19, 1852. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

Província ordenou a criação de um novo cemitério, o mais rápido possível, visando um local espaçoso para que assim cada irmandade pudesse sepultar seus mortos. No ano seguinte, conforme Nunes (2022), a Mesa da Santa Casa se reuniu algumas vezes visando debater a construção de um novo cemitério, porém o estopim para a mudança de local aconteceria somente com a epidemia de cólera que atingiu Rio Grande nos últimos meses de 1855. Ainda assim, o cemitério do Bomfim não parou de receber os mortos, embora que, desde a criação do cemitério extramuros, os sepultamentos no Bomfim diminuíram muito, culminando com o seu fechamento definitivo apenas em 25 de janeiro de 1882, quando as paredes do velho cemitério foram derrubadas (NUNES, 2022).

Após a forte epidemia de cólera⁵² que durou de novembro de 1855 a março de 1856, decidiu-se construir um cemitério mais afastado do que o cemitério do Bomfim⁵³. A Santa Casa de Misericórdia já havia solicitado para o governo da Província a construção de um cemitério extramuros. Conforme o relatório da Câmara Municipal de 1856, o local do novo cemitério fora escolhido por uma comissão formada para esse fim e posteriormente aprovado pelo presidente da Província. O novo cemitério, denominado de Geral, demorou um pouco para ficar pronto, como demonstra o relatório da Câmara de 1859 “A mesa da Santa Casa de Misericórdia trata de concluir esta obra, já muito adiantada. Conforme a disposição da lei nº197, de 27 de novembro de 1850, separou-se do cemitério geral a porção de terreno de que necessitava a ordem 3ª do Carmo, para o jazigo de seus irmãos”. De acordo com Torres (2006), o novo cemitério que também seria administrado pela Santa Casa, teria jazigos gerais e reservados, divididos em três grupos: jazigos em catacumbas e sepulturas para os pagantes; jazigos para praças, marinheiros e pobres e por último, túmulos para os escravos. As sepulturas reservadas eram divididas em três grupos: catacumbas para as ordens e irmandades; catacumbas particulares e perpétuas para famílias que assim desejassem (TORRES, 2006, p.127-128). Ainda, conforme o autor, o regimento do cemitério extramuros “evidencia a divisão social entre senhores e escravos, entre cidadãos com recursos financeiros e pobres, os fundamentos da sociedade patriarcal,

⁵² Conforme Antenor Monteiro, a epidemia de cólera foi responsável pela morte de 500 pessoas aproximadamente, de um total de 10 mil que residiam em Rio Grande na época, cerca de 5% da população. (MONTEIRO, 1938).

⁵³ De acordo com o relatório do Provedor Porfírio Ferreira, datado de 1861, no cemitério do Bomfim não se realizam mais sepultamentos. Nesse cemitério foram sepultados 2.865 pessoas livres e 2.705 escravas. Rio Grande era uma das cidades da Província que mais possuía escravos.

entre a distinção de serviços prestados conforme as possibilidades de pagamento”. (TORRES, 2006, p.133).

Os enterramentos no cemitério Geral ou Extramuros começaram em 12 de dezembro de 1855 (NUNES, 2022), ainda que o local não apresentasse as condições adequadas. Todavia, devido ao grande número de mortes provocadas pela cólera⁵⁴, o novo cemitério teve que começar a receber os mortos. O cemitério Geral, após sua finalização, na década de 1860, teve um custo de R\$ 39:357\$804 e de acordo com o provedor Porfírio Ferreira, esse novo local deveria ser adequado para os próximos 50 anos, ou seja, até a década de 1910.

⁵⁴ No mesmo período em que começou a ser utilizado o Cemitério Geral da Santa Casa de Rio Grande, na cidade vizinha de Pelotas, fora inaugurado o novo Cemitério da Santa Casa de Pelotas (GILL, 2004). Assim como em Rio Grande, este fora construído mais afastado da zona urbana em consequência da epidemia de cólera, que afligia ambas cidades.

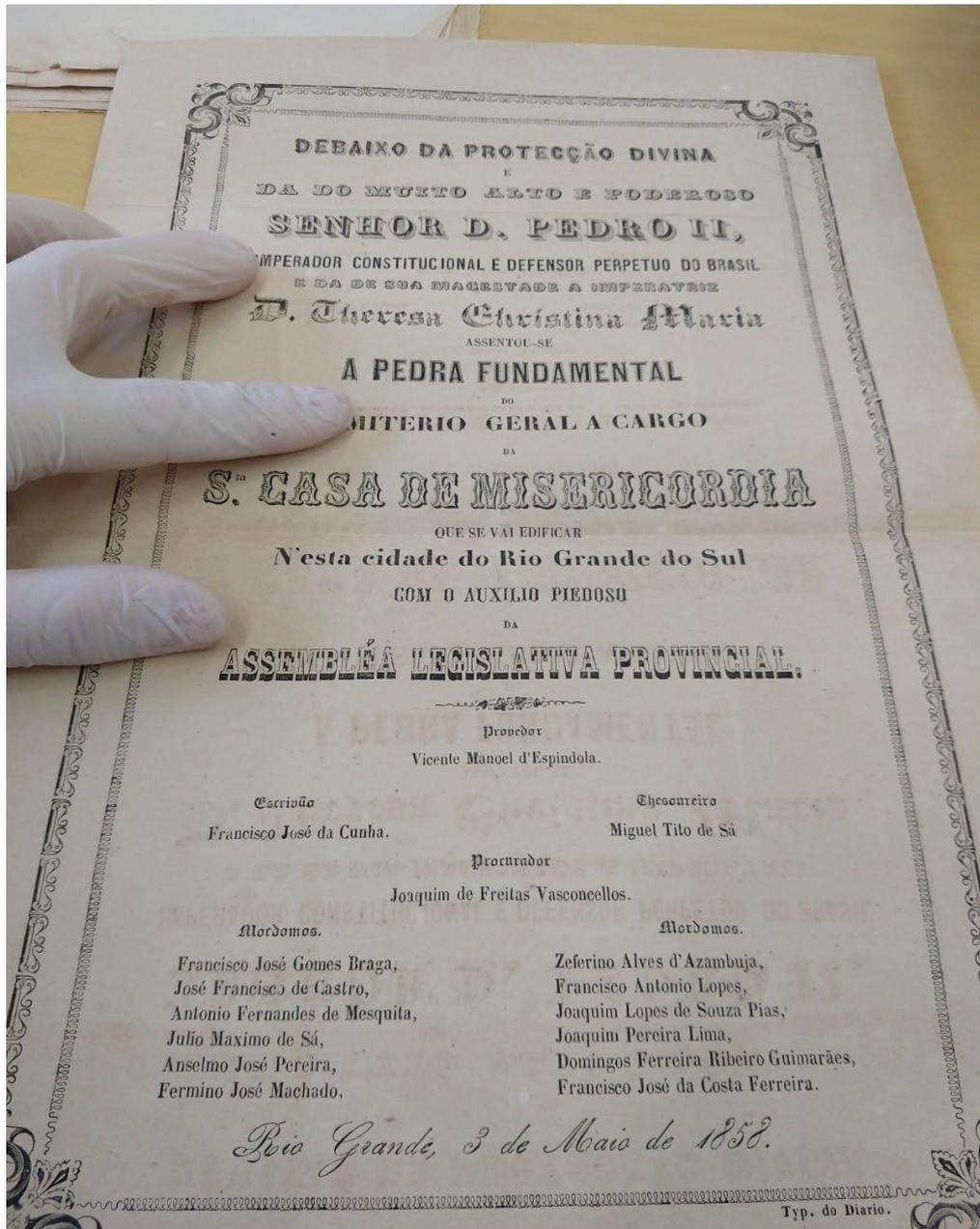


Figura 9 – Anúncio da Santa Casa, dando publicidade para a colocação da pedra fundamental do cemitério extramuros de 3 de maio de 1858.

Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRs.

A administração do cemitério geral ficaria a cargo de três pessoas pertencentes aos quadros da Santa Casa de Misericórdia. O procurador, que era membro da mesa diretiva e dois irmãos que ocupariam os cargos de mordomo e tesoureiro do cemitério. As pessoas que ocupariam os dois últimos cargos eram escolhidas anualmente pela mesa da Santa Casa e possuíam a incumbência de gerenciar o cemitério. Após a posse, os três administradores da Santa Casa recebiam da gestão anterior, através de inventário, todos os livros, papeis, moveis e utensílios pertencentes ao cemitério.

E, ao terminar a gestão, deveriam apresentar por escrito um relatório do cemitério, contendo informações sobre os empregados e respectivos salários e um mapa estatístico das pessoas que foram enterradas (gênero, idade, naturalidade, etc.).

Entre os deveres e atribuições do irmão procurador, que era o cargo de maior responsabilidade, ressalta-se alguns:

Empregar o maior zelo para que se conserve o estabelecimento na melhor ordem e regularidade; para que todas as pessoas nele empregadas, sejam exatas no cumprimento de seus deveres e obrigações, tendo muito cuidado em que os carros e utensílios se conservem no melhor estado de limpeza e asseio. Fazer a compra de todo o necessário para o estabelecimento. Rubricar as folhas dos empregados assalariados que deverá ser processada pelo escrivão do interno, assim como assinar todos os demais documentos de despesa, que serão pagos pelo tesoureiro, depois de obterem o “pague-se” do provedor. (CDH - FURG, Regimento do Cemitério Geral da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Rio Grande: Tipografia do Diário, 1860).

Conforme o regimento do cemitério, percebe-se que o procurador era a pessoa encarregada das tarefas de maior responsabilidade, aquelas que envolviam autorizações, compras, folha salarial, entre outras. Já a pessoa que ocupava o cargo de mordomo era responsável por fazer os pedidos dos materiais necessário à capela, entregar o bilhete de identificação do falecido a quem fosse o responsável pelo enterro, sem esse bilhete preenchido não era autorizado o sepultamento e também competia ao mordomo enviar para o escrivão os atestados de óbitos. E ao tesoureiro do cemitério recaíam as atividades financeiras, como por exemplo: cobrar a taxa dos veículos de condução, sepulturas, lápides, etc; pagar os funcionários e demais despesas autorizadas pelo procurador e pelo provedor e entregar mensalmente ao provedor o balanço da receita e despesa do mês anterior.

— 19 —

CEMITERIO DA MISERICORDIA

DA N

Cidade do Rio Grande,

FREGUEZIA DE S. PEDRO.

O encarregado do cemiterio receba e mande enterrar em
 uma das

O cadaver de

Idade

Naturalidade

Nacionalidade

Côr

Estado

Profissão

Morador

Causa certa e presumivel da morte
 conforme o certificado do

O enterramento terá lugar estando o presente bilhete— *Visto*
e rubricado pelo Revm. parcho.

Escriptorio do cemiterio de de 18

O MORDOMO

Visto e encommendado n'esta freguezia de S. Pedro

O PAROCHO

Effectuou-se o enterramento no jazigo acima determinado
 ás horas do dia de de 18

O ENCARREGADO DO CEMITERIO

RIO GRANDE 1860. — TYP. DO DIARIO, DE ANTONIO ESTEVÃO.

Figura 10 – Modelo do bilhete de identificação da pessoa falecida

Fonte: CDH – FURG

Ainda, segundo o regimento do cemitério da Santa Casa, havia mais um cargo, o de escrivão, porém, esse era cumulativo ao cargo de escrivão da Santa Casa, ou seja, a pessoa que fosse indicada e eleita para ser o escrivão da Misericórdia, automaticamente também seria escrivão do cemitério. O ocupante desse cargo desempenhava as seguintes atribuições: conservar em bom estado os livros e demais documentos relativos ao cemitério; escriturar a receita e despesa do cemitério; lançar no livro dos inventários todos os móveis e utensílios do cemitério; lavrar termo das deliberações acerca do cemitério entre outras responsabilidades.

Como exposto, o cemitério da Santa Casa era administrado e gerenciado pela Misericórdia através de três cargos principais e mais o escrivão que era o mesmo da Santa Casa. As pessoas que ocupavam esses cargos pertenciam a mesa ou eram irmãos. Considerando que, principalmente os cargos da mesa eram ocupados por pessoas pertencentes às elites locais, percebe-se então que essas pessoas ou estavam bem estabelecidas financeiramente e dispunham de tempo livre ou trabalhavam em seus negócios e, ainda assim, arranjavam tempo para a prática da caridade. Nota-se que o cargo de escrivão, que acumulava funções tanto no hospital como no cemitério, por conseguinte era um trabalho que exigia certa dedicação e tempo. Assim, pode-se pressupor como a caridade era algo valorizado e recompensado aos olhos da elite e também sob a ótica religiosa.

Em 1861, o novo cemitério tinha 559 catacumbas, algumas ainda disponíveis para enterramentos. No total, até aquele ano, já tinham sido sepultadas no cemitério extramuros, 2.390 pessoas, sendo 1.851 livres e 809 escravos e de acordo com o relatório da provedoria de 1861, naquele ano compromissal foram dadas 104 sepulturas para os pobres, marinheiros e praças do exército⁵⁵. No ano compromissal seguinte, foram sepultadas 346 pessoas, sendo 257 livres e 89 escravas e foram concedidas 117 sepulturas gratuitas. Já no ano de 1863, o cemitério passou por reformas para melhor atender as irmandades locais e aumentar o espaço como um todo. Foi concluída toda a frente do cemitério, com extensão de cem braças, o terreno fora nivelado e árvores e flores foram plantadas. No referido ano havia 284

⁵⁵ Os funcionários da Santa Casa também tinham direito a transporte e sepultura gratuitas, porém havia distinção entre funcionários que executavam tarefas especializadas e de maior graduação, como por exemplo, os médicos e funcionários que executavam tarefas simples e de menor graduação, como por exemplo, as pessoas encarregadas pela limpeza do Hospital. Conforme o regimento do cemitério: “Os empregados assalariados da Santa Casa também terão condução e catacumba grátis; ficando ao arbítrio do provedor o designar a classe de carro em que deva ser conduzido, conforme a graduação do emprego em que servir”.

catacumbas grandes e 138 pequenas. No ano compromissal de julho de 1862 a junho de 1863, foram sepultadas 419 pessoas, 300 livres e 119 escravas. 71 pessoas foram enterradas gratuitamente pela Santa Casa.

Sabe-se que a Misericórdia realizava de forma gratuita o sepultamento daquelas pessoas consideradas pobres e também dos soldados e marinheiros, porém, conforme o art. 2º do regimento do cemitério, estes se enquadravam na categoria geral que era subdividida em três grupos e os dois últimos grupos, incluindo os escravos, recebiam túmulos mais singelos. Com o passar dos anos, ainda que realizando sepultamentos gratuitos, o cemitério geral tornou-se uma importante fonte de receitas para a Misericórdia.

Na época estudada, o transporte dos corpos era feito em carros movidos a tração animal, guiados pelo cocheiro. Em 1860, haviam cinco carros, entre eles, um era específico para o transporte de crianças. No cemitério trabalhavam um encarregado (executava o serviço de pedreiro), um coveiro, um boleeiro e um servente, estes dois últimos eram escravos da Santa Casa. O transporte dos corpos até o cemitério era de responsabilidade da Santa Casa, porém, quem tivesse carro próprio para conduzir o familiar até o cemitério, assim poderia fazer. No ano de 1870, o jornal *Diário do Rio Grande* publicou uma nota a respeito, a pedido da Santa Casa. Talvez o monopólio garantido por lei, não estivesse sendo respeitado ou haviam dúvidas entre alguns cidadãos. Segue abaixo parte do artigo 4 do regimento do cemitério sob responsabilidade da Santa Casa de Rio Grande, aprovado pela lei provincial nº444 de 21 de dezembro de 1859:

Art.4º. e carros cobertos e decentemente preparados para serem alugados a preços fixados no artigo 49, só nestes carros se conduzirão os corpos para o cemitério; concede-se, porém, permissão às pessoas que os tiverem de seu uso particular de poderem fazer conduzir os corpos das pessoas de sua família nos carros de sua propriedade. Os que violarem a disposição deste artigo, pagarão a Santa Casa, como indenização, a quantia equivalente ao preço do 1º veículo, de que trata o acima citado artigo 49. (CDH - FURG, Regimento do Cemitério Geral da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Rio Grande: Tipografia do Diário, 1860). (grifos meus).

Conforme o artigo 49 desse regulamento, o valor do 1º carro era mais alto, então, quem infringisse a lei, acabaria penalizado com a multa no valor de 60\$000 réis. A título de informação, os valores dos demais carros, do 2º até o 5º eram respectivamente: 32\$000; 20\$000; 8\$000 e 4\$000. Esse último carro, cujo valor era

bem reduzido, e, portanto, mais simples que os demais carros, era utilizado no transporte das pessoas pobres que não dispunham de meios para pagar o serviço funerário e que estavam amparadas pelo regulamento. As multas não eram cobradas diretamente pela mesa administrativa da Misericórdia, e, sim, policialmente através de delegados e subdelegados de polícia.



Figura 11 - Cemitério Geral ou Extramuros, também chamado de Cemitério Católico ou da Santa Casa. Vista da Avenida Presidente Vargas.
Fonte: Pesquisador, 2024.

Rio Grande, por ser uma cidade portuária de significativo trânsito de estrangeiros residentes ou de passagem, necessitava de um cemitério para aqueles que não fossem católicos. O relatório da Misericórdia de 1861 coloca a questão da construção de um cemitério para os protestantes⁵⁶, que fora construído pela Santa Casa de Misericórdia, mediante o recebimento de um valor. Os negociantes Francisco

⁵⁶ De acordo com Torres (2006): “Nas imediações do cemitério seria destinada uma área “cercada de muros, em que se admitam, em dadas condições, os túmulos reservados para aqueles que professem diversas religiões” não católicas. Em 1862, foi inaugurado o Cemitério Protestante, ao lado do Católico”. (TORRES, 2006, p.128).

Horrocks e Carlos Raynsford encabeçaram a arrecadação de fundos junto aos protestantes e entregaram o valor de Rs 7:705\$000 sob a forma de doação para a Santa Casa, esta, em contrapartida deveria construir um cemitério próprio e descente e assim aconteceu. Foi adquirido um terreno de 25 braças de frente e 40 de fundo. Até o ano de 1861, encontram-se sepultados no cemitério dos protestantes 6 corpos. Esse cemitério também estava sob os cuidados da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, pelo que consta no relatório do presidente da Província (1872).

Em relação ao movimento do cemitério administrado pela Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. No periódico *Diário do Rio Grande*, referente ao ano de 1870, de janeiro a novembro, encontram-se dados que contabilizam o enterro de 180 pessoas de forma gratuita, ou seja, tanto o transporte como a sepultura foram fornecidos sem custos às pessoas consideradas pobres. Já no ano seguinte, foram sepultadas 402 pessoas (295 livres e 107 escravas), desse total, foram concedidas pela Misericórdia 204 sepulturas gratuitas aos pobres e praças do exército. Para os anos de 1872 e 1873, encontram-se referências de 271 enterros realizados de forma gratuita pela Misericórdia, esse número é resultado da soma dos meses de janeiro a novembro dos respectivos anos, conforme publicações do *Diário do Rio Grande*. Em 1876, conforme o relatório do presidente da Província (1877), ocorreram 667 enterramentos no cemitério Geral, 597 livres e 70 escravos, sendo que do total de 667 pessoas sepultadas, 207 foram sepultadas de forma gratuita pela Misericórdia.

Na década de 1880, mais especificamente em 1882, o relatório da provedoria da Santa Casa aponta que foram sepultadas 586 pessoas, 551 livres e 35 escravas e foram doadas aos pobres 247 sepulturas, já no período de 1887 a 1888 foram enterrados no cemitério extramuros 698 cadáveres, desse total, 346 foram sepultados sem custos. Segundo o provedor Antônio Chaves Campello, muitas pessoas que não eram merecedoras dessa forma de caridade, estavam alegando serem pobres para assim não terem custos com o funeral e nem com a sepultura, ainda assim, o cemitério administrado pela Misericórdia estava dando lucro. Nos últimos quatro anos, em que a instituição esteve denominada de Misericórdia, de 1906 a 1910 foram feitos 4.717 sepultamentos, sendo que um pouco mais da metade (2.443) foram sepultados de forma gratuita. Nessa época, não é possível afirmar se a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande ainda possuía o monopólio dos serviços funerários e enterramentos, ou se outras irmandades e empresas também estavam atuando, tendo em vista que a constituição de 1891 terminava com o monopólio dos cemitérios. É possível concluir

que sendo a Santa Casa a administradora do único cemitério existente na época, e que até hoje está funcionando e analisando o alto número de sepultamentos entre 1906 a 1910, pode-se inferir que a Santa Casa ainda controlava o mercado da morte.

A fundação de uma Misericórdia no extremo sul do Brasil:

Roda dos Expostos

A história da Roda de Expostos remonta ao final do período medieval e início da era moderna. A Casa da Roda foi criada com o escopo de receber as crianças abandonadas, além de manter sob sigilo a identidade da pessoa que abandonasse ou encontrasse abandonado um bebê (TORRES, 2006). No Brasil, a prática teria começado em 1726, na cidade de Salvador, a partir de então se espalhou para outras regiões do Brasil, como, por exemplo, Rio de Janeiro (1738) e Recife (1789). Em meados do século XIX, essa forma de atendimento às crianças desamparadas chegaria no extremo sul do Brasil, na cidade de Rio Grande. De acordo com Borges (2015), a roda dos expostos funcionou no Brasil de 1726 até 1950, configurando assim uma das práticas de assistência mais longevas do país.

De acordo com Torres (2006), a criança deixada na roda⁵⁷ era recolhida para dentro do prédio pela porteira, a seguir se verificava o estado de saúde da mesma e após ela era encaminhada a uma ama de leite e posteriormente a uma ama seca ou de criação (escolhida entre as expostas) que cuidava da criança até os sete anos de idade ou por pessoas que manifestassem desejo de criar à criança abandonada. Caso a Misericórdia aceitasse, a pessoa responsável pela criação deveria informar regularmente as condições de saúde do enjeitado. Essas pessoas receberiam da Santa Casa um valor mensal para pagamento das despesas da criança. Após completar oito anos (meninas) e sete anos (meninos), a criança deveria ser devolvida para à Casa da Roda, caso isso não ocorresse, a criança ficaria sob os cuidados da

⁵⁷ Moacyr Flores (1985), ao referir-se ao funcionamento da roda dos expostos na Santa Casa de Porto Alegre escreveu que num dos muros da instituição havia sido feito uma abertura, colocando do lado interno a roda de madeira “em forma de tambor com uma pequena abertura, que girava em torno de um eixo. Altas horas da noite; ocultando-se nas sombras, alguém[...] introduzia a infeliz criança na abertura do muro, colocando-a na roda. Girava a roda, tocava a sineta e fugia correndo, a fim de ocultar sua identidade”. (FLORES, 1985, p.49).

mesma “mãe adotiva” até os doze anos, porém sem receber pagamento da Misericórdia e após os 12 anos, a responsabilidade seria do Juiz de Órfãos.

Na província do Rio Grande do Sul, a Casa da Roda foi criada pela Lei nº9, de 22 de novembro de 1837, tendo entrado em funcionamento pela primeira vez na Misericórdia de Porto Alegre. A Santa Casa de Rio Grande, por sua vez, começou a receber os expostos em julho de 1843. Anteriormente quem cuidava das crianças expostas era a Câmara Municipal, entretanto, por iniciativa da presidência da Província o atendimento aos expostos de Rio Grande, a partir de 1843, passou a ser responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia. A Câmara de Rio Grande repassou para a Misericórdia um prédio na Rua da Praia, que gerava uma receita de 480\$000 réis anualmente, através de aluguel. Esse recurso era utilizado nos cuidados aos expostos⁵⁸. Conforme Borges (2015), a Roda dos Expostos funcionou durante 54 anos em Rio Grande, atendendo centenas de crianças, mas, segundo a autora, mais da metade das crianças abandonadas morria dias após serem colocadas na Roda.

Após oito anos de funcionamento da Roda dos Expostos da Santa Casa é elaborado o regimento da repartição dos expostos, sendo aprovado em 1º de setembro de 1850 durante reunião da mesa, presidida pelo provedor Antônio Teixeira de Magalhães. O artigo 1º do referido documento diz que a administração da repartição dos expostos ficaria a cargo de três irmãos que pertenciam a Mesa, ocupando os cargos de escrivão, tesoureiro e procurador, além de mais um integrante da mesa que receberia o título de mordomo dos expostos. Sobre os compromissos desses quatro irmãos, o artigo 2º do regimento menciona que compete a eles a administração geral do estabelecimento, visando o melhoramento e prosperidade da condição das crianças expostas.

Estes irmãos responsáveis pelos expostos se encontrariam com o provedor no primeiro domingo de cada mês na Casa da Roda e através de uma conferência poderiam realizar as seguintes ações, sempre com a aprovação do provedor: suspender a regente e os médicos da casa por falta de cumprimento de seus deveres, nomeando interinamente quem sirva no seu impedimento, enquanto a mesa não deliberar o que for mais conveniente; deliberar sobre a compra de roupas, móveis,

⁵⁸ Em 1853, a receita com a roda dos expostos foi de 32:837\$731 e a despesa de 36:939\$552, resultando num prejuízo de 4:101\$821, o que evidencia que os recursos disponíveis para a repartição eram insuficientes. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA. Porto Alegre: Typ do Mercantil, p.28, 1853. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

alfaias e utensílios necessários à Casa da Roda e aos expostos; admitir e despedir as amas de leite e amas secas ou de criação; providenciar que os gêneros fornecidos pelo mordomo do interno da Santa Casa para consumo da Casa da Roda sejam da qualidade que as circunstâncias exigirem; proporcionar meios de educação aos expostos, as meninas, logo que tenham chegado a idade de seis anos e os meninos, quando atingirem sete anos.

Quando os meninos chegavam na idade estabelecida pelo regimento, a administração dos expostos deveria em primeiro lugar entregar a criança a quem a criou, se esta pessoa fosse considerada capaz. A partir de então a pessoa responsável pela criança deveria encaminhar a mesma para aprender a ler e escrever; num segundo momento, este menino deveria tornar-se aprendiz na casa de algum mestre fabril, que quisesse e se obrigasse, por termo, perante a administração dos expostos a mantê-lo nessa condição até completar dezoito anos de idade; por último, este jovem deveria ser admitido em alguma oficina ou qualquer outro estabelecimento público, se para isso fosse necessário a mesa da Santa Casa intervir junto às autoridades competentes, assim seria feito. Já as meninas, ao atingirem seis anos de idade, eram entregues a pessoa que lhes cuidou, se esta fosse considerada capaz e honesta. A partir de então, a menina deveria aprender a ler, escrever, cozinhar, lavar e engomar. Estando a menina sob os cuidados de uma família considerada capaz e honesta o próximo encaminhamento citado no regimento seria empregá-la num estabelecimento público conveniente, para isso acontecer, a Santa Casa de Misericórdia recorria as autoridades competentes. Pelo que consta no regimento, percebemos uma nítida preocupação da Misericórdia em formar cidadãos aptos para contribuir com o mercado de trabalho, respeitando as fortes divisões de gênero existentes na época, pois a menina além de aprender a ler e escrever, deveria aprender as tarefas do lar. Pode-se inferir também que havia uma preocupação das elites locais, que administravam a Misericórdia⁵⁹; os órgãos públicos; os principais negócios, no sentido de evitar que essas crianças e jovens fossem para as ruas, para a marginalidade, mendicância, prostituição, etc.

⁵⁹ O provedor Vicente Manoel de Espíndola em seu relatório (1847), mencionou que a Casa dos Expostos precisava ter as melhores condições estruturais possíveis para assim formar futuros homens úteis, esposas dignas e mães perfeitas para a sociedade.

De todos os irmãos da Misericórdia, havia um irmão que ocupava o cargo de mordomo dos expostos, sobre ele recaía as maiores responsabilidades, vejamos abaixo quais eram os principais deveres desse cargo:

Inspeccionar e velar na criação e educação dos expostos entregues a proteção da Santa Casa de Misericórdia, fazendo esse serviço cumulativamente com os outros três membros da administração dos expostos, a cada um dos quais tocará o seu mês, e compete dar parte ao provedor dos que acharem maltratados, ou a cargo de pessoas sem as qualidades precisas, afim de serem tirados e distribuídos a quem mais convenha e os requerer, sendo, entretanto, recolhidos á Casa da Roda; entregar as crianças as amas externas, a vista dos despachos do provedor, verificando a identidade das pessoas a quem os referidos despachos incumbirem a criação dos expostos; pagar mensalmente a folha das amas ou pessoas que tiverem a seu cargo a criação dos expostos, as quais deverão passar na mesma folha os recibos convenientes; pagar mensalmente com o visto do mordomo do interno da Santa Casa, os documentos da despesa que se fizer com a lavagem de roupa, conserto de móveis, utensílios e alfaias, quando ordenada por ele mordomo dos expostos. Bem como pagará ao referido mordomo do interno, a vista da competente conta com recibo, a lenha, luzes e mais gêneros de consumo que fornecer a Casa da Roda; pagar mensalmente o ordenado da regente da casa dos expostos; fazer batizar, antes de saírem da casa da roda, os expostos que não vierem com declaração de já o estarem; e fazer vacinar os que acharem em idade e estado de poderem receber a vacina. (CDH - FURG, Regimento da Repartição dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Rio Grande: Tipografia do Diário, 1850). (grifos meus).

A lista de obrigações do mordomo era gigantesca, dos quatro administradores, ele era a figura mais presente no cotidiano da Casa da Roda e quem decidia em primeira instância. Uma das obrigações do mordomo era ordenar o batismo da criança, ritual alinhado aos preceitos católicos e respeitado pelas Misericórdias. Citando o caso de Porto Alegre, Moacir Flores (1985) escreveu que o mordomo mandava batizar o “inocente” para que não morresse “pagão”. Além das obrigações supracitadas, julgo ser relevante para o trabalho citar mais alguns deveres do mordomo dos expostos: empregar o maior zelo para que se conserve na Casa da Roda a melhor ordem e regularidade, para que todas as pessoas nela empregadas sejam exatas no cumprimento de seus deveres e obrigações para com os inocentes órfãos, e tendo sempre todo o cuidado para que sejam bem tratados pelas amas de leite e bem assistidos materialmente, com roupas lavadas, ambiente adequado e higiênico; promover a educação dos expostos, assim que completarem a idade de seis anos para as meninas e sete anos para os meninos e manter sob sua guarda o livro secreto, e o sinal e a recomendação original que vier junto com a criança abandonada,

devendo estes serem anexados juntos a ficha que contenha o número do exposto e a data na qual foi lançado na roda.

Sobre as atribuições do escrivão dos expostos, o regimento mencionava que eram deveres do cargo assinar as correspondências da Casa com as autoridades; mandar registrar em livro específico os termos de matrícula dos expostos, contendo o número, gênero, cor, idade presumida, sinais no corpo e estado mental do exposto, se veio ou não com declaração de batismo e por ventura o nome que trouxe ou recebeu no batismo feito em casa; mandar registrar no Livro das Amas Externas o número e demais dados do exposto que for ficar aos cuidados da ama externa e dessa pessoa era necessário registrar, o nome, cor, estado, naturalidade, moradia e também os pagamentos com a declaração: Pg. até o dia de. Competia também ao escrivão mandar organizar de três em três meses um mapa no qual constaria o número de expostos que entraram no período, que faleceram e permaneceram na Casa, com declaração do gênero, idade e cor; expedir as guias dos expostos que seriam criados e educados fora da Casa da Roda; escriturar os livros de receita e despesa dos expostos; registrar no livro de inventário todos os móveis, roupas, fazendas, alfaias e utensílios do estabelecimento; processar a folha das amas ou pessoas que tiverem a seu cargo a criação ou educação dos expostos, e que devem ser pagas pelo mordomo. Sobre a precaução que o escrivão teria que ter com as interessadas em serem amas, o regimento diz o seguinte:

Informar os requerimentos das pessoas que pedirem expostos para criar ou educar, certificando-se primeiro da sua capacidade. Antes dessa informação, deverá exigir que um dos médicos da casa examine a ama que tiver de amamentar o exposto pretendido, empregando quanto estiver da sua parte afim de evitar que pessoas sem consciência, e só movidas pela torpe avidez do ganho, obtenham expostos que vão ser entregues á devassidão[...] que deem a beber a estes infelizes o veneno de seus males. (CDH - FURG, Regimento da Repartição dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Rio Grande: Tipografia do Diário, 1850). (Grifos meus).

Além das orientações e precauções quanto à escolha da ama-de-leite percebe-se no texto em destaque um eufemismo pejorativo. Muitas crianças abandonadas na Roda não sobreviviam, talvez muitas das candidatas estavam mais interessadas no dinheiro que ganhariam do que nos cuidados com a amamentação e criação dos expostos, todavia, o fato das amas serem pessoas simples, muitas delas escravas

alugadas⁶⁰, possivelmente tenha influenciado o julgamento dos elaboradores do regimento.

Os dois últimos irmãos responsáveis pela Roda dos Expostos não tinham tantas obrigações como o mordomo e o escrivão, mas, eram igualmente importantes para o bom funcionamento do estabelecimento. De acordo com o regimento, o tesoureiro seria o responsável por: entregar mensalmente ao mordomo a quantia estabelecida no orçamento referente às despesas com os expostos e também o valor que ultrapassasse o estabelecido no orçamento, desde que o valor excedente fosse aprovado pelo provedor da Santa Casa, além dessa responsabilidade, também competia ao tesoureiro entregar ao provedor o balancete mensal da receita e despesa e prestar contas à mesa da Misericórdia ao final da administração; Ao irmão procurador eram designadas as tarefas de: comprar móveis, roupas, fazendas, alfaias e utensílios. Também eram obrigações do procurador buscar aumentar o patrimônio e o rendimento com os expostos, além de atuar em todas as demandas dos expostos, seja em juízo ou publicamente.

A Casa da Roda era administrada por quatro irmãos, como vimos anteriormente, todavia, o atendimento direto aos expostos estava a cargo da regente, das amas de leite e dos médicos. A regente era a funcionária responsável pelo funcionamento da Casa da Roda e conforme o regimento, ela deveria atender alguns pré-requisitos⁶¹: ser uma mulher honesta e prudente, de idade avançada e que soubesse ler e escrever. Pelo seu trabalho, a regente receberia um salário a ser definido pela mesa, alimentação, cama e roupa lavada. Entre as variadas atribuições que competiam a regente, destacam-se as seguintes: advertir e reprender as amas de leite internas, sempre que deixassem de cumprir as suas obrigações, avisando ao mordomo os casos de maior gravidade; guardar as chaves do roupeiro e fazer a distribuição da alimentação diária; conservar a casa sempre limpa, mandando alguém lavar uma vez por semana; colocar no pescoço dos expostos, assim que chegarem à Roda um cordão com uma chapa de identificação contendo o número do exposto e registrar em caderno específico o sexo, cor, idade aproximada, se chegou com saúde ou debilitado, a hora e a data em que foi encontrado na roda e demais observações.

⁶⁰ Conforme Flores (2005): “A criadeira, verdadeira profissional, cuidava em sua casa de um exposto, contratando a ama-de-leite, que poderia ser uma escrava alugada, conforme os numerosos anúncios em jornais da época” (FLORES, 1985, p.51).

⁶¹ Os mesmos pré-requisitos foram observados por Flores (1985), ao analisar o regimento da Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Sobre as amas de leite internas, o regimento é sucinto, no documento consta que elas deveriam ser pagas mensalmente, por um valor estipulado pela mesa da Misericórdia e que só seriam admitidas se tivessem boa saúde e “bom leite”. O parecer sobre o estado de saúde das amas seria dado após consulta ao médico, falando nesse profissional, o regimento mencionava que era dever dos médicos da Santa Casa visitar a repartição dos expostos uma vez por dia em caso de doença e mais de uma vez em caso de moléstia grave, aplicar vacinas, orientar quanto à criação saudável dos expostos e atender as crianças que estivessem com as criadeiras, inclusive atendendo na casa delas, se a doença impossibilitasse o exposto de ir até o Hospital. Ainda dizia no regimento que cada um dos médicos seria responsável por atender a metade dos expostos externos.

Em relação à criação dos expostos, até os seis anos (meninas) e sete anos (meninos) o regimento mencionava que as crianças seriam tratadas na Casa da Roda, enquanto não aparecesse uma mulher considerada capaz, interessada em criar as crianças. Até os 18 meses, a pessoa que fosse criar o exposto em casa, receberia da Santa Casa o valor de dezesseis mil réis mensais e após os 18 meses até seis anos (meninas) e sete anos (meninos) o valor seria de doze mil réis mensais. A criadeira seria responsável por contratar uma ama de leite, caso a criança ainda estivesse amamentando. Após completarem a idade estabelecida no regimento, os expostos eram devolvidos à Casa da Roda ou ficavam com a criadeira, mas, esta já não receberia mais nada para criá-los e seria responsável por sua educação, seguindo as orientações da repartição dos expostos.

SANTA CASA DA MISERICORDIA
DA
CIDADE DO RIO GRANDE,

REPARTIÇÃO DOS EXPOSTOS.

Expost N.

Lançad na roda no dia de
de 18.

A fl. do livro de matricula dos expostos menores de seis e sete annos, fica feita a competente carga a morador

d	expost	N ^o	de nome
eôr	idade		

que recebeu para criar de hoje em diante, e com esta guia haverá do irmão mordomo a quantia de dezeseis mil rs. mensaes até aos dezoito mezes de idade d. dit. expost, e findos estes a quantia de doze mil réis por mez, até completar os annos.

Santa Casa da Misericordia na cidade do Rio Grande, de
de 18.

O ESCRIVÃO

Figura 12 – Documento que ficava em posse da criadeira externa (modelo)

Fonte: CDH - FURG, Regimento da Repartição dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Rio Grande: Tipografia do Diário, 1850.

Inicialmente, a Santa Casa de Rio Grande começou a atender duas meninas que vieram transferidas da Câmara. De acordo com o relatório da Santa Casa, datado de 1861, a instituição recebeu de 1843 até 30 de junho de 1860, 152 crianças, 78 meninas e 74 meninos; 121 brancos, 23 pardos e 08 negros. Do total de 152 crianças, 81 falecerão, um número bastante elevado. O relatório citado menciona que o número

alto de óbitos acontecia inclusive em países europeus, como a França. Era incomum, mas ocorria de a família retirar a criança dos cuidados da Santa Casa e cuidar, essa situação aconteceu 9 vezes no período; 36 crianças, após decorrido um tempo foram entregues para outras pessoas cuidarem e 26 ainda estavam aos cuidados da Santa Casa.

No referido relatório, o provedor dedica-se a escrever muitas palavras em relação aos expostos e ao grande número de óbitos entre eles.

“Com todo o desvelo me ocupei de prevenir a perda de tantas vidas; estudei todos os meios; observei as causas; consultei pessoas habilitadas[...]. Busquei até estímulo no interesse, estabelecendo gratificações às amas durante os dois primeiros anos dos expostos; visitei-os, e cuidei que nada lhes faltasse, e pouco consegui; porque a substancia principal falta aos recém-nascidos: os carinhos maternos, aqueles cuidados que o coração inspira, e que por uma espécie de influência magnética se infiltram nas tenras criaturas, não podem ser supridos por amas de empréstimo e assalariadas. No entanto, devemos confessar que todos nossos esforços não têm sido infrutíferos, atentas as dificuldades de meios, e nosso atraso de conhecimento em tais matérias”. (Relatório do Provedor Porfírio Ferreira, 1861, p.12).

No excerto acima, percebe-se uma grande preocupação do provedor em minimizar o número de óbitos entre os expostos, e, para isso acontecer, teriam sido feitas ações, como, por exemplo, gratificar as amas de leite nos dois primeiros anos, porém, infere-se pela leitura do relatório que as ações deram pouco resultado, há uma frustração na fala do provedor. Contudo, o relatório também menciona que apesar dos poucos recursos disponíveis para a criação dos expostos e das eventuais inaptidões em criá-los, ainda assim, os resultados foram satisfatórios. O provedor cita que em Rio Grande, durante sua gestão, foram atingidos melhores resultados que na Europa, guardada as devidas proporções.

As expostas que tivessem mais de catorze anos e fossem consideradas honestas poderiam receber um dote⁶². A Misericórdia tinha um fundo, chamado de dotal, composto do produto de todas as instituições de dotes existentes na Misericórdia e de qualquer valor, legado ou esmola deixados por algum benfeitor. Nas

⁶² As expostas que recebiam um dote tinham mais chances de casar-se. Essa afirmação é corroborada no artigo de Flores (1985) ao mencionar fala do provedor da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, em relatório da provedoria referente ao ano de 1868. Conforme Flores: “O provedor relata que na Roda existem 16 recolhidas, sendo 4 em idade de casar-se. Segundo sua narrativa, para qualquer exposta com dote "apareciam maridos, mas as que não tinham jamais eram procuradas e continuam a pesar sobre a Santa Casa com avultadas despesas que fazem com sua manutenção e vestuário". (FLORES, 1985, p.52).

reuniões anuais, no mês de novembro, a Misericórdia informava o valor disponível nesse fundo e esse dinheiro seria dividido igualmente entre as expostas aptas⁶³ a recebê-lo. Chama a atenção o fato de haver uma ordem de preferência, 1º aquelas que se acharem “em perigo de sedução” e em 2º as expostas que estivessem “justas para casar”, caso o número de moças em iguais circunstâncias fosse superior aos dotes fixados, o provedor da Misericórdia fazia a lista com o nome de todas e aconteceria um sorteio. A entrega do dote só aconteceria com a realização do matrimônio, celebrado na capela da Santa Casa ou em outra Igreja, com a confirmação através da certidão de casamento.

Em 1858, a Misericórdia de Rio Grande, por iniciativa da Mesa, resolveu conceder um dote por ano, para uma exposta. Estavam convidados a contribuir não somente os integrantes da Mesa, mas todos que desejassem contribuir para “tão benéfico fim”. A primeira exposta dotada, conforme o relatório de 1861, se chamava Eulália e seu nome fora sorteado no dia do Divino Espírito Santo, em 1859. O valor do dote de Eulália era de R\$ 1:000\$000. As outras duas dotadas seriam aquelas que primeiro se casassem, cujos dotes eram de R\$ 1.168\$000 e R\$ 1.120\$000.

Também havia o dote que era concedido após o falecimento do benfeitor, também denominado de “padrinho”, situação que ocorreu com Joaquim Ferreira Brandão, que embora tendo falecido em Portugal, deixou R\$ 1.000\$000 para a exposta nº73, de nome Maria. No relatório da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, referente ao exercício de 1882 a 1883, encontra-se outra referência da mesma natureza. No documento constava que D. Leonor Maria Correa havia deixado Rs. 5:000\$000 para serem usados nos dotes de meninas órfãs atendidas pela instituição.

Sobre as despesas e receitas, o regimento as divide em duas categorias: ordinárias e extraordinárias. Começamos pela receita ordinária da Casa dos Expostos, esta era composta pelos foros de terrenos, aluguéis de prédios, juros de apólices e outros rendimentos⁶⁴ (anuais e certos de que tenham os expostos); já a receita extraordinária era formada pelo saldo do ano anterior, quando houvesse, legados,

⁶³ Algranti (2005), ao analisar a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a concessão de dotes no período de 1808 a 1822, observou que a orfandade, pobreza, virtude e castidade eram os requisitos essenciais que uma candidata deveria ter para receber os dotes da Santa Casa do Rio de Janeiro.

⁶⁴ O regimento não mencionava o repasse do governo da província, provavelmente este esteja dentro do item: outros rendimentos ordinários, pois várias fontes primárias confirmam que existia uma verba destinada à criação dos expostos, pelo menos até a década de 1860.

donativos e esmolas, cota das loterias, cobrança de dívidas atrasadas, pagamento da criação dos expostos procurados por seus parentes⁶⁵ e outros rendimentos (extraordinários e não certos, ou anuais). No que tange as despesas, as ordinárias referiam-se a: pagamento para as amas de leite, salário dos empregados, criação dos expostos externos menores de dezoito meses, criação dos expostos maiores de dezoito meses e menores de seis e sete anos, gêneros de consumo para a Casa da Roda e dos expostos internos, receituários para os expostos, enxovais e roupas e despesas menores; já as despesas extraordinárias apresentavam: saldo negativo do ano anterior, quando existente, dotes, conserto de prédios, compra de moveis de utensílios para a Casa da Roda, gastos judiciais e outras despesas (quaisquer que se fizerem, não certas e anuais, e que não possam ser compreendidas nas classificações acima).

Nem todas as receitas mencionadas no parágrafo anterior eram exclusivas para os expostos, se assim fosse, não haveria tantas reclamações de provedores que o dinheiro disponível não era suficiente para arcar com todas as despesas com a repartição dos expostos. Por exemplo, o dinheiro dos aluguéis dos prédios que pertenciam à Misericórdia, certamente tinha como destinação outros setores da Misericórdia e não somente à Casa da Roda.

Sobre a falta de recursos, o relatório do provedor Porfírio Ferreira apontava que em 1861 a Misericórdia de Rio Grande teve um déficit de R\$ 1:010\$013 somente com o setor dos expostos, ou seja, os valores repassados pela Província eram insuficientes face as demandas da Santa Casa. O provedor que sucedeu a Porfírio Ferreira também evidenciou em correspondência datada de 27 de julho de 1862 e destinada ao presidente da Província, sua insatisfação com o repasse anual, conforme escreveu o dirigente da Misericórdia, a despesa com os expostos era superior ao valor repassado pela Província⁶⁶.

Ao retomar-se o movimento da roda dos expostos, encontram-se os seguintes dados: de julho de 1861 a junho de 1862 a roda atendeu 32 expostos. Nesse período, dois tornaram-se maiores e deixaram de ser atendidos e três faleceram, do total de 27

⁶⁵ De acordo com o regimento, os pais, familiares ou pessoas interessadas em adotar, poderiam tirar o exposto da casa da roda ou da criadeira externa, desde que pagassem à Misericórdia os gastos que a instituição teve com sua criação. O valor de referência era o salário que a Santa Casa pagava às criadeiras externas, ainda que a criança tivesse sido criada na casa da roda.

⁶⁶ A insuficiência de recursos para a criação dos expostos não era exclusividade da Misericórdia de Rio Grande. Esse problema também era relatado na Santa Casa de Porto Alegre. Flores (1985) escreveu o seguinte: "O governo da província destinava uma verba para as despesas com os presos pobres[...] praças policiais doentes, criadeiras dos expostos e sustento dos menores recolhidos à Casa da Roda, sempre insuficiente para os gastos". (FLORES, 1985, p.52).

expostos que estavam recebendo atendimento pela roda em junho de 1862, uma estava sendo assistida e educada em Pelotas, no Asilo de Órfãos, com despesas pagas pela Santa Casa. No ano compromissal seguinte, de julho de 1862 a junho de 1863, a roda dos expostos da Misericórdia atendeu 39 expostos. Durante o período, 11 faleceram e 2 deixaram de ser atendidos em virtude da idade. Dos 26 expostos que haviam no segundo semestre de 1863, 3 meninas foram encaminhadas para o Asilo de Órfãos de Rio Grande, com as despesas pagas pela Misericórdia. O Asilo recebia dezesseis mil réis mensalmente por cada uma das meninas atendidas.

No começo de 1872, a roda dos expostos da Santa Casa estava atendendo 32 crianças ao custo anual de 6:250\$269 réis e, segundo o relatório do presidente da Província daquele ano, não havia repasse financeiro específico para a criação dos expostos, as despesas estavam sendo retiradas do orçamento geral da Misericórdia. No documento, ainda consta que a taxa de mortalidade estava em “apenas” 14%. Já no ano de 1876, a roda dos expostos atendeu 40 crianças, e de acordo com o relatório do presidente da Província (1877), desse total de expostos, 13 faleceram, 3 foram entregues para serem cuidados por pessoas que se mostraram interessadas, 1 foi considerado maior e assim deixou de ser atendido pela Misericórdia e 23 continuaram a ser atendidos pela Santa Casa, incluindo 6 meninas que ficaram aos cuidados do Asilo do Coração de Maria. Nessa época, a Santa Casa contava com a parceria dessa instituição, que atendia meninas órfãs. O Asilo do Coração de Maria recebia uma contribuição de 16\$000 mensais por cada interna, valor que era pago pela Misericórdia.

Na década de 1880, mais precisamente em 1882, percebe-se uma redução bastante significativa no número de expostos atendidos pela Santa Casa de Rio Grande, havendo apenas 23 expostos. Mais adiante, no ano compromissal de 1887 a 1888, novamente há uma diminuição na quantidade de expostos atendidos pela Santa Casa. Conforme o relatório do provedor Antônio Chaves Campello, estavam sendo atendidos 16 expostos, foram lançados na roda 02 expostos e 02 faleceram, ficando o número total de 16 crianças para serem cuidadas pelas criadeiras e também pelo Asilo Coração de Maria. Os gastos com a criação, sustento, vestuário, ensino e salário da rodeira (pessoa responsável por girar a roda) para o respectivo ano compromissal foram de Rs 3:092\$202.

Sobre o Asilo Coração de Maria, Borges (2015) explica que a fundação da referida instituição foi motivada pelo crescente abandono e mortalidade infantil das crianças abandonadas. O Asilo Coração de Maria foi inaugurado na cidade de Rio Grande em 15 de agosto de 1861, tendo como objetivo o acolhimento de meninas, incluindo as recém-nascidas. Um dos idealizadores do Asilo foi o coronel Miguel Tito de Sá, importante membro da elite riograndina e que anos mais tarde seria provedor da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

A casa dos expostos ou casa da roda da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande possuía muitas semelhanças com a casa da roda da Santa Casa de Porto Alegre e provavelmente com outras tantas casas espalhadas pelas diversas Misericórdias do Brasil. Há de se constatar que apesar do número de óbitos, muitas vezes elevado, devido a diversos fatores, a casa da roda podia ser considerada uma instituição de amparo à infância, que por certo apresentava mazelas e falta constante de recursos. No entanto, para os bebês deixados na roda, a repartição era a única esperança de sobrevivência. Em Rio Grande, ao que indicam as fontes, a casa da roda foi a primeira instituição, antes que os asilos, a receber órfãos abandonados.

Sobre a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, no contexto geral, pode-se dizer que, além da prestação de serviços médicos, a instituição alimentou presos pobres, realizou serviços funerários e criou crianças abandonadas, bem como teve realizado outras atividades de auxílio aos necessitados. Faz-se possível concluir que a Misericórdia de Rio Grande foi hegemônica no atendimento às pessoas pobres, fazendo jus ao papel das Misericórdias e seguindo os preceitos cristãos de ajuda ao próximo e assim como observado por Barreto (2011), no caso da Santa Casa da Bahia, em Rio Grande, as fontes primárias também demonstraram que o hospital prestou assistência médico-cirúrgica e farmacêutica para as pessoas excluídas de “qualquer rede, seja de solidariedade, familiar, profissional ou benemerência”. (BARRETO, 2011, p,20).

Capítulo 3 Poder Político, Caridade e Aparatos da Representação na Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

No último capítulo, apresenta-se ao leitor o salão de honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande e comenta-se acerca da importância desse local para a sociedade benfeitora e para os irmãos da Misericórdia. Esse espaço não estava acessível a todos os sujeitos, para ter um retrato alocado em suas paredes, por exemplo, era necessário ser considerado benfeitor e ter a aprovação da mesa diretiva. Deste modo, fez-se uma seleção de quadros que são apresentados e analisados no decorrer do primeiro subcapítulo. O grupo dos indivíduos, que tem seus quadros e seus perfis apresentados e comentados, será composto por onze pessoas, definidas, aqui, como a elite benfeitora da Misericórdia de Rio Grande.

Na segunda parte do capítulo, com o auxílio de fontes primárias, tais como inventários, testamentos, relatórios da provedoria da Misericórdia, relatórios da intendência municipal e demais fontes primárias, bem como de fontes historiográficas, pretende-se mapear quais as profissões e quais os cargos políticos em que atuaram os principais benfeitores e provedores, e qual a importância que a prática da caridade tinha para esses sujeitos. Verifica-se ainda os tipos de bens que a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande herdou dos testadores, quais os valores deixados nos testamentos, como foram utilizados pela Misericórdia e quais as exigências do testador. Em casos observados em outras Misericórdias, muitas vezes, a contrapartida de um legado era um número determinado de missas que deveriam ser rezadas pela salvação da alma da pessoa falecida.

3.1 As Artes do Retrato: as imagens da benemerência no salão de honra

Os retratos expostos nas paredes do salão de honra da Misericórdia de Rio Grande⁶⁷ remetem, como mencionou Larissa Patron Chaves (2014), a um caráter autobiográfico. Ao ter o seu retrato exposto no salão de honra da Misericórdia, o

⁶⁷ A relação total de homenageados com um quadro no salão de honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande é de 39 pessoas (35 homens e 4 mulheres). Até o ano de 1910, havia 15 quadros alocados no salão de honra da Santa Casa e de acordo com o relatório do provedor Rosalvo Azevedo o local precisava de reformas nos móveis, em razão do tempo de uso dos mesmos, porém, devido a questões orçamentárias, a gestão encabeçada pelo provedor Rosalvo não conseguiu executar as reformas necessárias.

benfeitor retratado atinge um patamar elevado de importância entre seus pares. Pode se ousar a dizer que, assim como em uma obra escrita em que são narrados os fatos importantes ou mais relevantes da vida do autor que escreve sua autobiografia, em um retrato, estas informações podem ser contadas de forma visual, e através de mais indícios é possível identificar a sua trajetória de grandes ações caritativas, bem como sua ocupação econômica e política.



Figura 13 - Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, destaque para o quadro de D. Pedro II.

Fonte: Pesquisador, 2024, Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.



Figura 14 – Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, destaque para o quadro de Rodrigo Fernandes Duarte, fundador da Misericórdia.

Fonte: Pesquisador, 2024, Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

Ao tecer sobre as imagens na História, Paulo Knauss (2006) faz colocações importantes quanto aos usos e à importância das imagens ao longo da história humana, ainda reforça que, por vezes, nem o próprio historiador as valoriza como fonte de pesquisa. Conforme o autor,

As imagens pertencem ao universo dos vestígios mais antigos da vida humana que chegaram até nossos dias. O mundo da Pré-História é conhecido pelas inscrições rupestres; o mundo da Antiguidade, pelas suas imagens inscritas em paredes ou em diferentes suportes como os vasos [...] para nos restringimos às menções recorrentes do senso comum. Isso significa dizer que, diante dos usos públicos da História, a imagem é um componente de grande destaque, mesmo que nem sempre seja valorizada como fonte de pesquisa pelos próprios profissionais da História. (KNAUSS, 2006, p. 98).

Ulpiano Meneses (2003) observa que o historiador ao trabalhar com fontes imagéticas necessita observar o ciclo completo de sua produção, circulação e consumo. Nesse sentido, adaptando a observação feita pelo autor, é possível considerar que a produção corresponde ao pedido realizado pela direção da

instituição a um determinado artista, pedido que é realizado como forma de homenagear um determinado sujeito que durante sua vida fez uma grandiosa ação caridosa para com a instituição. Já a circulação corresponde ao ambiente em que os retratos estiveram e foram alocados, tendo os retratos analisados, como destinação final as paredes do salão de honra da Santa Casa de Misericórdia.

Por fim, o consumo destas obras se dá pelos seus pares, demais indivíduos, na maioria dos casos, pertencentes a algum grupo considerado como elite local, que, com o passar dos anos, se revezam na prática da caridade. Assim como daqueles que vivenciam a realidade e a rotina da instituição e demais pessoas, que em virtude da realização de algum evento naquele recinto, possam ter contato com os retratos⁶⁸.

No caso dos quadros analisados neste trabalho, percebe-se que alguns dos homenageados com um retrato eram membros da provedoria da Misericórdia, porém todos eram benfeitores⁶⁹, e em virtude de suas práticas caritativas para com a instituição receberam como retribuição um “retrato” de si no salão de honra⁷⁰, ficando a sua imagem para a posteridade.

Chaves (2014) observou que o retrato concedido aos benfeitores era um requisito importante para a autoafirmação das elites locais.

A imagem advinda do “retrato” concedido aos associados foi uma das formas de garantia de visibilidade social. O associado que realizava uma doação ou préstimo efetivo passava a gozar das melhores considerações frente à diretoria e comunidade local, quando também acendia, muitas vezes, a membro diretivo, ganhando um lugar no salão de honra através da imagem. Uma pintura representaria o seu retrato oficial, a sua chance de imortalidade no saguão do edifício-sede, um requisito importante para a sua autoafirmação perante a sociedade local. (CHAVES, 2014, p. 7).

O presente trabalho se enquadra como um estudo sobre as elites sociais e a forma como elas estavam presentes na Misericórdia, como investiam recursos e como buscavam prestígio social, em virtude disso, é preciso escolher um tratamento mais adequado a partir da História Social, combinando um método de análise mais quantitativo com outro mais nominal e qualitativo. O primeiro permite elaborar caracterizações mais gerais a respeito do perfil social da elite caritativa da cidade de

⁶⁸ Esse ciclo foi observado na minha dissertação de mestrado.

⁶⁹ Conforme Larissa Chaves, ao falar sobre as Sociedades Portuguesas de Beneficência, o título de benfeitor era uma forma de “comprar prestígio e capital sociais através do poder do capital econômico”. (CHAVES, 2008, p. 62).

⁷⁰ Os salões de honra eram uma forma de representação simbólica para diferenciar “[...] homens ilustres, famílias distintas, individualidades burguesas [...] que separariam os retratados do restante da população” (MENEZES, 2016, p. 251).

Rio Grande. Para tanto, uma alternativa possível é o método de prosopografia, que, conforme Lawrence Stone, busca realizar:

A investigação das características básicas comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional, etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinados por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação. (STONE, 2011, p. 115).

Neste trabalho, o grupo de indivíduos analisados se concentra prioritariamente nos benfeitores homenageados através de retrato no salão de honra da Misericórdia de Rio Grande, e, após a delimitação do grupo, será possível traçar o perfil desses indivíduos através de variáveis predefinidas, por exemplo, o número de associações que o indivíduo participou, cargos políticos exercidos, investimentos econômicos, origem social e geográfica, profissão, entre outros.

Para Lorena Monteiro (2009), ensaios sobre elites que se utilizam de análise por meio da prosopografia alavancaram, sobretudo, a partir dos anos 1970, sendo um dos enfoques a preocupação em determinar a composição das elites locais em períodos históricos determinados, porém, mais especificamente com Pierre Bourdieu, que o método das biografias coletivas se aproximou das questões expostas pela sociologia. Segundo Flávio Heinz (2006),

A prosopografia, ou método das biografias coletivas, pode ser considerado um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico (HEINZ, 2006, p. 9 apud MONTEIRO, 2009, p. 29).

Monteiro (2009) considera ainda que a prosopografia é mais uma possibilidade de método disponível ao pesquisador de elites sociais e políticas. O autor comenta que

De toda forma, pela prosopografia, podem-se demonstrar tanto a reprodução social consequente das lógicas empregadas na manutenção da estrutura social quanto as lutas para a transformação da estrutura de poder em cada esfera social. Nesse sentido, a prosopografia é um aporte muito útil nas análises de elites sociais e políticas (MONTEIRO, 2009, p. 30).

O estudo das estratégias e das relações sociais, que os sujeitos construía­am ao longo de suas vidas formavam trajetórias específicas, também se viabiliza a partir de uma abordagem inspirada nas obras da micro-história italiana. Do ponto de vista metodológico, uma fórmula cunhada por Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1989), apesar de sua aparente simplicidade, é de tal modo um instrumental, que tem sido frequentemente retomado. Tal proposta reivindica o nome como fio condutor da investigação e possibilita acompanhar um mesmo sujeito em momentos diversos e em diferentes contextos sociais. Essa metodologia baseia-se em procurar os agentes sociais na mais variada gama de documentação possível para recompor suas trajetórias.

Para rastrear as trajetórias dos benfeitores, ainda que de forma sucinta, algumas fontes são imprescindíveis, tais como, testamentos e inventários que auxiliam na percepção da condição social e da reconstituição de famílias, enquanto a análise da imprensa da época e atas da Santa Casa de Misericórdia dão informações sobre seu posicionamento político e comportamento a respeito de diversos aspectos sociais. As atas da Misericórdia são fundamentais para observar o nível de engajamento desses sujeitos nas instituições e como se utilizavam delas para obter favores e recursos diversos. Além disso, todas essas fontes são úteis na reconstituição das redes de relações às quais tais indivíduos estavam conectados.

Após as colocações iniciais neste subcapítulo, apresenta-se comentários sobre onze benfeitores da Misericórdia de Rio Grande. Essa seleção de quadros deu-se por critérios metodológicos e por disponibilidade de fontes sobre a atuação dos retratados. O grupo dos onze indivíduos define-se, aqui, como a elite benfeitora da Misericórdia de Rio Grande. O primeiro quadro retrata o Coronel José Maria da Cunha Silveira⁷¹ (Figura 15), que foi secretário geral do comando superior da Guarda Nacional da Comarca de Rio Grande.

⁷¹ Nas buscas efetuadas junto ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul não foram localizados inventário ou o testamento do Coronel Silveira, fato que acaba por limitar a análise sobre o indivíduo.



Figura 15 – José Maria da Cunha Silveira – Óleo sobre tela
Fonte: Pesquisador, 2024, Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

José Maria da Cunha Silveira era filho do general João Antônio da Silveira Cocoruto e Maria Inácia da Cunha. José Maria foi casado com Cecília José Correia Mirapalheta. Cecília era filha de José Correa. A família Mirapalheta, possuía muito

prestígio em Jaguarão, Santa Vitória do Palmar⁷² e Rio Grande. Assim como o sogro e a sogra de José Maria da Cunha Silveira, Dona Izabel Faustino Correa, que também pertencia a uma família de prestígio e riqueza. Both (2016), em sua dissertação sobre as elites locais de Jaguarão no século XIX, a incluiu na lista dos 12 inventariados(as) mais ricos de Jaguarão. O coronel José Maria, além de pertencer a uma família de elite, se uniu a outra família de elite através do matrimônio. Sobre os bens que o Coronel possuía, há poucas informações, mas, uma delas, fala de terras na Ilha dos Marinheiros. Conforme publicação do jornal *A Federação*, essas terras estavam sendo pretendidas para concessão pela intendência municipal, o que estava gerando protestos por parte do Coronel José Maria.

Na Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, José Maria foi um filantropo de grande atuação, provedor da Misericórdia no período de 1876 a 1882. Logo após sua morte, como forma de homenagem, a provedoria mandou confeccionar o seu quadro para ser colocado no Salão de Honra, além de tê-lo reconhecido como grande benfeitor, “que tanto se distinguiu no exercício do cargo de provedor da Santa Casa, cujos créditos imensamente soube engrandecer”.

A autoria da tela é do pintor italiano Ricardo⁷³ Giovanini⁷⁴. O Coronel Silveira é retratado a meio corpo, em pé, posicionamento frontal, levemente inclinado para a direita do observador e seu olhar é sério. Está apoiado com seu braço direito sobre uma poltrona e usa um colete cinza, acompanhado de um casaco preto.

Considerando que o Coronel Silveira foi provedor durante seis anos ininterruptos, pode-se presumir que ele fez um bom trabalho e possuía bom trânsito junto aos espaços de poder, uma vez que fora reeleito duas vezes para o cargo mais importante da Santa Casa. Tendo como base o último relatório de sua gestão, pode-se estabelecer que não fora um biênio calmo, pelo contrário, houve algumas situações complicadas, entre elas, um surto de varíola que desafiou a Instituição a lidar com

⁷² De acordo com Aita (2014), em Santa Vitória do Palmar, na segunda metade do século XIX, a família Mirapalheta, mais precisamente Manoel Correa Mirapalheta, possuía o maior plantel de escravos, o maior rebanho vacum e ovino, além de uma grande quantia em dinheiro e imóveis urbanos em Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão.

⁷³ “Ricardo Giovannini nasceu em Parma / Itália no dia 24 de julho de 1853 e em Rio Grande realizou muitas fotografias em que se pode destacar os famosos cart-gabinet e cart-de-visit. Nesta história deste fotógrafo e pintor, destaca-se o grande número de retratos, tanto pintados a óleo como outras técnicas como a fotopintura. Giovannini registrou o requinte de sua de pintura em muitas residências de famílias da cidade, em clubes, em palcos e em outras instituições da cidade e em outras localidades da região”.

⁷⁴ Conforme CHAVES (2014) Giovanini obteve destaque nas cidades de Rio Grande e Pelotas no final do século XIX com trabalhos junto aos teatros, decoração de residências e pintura de importantes personalidades.

estruturas adequadas para o isolamento dos pacientes contaminados. Ainda teve o traslado dos restos mortais do antigo cemitério do Bomfim para o novo cemitério e após a demolição do antigo cemitério, ocorrências que foram muito dispendiosas aos cofres da Misericórdia. Todavia, apesar das dificuldades enfrentadas, o relatório demonstra satisfação e orgulho do Coronel Silveira, pois, segundo a fonte, ele teria assumido a gestão da Misericórdia quando ela possuía uma dívida bastante elevada, no valor de 86:610\$670 e teria terminado o seu mandato com uma dívida no valor de 10:500\$000, ou seja, uma redução muito expressiva.

Outro personagem da sociedade rio-grandina, de grande expressão caritativa no século XIX, era Rodrigo Fernandes Duarte (Figura 16), fundador da Santa Casa. Duarte nasceu em 1764, na cidade do Porto, seus pais eram Manoel Fernandes Duarte e Anna Maria da Conceição, ambos estão sepultados na Matriz de S. Martinho de Lordello, Bispado da Cidade do Porto. Duarte faleceu em março de 1837 na cidade do Rio Grande. Após sua vinda para o Brasil, estabeleceu-se em Rio Grande, onde posteriormente teve atuação destacada como comerciante e vereador. Ele foi também almoxarife dos armazéns reais, depositário público e juiz almotacé⁷⁵, mas foi no campo da caridade que mais se consagrou, incentivando a caridade pública e contribuindo substancialmente para com o novo hospital, deixando três casas para a Santa Casa e mais o prédio onde a instituição funcionou por muitos anos.

⁷⁵ De acordo com Thiago Enes (2010), o almotacé era um oficial local que tinha como função “precípua assegurar o abastecimento e regular as atividades comerciais de vilas e cidades, através da inspeção de feiras, vendas e lojas, cobranças dos devidos impostos, aferição de pesos e medidas e inspeção das condições das mercadorias levadas a público”. (ENES, 2010, p.64).

repousa um documento, no qual constam informações pessoais de Duarte, bem como sua importância para a fundação do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. O ambiente ao fundo é fechado. O olhar do retratado é direto.

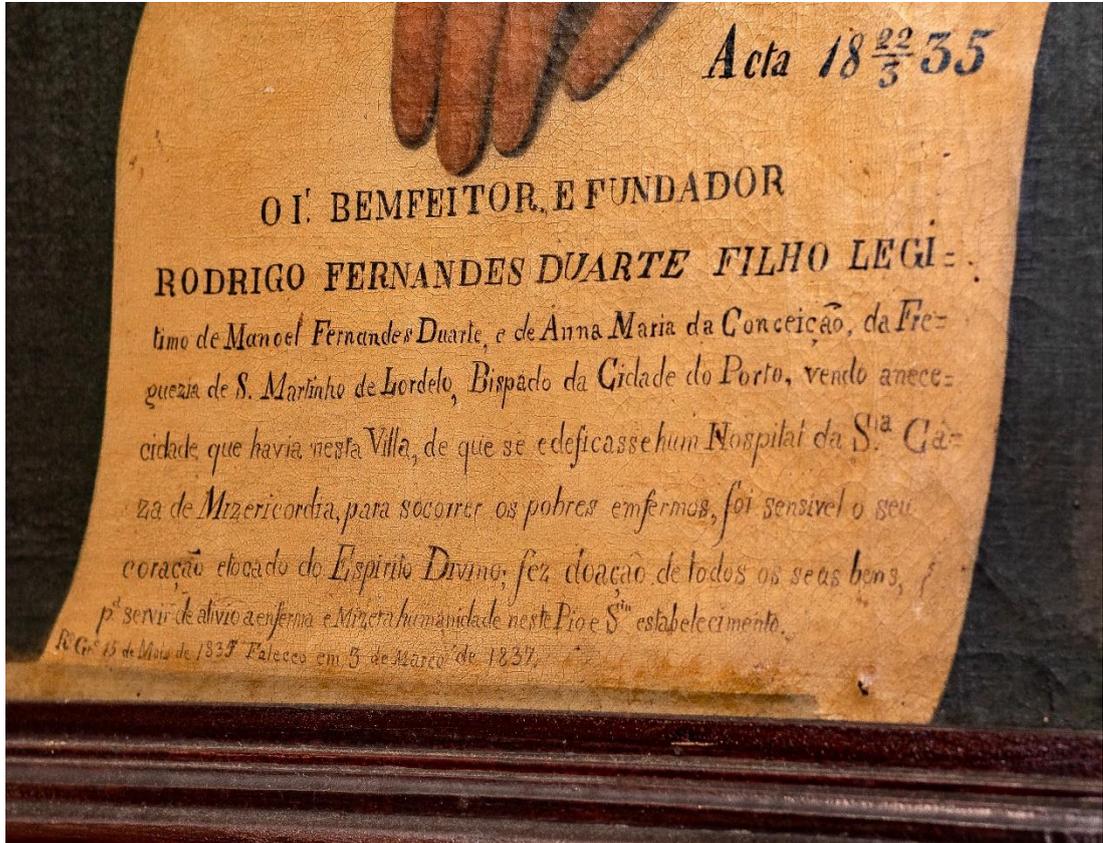


Figura 17 – Detalhe que é parte integrante do quadro de Rodrigo Fernandes Duarte.

Fonte: Pesquisador, 2024, Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

Pode-se afirmar que o português Rodrigo Fernandes Duarte dedicou grande parte de sua vida em favor da caridade e em prol da criação de Hospitais na cidade que escolheu para viver e morrer. O periódico *Diário de Rio Grande* assim o descreveu:

A Santa Casa não deve a sua existência a um ato benéfico de algum estadista, nem a vontade dos poderes públicos; como os estabelecimentos congêneres, nasceu e criou raízes bafejada pelo grande e caridoso espírito de um homem inteiramente devotado ao seu próximo. (Jornal *Diário de Rio Grande*, Rio Grande, 15.08.1898). (BRG).

Alguns anos antes de fundar a Santa Casa, Rodrigo Duarte já havia colaborado com a fundação de outros estabelecimentos hospitalares, todos eles funcionaram por pouco tempo. A primeira notícia remonta ao ano de 1825 e dá conta que Duarte teria

fundado a Santa e Imperial Casa de Caridade. Depois, Rodrigo teria doado uma casa para funcionar a Sociedade de Beneficência e, em 1832, um sobrado para onde foi transferido o hospital. Finalmente em 22 de março de 1835 ele teria fundado a Irmandade do Espírito Santo e Caridade, que se tornaria a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Em dezembro daquele ano, Rodrigo Duarte deixou por escrito todos os seus bens de raiz para a Santa Casa e algumas dívidas ativas, com a condição de lhe ser concedida uma pensão de 32\$000, enquanto vivesse.

Por todo o trabalho em prol da fundação de um Hospital em Rio Grande, por todas as doações que fez, se desfazendo de todos os seus bens, não teria como não ser Rodrigo Fernandes Duarte o fundador e grande benfeitor da Misericórdia de Rio Grande. De acordo com o Almanaque Literário e Estatístico de 1902, a 1ª mesa da Santa Casa outorgou a Rodrigo Duarte o título permanente de conselheiro honorário e fundador, com direito a voto nos assuntos de maior relevância. Difícil é sabermos quais as motivações para tanta colaboração e doação, pode-se presumir, que no caso de Duarte, elas tenham ocorrido predominantemente por motivação religiosa.

O próximo quadro apresentado é do benfeitor Porfírio Ferreira Nunes (Figura 7) que foi um destacado importador de sal e exportador de charque que ajudou as tropas legalistas com dinheiro, armamentos e embarcações (VARGAS, 2013). Nunes possuía uma empresa chamada (Porfírio Ferreira Nunes & Cia), notória importadora de sal e exportadora de charque da cidade do Rio Grande na década de 1850⁷⁶. No artigo de Kuniochi (2007), Ferreira Nunes consta como comerciante com negócios no Rio de Janeiro e Rio da Prata. Porfírio também foi associado da Câmara de Comércio da cidade de Rio Grande, sendo tesoureiro em mais de uma oportunidade, vice-presidente em 1846 e presidente em 1847. Além de muito atuante na Câmara de Comércio, Ferreira Nunes foi também presidente do Gabinete de Leitura, atual Biblioteca Rio-Grandense; no ano de 1854, diretor da Sociedade Imperial Instrução e Recreio; no ano de 1867⁷⁷, e um dos membros fundadores da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense. A entidade era formada por um grupo de elite, cujos

⁷⁶ AQUINO, Vanessa Barrozo Teixeira. Um gabinete de leitura à beira mar: Os primórdios da Bibliotheca Rio-Grandense (1846-1878). **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 35, n. 01, p. 100-119, jan./jun. 2021 *apud* SILVEIRA, Josiane Alves da. **RIO GRANDE: portas abertas para as importações de sal no século XIX**. Monografia (Curso de História). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS, 2006, 67p.

⁷⁷ AQUINO, Vanessa Barrozo Teixeira. Um gabinete de leitura à beira mar: Os primórdios da Bibliotheca Rio-Grandense (1846-1878). **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 35, n. 01, p. 100-119, jan./jun. 2021.

interesses eram ambiciosos pretendiam influenciar nos rumos do desenvolvimento da província (KLAFFLE, 2006). Porfírio Ferreira Nunes fora um dos comerciantes mais proeminentes de Rio Grande no século XIX. Ele também constava como consignatário de cargas e/ou embarcações que transitaram no Porto de Rio Grande (BERUTE, 2011).

Além de todos os cargos/funções já mencionados, Porfírio Ferreira Nunes também foi presidente da filial do Banco do Brasil em Rio Grande, presidente da comissão consultiva de obras públicas para a cidade de Rio Grande, tesoureiro da obra que visava a construção da Nova Matriz de Rio Grande e tenente coronel reformado da Guarda Nacional.

Ao que indicam as fontes, a vida de Porfírio Ferreira Nunes foi bastante agitada, repleta de atribuições, o periódico *Diário do Rio Grande* do dia 03/06/1870 noticiou que Nunes seria o imperador⁷⁸ da Festa do Divino Espírito Santo e que no dia 04/06/1870, um sábado, ele distribuiria na sua residência, localizada na rua Pedro II, das 10hs às 11hs, esmolas de pão e carne. A figura do imperador na Festa do Divino Espírito Santo era desempenhada por alguém que tivesse prestígio na sociedade local, exatamente o perfil de Ferreira Nunes.

⁷⁸ “O Imperador é o principal responsável pela preparação e realização dos festejos. Tradicionalmente, é ele quem arca com a maioria das despesas da Festa[...], já que seu prestígio emana exatamente de sua capacidade de “acumular para redistribuir”, sejam bens materiais ou imateriais [...]”. (Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_festa_%20do_divino_pirenopolis.pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.



Figura 18 – Porfírio Ferreira Nunes – Óleo sobre tela.
Fonte: Pesquisador, 2021, Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

O autor do quadro em questão foi o pintor Antônio Araújo Souza Lobo⁷⁹, e a obra provavelmente tenha sido finalizada no final do ano de 1875, pois o referido pintor escreveu uma carta ao provedor da Santa Casa de Rio Grande, datada de 5 de janeiro de 1876, na qual ele comunica ao provedor da Misericórdia, Miguel de Sá, o envio do quadro através do vapor Santa Cruz. No documento, há também a informação do valor da obra, que inicialmente ela custaria 200\$000, porém, Souza Lobo aceitou reduzir o valor para 120\$000. O retratado está a meio corpo, em pé, posicionamento frontal, levemente inclinado para a direita do observador. O olhar do retratado é direto. Está

⁷⁹ Conforme Arnone (2014), Antônio Araújo Souza Lobo nasceu em Campos dos Goytacazes em 1840 e faleceu no Rio de Janeiro em 1909. Souza Lobo foi pintor, professor, restaurador, fotógrafo e cenógrafo.

apoiado com seu braço direito sobre um móvel (talvez uma pequena mesa). O retratado está usando um casaco preto fechado com botões.

Porfírio Ferreira Nunes nasceu no ano de 1806 e faleceu em 1876, e foi casado com Florinda Eulália da Cunha, cuja família era bastante tradicional. Florinda era filha de Miguel da Cunha Pereira, um importante charqueador (VARGAS, 2013), estabelecido em Pelotas.

Ferreira Nunes foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande por dois biênios (1858-1859 e 1860-1861). Quando esteve à frente da mesa, o hospital ainda funcionava em seu antigo prédio, aquele que fora doado por Rodrigo Duarte, estrutura que não comportava mais o número de pacientes e nem sempre apresentava as exigências sanitárias necessárias. No último relatório da gestão de Porfírio, percebe-se a preocupação dos membros que se despediam da Mesa para com o futuro da instituição e a necessidade cada vez maior de mudança para o novo prédio, que ainda não estava pronto para receber funcionários e pacientes e que já havia custado até o presente momento o valor de 119:470\$102. Outra preocupação ressaltada por Porfírio no relatório, refere-se às crianças abandonadas na Roda dos Expostos. Segundo ele, a culpa pela alta mortalidade destas não poderia ser atribuída à Santa Casa, uma vez que a maioria das crianças morria pouco tempo depois de dar entrada no hospital. Ainda conforme escrito no relatório, grande número dos bebês que ali chegavam não havia recebido os cuidados adequados desde o parto. Desde julho de 1843, quando a Santa Casa passou a receber os expostos até o presente relatório, foram deixadas 152 crianças aos cuidados da instituição.

Outra preocupação e, ao mesmo tempo, orgulho do provedor Porfírio foi o cemitério. Primeiramente a Santa Casa fazia os enterros no cemitério do Bonfim, porém, este por não apresentar mais condições necessárias, especialmente após a epidemia de cólera entre 1855 e 1856, foi proibido de receber novos enterros. Posteriormente, coube a Misericórdia encontrar um local extramuros para ser o novo cemitério. A gestão anterior a de Porfírio começou as obras, cercou o local com tábuas, e construiu algumas catacumbas, porém, conforme o relatório, foi na gestão do comerciante Ferreira Nunes que ocorreram as melhorias mais importantes no local. No último ano compromissal, a Misericórdia deu de forma gratuita 104 sepulturas aos pobres, marinheiros e praças do exército.

Outro aspecto interessante descrito no relatório faz referência a cordialidade existente entre a mesa da Misericórdia, de fé católica e os negociantes, a maioria de fé protestante. Os negociantes Francisco Horrocks e Carlos Raynsford promoveram uma campanha com a finalidade de angariar dinheiro para a construção de um cemitério protestante na cidade e lograram êxito. A campanha arrecadou Rs. 7:705\$000. Valor que foi doado para a Santa Casa a fim de que esta mandasse construir um cemitério próprio e adequado para os protestantes. Sendo Porfírio Ferreira Nunes um homem de negócios importante, não deixaria ele desamparado outros negociantes, ainda que professassem outra religião. Além do mais, as elites locais, a qual Porfírio fazia parte, se preocupavam com as incipientes questões sanitárias e com a boa aparência da urbe, da qual pertenciam.

O próximo benfeitor que iremos apresentar e analisar é o charqueador e proprietário Antônio Martins de Freitas (Figura 19), um dos sujeitos mais ricos de Rio Grande na primeira metade do século XIX.



Figura 19 – Antônio Martins de Freitas – Óleo sobre tela.
Fonte: Pesquisador, 2024, Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

O charqueador Martins de Freitas foi retratado a meio corpo, em pé, posicionamento frontal, com olhar direto ao observador. Está apoiado com seu braço esquerdo sobre uma bengala e seu braço direito está posicionado na altura do peito. O retratado está usando uma camisa branca, gravata estilo “borboleta” casaco preto,

fechado, com botões. Na parte superior do quadro há a seguinte inscrição: Antônio Martins de Freitas, Benfeitor desta Santa Casa, Ata 03-04-1865. Infelizmente não é possível saber a autoria da tela.

Para saber mais sobre o retratado, apresenta-se alguns dados pessoais. Antônio Martins de Freitas foi casado duas vezes, sua primeira esposa chamava-se Joaquina Martins de Freitas, com quem teve um filho, com nome homônimo ao pai. Após o falecimento de Joaquina, Antônio casou-se novamente com Francisca Martins de Freitas com quem teve nove filhos: Joaquim Guilherme; Manoel Antônio; Joaquina; Anna; Francisca; Maria; João Antônio; Antônia e Abrelina.

No ano de seu falecimento, em 1864, Antônio Martins de Freitas era um consolidado charqueador local, que possuía um total de 69 escravos, 55 somente na charqueada, 66 homens e três mulheres. O grupo de escravos era composto por 12 carneadores, 10 chimangos, 07 salgadores, 06 campeiros, 05 graxeiros, 05 marinheiros, 03 costureiras, 02 carreteiros, 02 carpinteiros, 02 pedreiros, 02 cozinheiros, 02 serventes, 01 alfaiate, 01 descarneador e 01 roceiro. Em alguns casos, o escravo desempenhava mais de uma função, por exemplo, ele poderia desempenhar as tarefas de carreteiro e campeiro.

Nem todos os grupos de escravos citados acima estavam envolvidos diretamente com o processo de abate de gado e fabricação do charque. Alguns grupos realizavam tarefas acessórias, conforme escreveu Vargas (2013), em sua tese de doutorado, como, por exemplo, os campeiros, responsáveis por alimentar as cabeças de gado nos poteiros das charqueadas antes do abate, já os marinheiros eram responsáveis pelo transporte fluvial e marítimo dos itens produzidos nas charqueadas; e o transporte terrestre era de responsabilidade dos carreteiros e carroceiros.

Ainda que no inventário de Antônio Martins de Freitas não constasse embarcações e estâncias, o que não é o caso, pode-se presumir tendo como base o seu plantel de escravos, pois o número de escravos marinheiros e campeiros era bem significativo, demonstrando, assim, uma preocupação em autossuficiência e otimização de lucros.

Outro grupo de escravos, mencionado por Vargas (2013) e comumente encontrado nas charqueadas no sul do Brasil, eram os escravos artesãos. Desse grupo, constam no inventário de Freitas os carpinteiros, pedreiros, alfaiates e as costureiras. No caso específico da charqueada de Antônio Martins de Freitas, o número de costureiras era superior aos demais, não demonstrando uma tendência

observada por Vargas (2013), onde os carpinteiros e pedreiros eram os mais numerosos.

Embora Rio Grande não fosse conhecida pela alcunha de cidade do charque, título que pertencia a vizinha Pelotas em virtude do elevado número de charqueadas e do enriquecimento que gerou para seus proprietários, houveram charqueadas em Rio Grande. Infelizmente, faltam dados e, em consequência disso, são escassas as pesquisas sobre o assunto. Um dos estudos que foram feitos, identificou Antônio Martins de Freitas como o segundo proprietário com o maior número de registros nos livros de batismo e óbito de Rio Grande. O dado que destacou-se na pesquisa foi o alto número de óbitos, 32, o que segundo as autoras do artigo poderia configurar a exploração intensa da escravaria de Freitas, bem como condições insalubres de trabalho (KUNIOCHI, 2011).

A charqueada de Antônio Martins de Freitas ficava localizada nos Carreiros, na região onde hoje se localiza a Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Conforme o inventário de Freitas, a charqueada era bem equipada, composta de moradia, galpões, senzala, graxeira, varal, currais, horta, pomar, com diversas árvores frutíferas, cercados, plantações, com campo fora para pastoreio, dividindo-se pelo Norte com o mar, por leste com campos do herdeiro Capitão Antônio Martins de Freitas, pelo Sul em parte com a estrada das carreiras e em parte com campos de Porfirio Canseiro de Lima e pelo Oeste cercas a dentro com o arroio de Joaquim Martins. Além de toda a estrutura que compunha a charqueada, Martins também era proprietário de uma chácara nos Carreiros, com casa térrea, forrada e assoalhada, coberta de telha, com diversas qualidades de árvores frutíferas, cercadas e curral. Ainda no Carreiros, Freitas possuía um campo e mais uma casa, porém essa era mais simples que a anterior, construída de tábuas e coberta de telhas.

No inventário de Antônio Martins de Freitas, ainda constam um iate, embarcação pequena, 960 reses, 14 potros capões, 105 éguas, sete mulas, 21 bois mansos e 18 porcos. A casa principal da charqueada era equipada com móveis e utensílios finos, demonstrando assim toda uma preocupação em “modernizar” o ambiente interno e estar à altura das demais famílias que compunham a elite local. Entre os itens disponíveis na casa da charqueada de Freitas, destacam-se: 2 mesas grandes de cedro, 1 aparador de jacarandá, 1 relógio americano, 1 piano, 22 cadeiras com assento de palhinha, de pinho americano, 1 armário de pinho pintado, 2 lavatórios de pinho, 1 máquina de lavar roupa.

Na cidade de Rio Grande, Freitas era proprietário de 13 casas térreas, 2 sobrados, 1 armazém e 2 terrenos, 1 deles cercado. Uma quantidade significativa de propriedades, demonstrando a diversificação de investimentos do charqueador, isso no começo da segunda metade do século XIX, o que não era tão comum, muito provavelmente se ele tivesse sido contemporâneo ao advento das grandes indústrias ou de bancos locais, como o Pelotense, este teria diversificado seus capitais nesses ramos de atuação. Além de propriedades, a família Freitas era detentora de inúmeros objetos de prata e de ouro, entre os objetos de ouro constantes no inventário estão: 2 relicários, 2 cordões, 1 cadeia, 1 colar e 4 anéis de ouro, além de outras joias valiosas. Os bens móveis que compunham o inventário das casas na cidade eram inúmeros, vamos elencar alguns, apenas para demonstrar que a família Freitas possuía recursos de sobra para investir em móveis de boa qualidade, um padrão das elites de Rio Grande e da vizinha Pelotas, onde havia um grande número de charqueadas no período. Entre os móveis inventariados, estão 1 mobília completa contendo 1 sofá com encosto e assento de palhinha jacarandá, 1 mesa redonda com 4 cadeiras de braço, 1 piano de jacarandá, 1 banco para passeio de jacarandá, 1 espelho grande de cristal, 3 cômodas de jacarandá, 1 lavatório grande com mármore e espelho, duas cadeiras americanas de braços, feitas de pinho, 4 mesas pequenas de jacarandá, 2 camas de armação, feitas de jacarandá, 1 oratório e mesa de jacarandá com várias imagens, 3 marquesas francesas de jacarandá, 1 máquina de costura Grove & Baker e 24 cadeiras americanas.

A viúva de Antônio, Dona Francisca declarou no inventário haver a seguinte quantia em dinheiro: duzentos e doze contos e seiscentos e noventa e cinco mil e setecentos e vinte reis, moeda corrente da praça (212:695:720). Além do dinheiro em espécie, Freitas tinha investimentos em ações no Banco do Brasil, no novo mercado de Rio Grande e na Companhia de seguros Fidelidade, localizada na cidade do Rio Grande, o valor total dessas ações era de 17:500\$000. No inventário, constam também as dívidas ativas, que somadas atingem o valor de: 59:694\$683, não sendo o valor tão expressivo, uma vez que só um dos sobrados, o da rua Boa Vista estava avaliado em 55:000\$000, quase o valor total das dívidas ativas. Pode se concluir que Antônio Martins de Freitas era um charqueador bem sucedido, que investiu seu dinheiro em propriedade e ações, tornando-se um dos homens mais ricos de Rio Grande no começo da segunda metade do século XIX, ainda que sua fortuna não

possa ser comparada aos 12 charqueadores mais ricos de Pelotas, ela foi muito significativa, tornando Freitas um dos membros das elites locais.

Sobre a atuação do referido charqueador na Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, não foram encontrados dados durante o período de escrita da pesquisa. O que pode-se presumir com relativa certeza, tendo em vista que ele possui um retrato no salão de honra da instituição, é que ele foi considerado benfeitor, então, ou ele prestou relevantes serviços, ou fez uma grandiosa doação em vida ou testou algum legado após sua morte.

Em relação a atuação de Antônio Martins de Freitas na sociedade rio-grandina, encontrei poucas informações, uma delas, a mais relevante, menciona o nome do charqueador como um dos seletos homens da cidade que contribuiu com dinheiro (1:200\$000) para a obra de abertura do canal, canaleta para os iates e melhoramento do ancoradouro. Obras que beneficiariam diretamente os comerciantes, incluindo os negócios do referido charqueador.

A próxima tela é de Leonor Maria Correa (Figura 20). Optou-se por colocar esse quadro, para exemplificar que havia espaço para as mulheres na Santa Casa, embora, ao que indicam as fontes, as mulheres não eram aceitas como irmãs, mas havia a possibilidade de serem consideradas benfeitoras, a maior distinção concedida pela Misericórdia de Rio Grande.



Figura 20 – Leonor Maria Correa – Óleo sobre tela.
Fonte: Pesquisador, 2024, Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

Muitos quadros da Misericórdia passaram por restauração, talvez no decorrer do processo, a assinatura do artista tenha sido sobreposta. Então, esse é mais um retrato em que não se pode identificar o autor da obra. D. Leonor foi retratada a meio

corpo, em pé, posicionamento frontal, levemente inclinada para a direita do observador. Em sua mão direita está a segurar um leque, símbolo de elegância, usado pelas elites, e na sua mão esquerda um lenço. A retratada está usando vestes escuras com mangas brancas. Na parte inferior do quadro há a seguinte inscrição: D. Leonor Maria Correa, Benfeitora desta Santa Casa, Ata 18-08-1865.

Leonor Maria Correa era uma senhora que valorizava a religião, no seu inventário consta uma declaração de seu testamento, no qual ela reafirma ser “católica apostólica romana”, um motivo forte para ser benfeitora da Santa Casa de Misericórdia, uma típica instituição com características portuguesa e católica. D. Leonor era casada com Domingos Faustino Correa⁸⁰, um importante negociante de grosso trato (BERUTE, 2011).

No inventário de Dona Leonor, consta que todos os seus bens ficariam para o marido, na condição de usufruto, já que o casal não tivera filhos. O esposo, Domingos Correa, faleceu em 1873, desde então, os bens deixados por Domingos e Leonor foram disputados pelos descendentes dos irmãos do casal por longos 107 anos (BOSEMBECKER, 2017). Para se ter uma ideia, o jornal *A Federação*, entre as décadas de 1880 a 1930 publicou inúmeras notícias relacionadas ao inventário de Domingos Faustino Correa, uma dessas notícias foi publicada 62 anos após a morte de Domingos e dizia o seguinte:

O jornal “Rio Grande” está publicando o seguinte convite: Investido pelo Sr. Dr. Juiz municipal inerentes ao cargo de testamenteiro e inventariante dos bens deixados pelo comendador Domingos Faustino Corrêa, convido, por este meio, todos os herdeiros e demais interessados na liquidação do respectivo inventario, a comparecerem no Radio Teatro, domingo próximo, 18, às 14 horas para tomarem conhecimento do andamento dos autos. (**A Federação**, Convite. Porto Alegre, 16 ago. 1935, p.6. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

O juiz municipal, por mais interesse que tivesse em resolver a questão, possivelmente não imaginaria que a disputa dos bens do casal se estenderia por mais algumas décadas. O periódico *Pioneiro*, anos depois, publicou um texto extenso, no

⁸⁰ Domingos Faustino Correa era extremamente rico, uma das provas disso é que em 1862 ele estava disposto a doar 40 contos de réis ao governo provincial, para que se fundasse uma colônia militar na região do Taim, divisa de Rio Grande, com capacidade para receber 100 famílias. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO SUL. Porto Alegre: Typ. do jornal A Ordem, 1862. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

qual cita que o processo do inventário de Domingos Faustino Correa fora extinto no Brasil:

Depois de analisar durante cinco meses o processo de quase dois mil volumes, o juiz Carlos Lengler – especialmente designado para o processo – leu hoje de manhã sua decisão de 400 laudas, no Foro de Rio Grande. Mais de 100 pessoas de acotovelaram na sala do júri, muitos dos quais advogados gaúchos e uruguaios, e um comentou, desanimado: “O sonho acabou”. No processo atuam mais de 350 advogados representando pessoas que tentaram sua habilitação não só no Brasil, como do Uruguai, Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela [...]. Em relação às centenas de imóveis arrolados no Brasil pela inventariante Dalva Merenda, o Juiz Carlos Lengler entendeu que, devido ao usucapião e á decadência do direito dos herdeiros, a maioria dos bens, atualmente em poder de terceiros, não mais pertencem ao espólio. Muitos dos bens sequer existiam e para outros imóveis não houve a prova, nos autos, de que pertenciam ao comendador. Por isso, rejeitou o pedido fundamental deste processo, de nova partilha de bens, declarando-o extinto. A maioria dos imóveis arrolados pela inventariante estava localizado nos municípios de Pelotas, Rio Grande, Arroio Grande e Santa Vitória do Palmar. O juiz reconheceu a eficácia das decisões de partilhas, ocorridas em 1877 e 1891, informando que 50 anos depois daquela distribuição de bens “surgiram informações, por intermédio de herdeiros remotos, da existência de outros bens que não haviam sido inventariados. (*Pioneiro*, Decisão judicial frustra herdeiros Corrêa. Caxias do Sul, 06 fev. 1982, p.13. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

No ano da publicação da notícia supracitada, segundo o periódico, haviam 20 mil pessoas interessadas em se beneficiar com alguma parte da herança deixada pelo Comendador. Alguns advogados da época estimavam que os supostos bens deixados por Correa somavam 1 trilhão de cruzeiros, um valor astronômico, que nos dá uma ideia de quão rico Domingos Correa era. O comendador e sua esposa D. Leonor pertenciam às elites locais rio-grandinas, seja no campo social ou econômico, mas também o campo caritativo era valorizado por eles. Não somente D. Leonor possuía um quadro no salão nobre da Misericórdia, seu esposo também. E ali, naquele recinto, ficariam os dois eternizados como indivíduos extremamente caridosos.

Os bens inventariados após o falecimento de D. Leonor nos dão uma pequena dimensão de quão ricos eles eram. Na zona urbana de Rio Grande o casal possuía um sobrado na Rua Pedro II, dois armazéns, um na Rua Pedro II e outro na Rua Riachuelo, duas casas térreas, uma na Rua Pedro II e outra na Rua Uruguiana e uma chácara na rua Marques de Caxias, ocupada por uma família pobre. Já na zona rural, o casal possuía, na localidade de Canudos, uma casa de residência com duas portas e três janelas de frente; um galpão de charqueada ocupado por João Antônio Teixeira e que nada paga de arrendamento. Uma Estância do Salso Moreira e Canudos com cinco e meia a seis léguas de campo arrendada com as duas mil setecentas rezes e quatrocentas ovelhas já declaradas a José Dias d’Oliveira, com

duas propriedades de casas que existem na mesma Estância tudo por oito contos de reis anuais.

No inventário de D. Leonor também constam 40 escravos, 21 mulheres e 19 homens⁸¹. Essa quantidade de escravos denota que o casal utilizou bastante da mão de obra escrava, seja nos trabalhos domésticos ou nos diversos ramos de negócios de Domingos Correa. Também há vários bens móveis descritos no inventário, entres eles estão seis aparadores de jacarandá; três camas francesas; duas cômodas de jacarandá; quatro castiçais de prata; um oratório com quatro imagens e duas cadeiras de jacarandá.

Por fim, salienta-se que D. Leonor foi de fato muito generosa para com a Santa Casa de Misericórdia, inclusive no seu testamento. D. Leonor deixou a Santa Casa de Misericórdia como sucessora dos seus ex-escravos Francisco, Pedro, Thomaz e Guilherme, aos quais ela havia legado mais de um quarto de légua na estância do Salso. Quando fosse receber o legado, a Misericórdia teria um aumento significativo em seus cofres, um valor de aproximadamente Rs.20:000\$000.

Por conseguinte, em relação aos benfeitores da Misericórdia de Rio Grande, o próximo é o comerciante João de Miranda Ribeiro (Figura 21), outro destacado personagem da elite rio-grandina. Ribeiro foi presidente da Câmara do Comércio em 1844 e membro da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, entidade que tinha entre os seus membros o líder farroupilha, Bento Gonçalves da Silva (BERUTE, 2011). No campo da assistência e da caridade, Ribeiro foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande entre os anos de 1854 a 1857. O caso do comendador Ribeiro é um ótimo exemplo para ilustrar que os grupos definidos como elites locais procuravam ocupar todos os espaços de poder, muitas vezes de forma simultânea, inclusive.

⁸¹ Pela declaração do testamento da falecida inventariada, todos os escravos passariam a ser considerados livres.



Figura 21 – João de Miranda Ribeiro – Óleo sobre tela.

Fonte: Pesquisador, 2024, Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

Na tela do comendador João de Miranda Ribeiro também não há informação sobre quem foi o autor da pintura. O retratado está a meio corpo, em pé, posicionamento frontal, levemente inclinado para a direita do observador. O olhar do retratado é direto. Parece que Ribeiro foi representado apoiado com seu braço

esquerdo sobre um móvel ou sobre uma bengala, na imagem é difícil precisar. O retratado está usando um casaco preto fechado com botões e uma camisa branca, acompanhada por uma gravata estilo “borboleta”. Na parte superior do quadro está escrito “Comendador João de Miranda Ribeiro, benfeitor desta Santa Casa”. A data exata da ata é difícil visualizar, porém, o ano é 1857. Provavelmente, no meio daquele ano, após deixar a provedoria, o comendador tenha sido homenageado pela gestão seguinte em virtude dos relevantes serviços prestados à frente da Santa Casa de Rio Grande.

João de Miranda Ribeiro foi casado duas vezes, na primeira com Dona Maria Clemencia de Freitas Miranda, cujo matrimônio resultou no nascimento de uma única filha, Dona Maria Delfina de Miranda e Sá. Já no segundo casamento, foi casado com Maria Carolina Rheingantz, unindo através do matrimônio duas famílias ricas, aumentando mais o patrimônio de ambas e não possibilitando que alguém de fora tivesse acesso aos bens dessas famílias de elite⁸². Lembrando que os Rheingantz emigraram da Alemanha para o Brasil, e aqui fizeram fortuna com a fundação de colônias, a principal delas, a atual cidade de São Lourenço do Sul, vizinha de Pelotas. Após, o filho primogênito de Jacob Rheingantz, Carlos Guilherme, seria o responsável por começar uma das indústrias mais bem sucedidas do Rio Grande do Sul, a fiação de tecidos Rheingantz. O casal João de Miranda Ribeiro e Maria Carolina Rheingantz foram padrinhos de batismo da primeira filha de Carlos Guilherme e Maria Francisca Rheingantz. João de Miranda era bisavô materno de Olga Clemência Rheingantz, já Maria Carolina era avó paterna (BOSEMBECKER, 2017).

João de Miranda Ribeiro alcançou uma condição de vida tão estável que se permitia fazer empréstimos, para se ter uma ideia, somente o seu genro, Miguel Tito de Sá lhe devia mais de 80 contos de réis, como menciona Bosembecker (2017), uma quantia bastante considerável para o período. Por falar-se em Miguel Tito de Sá, este fora provedor da Misericórdia no período de 1869 a 1875, mostrando que a Misericórdia, além de um espaço de poder para as elites locais, significava também o continuísmo, um certo legado de caridade, que deveria ser seguido pelas próximas gerações.

⁸² O caso citado se encaixa como um matrimônio intra-elite. Jonas Vargas, em sua tese, ao falar dos casamentos dos filhos dos charqueadores pelotenses menciona que a “diversificada engenharia de matrimônios foi somente mais um traço desta elite da elite”. (VARGAS, 2013, p. 435).

João de Miranda Ribeiro parece ter obtido maior destaque econômico após a proibição do tráfico de escravos (1850). Depois de Kuniochi (2015) ter cruzado as informações entre os exportadores de derivados de gado e dos negociantes de embarcações, entre os quatro nomes de agentes mercantis mais evidenciados após 1850, constava o nome de Ribeiro. O nome do comendador João de Miranda Ribeiro apareceu constantemente nas escrituras de compra de navios, o que pode evidenciar que ele possuía poder de compra e que os negócios marítimos, principalmente de exportação de charque e seus derivados estavam em franco crescimento. De acordo com dados levantados por Kuniochi (2015), um dos navios comprados por Ribeiro era de grande porte, o patacho Emiliana, adquirido por três contos. João de Miranda Ribeiro também diversificou seus negócios, quando da Instalação do Banco da Província, ele fez parte de uma comissão composta por quatro pessoas que tinham a finalidade de agenciar tomadores para 600 ações do Banco nas cidades do Rio Grande e Pelotas (AZAMBUJA, 2017). Além do campo social, econômico e caritativo, Ribeiro também obteve êxito no campo político, sendo eleito por duas vezes vereador de Rio Grande.

O benfeitor Ribeiro fora atuante em diversas pautas, uma delas, a qual também contou com a colaboração de Antônio Martins de Freitas, como já mencionado anteriormente, diz respeito a doação de (1:000\$000) para a obra de abertura do canal, canaleta para os iates e melhoramento do ancoradouro. Na mesma lista divulgada pelo periódico *O Rio-Grandense*, encontram-se nomes como: João Antônio Lopes, Domingos Faustino Corrêa, Porfírio Ferreira Nunes, José de Sousa Gomes e José dos Santos Magano. Qual o elo entre eles? Além de riqueza, poder e prestígio, as suas redes de relações não se limitavam somente à Santa Casa de Misericórdia, se estendiam para a política, associações e pautas sociais e econômicas, como o melhoramento da infraestrutura da cidade.

Os bens inventariados nos indicam qual a situação patrimonial e financeira da pessoa no momento de sua morte. O inventário de João de Miranda Ribeiro ficou sob responsabilidade de sua filha, sua única herdeira. Ribeiro faleceu no dia 18 de agosto de 1879. A seguir, listou-se os seus principais bens. Entre os bens móveis destacam-se os seguintes: uma mesa com pedra de mármore; dois lavatórios com pedra de mármore; uma mesa de abrir de jacarandá; um piano; uma mobília de jacarandá constando dezesseis cadeiras; um aparelho de prata para chá e dezesseis castiçais de prata de diferentes feitios. Já os bens imóveis eram os seguintes: uma casa de

sobrado situada na rua 16 de junho, número 1; uma casa de sobrado na rua Riachuelo, número 22; uma casa de sobrado na rua Riachuelo, número 25; uma casa térrea para armazém na rua Riachuelo; uma casa térrea situada na rua dos Príncipes; uma casa de sobrado na rua Pedro II; duas casas térreas, situadas na rua 20 de fevereiro; metade de uma casa térrea na rua 20 de Fevereiro; dois terrenos próximos à Câmara Municipal de Rio Grande e uma chácara na Ilha dos Marinheiros. Essa quantidade expressiva de bens imóveis, demonstra que Ribeiro diversificava os seus investimentos, e, ao mesmo tempo, investia em negócios estáveis.

João de Miranda Ribeiro deixou um plantel de dezesseis escravos, oito mulheres e oito homens. Pelo número de escravos, possivelmente os homens desempenhavam trabalhos junto ao Porto de Rio Grande, em atividades de carga e descarga e serviços diversos na chácara da família Ribeiro, já as mulheres, possivelmente estavam a trabalhar nos afazeres domésticos. No que tange a apólices e ações, consta no inventário: quatorze apólices da Fazenda Provincial; treze ditas da dívida pública do Império, no valor de seiscentos mil reis cada uma; duzentos e setenta e seis ações do Banco do Brasil; cinco ditas da Companhia Hidráulica Rio-Grandense; doze certificados do empréstimo de 20 \$ a Companhia de Estrada de ferro de Porto Alegre a Novo Hamburgo; doze ações da Associação Teatral; sessenta e uma ações da Praça do Comércio da cidade do Rio Grande; cinquenta e quatro títulos da dívida da Câmara Municipal de Rio Grande.

Além de tudo que foi mencionado, Miranda deixou valores em espécie: em poder da filha estava a quantia de vinte e oito contos e quinhentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta reis (28:585:550); em conta corrente com o Barão de Andarahy havia trinta e dois contos e novecentos e oitenta e um mil e setecentos e quarenta reis (32:981:740); em conta corrente no London Brazilian Bank havia dezesseis contos e trezentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos e quarenta reis (16:358:440); em poder de Miranda, havia trezentos e trinta e quatro mil e quatrocentos reis (334.400); também foram inventariados trezentos mil reis (produto da venda de 20 ações da Companhia de seguro Fidelidade, efetuada pela respectiva Diretoria na forma do artigo 64 dos Estatutos da Companhia. O valor total em espécie era setenta e oito contos e quinhentos e trinta e três mil e cento e trinta reis (78:533:130).

O valor total de todos os bens móveis, meios de transporte, utensílios e demais objetos arrolados no inventário de Ribeiro atingiu a soma de trinta e seis contos e oitocentos e cinquenta e seis mil e sessenta reis (36:856:060). Já o plantel de escravos do comendador foi avaliado em nove contos e oitocentos e dez mil reis (9:810:000). Os bens de raiz, após somarmos os valores individuais, chegamos na quantia de duzentos e cinquenta e oito contos e seiscentos e sessenta e seis mil e oitocentos e trinta e cinco reis (258:666:835). Outra boa soma de dinheiro estava investida em ações e apólices, o valor total ficou em oitenta e oito contos e oitocentos e cinquenta reis (88:850:000). Um homem de muitos negócios também acabava contraindo dívidas. O montante total de dívidas ativas de Ribeiro ficou em quarenta contos e seiscentos e treze mil e quinhentos e oitenta e sete reis (40:613:587), desse total, quatro contos e novecentos mil reis (4:900:000) eram da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. O valor total do patrimônio de João de Miranda Ribeiro, já diminuído das dívidas ativas era de quatrocentos e trinta e dois contos e cento e dois mil e quatrocentos e trinta e oito reis (432:102:438), um valor muito considerável para o período, fazendo do comendador um dos homens mais ricos de Rio Grande na segunda metade do século XIX.

O próximo benfeitor integrante do G11, grupo dos benfeitores com quadro no salão de honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande é o Inspetor⁸³ Florêncio José Cosme dos Reis (Figura 22). Florêncio foi vereador na cidade do Rio Grande em duas oportunidades e foi provedor da Santa Casa no período de 1851 a 1854.

Florêncio José Cosme dos Reis era natural de Rio Grande, seus pais foram Nicolau Cosme dos Reis e Leonidia Angelica do Espírito Santo. Ele se casou com Sabina Rodrigues de Araújo, o casal não teve filhos. Conforme o seu testamento, em virtude de não ter herdeiros naturais, Cosme dos Reis nomeou seus herdeiros, uma irmã, uma sobrinha e seu testamenteiro.

⁸³ Na dissertação de Scherer (2008), Florêncio José Cosme dos Reis foi mencionado como subdelegado.



Figura 22 – Florêncio José Cosme dos Reis – Óleo sobre tela.
Fonte: Pesquisador, 2024, Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

Novamente a autoria da tela é desconhecida. Cosme dos Reis é retratado a meio corpo, em pé, posicionamento frontal, levemente inclinado para a direita do observador e seu olhar é sereno. Está apoiado com sua mão direita sobre um objeto, possivelmente seja uma pequena mesa. Nesse objeto, o autor da pintura escreveu

“Florêncio José Cosme dos Reis, benfeitor desta Santa Casa, Ata 7-10-1863” O retratado está usando um colete preto, acompanhado de um casaco com botões, também preto, o casaco não está fechado. Ainda, usa uma grava, estilo “borboleta”.

Cosme dos Reis talvez seja um dos “menos” ricos de todos os benfeitores apresentados nesse subcapítulo, ainda assim, foi um sujeito de destaque, pela ocupação profissional e política. O testamento de Florêncio nos dá uma dimensão de seus bens. Ele possuía uma casa de sobrado, situada na Praça Municipal, outra casa térrea, na rua do fogo e dois terrenos. Conforme consta no seu testamento, ele era proprietário de oito escravos, quatro homens e quatro mulheres, com idade entre três e cinquenta anos.

O próximo quadro analisado será de Antônio José Afonso Guimarães, um destacado comerciante de grosso trato de Rio Grande, exportador de carne e importador de sal e primeiro provedor da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande no período de 1835 a 1836, quando a instituição ainda era chamada de Irmandade de Espírito Santo e Caridade. Sobre o negociante, Berute (2011) escreveu que,

Ele consta como proprietário de quatro embarcações (os brigues D. Pedro II e Maciel, o bergantim Incansável Maciel e o patacho Nero) que transacionava mercadorias principalmente com o Rio de Janeiro, mas também com Pernambuco. Importava sal, fazendas, escravos e gêneros diversos e exportava carne, couros e sebo. Estava envolvido também com a intermediação na aquisição de terras no Uruguai. Além de comerciante e proprietário de embarcações, Afonso Guimarães foi tesoureiro da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, procurador do Hospital de Beneficência, tesoureiro da Caixa Econômica (1833), Capitão-mor, vereador em Rio Grande e Deputado provincial em 1850 e 1851. Destaco ainda que ele foi um dos agentes que possuíam mais de duas transações no porto de Rio Grande. (BERUTE, 2011, p. 99).

A trajetória de Afonso Guimarães é muito semelhante a de João de Miranda Ribeiro, ambos se destacaram pela riqueza e pluralidade de ocupações ao longo da vida. Porém, Afonso Guimarães ainda fora mais audacioso do que Ribeiro, pelo menos é o que as fontes sugerem. Miranda não chegou a ser proprietário de charqueada, enquanto Afonso Guimarães, sim. No ano de 1825, ele adquiriu uma charqueada dos irmãos José e Manuel Gonçalves da Silva. A unidade produtiva estava localizada frente à costa do Rio de Pelotas. A compra da charqueada foi no estilo “porteira fechada”, ou seja, Guimarães comprou tudo que havia na charqueada, incluindo 30 escravos, cinquenta cavalos, guindastes e demais utensílios. O empreendimento custou 2.775,86 libras (BERUTE, 2011).



Figura 23 – Antônio José Afonso Guimarães – Óleo sobre tela.
Fonte: Pesquisador, 2024, Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

A tela de Antônio José Afonso Guimarães (Figura 23) foi produzida, provavelmente em 1859 ou 1860, utilizando técnica sobre óleo, não há identificação do retratista. Afonso Guimarães está retratado de meio corpo, em pé, levemente inclinado para a esquerda do observador. Ele veste casaca preta e uma camisa branca. Ostenta no peito elementos e insígnias, difíceis de identificar com exatidão. Na parte superior da tela se encontram algumas palavras “Antônio J. Afonso Guimarães, benfeitor desta Santa Casa, Ata 18.09.1859”.

Conforme as pesquisas realizadas por Berute (2011) e Vargas (2013), Afonso Guimarães era casado com Dona Ana Joaquina Vieira Braga, irmã do Conde de Piratini. O nome de Antônio José Afonso Guimarães foi o que mais apareceu nos livros de Transmissão e Notas de Rio Grande, sendo ele qualificado como negociante, capitão-mor, comendador e doutor. E claro, grande benfeitor e provedor da Misericórdia de Rio Grande.

O próximo benfeitor da lista, Antônio Chaves Campello (Figura 24), nasceu em 10 de julho de 1840 em Montevideo, no Uruguai. Seus pais foram, Manoel dos Santos Campello e Maria Izabel Chaves Campello. Antônio tinha cinco irmãos, entre eles, João Chaves Campello que foi vice-presidente da província do Rio Grande do Sul e presidente por um curto período, de 10 de fevereiro a 12 de março de 1878. Antônio foi casado com Ricardina Maria de Sá Campello, o casal teve nove filhos, um dos filhos falecera ainda adolescente, aos 14 anos de idade, no ano de 1893. Antônio Chaves Campello veio a falecer na data de 17 de abril de 1924, aos 83 anos, na cidade do Rio Grande.



Figura 24 – Antônio Chaves Campello – Óleo sobre tela.

Fonte: Pesquisador, 2024, Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

O quadro de Antônio Chaves Campello foi encomendado pela Mesa Administrativa, na sessão de 22 de julho de 1924. Não há informação sobre o retratista. Chaves Campello é enquadrado em três quartos, sentado e posicionamento frontal ereto. No quadro o retratado é visto trajando casaco e calça preta, camisa

branca e gravata. Antônio Chaves Campello posa sentado em uma cadeira. Na parte superior da tela, verifica-se a homenagem da Mesa Administrativa: “Antônio Chaves Campello, Sócio Benemérito, Ata 22.7.1924”.

O benfeitor em questão ocupou o cargo de provedor da Santa Casa de Rio Grande no período de 1884 a 1888. Além de irmão da Misericórdia, Campello também foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Rio Grande nas décadas de 1870 e 1880. Dentro do recorte temporal que esse trabalho se propõe, pode-se considerar Antônio Chaves um capitalista de sucesso na cidade de Rio Grande. Campello também se notabilizou como acionista e diretor de uma das maiores indústrias do Rio Grande do Sul nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, a Companhia União Fabril, também conhecida pelo nome de Fábrica de tecidos Rheingantz.

Além de muito bem-sucedido nos negócios, Antônio Chaves Campello chegou ao cargo de Tenente Coronel da Guarda Nacional⁸⁴, no ano de 1885. E concomitantemente ao cargo de provedor da Santa Casa de Misericórdia, Campello ocupou o cargo de diretor no recém-inaugurado Asylo de Mendicidade de Rio Grande. Já em 1890, pelo que consta no periódico *A Federação*, ele foi tesoureiro do Asilo Coração de Maria. Esse é mais um caso que mostra como a caridade era importante para as elites locais, não bastava somente ter poder, dinheiro e prestígio político. Atuar no circuito da caridade era extremamente valorizado pelas famílias abastadas, para muitos sujeitos caritativos, não era suficiente atuar em uma só instituição de assistência, era importante fazer parte de mais de uma associação e assim ajudar os necessitados e também manter-se em evidência perante a sociedade local, seja de forma proposital ou não.

Campello também fez parte da diretoria da companhia de seguros marítimos e terrestres Rio-Grandense, com sede em Rio Grande e, em 1907, foi um dos diretores da União Fabril que apoiou a instalação de uma Escola Técnica Profissional em Rio Grande, o apoio concedido pela empresa ocorreu através da doação de máquinas

⁸⁴ Segundo o relatório do Presidente da Província de 1887, a Guarda Nacional da Província era composta por 32 comandos superiores, nas seguintes localidades: Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Alegrete, Uruguaiana, São Gabriel, Rio dos Sinos, Passo Fundo, Piratini, Bagé, Cachoeira, Caçapava, Itaqui, São Leopoldo, Taquari, São João do Caí, Jaguarão, Triunfo, Nossa Senhora da Oliveira, Encruzilhada, Camaquã, Santa Maria da Boca do Monte, Livramento, Cruz Alta, Santo Ângelo, Rio Pardo, São Borja, Dom Pedrito, Viamão, Soledade e Santa Cristina do Pinhal. E em Rio Grande, desde 1885, quem exercia o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional era o Tenente Coronel Antônio Chaves Campello.

para a Escola e uma quantia em dinheiro no valor de dois contos de réis. No ano de 1908, adicionou mais um item ao seu já extenso currículo, cônsul da Bélgica em Rio Grande.

À época do falecimento de Ricardina Maria de Sá Campello, esposa de Antônio, o casal possuía alguns imóveis, dez ações da Rheingantz & Cia, quatro da Cia Carris Urbanos, cinco de Seguros rio-grandense, uma apólice da Câmara Municipal e uma ação do Prado rio-grandense (BOSEMBECKER, 2017). Provavelmente, após o falecimento da esposa e da realização do inventário, em 1888, o patrimônio de Chaves Campello deva ter aumentado consideravelmente, uma vez que ele viveu mais de 30 anos após o óbito da esposa. Sobre a composição do patrimônio do coronel Antônio Chaves no ano de 1924 nos faltam informações, uma vez que o inventário e ou testamento, caso tenham sido feitos, não estão disponíveis para a pesquisa. Mas, ainda assim, conclui-se que Chaves Campello era oriundo de uma família tradicional e de posses e que fora exitoso na carreira política local e ainda mais nos negócios. Pode-se dizer, com convicção, que Campello pertencia à elite econômica, política e caritativa de Rio Grande.

O penúltimo nome da lista é Joaquim José Inácio (Figura 25). Militar, irmão e benfeitor da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Joaquim Inácio nasceu em 30 de julho de 1808, em Lisboa. Seus pais eram José Victorino de Barros e Maria Isabel de Barros. Foi casado com Maria José de Sousa Mariz Sarmiento, o casal teve sete filhos. Joaquim Inácio faleceu no dia 08 de março de 1869, aos 60 anos, no Rio de Janeiro.



Figura 25 – Joaquim José Inácio – Óleo sobre tela.

Fonte: Pesquisador, 2024, Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

O retrato é datado de 1844, anterior ao seu falecimento. Como Rio Grande fora o principal reduto das tropas imperiais na guerra dos farrapos, possivelmente o quadro foi uma homenagem da mesa administrativa a Joaquim Inácio, na época, capitão de

fragata da armada imperial, por defender a cidade contra os invasores. Além de benfeitor, Inácio foi irmão da Santa Casa, e, além do reconhecimento público pela defesa da cidade, tudo leva a crer que ele foi atuante junto à instituição enquanto esteve em Rio Grande a serviço do Império.

O quadro de Joaquim José Inácio apresenta a técnica de óleo sobre tela e não há assinatura do artista. Ele é retratado em posicionamento frontal ereto. Ele está pousando envergando o seu fardamento militar (casaca com doze botões), sobre os ombros estão aplicadas as placas compostas de dragonas prateadas. Os botões da casaca parecem exibir iconografia da Coroa Brasileira. Em relação ao observador, o retratado segura, na mão direita, um chapéu, e, sua mão esquerda está estendida, junto ao corpo. No peito, à direita do observador, há duas medalhas honoríficas. Na parte inferior da tela, há a seguinte inscrição: “Irmão e Benfeitor desta Santa Casa, Joaquim José Inácio, cavaleiro da ordem de Cristo e capitão de fragata da armada imperial, ano 1844”.

Após a independência do Brasil em 1822, Inácio alistou-se na Marinha. No início de sua carreira, durante a segunda metade da década de 1820, atuou no combate às rebeliões separatistas. Na segunda metade da década de 1830, esteve em ação durante a Sabinada, posteriormente atuou na Guerra dos Farrapos, de 1840 até 1844. Nos quatro anos que viveu em Rio Grande, a serviço do Império do Brasil, também encontrou tempo para servir à Misericórdia local, como irmão. A dedicação pela instituição Misericórdia parece ter acompanhado Inácio por todos os momentos de sua vida, pois ele também exerceu o cargo de provedor interino da Misericórdia do Rio de Janeiro.

Na década de 1850, Joaquim Inácio atuou em diversos cargos burocráticos. Ingressou na política em 1861, como membro do partido conservador. Tornou-se membro do gabinete e recebeu o cargo de ministro da Marinha. Inácio também se tornou a primeira pessoa a ocupar o cargo de Ministro da Agricultura, ainda que de forma efêmera. No final de 1866, ele foi nomeado comandante-em-chefe da frota envolvida na Guerra do Paraguai. Durante o combate, alcançou o posto de almirante, o mais elevado da armada brasileira. Ainda foi agraciado com um título de nobreza, acabou investido de barão a visconde de Inhaúma. Em 1868, foi eleito para a câmara baixa do Legislativo nacional, porém nunca assumiu o cargo.

Não temos informações sobre o capital e os bens que o visconde de Inhaúma possuía no momento de seu falecimento, todavia, considerando as posições militares e políticas que ocupou, devia estar em uma posição financeira confortável. Joaquim Inácio alcançou sucesso na carreira militar e política no período imperial do Brasil e não somente integrou às elites militares do Brasil, como também as caritativas. Como o exemplo do Visconde de Inhaúma, reforçamos uma vez mais que a caridade era extremamente importante e valorizada pelos sujeitos que pertenciam aos grupos considerados como elites.

Por último, para completar a seleta lista dos onze benfeitores, há José de Araújo Ribeiro – Visconde de Rio Grande - (Figura nº 26). Advogado que nasceu em 20 de julho de 1800 em Porto Alegre, RS, e faleceu em 25 de julho de 1879, no Rio de Janeiro, RJ. Filho de José Antônio de Araújo Ribeiro e de Rosaura Maria da Pureza Alves de Azambuja. Estudou na Universidade de Coimbra, foi diplomata a serviço do império brasileiro em Nápoles, Paris e nos Estados Unidos da América. Ele atuou também como enviado extraordinário na Inglaterra, Portugal e França. Ainda foi deputado-geral, pelo Rio Grande do Sul e presidente das províncias de Minas Gerais (1833) e do Rio Grande do Sul (1836). Por carta Imperial de 29/11/1849, foi nomeado senador pelo Rio Grande do Sul. Em 30/11/1866, foi agraciado com o título de barão com grandeza do Rio Grande, sendo elevado a visconde com as mesmas honras, em 28/10/1874. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro honorário da Academia Imperial das Belas-Artes e benfeitor das Santas Casas de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, onde é considerado o 2º benfeitor da instituição.



Figura 26 – José de Araújo Ribeiro – Óleo sobre tela.

Fonte: Pesquisador, 2024, Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

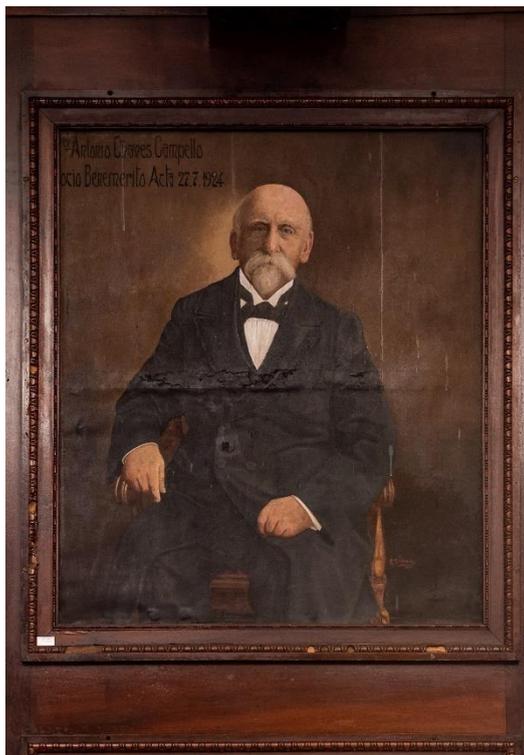
Na tela, do advogado e político José de Araújo Ribeiro não há assinatura do artista que a produziu. O retratado está sentado em uma cadeira, posicionamento frontal, levemente inclinado para a direita do observador. O olhar do retratado

transmite serenidade. Ribeiro foi representado com seu braço esquerdo apoiado sobre um móvel e seu braço direito repousa sobre sua perna. O retratado está usando um casaco preto, fechado, e uma camisa branca, acompanhada por uma gravata estilo “borboleta”.

O Visconde de Rio Grande fazia parte da elite rio-grandense, pertencia a uma família tradicional e de posses. Durante a guerra do Paraguai, Ribeiro ajudou o Império Brasileiro com aproximadamente cinquenta contos de réis, valor que demonstrava o quão rico ele era. Ribeiro fora descrito como um homem bastante altruísta, “um cidadão digno de respeito e veneração pela prática constante de todas as virtudes públicas e privadas”. Monarquista, Ribeiro ocupou vários cargos durante o Império, no tempo em que esteve à frente da província do Rio Grande do Sul, buscou a pacificação e o término da Revolução Farroupilha, porém, ficou pouco tempo no cargo e a Revolução acabou se estendendo até o ano de 1845. Possivelmente, a identificação com a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande tenha surgido no período em que residiu em Rio Grande, em virtude dos conflitos de guerra e da ocupação de Porto Alegre pelas tropas revolucionárias.

O fato do Visconde de Rio Grande ter um retrato seu no salão de honra da Santa Casa de Rio Grande deve ter sido motivado pelos relevantes serviços prestados em defesa da Monarquia e a favor das tropas legalistas, pois a elite de Rio Grande compartilhava de igual posicionamento político; outro motivo que se deve considerar é o título de benfeitor, o Visconde foi a segunda pessoa a receber tal honraria, somente atrás do fundador, Rodrigo Fernandes Duarte e não se pode deixar de mencionar que Ribeiro deixou legado testamentário em favor da Misericórdia de Rio Grande. Talvez a tela que se encontra no salão de honra da Santa Casa tenha sido encomendada somente após a sua morte, não se sabe a data, pois não foram encontradas referências na obra e nem em outros documentos.

A seguir, apresenta-se um mosaico (Figura nº 27), constando a imagem de todos os onze benfeitores apresentados e analisados, assim, o leitor poderá ter uma visão geral de todos os quadros analisados. Dos onze benfeitores, seis foram também provedores da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Entre os provedores, o que mais tempo ocupou o cargo foi o Coronel José Maria da Cunha Silveira, tendo ficado a frente da instituição por seis anos consecutivos (1876-1882). Entre os onze benfeitores, há uma única mulher, Leonor Maria Correa, esposa de Domingos Faustino Correa, ambos muito caridosos para com a Misericórdia de Rio Grande.



Antônio Chaves Campello
Provedor (1884-1888)



Joaquim José Inácio
Benfeitor



Antônio José Afonso Guimarães
Provedor (1836)



José Maria da Cunha Silveira
Provedor (1876-1882)



Antônio Martins de Freitas
Benfeitor



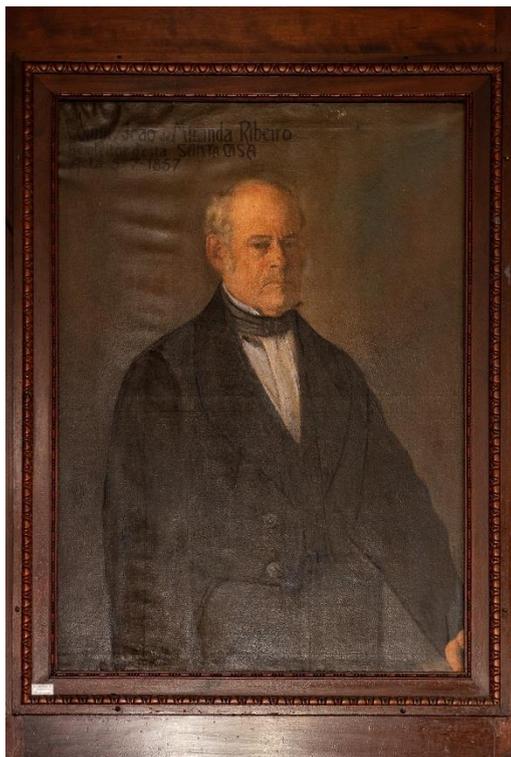
Leonor Maria Correa
Benfeitora



Florêncio José Cosme dos Reis
Provedor (1851-1854)



Porfírio Ferreira Nunes
Provedor (1851-1861)



João de Miranda Ribeiro
Provedor (1854-1857)



Rodrigo Fernandes Duarte
Benfeitor



José de Araújo Ribeiro (Visconde de Rio Grande)
Benfeitor

Figura 27 – Mosaico com os onze benfeitores analisados.
Fonte: Pesquisador, 2024.

No salão de honra da Santa Casa de Rio Grande, há dois quadros que se destacam pelas dimensões e pela localização, um deles é o retrato do fundador, Rodrigo Fernandes Duarte e o outro é o retrato do imperador do Brasil, D. Pedro II (Figura 28). O quadro de D. Pedro fora colocado em 1846, após o fim da Revolução Farroupilha e após ele ter visitado Rio Grande. Anos mais tarde, houve uma segunda visita do imperador D. Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina. Na ocasião da primeira visita, eles fizeram uma doação de Rs. 11:200\$000 para ajudar na construção do edifício que hoje segue sendo a sede do hospital Santa Casa de Rio Grande.



Figura 28 – D. Pedro II – Óleo sobre tela.

Fonte: Pesquisador, 2024, Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

A presença do quadro do Imperador era comum nas Misericórdias, na Santa Casa de Pelotas também há um quadro, mas ao contrário de Rio Grande, representa o Imperador mais velho. Segundo Eltz, “a confecção de retratos oficiais e sua difusão promoveram a personificação do imperador nas províncias, de modo a preencher a

ausência física deste por meio da imagem.” (ELTZ, 2019, p. 60). A colocação do quadro do Imperador nos salões de honra das Misericórdias remete a ideia da oficialidade do Império dentro do regramento social proposto por uma Misericórdia.

A fotografia do quadro do imperador não permite descrever a tela com a precisão adequada, em virtude da distância que a imagem foi capturada e da luminosidade, a imagem do quadro de D. Pedro II não está nítida, ainda assim, faz-se uma descrição da imagem.

O retrato é ilustrado através da técnica óleo sobre tela e foi encomendado pela Mesa Administrativa no ano de 1846 e exposto no Salão de Honra da Santa Casa de Misericórdia. Não há informação sobre o retratista. D. Pedro II é representado imgeticamente em três-quartos e posicionamento frontal ereto. O imperador posa envergando ao que parece ser, seu fardamento militar, com casaca e canhões das mangas dourados. Exibe elementos e insígnias relacionadas ao título de imperador do Brasil. A mão direita (ponto do observador) segura uma espada.

D. Pedro II é representado jovem, visto que, em 1846, ele tinha apenas 21 anos. Repousa sobre a mesa um documento e sobre o documento está a mão esquerda (ponto do observador) do imperador. Abaixo do quadro, verifica-se a homenagem da Mesa Administrativa: “D. Pedro II, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, benfeitor 1846”.

Os benfeitores retratados, o grupo dos onze da Misericórdia de Rio Grande, eram indivíduos com prestígio em determinados nichos da sociedade rio-grandina e eram ativos nas pautas sociais e políticas do período. Pode-se dizer que pertenciam à elite local. Vejamos abaixo o perfil econômico dos onze benfeitores analisados neste subcapítulo.

Tabela 8 – Perfil sócio-ocupacional dos benfeitores da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

Categorias Socioprofissionais	Nº Benfeitores	Percentual %
Comerciantes	4	10,3
Militares	2	5,1
Charqueadores	1	2,6
Proprietários	1	2,6
Inspetores	1	2,6
Capitalistas	1	2,6
Profissionais Liberais	1	2,6
Total (Conhecidos)	11	28,2
Desconhecidos/Indeterminados	28	71,8

Total	39	100
-------	----	-----

Fonte: AHSCRG, 2024.

A Tabela acima é formada por 39 benfeitores, para esta pesquisa, foram considerados benfeitores somente aqueles que possuíam um quadro no Salão de Honra da Misericórdia de Rio Grande. O recorte temporal não foi considerado, uma vez que, a maioria dos quadros não possuía data. Dos 39 benfeitores com quadro, nós foi identificada a ocupação de 11, justamente aqueles que compõe o grupo de sujeitos analisados nesse subcapítulo. Embora esses 11 benfeitores correspondam a um total de 28,2 % somente, ainda assim, pode-se ter uma amostragem válida das profissões que predominavam entre os benfeitores da Misericórdia de Rio Grande. Os dados disponíveis evidenciam um claro domínio dos comerciantes, seguidos pelos militares, o que comprova assim as duas principais características da cidade de Rio Grande no período, cidade militar, em virtude de sua localização geográfica e comercial devido ao Porto. A elite caritativa da Santa Casa era também a elite comercial e militar, mas, havia espaço para os capitalistas, charqueadores, proprietários, profissionais liberais e inspetores, conforme destacado pela Tabela. Todos os dez benfeitores possuíam ocupações de destaque no cenário local, regional e até nacional, em alguns casos. Pela amostragem, não havia espaços para pessoas mais simples entrarem no panteão da caridade, local extremamente importante pelo prestígio e pela possibilidade de ficar eternizado, através de um retrato.

A próxima tabela é composta de todos os benfeitores identificados pelo periódico *Diário do Rio Grande* até meados de 1898. Estes nomes tiveram a honraria de ter um quadro seu no salão de honra da Misericórdia, nessa tabela constam alguns nomes já mencionados e outros cujos quadros não foram possíveis identificar, pela falta do nome junto a tela.

Tabela 9 – Relação dos benfeitores da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1835 a 1898).

Nome	Ocupação / Cargo Político
Rodrigo Fernandes Duarte	Comerciante / Vereador

Saturnino de Souza e Oliveira	Advogado / Presidente da Província do Rio Grande do Sul
Joaquim José Ignacio	Militar / Ministro
D. Pedro II	II Imperador do Brasil
José Rodrigues dos Santos	-
Antônio José Afonso Guimarães	Comerciante / Vereador
Manoel José Barreiros	Comerciante
João de Miranda Ribeiro	Comerciante / Vereador
Florêncio José Cosme dos Reis	Inspetor / Vereador
Porfírio Ferreira Nunes	Comerciante / Vereador
Joaquim Francisco Garcia	-
Joaquim Martins de Freitas	-
Leonor Maria Correa	Proprietária
Domingos Faustino Correa	Comerciante e Proprietário
José de Araújo Ribeiro	Advogado / Senador

Fonte: *Diário do Rio Grande* – 15/08/1898

Como já mencionado anteriormente, o salão de honra da Santa Casa de Rio Grande dispõe de 39 quadros atualmente, porém, na lista acima, só há o nome de 15 benfeitores, uma vez que a lista contempla somente os homenageados até a data de 15/08/1898, quando fora publicado a notícia no jornal *Diário do Rio Grande*. Ainda assim, é uma amostragem válida.

A identidade que a elite rio-grandina buscava formar e reforçar ao praticar a caridade, possivelmente esteja relacionada à ideia religiosa de salvação da alma; mas, para além do campo espiritual, havemos de pensar no plano terreno, uma identidade de benfeitor, de grande doador, sugere poder perante os seus pares e para o restante da sociedade. Utilizar-se de uma identidade caritativa, conferiria ao portador uma imagem de maior prestígio social e certamente notabilidade já que eram tão importantes aos olhos das elites quanto a riqueza e o poder político.

Bronislaw Geremek (1995) faz uma reflexão bastante interessante sobre as várias motivações para a prática da caridade. O autor cita como exemplo a esmola concedida a um mendigo, expondo que

A esmola concedida a um mendigo que exhibe a sua enfermidade e miséria pode ser inspirada simultaneamente pela piedade (uma emoção simultânea), por uma profunda compaixão ante a pobreza e pela esperança de uma recompensa no plano escatológico. Da mesma forma, a atividade filantrópica, traduzindo o desejo humanitário de socorrer outrem, permite que o benfeitor mostre a sua riqueza e afirme publicamente o seu prestígio social. A caridade é pois um sentimento, e um comportamento, deveras complexo. (GEREMEK, 1995, p.289-290). (grifos meus).

O que Geremek (1995) escreveu pode ser aplicado para este trabalho. Ainda que o autor não tenha se referido diretamente à caridade praticada pelos benfeitores das Misericórdias, não se pode desprezar sua análise. Na opinião da presente tese, as ações realizadas pelos benfeitores da Misericórdia de Rio Grande em prol dos mais necessitados alinham-se diretamente com as colocações do autor polonês.

É possível concluir que os retratos eram concedidos a pessoas que praticavam grandes ações em prol da Misericórdia de Rio Grande, conforme se verificou nas fontes primárias. Os retratos que integram o salão de honra do referido estabelecimento assistencial eram uma representação dos sujeitos caritativos, sendo em todos os casos observados, retratados de forma frontal, bem-vestidos e com a expressão facial séria.

Possivelmente, o padrão dos salões de honra do século XIX, de outras Misericórdias espalhadas pelo Brasil não diverge muito da Misericórdia de Rio Grande, assim é em Pelotas, onde as telas de muitos benfeitores apresentam as seguintes características, observadas também em Rio Grande: os retratados estão representados de frente para o observador, a meio corpo, em algumas telas é possível observar condecorações, títulos nobiliárquicos, profissão, entre outros, denotando a importância social dos representados.

Na Misericórdia do Porto, em Portugal, uma das mais antigas instituições do gênero em funcionamento atualmente, há uma similaridade importante com o salão de honra da Misericórdia de Rio Grande, demonstrando que a instituição rio-grandina seguiu o padrão de instituições congêneres do Brasil e de Portugal. Faz-se importante ressaltar uma vez mais que Rodrigo Fernandes Duarte, o fundador da Santa Casa de Rio Grande era natural da região do Porto, de onde vieram outros tantos imigrantes, fazendo de Rio Grande uma das cidades mais “portuguesas” ao sul do Brasil. Além

da forte presença portuguesa em Rio Grande, há de se ressaltar outra característica em comum entre a cidade do Porto e Rio Grande, ambas são cidades portuárias com fluxo marítimo significativo. Em virtude dessas semelhanças, acredita-se ser interessante para a pesquisa em questão trazer alguns exemplos de telas alocadas no Museu da Misericórdia do Porto, o primeiro quadro que apresentaremos é de Vicente José de Sousa Magalhães.



Figura 29 – Vicente José de Souza Guimarães – Óleo sobre tela.
Fonte: Museu e Igreja da Misericórdia do Porto.

Ainda que a tela em questão seja do século XVIII, percebe-se semelhanças com os quadros do salão de honra da Misericórdia de Rio Grande, como, por exemplo a posição frontal, o olhar direto para o observador e a presença de um símbolo, indicando o pertencimento a algum grupo específico. A tela de Vicente Guimarães possui as seguintes características imagéticas, descritas no site do Museu da Misericórdia do Porto: “O benfeitor retratado apresenta-se de uma forma rígida, salientando-se o seu olhar penetrante como se nos estivesse a observar. Exibe a cruz de Cristo, indicando-nos que era cavaleiro desta Ordem”. A tela foi pintada por João Ströberlle Glama (1708-1792), pintor e arquiteto de origem alemã que viveu na cidade do Porto.

O desembargador Vicente Guimarães era irmão de primeira condição da Misericórdia do Porto, tendo ocupado, em 1765, o cargo de conselheiro da mesa. Conforme seu testamento, deixou para a Misericórdia do Porto quatrocentos mil reis e após a sua morte, as seis escravas que possuía foram consideradas livres, condição semelhante a encontrada no inventário da rio-grandina Leonor Maria Correa que havia declarado que após a sua morte fossem considerados livres todos os escravos que ela e seu marido possuíam. Vicente Guimarães faleceu em 21 de junho de 1785 e foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

A próxima tela apresentada é do benfeitor e capitalista Manuel José Rodrigues Semide.

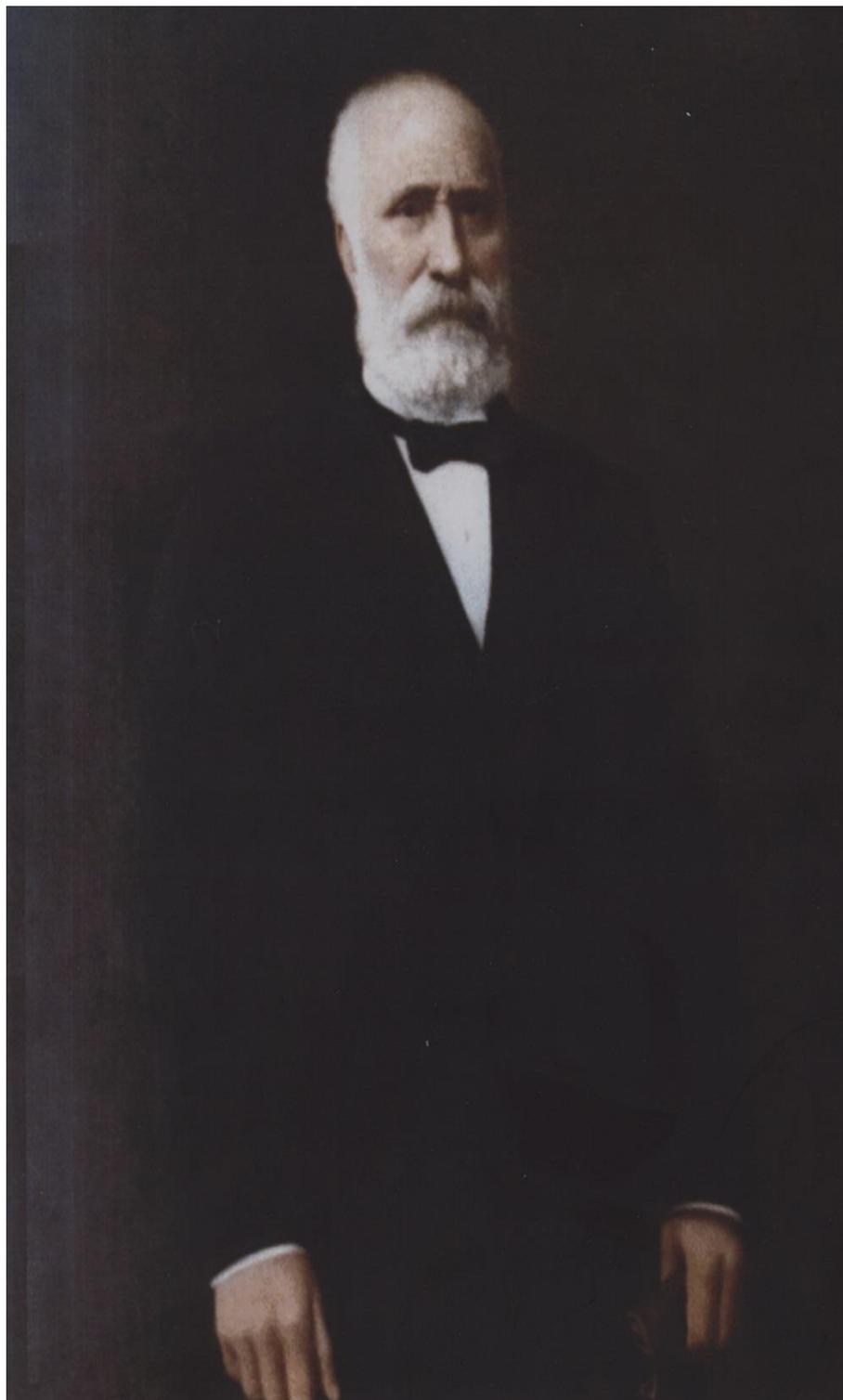


Figura 30 – Manuel José Rodrigues Semide – Óleo sobre tela.
Fonte: Museu e Igreja da Misericórdia do Porto.

A autoria da tela é do portuense Joaquim Vitorino Ribeiro (1849-1928). Manuel Semide é retratado a meio corpo, em pé, posicionamento frontal, com as duas mãos junto ao corpo, ele está trajando camisa branca, casaco escuro, acompanhado por gravata. O ambiente ao fundo é fechado. Nesse quadro, observa-se mais uma vez

traços em comum em relação aos quadros alocados no Salão de Honra da Santa Casa de Rio Grande, como, por exemplo, a austeridade e a seriedade demonstradas pelo ambiente ao fundo, cores discretas e expressão facial do retratado.

Manuel José Rodrigues Semide nasceu em 24 de abril de 1815, fora proprietário e capitalista, tendo conquistado a sua fortuna no Brasil, onde tinha diversos bens na Bahia e no Rio de Janeiro.

No seu testamento deixou vários legados para a Santa Casa da Misericórdia do Porto: um conto de reis em inscrições ao Recolhimento de Órfãos de Nossa Senhora da Esperança (atual Colégio de Nossa Senhora da Esperança), cujo rendimento seria aplicado no vestuário das meninas pobres; duzentos mil reis ao Hospital de Lázaras e Lázaras; cinco contos de reis em inscrições ao Asilo do Barão de Nova Sintra (atual Colégio Barão de Nova Sintra), cujo rendimento seria aplicado no custeio da escola agrícola; quinhentos mil reis ao Instituto de Surdos-Mudos Araújo Porto. Rodrigues Semide faleceu no Porto, na data de 16 de setembro de 1910, tendo sido sepultado no cemitério da Irmandade da Lapa, no jazigo de Joaquim Pinto Ribeiro, seu sogro.

Tendo-se apresentado e traçado um perfil dos benfeitores da Misericórdia de Rio Grande, faz-se necessário adentrar em uma discussão teórica sobre a definição de doador de uma instituição assistencial, no caso analisado, de uma Santa Casa de Misericórdia. Para tanto, utiliza-se o conceito de Sá (2018) que diz que o doador é aquele que oferece algo à confraria, ainda que se considere que essa definição seja simplista, não há argumentos que digam que ela é incorreta. O doador da Misericórdia podia ser um simples sujeito que destinava algum gênero alimentício para a instituição, até alguém que se desfazia de quantias elevadas de dinheiro, e após a sua morte, deixava legados valiosos à Misericórdia. Com efeito, não se deve esquecer aqueles que doavam o seu tempo, os seus serviços em favor da Santa Casa, normalmente os irmãos que faziam parte da mesa diretiva.

Como bem aponta Sá (2018), no seu livro sobre os doadores da Misericórdia do Porto nos séculos XVI-XVII, é importante definir qual o grupo de doadores analisados na pesquisa. Neste trabalho de pesquisa, em que o objeto principal é a Misericórdia de Rio Grande no período de 1835 a 1909, o grupo de doadores investigados foi composto pelos indivíduos que receberam a distinção de benfeitor, seja pelo trabalho em prol da Misericórdia ou seja através de doações expressivas, tanto em dinheiro quanto em imóveis.

Muito comum era a doação mediante alguns desejos pós-morte, o principal era o pedido de missas, como verifica-se nos exemplos trazidos por Sá (2018), o primeiro, datado de 1555 é o da viúva Marta Fernandes, que em vida fez a doação de metade de algumas casas à Misericórdia. Em troca, ela pedia cinco missas anuais, para sempre, sem prazo determinado. Já o segundo exemplo é datado de 1573, em que um casal doa à Misericórdia um imóvel rural e em troca pede doze missas e uma cantada, todos os anos e para sempre (SÁ, 2018). Esse tipo de doação parece ter acontecido em todos os locais onde a Misericórdia se fez presente. Em Rio Grande, tem-se o exemplo de Rodrigo Fernandes Duarte que não medira esforços em favor da caridade e em favor da instituição que poucos anos mais tarde viria a se chamar Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Duarte, além dos valiosos serviços prestados à instituição, deixou para ela todos os bens imóveis. Entre as observações e pedidos registrados no testamento de Rodrigo Duarte verifica-se o pedido de uma missa após a sua morte, “a cuja assistirão vinte a quatro pobres de ambos os sexos e se lhe dará quatro mil R\$ cada um para que encomendem minha alma ao Criador.” (Sá, 2018).

De acordo com Sá (2018), os tipos de bem mais frequente nas doações e heranças destinados à Confraria foram os bens de raiz, em alguns casos, acompanhados por dinheiro. Embora o fundador da Santa Casa de Rio Grande não fosse membro do clero, diversas fontes o descrevem como muito caridoso e extremamente religioso, sendo possível a comparação entre Duarte e os eclesiásticos da Misericórdia do Porto, que pensavam que as obras de caridade ajudavam a salvação da alma. Além de deixar os seus bens para a confraria, eles preocupavam-se em deixar para outras obras de caridade, talvez porque eram mais conscientes das necessidades da população e por não terem herdeiros a quem deixar os seus bens, condições compartilhadas por Rodrigo Duarte.

3.2 A Imagem Pública: a participação política e econômica dos irmãos de caridade em Rio Grande

Para a pesquisa em questão, foram consultados 20 testamentos de pessoas conectadas à Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, um trabalho que exigiu tempo e investimento financeiro, tanto nos deslocamentos até Porto Alegre, sede do

Arquivo Público do Rio Grande do Sul, quanto na análise dos referidos documentos. O número de testamentos consultados poderia ter sido maior, porém não foram localizados todos os testamentos que se pretendia analisar, e ainda que fossem localizados, não haveria tempo disponível para análise desse volume documental. Assim sendo, resolveu-se criar uma tabela simplificada com dados básicos sobre o testador e conferir se ele deixou ou não algum legado para a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

Tabela 10 – Testamentos consultados

Testador	Naturalidade		Estado Civil	Ocupação	Herdeiros (Filhos)	Conexão com a Santa Casa de Rio Grande	Legado para a Santa Casa de Rio Grande	Legado para outras instituições de caridade
José Joaquim Gonçalves	Portugal		Casado	Proprietário	Não	Irmão e membro da Mesa	Não	Sim
José Joaquim Candido de Macedo	Pernambuco		Casado	Possuía o título de coronel	Não	Irmão e membro da Mesa	Não	Não
José de Souza Gomes	Portugal		Casado	-	Não	Provedor (1847-1850)	Não	Não
Antônio Teixeira de Magalhães	Porto - Portugal		Casado	-	Não	Provedor (1850-1851)	Não	Não
Antônio José Ribeiro Guimarães	Portugal		Casado	-	Sim	Irmão e membro da Mesa ⁸⁵	Não	Não
Antônio José da Rocha	Portugal		Viúvo	-	Sim	Irmão e membro da Mesa	Sim	Sim

⁸⁵ AHSCRG. Livro n. 1 de Atas da Mesa da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, 1855.

João de Miranda Ribeiro	Portugal		Casado	Comerciante	Sim	Provedor (1854-1857) e benfeitor	Sim	Sim
Leonor Maria Corrêa	Rio Grande - RS		Casada	Esposa do Comendador Faustino Corrêa	Não	Benfeitora	Sim	Não
Antônio Martins de Freitas	Rio Grande - RS		Solteiro	Charqueador	Não	Benfeitor	Sim	Sim
Florêncio José Cosme dos Reis	Rio Grande - RS		Viúvo	Inspetor / Subdelegado	Não	Provedor (1851 - 1854) e benfeitor	Não	Não
José Maria da Cunha Silveira	São José do Norte - RS		Viúvo	Coronel (Guarda Nacional)	Não	Provedor (1876 - 1882) e benfeitor	Sim	Sim
Rodrigo Fernandes Duarte	Porto - Portugal		Solteiro	Comerciante	Não	Fundador e benfeitor	Sim	Não
Marinha Pereira dos Santos	Rio Grande do Sul		Casada	Esposa de Cândido dos Santos Xavier (Irmão e Procurador da Misericórdia)	Não	Casada com Irmão da Misericórdia.	Não	Não
Francisco Jacintho de Medeiros	Rio Grande - RS		Solteiro	-	Sim	Irmão e Procurador	Não	Não
Domingos Alves de Carvalho	Bahia		Casado	-	Sim	Irmão e Mordomo	Não	Não
José Soares Vianna	Portugal		Casado	-	Sim	Irmão e membro do conselho	Não	Sim

Raymundo Martins de Oliveira	-		Viúvo	Proprietário	Não	Irmão	Não	Sim
Virgilino José da Porciúncula	Jaguarão - RS		Casado	Major	Sim	Irmão e membro da Mesa	Não	Não
Thomé Rodrigues Vasques	Rio Grande - RS		Casado	Major	Sim	Irmão e Procurador	Não	Não
Bazilio Gonçalves Bastos	Portugal		Viúvo	-	Não	Irmão	Não	Sim

Fonte: (APERS).

Em relação aos legados deixados pelos benfeitores, o primeiro caso encontrado, cujo nome consta na tabela acima, refere-se ao fundador da Misericórdia, Rodrigo Fernandes Duarte. De acordo com o relatório do Provedor Porfírio Ferreira, datado de 1861, o primeiro legado recebido pela Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande se tratava dos bens imóveis e móveis deixados pelo seu fundador, Rodrigo Fernandes Duarte. Em contrapartida, Rodrigo teria exigido que a Misericórdia concedesse esmola para três cegos, prática que ainda estava sendo realizada em 1861, 24 anos após o seu falecimento. Os bens imóveis de Duarte eram compostos de dois sobrados, localizados na Rua Direita e outro sobrado localizado na Rua da Caridade, sem do que este fora doado por Rodrigo Duarte no momento da fundação da Santa Casa e serviu de sede do hospital até a mudança para o prédio atual, ocorrida no começo da década de 1870.

Rodrigo, além de exigir a concessão de esmola para três cegos também solicitou à Misericórdia que lhe fosse concedida uma pensão de 32\$000 réis enquanto ele vivesse. No testamento de Rodrigo Duarte, encontrou-se informações de que a Santa Casa seria a destinatária dos dois escravos que ele possuía, João e Antônio. O documento também menciona três agregadas, cujos nomes eram: Joaquina, Juliana e Ana. Essas moças deveriam ser muito bem assistidas pela Santa Casa, incluindo o recebimento de quatro vinténs por dia para o seu sustento, bem como um local para ficarem. A Santa Casa de Misericórdia ainda ficou incumbida de assistir a viúva Maria Ramos, pessoa com pouquíssimas condições financeiras e que era próxima de Rodrigo Duarte. A Santa Casa deveria lhe conceder meia pataca por dia. Por último,

apesar da dificuldade de compreensão do testamento, em virtude da ação do tempo, o texto parece indicar que Duarte queria que fosse rezada apenas uma missa pela sua alma. Nessa missa, deveriam estar presentes vinte e quatro pobres de ambos os sexos e estes receberiam quatro mil réis cada um pela encomenda da alma de Rodrigo.

Os outros nomes listados na tabela acima, com exceção de Leonor Corrêa, não deixaram legados tão expressivos para a Santa Casa de Rio Grande, alguns se quer deixaram legados e outros não incluíram a Santa Casa como recebedora de doações, mas sim outras instituições de assistência, como foi o caso de José Joaquim Gonçalves que entre suas últimas vontades deixou como legado 100 mil réis para a Beneficência Portuguesa e Asilo dos Mendigos, instituições localizadas na cidade de Rio Grande.

Encontrou-se casos semelhantes ao de José Gonçalves, nos quais, a Santa Casa não constava como destinatária de legados e, sim, outras instituições de assistência e igrejas. José Soares Vianna, que era irmão da Misericórdia e em determinado momento integrou a junta conselheira da instituição, escolheu outras instituições para deixar legados. Para as Igrejas Nossa Senhora da Conceição, Bom Fim e Igreja da Freguesia de São Pedro (Portugal), ele deixou duzentos mil réis para cada uma, para o Hospital da Beneficência Portuguesa, duzentos mil réis, igual valor deixou para o Asilo de Mendigos da cidade. Vianna também solicitou que fossem rezadas dez missas, em favor de sua alma e de seus falecidos pais e irmãos, para tanto, deixou como esmola o valor de seiscentos réis por cada missa.

Outro irmão da Misericórdia que deixou legados para instituições de assistência de Rio Grande foi Raymundo Martins de Oliveira. Ele legou dois contos de réis para o Hospital da Beneficência Portuguesa, quinhentos mil réis para o Asilo Coração de Maria e cinco contos de réis para o Hospital do Carmo⁸⁶, que somente poderiam ser gastos com enfermos que viessem a solicitar atendimento no referido hospital. Abaixo, apresenta-se a transcrição de parte do testamento de Raymundo Oliveira.

Deixo ao Hospital do Carmo desta Cidade Cinco Contos de reis para serem convertidos em [...] da dívida Pública intransferível para somente poderem

⁸⁶ Conforme informações do Museu da Cidade do Rio Grande, o Hospital do Carmo pertenceu a V. Ordem Terceira do Carmo e esteve localizado na Rua Uruguaiana, atual Avenida Silva Paes. A instituição era pública e começou a funcionar por volta do ano de 1872 em uma pequena casa, porém, devido a quantidade de pessoas que procuravam o estabelecimento, em 1º de fevereiro de 1880, foi inaugurado o novo prédio, com capacidade para atender mais pacientes.

gastar os rendimentos com os enfermos que a ele recorrer e que [...] usem do auxílio do Hospital não podendo a Mesa administrá-la nem em conjunto dispor deste legado para outro fim sob [...] sem nenhum efeito o voltar para meus legítimos herdeiros com direito de propriedade. Ao Pardo Manoel dos Reis criado em minha Casa Quatro Contos de reis que serão recolhidos a Caixa dos Órfãos durante sua maioridade que somente poderá gastar o rendimento, Ficará de nenhum efeito este legado se lhe se retirar de minha Casa e procure outro rumo contra minha vontade e mesmo depois de sua maioridade ficará de nenhum efeito se ele não tiver emprego honesto e que se porte mal e que viva na Ociosidade logo assim voltará para meus legítimos herdeiros [...] A Sociedade Portuguesa de Beneficência desta Cidade Dois Contos de reis Valor de uma Hipoteca que tenho no Sobrado a rua Benjamin Constant no caso de já haver Resgatado antes do meu falecimento receberá igual valor do monte mor; Ao Asilo do Coração de Maria desta Cidade Quinhentos mil reis. (Testamento de Raymundo Martins de Oliveira, n. 2660, Rio Grande, 1º cartório de órfãos e provedoria. 1906 (APERS). (A grafia está atualizada). (grifos próprios).

Além das instituições beneficiadas, chama a atenção o significativo valor deixado para Manoel dos Reis, porém, esse valor só seria acessado mediante algumas condições descritas no testamento. Não se sabe qual era a relação do beneficiário com o testador, ou quais as circunstâncias que motivaram Oliveira a deixar um valor tão expressivo para Manoel dos Reis. Com efeito, faz-se importante que, na época da assinatura do testamento (27/01/1898), fazia somente dez anos que a escravidão havia sido abolida de forma oficial no Brasil e que muitas relações de trabalho ainda possuíam características escravocratas.

O último caso analisado, nos quais outras instituições de assistência foram contempladas com legados, refere-se ao testamento de Bazílio Gonçalves Bastos, que foi irmão da Misericórdia. Ele deixou para o Asilo de Pobres da cidade de Rio Grande, duzentos mil réis e para a Sociedade de Beneficência Portuguesa, igual valor. Também deixou cinquenta mil réis para dez viúvas pobres, sendo que cada uma receberia este valor.

Dos vinte testamentos analisados, em quatro não foram encontrados legados para a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, porém, encontrou-se para igrejas e outras instituições de assistência. Ainda que estes sujeitos tenham sido irmãos da Misericórdia, nenhum deles foi provedor ou benfeitor, e possivelmente estes indivíduos também tenham atuado naquelas instituições que deixaram legados e talvez tenham atuado de forma mais intensa do que na Santa Casa, isso poderia justificar a decisão de deixar legados para instituições como o Hospital do Carmo, Asilo de Mendigos e Beneficência Portuguesa. Aliás, essa última instituição aparece

como legatária em todos os quatro testamentos, nada incomum, pois pelo menos três dos quatro indivíduos que deixaram bens para a Beneficência, nasceram em Portugal, logo, há conexão com o Hospital, cujos sócios eram predominantemente formados por portugueses. Conforme Larissa Chaves (2008), as Sociedades de Beneficência tinham como “objetivo prestar assistência aos sócios portugueses na enfermidade, na necessidade educacional e na morte” (CHAVES, 2008, p.16).

Alguns testamentos analisados constam apenas familiares como recebedores dos bens deixados pela pessoa falecida, como o caso de Francisco Jacintho de Medeiros. Ainda que ele tenha sido irmão da Misericórdia e tenha ocupado o cargo de procurador, optou por não deixar nenhum legado para a Santa Casa. Expõe-se abaixo a transcrição de parte do seu testamento:

Declaro que sou natural desta cidade de Rio Grande do Sul, filho legítimo de Jacintho José de Medeiros e sua mulher Maria Garcia, ambos falecidos. Declaro que sou solteiro tendo sempre [...] a religião católica, na qual nasci e pretendo morrer. Deixo os bens que possuo, os quais [...] estão [...] dois lances de casas a rua Padre Fagundes e a meia água a rua General Osorio, a meus netos Luiz, Francisco e Alaíde, filhos de meu falecido filho natural Jacintho Gabriel de Medeiros e sua mulher Rita de Carvalho Medeiros, residente na cidade de Pelotas. Possuo mais seis apólices da Câmara Municipal desta cidade do valor de duzentos e cinquenta mil réis cada uma, que também deixei a meus ditos netos, depois de feitas as despesas com o meu enterro. (Testamento de Francisco Jacintho de Medeiros, n. 2374, Rio Grande, 1º cartório de órfãos e provedoria. 1887 (APERS). (A grafia está atualizada). (grifos próprios).

O cidadão Francisco Medeiros, embora católico e irmão da Misericórdia, talvez não tenha legado nada para a Santa Casa de Rio Grande, não por não querer, mas por priorizar a família. Seu único filho já era falecido e possivelmente ele tenha se preocupado em deixar algum patrimônio para seus netos e, assim, assegurar um futuro melhor para eles. Conforme consta no seu testamento, ele não deixou valores em espécie para seus três netos ou para outras pessoas, apenas bens imóveis e apólices, o que pode indicar que o testador em questão não possuía um valor considerável em dinheiro, assim sendo ele não era um sujeito tão afortunado que pudesse deixar legados para instituições de assistência, como a Santa Casa de Misericórdia.

Houve casos em que a Santa Casa foi incluída como destinatária de legados, juntamente com outras instituições. Antônio José da Rocha deixou para a Santa Casa a quantia de 200 mil réis, o mesmo valor deixado para o hospital da ordem terceira do

Carmo; João de Miranda Ribeiro legou um conto de réis para a Santa Casa de Misericórdia e um conto de réis para o Asilo Coração de Maria; o charqueador Antônio Martins de Freitas deixou em testamento duzentos mil réis para a Santa Casa e duzentos mil réis para o Asilo Coração de Maria e o coronel José Maria da Cunha Silveira deixou como legado, através de seu testamento, cinco contos de réis em apólices da dívida do Estado para a Santa Casa, cinco contos de réis em apólices da dívida do Estado para o Asilo de Mendigos de Rio Grande e dez contos de réis em apólices da dívida do Estado para o Hospital de Alienados São Pedro de Porto Alegre.

A respeito dos legados deixados no testamento da benfeitora Leonor Maria Corrêa foram encontradas várias referências à Santa Casa de Rio Grande. A seguir, expõe-se um dos desejos da testadora, conforme a transcrição:

Deixo a consciência e filantropia de meu prezado esposo o reparo e beneficência das infelizes mulatas e mais escravos por mim beneficiados e com especialidade dos escravos velhos que tanto nos ajudaram a ganhar a fortuna que possuímos, devendo com todos e em geral por dever, gratidão e humanidade distribuir benefícios, proteção e amparo, e da minha parte, pelas mesmas razões, disporá favor deles de dois contos de reis, fazendo a distribuição como entender de justiça; revertendo para a Santa Casa da Misericórdia desta cidade a parte que tiver tocado e adquirido qualquer deles que falecer sem Pai ou filhos que lhe devam suceder; o mesmo que se observara para com os legados deixados aos mulatos de que trata o artigo antecedente - Deixo aos meus já mencionados enjeitados José Domingos Corrêa e Manuel Domingos Corrêa metade das propriedades nesta cidade que presentemente ocupa meu Compadre Lanari e seu genro João, fazendo frente para a rua da Praia e para a rua da Boa Vista; uma légua quadrada de campo a cada um no lugar que eleger meu prezado esposo ou quem o representar sendo falecido, e quatro centenas de reses de criar para ambos, não podendo dispor deste legado enquanto não casarem e tiverem filhos legítimos; e caso algum faleça estando já de posse do mesmo legado sendo solteiro ou casado sem filhos, no 1º caso passarão todos os bens que existirem do referido legado e no 2º a meação dos mesmo, para a Santa Casa da Misericórdia desta cidade. (Testamento de Leonor Maria Corrêa, n. 2091, Rio Grande, 1º cartório de órfãos e provedoria. 1865 (APERS). (A grafia está atualizada). (grifos próprios).

De acordo com a vontade da testadora, os escravos referidos no trecho transcrito seriam contemplados com dois contos de réis cada um e caso eles falecessem e não tivessem pai ou filhos para deixar como herdeiros, ficaria a Santa Casa como herdeira. Situação similar estava escrita no testamento, em relação aos “filhos de criação”, presume-se pelo uso da palavra “enjeitado” que Leonor Corrêa criou José Domingos Corrêa e Manuel Domingos Corrêa após eles terem sido abandonados. O nome deles constava como herdeiros de metade das propriedades de D. Leonor na cidade de Rio Grande e ainda receberiam uma légua quadrada de

campo e quatro centenas de reses cada um. No entanto, caso eles falecessem solteiros ou casados, mas, sem filhos, e no momento do óbito eles já tivessem de posse dos legados mencionados no testamento, estes bens passariam para a Santa Casa de Misericórdia.

D. Leonor Corrêa também deixou 10 contos de réis para a Misericórdia e legou outros 5 contos de réis para serem concedidos através de dotes de casamento para cinco meninas órfãs pobres, divididos em partes iguais, ou seja, 1 conto de réis para cada menina órfã⁸⁷. Por fim, entre as exigências da testadora estava a celebração de setecentas missas. Sobre este pedido, não fica claro, se as missas seriam responsabilidade da Capela da Santa Casa ou da Igreja do Carmo, da qual Leonor era membra: No testamento de Leonor, essa vontade está escrita da seguinte forma: “Mandar-se-ão abrir setecentas missas de esmola do costume; duzentas pela minha alma; duzentas pelas almas do Purgatório e de todos os meus parentes falecidos, e cem por alma de meus finados escravos”.

Sobre os escravos que pertenciam a D. Leonor Maria Corrêa, ela escreveu o seguinte no seu testamento:

Deixo livres como se livres nascessem os escravos pretos José Mina, Faustino, Paulo e Joanna todos de Nação, e as crioulas Narcisa e Marcolina para servirem aos meus enjeitados que criei e eduquei como filhos, José Domingos Corrêa e Manuel Domingos Corrêa, até que os referidos escravos e escravas completem cada um a idade de quarenta e cinco anos, conservando-se até então como colonos livres ao serviço daqueles, mas se forem tratados com rigor poderão dar em compensação um modico jornal não excedendo a seis mil réis mensais cada um, e por esse fato serão aliviados daquela obrigação de serviço, menos da obediência e respeito até a época de sua completa emancipação. (Testamento de Leonor Maria Corrêa, n. 2091, Rio Grande, 1º cartório de órfãos e provedoria. 1865). (APERS). (A grafia está atualizada).

Percebe-se, no trecho transcrito, uma preocupação em deixar livres os escravos, porém, mediante certas condições, uma delas, mencionava que eles serviriam aos filhos de criação de D. Leonor até completarem quarenta e cinco anos de idade. Essa manifestação de libertar os escravos após a morte apareceu em outros testamentos e possivelmente tenha relação com a religião, com os desejos de salvação da alma. No testamento de José de Souza Gomes, feito em conjunto com sua esposa, Josefa Rodrigues de Lima. Ambos declararam que após as suas

⁸⁷ Era comum o testador (a) deixar escrito quais os critérios para a concessão do dote. Na Santa Casa do Rio de Janeiro, temos o exemplo trazido por Algranti (2005), Manuel Rodrigues, impôs que as suas beneficiárias fossem órfãs de pai e mãe e tinham que morar no Recolhimento, repartição sob os cuidados da Misericórdia do Rio de Janeiro.

respectivas mortes, os bens que possuíam ficariam para seus escravos e estes se tornariam livres. Na ocasião da elaboração do testamento, o casal tinha cinco escravos.

Outro testamento que se encontra uma referência à libertação de escravos foi o de Antônio Teixeira de Magalhães. Ele possuía vários escravos, que conforme seu testamento ficariam “livres”, porém com a obrigação de prestar serviços às mulheres da família, nominadas no referido testamento. Já cinco escravos seus ficariam livres, sem a obrigação de prestar serviços, após o seu falecimento.

Além da libertação de escravos, outra vontade recorrente que apareceu nos testamentos refere-se aos pedidos de missa em favor da alma do testador, de seus familiares e até de escravos, como vimos no caso de D. Leonor Corrêa. Cabe citar mais alguns casos que foram encontrados na análise dos testamentos. Raymundo Martins de Oliveira pediu em testamento que fossem rezadas trinta missas, dez pela alma de seu falecido pai, José Martins de Oliveira, dez pela alma de sua falecida mãe, Maria de Sousa Martins e cinco pela alma de sua falecida esposa, Antônia Martins de Oliveira e por último, cinco missas em favor de sua alma. Já Virgilino José da Porciúncula, pediu em testamento que fossem rezadas duas missas pelas almas de seus pais, três pelas almas de seus irmãos Albino, José Maria e Thomaz, dez pela alma de sua primeira esposa, sendo divididas em dez anos, uma missa em cada ano, realizando-se sempre no mês de aniversário de sua primeira esposa.

De acordo com Chaves, “o trabalho assistencial estava vinculado ao exercício da fé cristã e, portanto, à representação do ideário pregado pela Igreja Católica” (CHAVES, 2008, p.16). A citação da autora corrobora quando se pensa nas motivações para as pessoas serem benfeitoras ou ocuparem cargos diretivos na Mesa Administrativa da Santa Casa de Rio Grande, mas também pode-se inferir que a religiosidade estava bastante presente nos últimos desejos dos testadores, pois havia uma preocupação com a salvação da alma, isso possivelmente explica a libertação de escravos, e os tantos pedidos de missas que se encontram nos testamentos analisados.

Com base na tabela dos testamentos, outras conclusões são possíveis, uma delas diz respeito a naturalidade dos testadores, nove eram portugueses e dez eram brasileiros. Daqueles nascidos no Brasil, cinco eram naturais de Rio Grande. Os números evidenciam o alto número de portugueses, muitos oriundos do Porto, demonstrando uma forte conexão entre ambas as cidades. As duas eram cidades

portuárias e comerciais que contavam com uma Misericórdia para atender os doentes e necessitados. Ainda, dos vinte testadores, doze eram casados no momento da elaboração do testamento, cinco eram viúvos e três eram solteiros.

Dos vinte testamentos pesquisados, doze testadores declararam não possuir filhos como herdeiros e oito declararam possuir filhos. Desses doze sem filhos, sete deixaram legados para a Santa Casa ou outras instituições de assistência e dos oito testadores com filhos, apenas três deixaram legados para instituições de assistência. Esses números mostram um maior percentual de legados deixados por testadores sem filhos, que na ausência de herdeiros imediatos, optaram por legar bens e dinheiro para a Santa Casa e demais instituições similares.

Na metade dos testamentos pesquisados, foram encontrados legados para hospitais, asilos e igrejas. Se pensarmos superficialmente, vamos concluir que não era um número tão elevado de pessoas que deixaram bens para a Santa Casa, para a Beneficência Portuguesa ou outras instituições atuantes no período, todavia, essa amostragem de dez testamentos entre vinte está longe de contemplar todo o universo de irmãos que a Misericórdia de Rio Grande teve no período de 1835 a 1909. Com efeito, faz-se imprescindível mencionar que dos oito provedores e benfeitores, cinco fizeram doações para a Santa Casa, foram eles: Rodrigo Fernandes Duarte, José Maria da Cunha Silveira, João de Miranda Ribeiro, Antônio Martins de Freitas e Leonor Maria Corrêa. Os outros três nomes da tabela não deixaram legados, talvez por opção ou talvez por não estarem em condições financeiras favoráveis de fazê-lo. Portanto, ainda que o número de legados para instituições tenha aparecido em dez testamentos de um total de vinte, não se pode desprezar esse número, pois comprova que a caridade era sim uma ferramenta muito valorizada e acionada em Rio Grande, na segunda metade do século XIX e primeira década do século XX.

O recorte temporal dessa pesquisa contemplou majoritariamente o século XIX, com exceção à primeira década do século XX, sendo perfeitamente possível fazer um comparativo com o observado por Nascimento (2006). Ao analisar as irmandades que receberam legados em Porto Alegre, no século XX, a autora percebeu um número bastante elevado de doações para a Misericórdia. Segundo Nascimento (2006), a Santa Casa “era a vitrine mais que perfeita para aqueles que buscavam, além do prestígio social, também o reconhecimento e o agradecimento alheios” (NASCIMENTO, 2006, p. 269). Essa ideia da autora corrobora com o pensamento posto nesse trabalho, que a Santa Casa de Rio Grande, no século XIX, era o espaço

social mais privilegiado para as elites católicas estarem, seja atuando nos cargos de direção, fazendo doações em vida e até após a morte.

Além dos legados testamentários, foram encontradas outras fontes primárias que dão conta de mais legados recebidos pela Misericórdia. O periódico local *O Rio-Grandense*, na data de vinte e cinco de novembro de 1847 mencionou o recebimento de oito contos de réis do brigadeiro Manoel José da Silva Freire, quantia essa, indicada no seu testamento. No final de 1855, a Santa Casa recebeu outro valor em dinheiro através de legado testamentário, dessa vez o valor era menor, 300\$000. O doador era Manoel Antônio de Oliveira que havia falecido em 13 de dezembro de 1855 na cidade de Jaguarão.

Já na década de 1860, o relatório da provedoria da Misericórdia, do ano de 1869, afirmava que José Homem do Amaral, residente em São José do Norte, deixou como herança para a Santa Casa um prédio localizado naquela cidade. No referido relatório, também estava escrito que as missas obrigatórias para o “sufrágio das almas dos benfeitores deste pio estabelecimento, tem sido sempre celebradas com toda regularidade”.

Na década de 1880, mais precisamente em 1882, a Santa Casa estava na expectativa de receber uma parte de uma estância, avaliada em 20:000\$000. A propriedade era do casal Domingos Faustino Correa e Leonor Maria Correa, ambos benfeitores da Santa Casa. Naquele ano, o relatório do provedor mencionava que a Santa Casa teve seu patrimônio alavancado pelo legado destinado a instituição pelo finado irmão benemérito, José de Araújo Ribeiro, o Visconde de Rio Grande⁸⁸, que era Senador do Império e faleceu sem deixar herdeiros. Também no ano de 1882, a Misericórdia recebeu um legado de 100\$000 réis, valor que constava no testamento do finado João Antônio Ferreira. Já na República Velha, os valores recebidos através de legados durante o período de 1906 a 1910, atingiram o montante de 12.492\$200. Esse valor total foi alcançado através das doações das seguintes pessoas: João Júlio Nogueira (800\$000), João Nogueira de Carvalho (500\$000), José Francisco Pereira Duarte (500\$000), Manoel Vicente Lisboa (8.692\$200), José Francisco da Silva (500\$000), Apolinário Francisco dos Santos (500\$000), Francisca da Silveira e Silva (1.000\$000).

⁸⁸ Através de informações constantes no parecer da Santa Casa, de 26 de setembro de 1886, verifica-se que o legado deixado pelo Visconde de Piratini para a Santa Casa de Rio Grande foram 30 apólices do Estado que renderiam juros em favor da Misericórdia.

No relatório, assinado pelo provedor Rosalvo Azevedo, há a informação que a gestão anterior da Santa Casa havia recebido um legado no valor de vinte contos de réis, sendo a legatária, a senhora Vicência Maria da Fontoura Lopes. Em contrapartida D. Vicência Lopes desejava que a Misericórdia construísse um manicômio com o valor da doação, fato que até o ano de 1910 não havia se concretizado, em virtude do valor da referida obra ultrapassar 20 contos de réis e na época a Santa Casa não possuía recursos suficientes para complementar o valor que fora orçado para a construção do dito manicômio.

No decorrer da pesquisa, através de variadas fontes primárias, tais como relatórios de provedores, jornais e testamentos, observamos que a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande recebeu os mais diversos legados, alguns mais simplórios, e outros mais significativos, como prédios e altos valores em dinheiro. Os legados que a Santa Casa recebeu foram apólices, valores em dinheiro para serem concedidos sob a forma de dotes de casamento e até escravos foram deixados em testamento, para trabalharem na instituição, porém os legados mais expressivos foram os bens imóveis, destacando-se os três sobrados doados pelo fundador Rodrigo Fernandes Duarte e os valores em dinheiro, com destaque para os legados do Brigadeiro Manuel Freire que legou oito contos de réis; Leonor Maria Corrêa, que deixou dez contos de réis; e Vicência Maria da Fontoura Lopes que legou para a Misericórdia vinte contos de réis.

Alguns dos legados testamentários vinham com algumas exigências que a Santa Casa de Misericórdia precisava atender, o principal pedido era a realização de missas em favor das almas, mas também houveram pedidos dos mais diversos. O testador que mais fez exigências foi Rodrigo Fernandes Duarte, todavia, tendo ele deixado todo seu patrimônio para a Santa Casa, seria inadequado se a Misericórdia não cumprisse com as exigências de seu fundador, entre os pedidos feitos por Duarte estava a concessão de esmola para três cegos e a assistência para três moças. Em relação às missas, o maior pedido foi da benfeitora Leonor Maria Corrêa, que solicitou setecentas missas, em favor da sua alma, de seus familiares e de seus escravos falecidos.

Percebe-se que na primeira década do século XX, já no período republicano, houve uma continuidade em relação ao século anterior e ao período imperial, no que tange aos legados. Então, considerando as informações presentes no relatório da provedoria da Santa Casa, de 1910, pode-se afirmar que não houve rupturas em

relação aos legados e vontades testamentárias, pelo contrário, há uma constância, incluindo altos valores doados, casos de Manoel Lisboa e Vicência Lopes. Também notou-se que as famílias de origem portuguesa continuaram se sobressaindo nas doações de legados, pois no relatório não apareceram outros sobrenomes estrangeiros, como alemães e ingleses, que no começo do século XX constituíam uma parcela importante da sociedade rio-grandina, principalmente no ramo dos negócios.

Sobre a participação política e econômica na sociedade local e regional dos irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, não se pode deixar de mencionar que muitos irmãos participavam em diferentes irmandades e instituições de assistência, perfazendo o que se pode chamar de circuito da caridade. Cabe destacar alguns exemplos que foram observados nas pesquisas. Miguel Tito de Sá, figura proeminente de Rio Grande, foi provedor da Santa Casa de Misericórdia, porém anos antes fora presidente do Asilo do Coração de Maria. Conforme o jornal *Diário do Rio Grande*, em uma notícia publicada no periódico na data de 03/10/1870. Tito de Sá também fora presidente e diretor da Câmara do Comércio do Rio Grande e da Companhia União Fabril. Por sua vez, o comendador Antônio Teixeira de Magalhães, outro sujeito rico de Rio Grande, que fora provedor da Santa Casa na década de 1850, atuou no Asilo Coração de Maria. O nome dele constava na primeira lista de administradores da instituição, na função de mordomo.

Outra questão interessante a se pensar é se muitas amizades, muitas parcerias, muitos negócios não foram construídos dentro da Santa Casa ou de outras instituições de assistência, ou essa construção, essa parceria pode ter surgido de fora para dentro. Parceiros de negócios, partidários na política, e porque não amigos na vida pessoal. Essas afinidades podem ter contribuído para que um sujeito “puxasse” outro para dentro de uma instituição de assistência. Essa ideia veio à tona quando me deparei com o testamento de José Joaquim Cândido de Macedo, no testamento estava escrito que esse senhor era amigo de Porfírio Ferreira Nunes, um dos maiores negociantes de Rio Grande. E ambos sujeitos atuaram na Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

Importante destacar um fator em comum na trajetória de muitos irmãos de caridade, vários deles pertenciam à Associação Comercial de Rio Grande⁸⁹, fato que denota o quanto esses sujeitos eram bem-sucedidos economicamente na sociedade

⁸⁹ A Associação Comercial do Rio Grande foi fundada em 1844, sendo a quarta mais antiga do Brasil e a mais antiga do Rio Grande do Sul. (MUNHOZ, 2003, p.78).

local. O comendador Antônio Teixeira de Magalhães, de nacionalidade portuguesa, negociante, importador e exportador, foi um dos fundadores da Associação Comercial⁹⁰ e como falamos anteriormente, ele também foi provedor da Santa Casa e atuou ainda no Asilo Coração de Maria. De acordo com Munhoz (2003), logo foram chamados outros comerciantes para participar da Associação Comercial, entre eles estavam Manuel Joaquim de Souza Medeiros, João de Miranda Ribeiro e Vicente Manuel Espíndola, os dois últimos, assim como Teixeira de Magalhães foram provedores da Misericórdia e Miranda Ribeiro também foi agraciado com o título de benfeitor da Santa Casa.

A primeira diretoria da Associação Comercial foi formada pelos comerciantes Antônio Teixeira de Magalhães, no cargo de presidente; Adolfo Hugentobler, vice-presidente; Domingos Soares Barbosa, secretário; Porfírio Ferreira Nunes, tesoureiro e Manuel Joaquim de Souza Medeiros, diretor do mês. Desses cinco nomes, dois deles eram importantes irmãos da Misericórdia, o já citado Teixeira de Magalhães e Porfírio Ferreira Nunes, provedor e benfeitor da Santa Casa. Na quarta comissão administrativa (1847) da Associação Comercial, o Vice-presidente foi José de Souza Gomes, que no mesmo ano assumiu o cargo de provedor da Santa Casa de Misericórdia.

A autora Cláudia Munhoz (2003), ao falar sobre os bens, investimentos e relações familiares de participantes da Associação Comercial, citou o nome de João de Miranda Ribeiro, um dos benfeitores analisados no capítulo 2.2 desse trabalho. A autora destacou a constituição de uma rede familiar e de participação na Associação Comercial de Rio Grande, formada através do casamento da única filha de Miranda Ribeiro, Maria Delfina de Miranda e Sá com o Coronel Miguel Tito de Sá. Conforme já mencionado anteriormente, a importância da continuidade da prática da caridade entre os mais ricos e o caso de Miranda Ribeiro, que foi provedor da Santa Casa foi citado, pois anos depois, seu genro, Miguel Tito de Sá⁹¹, também ocupou a principal cadeira da Misericórdia. Pode-se dizer que houve a preservação dos interesses

⁹⁰ De acordo com Munhoz (2003) a Associação Comercial de Rio Grande foi fundada com o escopo de manter a situação comercial favorável. Essa condição teria sido adquirida após o começo das guerras de independência das províncias platinas e permaneceu durante a Revolução Farroupilha. “Os interesses do corpo comercial da cidade eram discutidos por todos os associados, mas levados ao conhecimento das autoridades políticas, por intermediação da comissão administrativa da instituição”. (MUNHOZ, 2003, p.110).

⁹¹ Conforme Munhoz (2003), no inventário de Miguel Tito de Sá, havia muitos imóveis localizados na cidade de Rio Grande, ações, apólices, dívidas ativas e passivas e um plantel de 13 escravos.

familiares à frente da Santa Casa, o que se repetiu na Associação Comercial, onde Tito de Sá foi secretário nos anos de 1853 a 1854 e presidente em 1870. A união matrimonial de Maria Delfina e Miguel Tito de Sá resultou em oito filhos, desses filhos, duas filhas se casaram com futuros integrantes da diretoria da Associação Comercial de Rio Grande, Maria Francisca de Sá Rheingantz e Josefa de Sá Darcy casaram respectivamente com Carlos Rheingantz e James Darcy, os dois foram presidentes da Associação Comercial no final da década de 1870 e começo da década de 1880, o caso trazido por Munhoz (2003), demonstra a permanência das famílias tradicionais de Rio Grande em postos de poder, seja na Associação Comercial, como exemplificado, seja na política ou no campo assistencial, incluindo o cargo de provedor da Misericórdia de Rio Grande.

Outro sujeito que teve os bens analisados e comparados por Munhoz (2003), em sua dissertação de Mestrado foi Porfírio Ferreira Nunes, que, além de ter sido importante na trajetória da Associação Comercial de Rio Grande, foi grande benfeitor e provedor da Santa Casa de Rio Grande. Nunes, assim como Ribeiro e Sá, obteve destaque em ambas as instituições. Os bens de Porfírio Nunes eram semelhantes aos demais comerciantes ricos do período, entretanto, chama atenção o elevado número de escravos, trinta e três no total. Os bens imóveis que constavam no inventário de Florinda Eulália da Cunha Nunes, esposa de Porfírio, eram um armazém, dois sobrados, uma casa assobradada, cinco casas térreas, três terrenos, uma casa e uma chácara na Ilha dos Marinheiros e duas moradas de casa, além de muitas dívidas por receber.

Ainda sobre a comparação de inventários feita por Munhoz (2003), a autora citou outros dois senhores que pertenceram aos quadros da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, bem como fizeram parte da Associação Comercial. No caso de Antônio Teixeira de Magalhães, Claudia Munhoz não localizou o inventário dele, mas encontrou o seu testamento, que mencionava a libertação de escravos, como já citado anteriormente, pois Magalhães foi um dos nomes pesquisados e analisados nessa tese. Esse comerciante foi idealizador e fundador da Associação Comercial de Rio Grande e provedor da Santa Casa de Rio Grande na década de 1850. O testamento de Magalhães faz referência a vários bens imóveis, o que não diverge dos demais comerciantes ricos. Outro sujeito que apareceu na pesquisa de Munhoz (2003) e, e nesse estudo, foi Virgilino José da Porciúncula, vice-presidente da Associação Comercial em 1867/1868 e irmão e membro da mesa da Santa Casa

de Misericórdia de Rio Grande. Ainda que Porciúncula não tenha chegado aos cargos máximos da Associação e da Misericórdia, seu inventário se assemelha aos demais analisados por Munhoz (2003) e é mais um caso de um senhor da elite rio-grandina que atuava em mais de uma entidade, demonstrando, assim, que a participação em associações era muito valorizada na sociedade local, conferindo entre outras coisas, prestígio e poder aos ocupantes, e possibilitando poder de decisão nas pautas políticas, econômicas e sociais.

Ao falar em poder de decisão, se faz importante mencionar que muitos provedores, benfeitores da Santa Casa de Misericórdia e diretores da Associação Comercial de Rio Grande ocuparam cargos eletivos durante o Império. Sobre a participação de diretores da Associação Comercial na Câmara Municipal de Rio Grande, Cláudia Munhoz (2003) escreve que

os diretores rio-grandinos dentro da Câmara Municipal podiam influenciar, dentro das possibilidades administrativas e financeiras da casa, diretamente nas questões que envolviam seus próprios interesses, como por exemplo, nas condições de infraestrutura local para as atividades comerciais. Já os vínculos com o partido da situação resultantes de votos fiéis ou do ingresso na mesma legenda nas eleições locais, podiam render um posicionamento positivo por parte dos legisladores frente às necessidades do comércio de Rio Grande. Criava-se assim, uma rede de atuação visando uma maior proximidade com os níveis decisórios do poder e a partir daí, uma maior proximidade de obtenção de medidas favoráveis aos interesses comerciais da instituição. (MUNHOZ, 2003, p.115).

O que a autora escreveu pode também ser pensado para o caso da Santa Casa de Rio Grande, pois alguns irmãos e provedores da instituição de assistência ocuparam uma cadeira no legislativo local e assim estavam mais próximos de influenciar, de votar, medidas que beneficiassem a Santa Casa de Rio Grande e, muitas vezes, a si próprios, como relatado na última citação. Ao analisar do ponto de vista institucional e social, pode-se afirmar que era importante para a Santa Casa ter irmãos ocupando cargos políticos, pois aumentava o poder de influência da Instituição a nível local e regional, e a população atendida pela Misericórdia, muito provavelmente, sairia ganhando com a aprovação de medidas em prol da instituição.

A seguir, apresenta-se uma tabela com os nomes daqueles sujeitos que atuaram na Santa Casa de Misericórdia e na Câmara Municipal de Rio Grande.

Tabela 11 – Participação dos provedores e benfeitores da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande em cargos eletivos

Nome	Cargo	Ano
Antônio Teixeira de Magalhães	Vereador	1847-1848 / 1857
João de Miranda Ribeiro	Vereador	1848 / 1857
José de Souza Gomes	Vereador	1848 / 1855-1856-1857
Florêncio José Cosme dos Reis	Vereador	1848 / 1857
Vicente Manuel de Espíndola ⁹²	Vereador	1845/ 1848 / 1857
João Antônio Lopes	Vereador	1858-1859-1860
Miguel Tito de Sá	Vereador	1858-1859
Antônio José Afonso Guimarães	Vereador	1850-1851
Antônio Chaves Campello	Vereador	-
Porfírio Ferreira Nunes	Vereador	1852
Rodrigo Fernandes Duarte	Vereador	-

Fonte: Documentos diversos.

Dos onze sujeitos que integram a tabela acima, dez foram provedores da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande e alguns deles foram também considerados grandes benfeitores (incluindo o fundador, Rodrigo Duarte) recebendo a homenagem de ter um retrato presente no salão de honra da instituição, como demonstrou-se no decorrer da pesquisa. Desse grupo, ao menos seis foram diretores da Associação Comercial e pressupõe-se, com base nas características da elite rio-grandina, que a maioria, se não a totalidade dos vereadores citados na tabela pertencia às fileiras do Partido Conservador. Munhoz (2003) elencou três nomes como pertencentes ao Partido Conservador: Antônio Teixeira de Magalhães, Porfírio Ferreira Nunes e José

⁹² Vicente Manuel de Espíndola também foi juiz de paz em Rio Grande.

de Souza Gomes. Considerando a historiografia e as fontes primárias do período, faz-se possível dizer que as elites rio-grandinas eram extremamente atuantes nos espaços de poder, sejam elas instituições de assistência, associações ou câmara municipal. Ademais, todos esses locais também eram espaços de visibilidade importantes, possibilitando aos seus integrantes uma maior projeção social.

O que Maria Barreto escreveu para o caso da Santa Casa da Bahia, corrobora com o que se analisa em relação ao caso da Santa Casa de Rio Grande. A autora, ao referir-se à instituição baiana, escreveu o seguinte “pela direção da confraria, passaram representantes da elite baiana, como governadores, clérigos, negociantes e senhores de engenho, além de outras figuras de poder e prestígio social e político”. (BARRETO, 2011, p.6-7). Ainda, conforme a pesquisadora:

Nos anos de 1888/1889, entre as trinta e três pessoas que fizeram parte da mesa da Santa Casa da Bahia, havia dois barões, dez comendadores, um desembargador, três coronéis, três majores, quatro capitães, um brigadeiro e um tenente-coronel; dessa forma, os cargos mais importantes da Santa Casa foram distribuídos entre a elite baiana. Participar da confraria significava ascender socialmente, destacar-se dos demais, manter-se no topo de uma sociedade demarcada por hierarquias” (BARRETO, 2011, p.7).

Nota-se que era comum a presença de pessoas da elite nos cargos diretivos da Santa Casa, seja na Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, seja na Santa Casa da Bahia, ou em outras espalhadas pelo Brasil Império. Além de ocuparem cargos políticos e terem ocupações econômicas de destaque, as elites locais se preocupavam também com a caridade. Provavelmente eram todos católicos, e apesar de considerarmos as motivações religiosas, havia o poder e o status social que o cargo de provedor da Misericórdia concedia aos seus ocupantes, algo extremamente valorizado pelas elites locais na sociedade oitocentista.

Pode-se dizer que as ações dos grandes comerciantes de Rio Grande, citados ao longo do trabalho, que foram irmãos, provedores e benfeitores ajudaram a transformar a cidade de Rio Grande na segunda metade do século XIX. Faz-se possível questionar o que transformou na cidade de Rio Grande a partir da atuação desses sujeitos? Quando aborda-se a reciprocidade, também pode-se pensar que de alguma forma o que fica como legado é o aspecto social, ainda que a intenção primeira não seja essa. Esses comerciantes, ainda que tivessem como objetivo pessoal fazer fortuna e projetar-se politicamente, estavam ativos no campo da caridade e contribuíram no sentido de transformar a urbe, deixar Rio Grande mais moderna, mais

vistosa, com “ares” europeus, seja através do comércio, da política ou da caridade. A cidade de Rio Grande possuía o mais importante porto do sul do Império brasileiro, fato que se manteve durante a República Velha. Conforme Cláudia Munhoz (2003):

o comércio de importação e exportação produzido na cidade do Rio Grande funcionava por um sistema de via dupla, ou seja, as embarcações que levavam a produção sulina para as províncias brasileiras e para o exterior traziam de volta os gêneros de importação. Esse sistema correspondia ao comércio marítimo de longo percurso. Existia, também, a importação e exportação por vias fluviais internas à Província, responsável pelo abastecimento e escoamento da produção do interior gaúcho. Os comerciantes com negócios estabelecidos na cidade rio-grandina participavam dessa circulação comercial como agentes intermediários[...] das exportações e importações regionais, nacionais e exteriores. Em outras palavras, esses comerciantes, ao promoverem a saída ou a entrada de grandes quantidades de produtos para a venda na Província ou fora dela, representava o mercado de atacado sulino, ao qual estavam dependentes os pequenos negociantes varejistas, produtores do interior da Província e charqueadores. (Munhoz, 2003, p.100-101). (grifos meus).

Os agentes intermediários citados por Munhoz (2003) faziam a roda da economia girar e deles dependiam outros negociantes, produtores rurais e, inclusive, charqueadores. Entre esses consignatários, estavam Porfírio Ferreira Nunes, João de Miranda Ribeiro e Antônio Teixeira de Magalhães, todos eles, bem-sucedidos e figuras ilustres no campo da caridade, todos foram provedores da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande e pode-se dizer que através de seus negócios ajudaram a impulsionar Rio Grande, pois várias melhorias na infraestrutura ocorreram por necessidade ou como consequência dos lucros gerados pelo comércio pulsante de Rio Grande.

Considerações finais

Este trabalho teve como objeto de estudo a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, seus provedores e benfeitores, no período que se estendeu de 1835 a 1909. Acredita-se que ainda há muito sobre o que escrever, seja no recorte do século XIX ou XX, pois a história da Santa Casa, da cidade de Rio Grande e das elites locais é riquíssima e carece de mais estudos, seja com foco no campo assistencial, político ou econômico. A existência de uma Misericórdia em Rio Grande ajudou a tornar a cidade mais moderna e mais preparada para enfrentar as muitas doenças e epidemias que haviam no século XIX, principalmente após a década de 1870, quando os pacientes passaram a ser atendidos no prédio atual, mais espaçoso e com melhores instalações.

Faz-se importante considerar a Revolução Farroupilha – revolta ocorrida no período regencial, o subsequente aumento demográfico e a elevação do número de chegadas e partidas no Porto de Rio Grande, impulsionadas pelo comércio pujante. Face a tudo isso, se fazia muito importante a instalação da Santa Casa de Misericórdia, pois o número de pessoas que procuravam o estabelecimento para os mais variados atendimentos não parava de crescer. A elite rio-grandina, formada basicamente pelos grandes comerciantes era um dos grupos mais interessados em contar com um local como a Santa Casa, por isso não mediram esforços em mantê-la funcionando.

Acredita-se que o presente trabalho, apesar das dificuldades encontradas no acesso às fontes primárias, conseguiu atender os objetivos propostos. Tem-se consciência de que esta pesquisa não sanou todas as perguntas acerca da temática da Misericórdia de Rio Grande, da caridade ou das elites locais que aturam em Rio Grande no século XIX, e, na verdade, não objetivou-se fazê-lo. A ausência de um quantitativo maior de fontes primárias sobre a Santa Casa e também sobre os benfeitores impediu uma investigação mais detalhada, e, como consequência, inviabilizou um maior número de páginas escritas sobre a rotina do hospital, atendimentos e procedimentos realizados, bem como sobre os pacientes e moléstias tratados pela Santa Casa. Faltaram ainda fontes que pudessem contribuir com o aumento do número de variáveis sobre os benfeitores. Ainda assim, acredita-se que foi possível trazer informações e problematizações relevantes sobre a Misericórdia de Rio Grande e seus benfeitores.

Em relação às condições para ser aceito irmão da Misericórdia de Rio Grande, estas não eram muito extensas e nem rígidas. Tantos homens nascidos no Brasil, assim como no exterior, poderiam fazer parte da Misericórdia, porém, precisavam ter reconhecida moralidade. Havia sempre a preocupação com a imagem pública do irmão, este deveria ser um bom cristão e ter uma reputação inquestionável. Dentre os irmãos, o cargo mais importante era o de provedor, certamente ocupar este cargo dispndia muito tempo e dedicação, ainda assim, o cargo conferia ao seu ocupante um simbolismo ímpar, repleto de poder, status e prestígio, algo tão valorizado pelas elites locais, das quais os provedores faziam parte.

A Santa Casa de Misericórdia retribuía a caridade que recebia, principalmente aquela de grande expressão. Como discutido no subcapítulo 3.1, algumas pessoas eram agraciadas com o título de benfeitor, e, algumas delas, poderiam ficar eternizadas nas paredes do salão de honra através de um retrato – uma honraria máxima que a instituição prestava aos seus benfeitores. Os quadros apresentados nesta tese são de pessoas que prestaram grandes serviços para a instituição, fizeram doações ou deixaram legados expressivos e ainda foram importantes pelo cargo que tiveram. A maioria dos benfeitores da Misericórdia residiam na cidade, tinham um vínculo forte com a instituição por terem ocupado cargos dentro da irmandade e eram pessoas de destaque no cenário local e regional; eram sujeitos da elite, a maioria comerciantes.

Verificou-se que a instituição Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, no período de 1835 a 1909, apesar da pouca quantidade de fontes primárias encontradas, teve como receitas principais: os legados e doações feitas pelos cidadãos, alugueis de propriedades que pertenciam a Santa Casa, impostos, e repasses do Império e posteriormente da República, subvenções da Província/Estado do Rio Grande do Sul e recursos oriundos da administração do Cemitério Geral. Apesar das receitas terem origens bastante diversificadas, ainda assim a saúde financeira da Santa Casa de Misericórdia, no período estudado, era bastante frágil. Em alguns períodos, as despesas foram maiores que as receitas. Diante desse cenário, a caridade era sempre muito bem-vinda para manter a instituição funcionando.

No decorrer do trabalho, observou-se que a Misericórdia de Rio Grande tinha entre seus preceitos atender os doentes pobres de forma gratuita, assim como aqueles que estavam somente de passagem pela cidade e não tinham condições de

arcar com os custos hospitalares. As medicações eram também concedidas de forma gratuita aos pobres. Além dos atendimentos gratuitos, a Santa Casa de Rio Grande atendia os marinheiros e ofertava atendimento particular a quem tivesse condições e assim quisesse. Os dados encontrados revelam que o público principal da Santa Casa era formado por homens pobres e marinheiros. A principal semelhança entre as Misericórdias localizadas em cidades portuárias, observadas nesta tese, consiste na população de doentes. Por exemplo, tanto a Misericórdia da Bahia, quanto a Misericórdia de Rio Grande tinham os marítimos como um dos principais grupos de enfermos que procuram atendimento em suas dependências.

A Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande não era somente um espaço de atendimento médico, farmacêutico ou de enfermagem. Na época estudada, a instituição também alimentou os presos pobres, embora não se tenha encontrado fontes que comprovem que essa prática ocorreu por um longo período, ainda assim ela existiu, o que somente ajuda a reforçar o caráter de Misericórdia da instituição, semelhante à de suas congêneres no Brasil, em Portugal e em outros cantos do Mundo. A Santa Casa também cuidou das crianças abandonadas através da roda dos expostos, e foi administradora de dois cemitérios, sendo responsável pelo transporte da pessoa falecida, enterro e demais procedimentos funerários.

Esse espaço de assistência tão prestigiado no século XIX foi administrado pelas elites locais. Os provedores e benfeitores eram comerciantes, proprietários, militares, profissionais liberais e charqueadores. Alguns desses sujeitos, deixaram legados significativos para a Misericórdia e como principal contrapartida deixavam pedidos de missas em favor de suas almas e de seus familiares.

Essas elites locais eram católicas e atuantes em várias outras instituições de assistência de Rio Grande, como o Asilo Coração de Maria e a Sociedade Portuguesa de Beneficência. Eles atuavam também na principal associação profissional da época, a Câmara do Comércio de Rio Grande. Então, havia todo um circuito formado por diversas associações e irmandades. A pesquisa mostrou que os nomes dos principais provedores e benfeitores eram os mesmos nomes que atuavam na Câmara do Comércio de Rio Grande e que também desempenharam mandatos de vereador em Rio Grande. Em suma, pode-se concluir que os sujeitos mais importantes da Misericórdia de Rio Grande eram a elite caritativa, política e econômica da cidade. Estes grupos viam na caridade um importante mecanismo para (re) afirmar seu poder sobre os demais pares e sobre toda a sociedade. A prática da caridade para com a

Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, além de um preceito cristão, também conferia status e prestígio social.

Fontes Primárias

Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Jornal *A Federação*.

Jornal *O Rio-Grandense*.

Jornal *Pioneiro*

Relatório dos presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1846, 1852, 1853, 1854, 1855, 1858, 1859, 1862, 1870, 1872, 1877 e 1887.

Rodrigues, Alfredo Ferreira. **Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editores Pintos & Cia, 1902.

Acervo Histórico da Santa Casa de Rio Grande

Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Rio Grande: Oficinas a vapor do Intransigente, 1909.

Livros de atas de reuniões.

Relatórios da Provedoria.

Retratos do Salão de Honra da Santa Casa de Rio Grande.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Correspondências da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

Ofícios da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Inventários *post-mortem*, Rio Grande, 1835-1900.

Testamentos, Rio Grande, 1835-1920.

Biblioteca Rio-Grandense

Cartas da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

Jornal *Diário do Rio Grande*.

Jornal *Echo do Sul*.

Jornal O Rio-Grandense.

MONTEIRO, Antenor de Oliveira. Rebuscos – Cousas e Factos da Cidade: Cemitério e a Igreja do Bomfim. *Jornal O tempo*, 10 janeiro 1938.

MONTEIRO, Antenor de Oliveira. Rebuscos – Cousas e Factos da Cidade: Cemitério e a Igreja do Bomfim. *Jornal O tempo*, 14 janeiro 1938.

MONTEIRO, Antenor de Oliveira. Rebuscos – Cousas e Factos da Cidade: Cemitério e a Igreja do Bomfim. *Jornal O tempo*, 16 janeiro 1938.

Relatórios da Câmara de Rio Grande (1848, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1876, 1903, 1907, 1908).

Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1861, 1869, 1882-1883, 1886-1887, 1888-1889, 1900-1902, 1906-1910).

Pareceres diversos – Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

Planta de Rio Grande, 1829.

Centro de Documentação Histórica – FURG

Regimento da repartição dos expostos da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

Regimento do Cemitério Geral da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

Regimento Interno do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

Fototeca Municipal Ricardo Giovannini

Imagens da cidade de Rio Grande (século XIX).

Museu e Igreja da Misericórdia do Porto

Retratos dos Benfeitores da Misericórdia do Porto.

Fontes primárias e secundárias consultadas em endereços eletrônicos

Asylo de Mendicidade. Disponível em: <https://www.facebook.com/asylo/> (Consultado em 02.02.2024).

Censo geral de 1872. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> (Consultado em 18.07.2023).

Debret e os hábitos alimentares na corte brasileira. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/debret-e-os-habitos-alimentares-na-corte-brasileira> (Consultado em 31.05.2024).

Divisão Administrativa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1809. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2019/01/> (Consultado em 22.08.2024).

Fachada frontal da Santa Casa de Rio Grande. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/santa-casa-do-rio-grande-amea%C3%A7a-interromper-atendimento-1.258007> (Consultado em 15.04.2022).

Festa do Divino Espírito Santo. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_festa_%20do_divino_pire_nopolis.pdf. (Consultado em 05.01.2024).

Hospital Pedro Segundo. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/323-hospicio-de-pedro-segundo>. (Consultado em 22.01.2024).

Informações sobre Joaquim José Inácio de Barros. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Joaquim-Jos%C3%A9-In%C3%A1cio-de-Barros-visconde-de-Inha%C3%BAma/6000000025015900134> (Consultado em: 11.04.2022).

Informações sobre Ricardo Giovanini. Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/fototeca/> (Consultado em: 22.03.2022).

Museu da Cidade do Rio Grande – MCRG. Disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1890658874416511&id=532739983541747&set=a.532776630204749&checkpoint_src=any (Consultado em: 25.08.2024).

O Visconde do Rio Grande. **Parthenon Litterario**, Porto Alegre, 4ª série, n.4 e 5, p.151-165, jul./ago.1879. Disponível em:

<https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/livros/partenonlitterario/assets/downloads/1879-04.pdf> . Acesso em: 22 ago.2024.

Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1970). Disponível em:

<https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/dicionario> (Consultado em: 15.09.2024).

Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Disponível em:

<http://theatropolytheama.blogspot.com/2010/07/santa-casa-do-rio-grande.html>
(Consultado em: 15.04.2022).

Referências Bibliográficas

AITA, Edsiana de Belgrado. **“Entre a lagoa e o mar”**: Propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888). 2014. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2014.

ALGRANTI, Leila Mezan. A irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a concessão de dotes (1808-1822). **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 1, p. 46–66, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1680>. Acesso em: 7 set. 2024.

ALVES, Alessandro Cavassin. Biografia, genealogia e teoria das elites. Mapeando características do poder local. **Revista Eletrônica de Ciência Política**. Curitiba, vol.2, n.1, p.45-61, 2011.

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **A cidade do Rio Grande: Uma abordagem histórico-historiográfica**. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1997.

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Textos do século XVIII para o estudo da ocupação lusitana no Brasil Meridional**. Lisboa / Rio Grande: CLEPUL / Biblioteca Rio-Grandense, 2016.

AQUINO, Vanessa Barrozo Teixeira. Um gabinete de leitura à beira mar: Os primórdios da Bibliotheca Rio-Grandense (1846-1878). **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 35, n. 01, p. 100-119, jan./jun. 2021.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A festa dos Fiéis-Defuntos na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII e XVIII). **Revista CEPIHS (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social)**, Porto, 6, p. 183-199, 2016.

ARAÚJO, Maria Marta de Lobo de. As Misericórdias Portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 45, p. 155-176, 2006.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI – XVIII). Barcelos: Companhia Editora do Minho, 2000.

ARNONE, Marianne Farah. **A gravura como difusora da arte**: Um estudo sobre a gravura brasileira no final do século XIX a partir da análise dos textos te produção crítica de Félix Ferreira. 2014. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2014.

AZAMBUJA, Graciano Alves de. **História resumida do Banco da Província**. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017.

BARRETO, Maria Renilda Nery; SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **História da Saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. Barueri: Minha Editora, 2011.

BARROS, José D' Assunção. História Comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas, n. 13, p.7-21, 2007.

BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis no Rio Grande de São Pedro: Negócios, Mercadorias e Agentes Mercantis (1808-1850)**. 2011. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES, Juliana Diniz Gutierrez. **As práticas de atendimento à infância no município do Rio Grande**: Um recuo ao passado para problematizar o presente. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2015.

BOSENBECKER, Patrícia. **Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2017.

BOTH, Amanda Chiamenti. **A trama que sustentava o Império: Mediação entre as elites locais e o Estado Imperial Brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, Porto Alegre, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. 11ª ed. Campinas, SP: Papius, 2011.

BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português: 1415-1825**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. *In*: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

CHAVES, Larissa Patron. **“Honremos a Pátria!” As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Unidade

Acadêmica de Pesquisa e Pós – Graduação / Programa de Pós – Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2008.

CHAVES, Larissa Patron. Pintura e Sociedade: Retratos de Beneméritos das sociedades Portuguesas de Beneficência e o Patrimônio Cultural no Sul do Brasil. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.4, n. 10, p. 1-13, 2014.

COSTA, Luiz Domingos; GOUVÊA, Julio Cesar. Elites e Historiografia: Questões teóricas e metodológicas. **Revista Sociol. Polít**, Curitiba, 28, p.251-255, jun. 2007.
HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

EICHOLZ, Josué. **Elites locais e caridade: Estudo sobre os benfeitores do Asilo de Mendigos e do Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas - RS (1880-1920)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

ELTZ, Amanda Mensch. **Entre a Gratidão e o Poder: uma coleção de retratos pintados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre**. 2019. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2019.

ENES, Thiago. **De como administrar cidades e governar impérios: almotaçaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745-1808)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFF, 2010.

FERREIRA, Luciana de Moura. **A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza: Acolhimento de enfermos e educação para a saúde pública (1861-1889)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação Brasileira). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

FLORES, Moacyr. A Casa dos Expostos. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, n. 11 (2), p.49-60, 1985.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 10ª Edição. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editora, 2019.

FRANCO, Renato. **Pobreza e caridade leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa**. 2011. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

KLAFKE, Álvaro Antonio. **O império na província: construção do Estado nacional nas páginas de O propagador da Indústria Rio-grandense-1833-1834**. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2016.

KUNIOCHI, Marcia Naomi; MOLET, Claudia Daiane; THIESEN, Beatriz Valladão. Charqueada e escravidão em Rio Grande. **5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Porto Alegre, maio. 2011.

KUNIOCHI, Marcia Naomi. Comércio e tráfico de escravos no Atlântico Sul. **Sextas Jornadas internacionais Escravidão, economia e população no mundo ibero-americanos (séculos XVIII e XIX)**, Montevideo, 2015.

KUNIOCHI, Marcia Naomi. Ter escravo em Rio Grande. **3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Florianópolis, maio. 2007.

GANDELMAN, Luciana Mendes. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 613-630, 2001.

GANDELMAN, Luciana Mendes. **Mulheres para um império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)**. 2005. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GEREMEK, Bronislaw. **A Piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa**. Tradução de: Maria de Assunção Santos. Lisboa: Terramar, 1995.

GILL, Lorena Almeida. **“Um mal de século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930”**. 2004. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GONÇALVES, Rui Coimbra; SOUSA, Lúcio Rocha de. A Misericórdia de Nagasaki. **Revista de Cultura**, v.14, p. 83-100, 2005.

MANSO, Maria de Deus Beites; SEABRA, Leonor Diaz de. Caridade e Salvação no Império Português: A Misericórdia de Macau. **Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior**, Covilhã, n.5, p. 164-183, 2019.

MANSO, Maria de Deus Beites. **História da Companhia de Jesus em Portugal**. Lisboa: Parsifal, 2016.

MANSO, Maria de Deus Beites. Mujeres en el Brasil colonial: el caso del Recogimiento de la Santa Casa de la Misericordia de Bahía a través de la depositada Teresa de Jesús *In*: LORETO LÓPEZ, Rosalva; VIFORCOS MARINAS, Maria Isabel (org.). **Historias compartidas. Religiosidad y reclusión femenina en España, Portugal y América. Siglos XVI-XIX**. León: Universidad de León; Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2007, p. 339-365.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

MATIAS, Ana Cristina Pinto. Francisco Xavier Ferreira e o início da imprensa no extremo sul. **Mafuá**, Florianópolis, n. 12, 2010.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes Visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p.11-36, 2003.

MENEZES, Paulo Roberto de Jesus. **Quem não é visto não é lembrado. Produção e difusão do conhecimento histórico nas galerias ilustradas no Brasil do século XIX (1800-1860)**. 2016. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MONTEIRO, Antenor de Oliveira. **Rebuscos – Cousas e Factos da Cidade: Cemitérios**. Jornal O tempo, 16 julho 1935.

MONTEIRO, Lorena. Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 25-32, 2009.

MUNHOZ, Cláudia Simone de Freitas. **A Associação Comercial do Rio Grande de 1844 a 1852: Interesses e atuação representativa do setor mercantil**. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2003.

NASCIMENTO. Mara Regina. **Irmandades leigas em Porto Alegre: Práticas funerárias e experiência urbana séculos XVIII-XIX**. Tese. Porto Alegre, 2006.

NUNES, Douglas da Silva. **Espaço dos vivos, espaço dos mortos: transformações das atitudes perante a morte na cidade do Rio Grande/RS do século XIX**. 2022. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

PREFEITURA DE RIO GRANDE. riogrande.rs.gov.br, 2022. Fototeca. Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/fototeca/>. Acesso em: 22 mar.2022.

ROCHA, Leila Alves. **Caridade e Poder: A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1871-1889)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Política e História Econômica, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2005.

RODRIGUES, Sued de Oliveira. **A Santa Casa do Rio Grande: a saga da Misericórdia**. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade do Rio Grande, 1985.

RUSSELL-WOOD, Anthony JR. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **As Misericórdias portuguesas, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **O regresso dos mortos: os doadores da Misericórdia do Porto e a expansão oceânica (séculos XVI-XVII)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, 331p.

SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antónia. **História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS, 1987.

SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de busca da liberdade: Alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX**. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2008.

SEABRA, Isabel Leonor da Silva Diaz de. **A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX)**. Porto: Universidade do Porto, 2011.

SEABRA, Isabel Leonor da Silva Diaz de. **A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX): Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio**. 2006. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2006.

SILVA, Geovana. Assistência e Poder: Os provedores da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. **Revista Em Debate**, Rio de Janeiro, RJ, fascículo nº8, p. 1-11, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=14408@1>. Acesso em: 15 set. 2024.

SILVA, Helena da. "O Porto e a construção da cidade moderna: o caso do Hospital Geral de Santo António (séculos XVIII-XIX)", **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 21, n.2, p. 709-725, 2014.

SILVA, Joaquim Candeias da. Em busca das origens das Misericórdias em geral e da Santa Casa do Fundão em particular. **Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior**, Covilhã, n. 5, p. 47-67, 2019.

SOUSA, Ivo Carneiro. A Misericórdia de Macau: caridade, poder e mercado nupcial. **Cultural Studies Review**, n.14, p.26-41, 2005.

SOUSA, Ivo Carneiro. **A Rainha D. Leonor (1458-1525)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

SOUZA, Lais Viena de. **Missionários do corpo e da alma: Assistência, saberes e práticas de cura nas missões, colégios e hospitais da Companhia de Jesus (Goa e Bahia, 1542-1622)**. 2018. Tese (Doutorado em História). Instituto de investigação e formação avançada, Universidade de Évora, 2018.

STONE, Lawrence. *Prosopografia*. **Rev. Sociol. Polít**, Curitiba, v.19, n.39, p.115-137, 2011.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das Irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c.1847-c.1891**. 2014. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TORRES, Luiz Henrique. A Casa da Roda dos Expostos na cidade do Rio Grande. **Biblos**, Rio Grande, 20, p. 103-116, 2006.

TORRES, Luiz Henrique. A morte é o centro das atenções: o regimento do cemitério extramuros (1859). **Biblos**. V. 19, p.127-133, 2006.

TORRES, Luiz Henrique. Cronologia básica da História da cidade do Rio Grande (1737-1947). **Biblos**, Rio Grande, 22 (2), p. 9-18, 2008.

TORRES, Luiz Henrique. **História do Município do Rio Grande: fundamentos**. Rio Grande: Pluscom Editora, 2015.

TORRES, Luiz Henrique. Michael Mulhall e a cidade do Rio Grande em 1871. **Biblos**, Rio Grande, 17, p.49-61, 2005.

VARGAS, Jonas Moreira. **Os Barões do charque e suas fortunas. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. 2013. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro– UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

Anexos



Azulejo com a identificação da rua que abrigou o primeiro prédio da Santa Casa de Misericórdia, atual Rua Coronel Sampaio, nº38

Fonte: Pesquisador, 2023

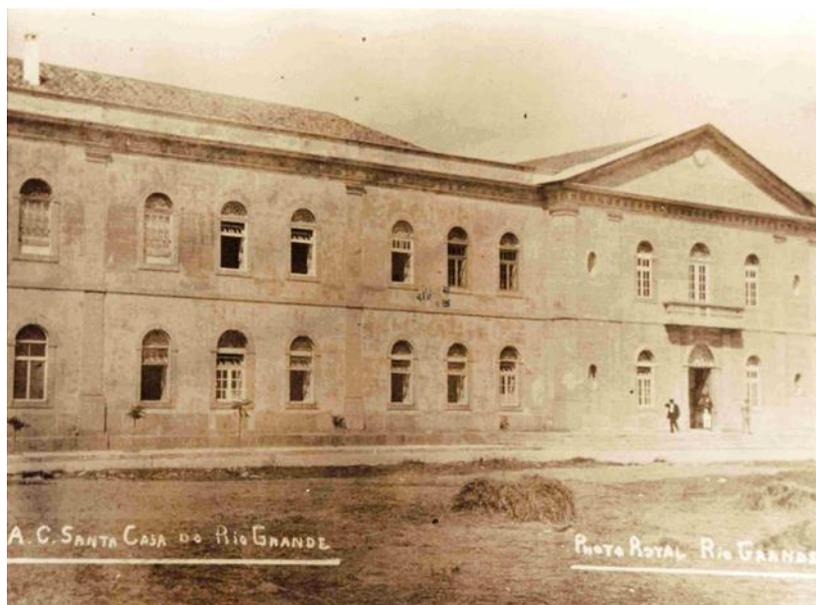


Rodrigo Fernandes Duarte – Fundador da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande
Fonte: *Diário de Rio Grande* – 15/08/1898

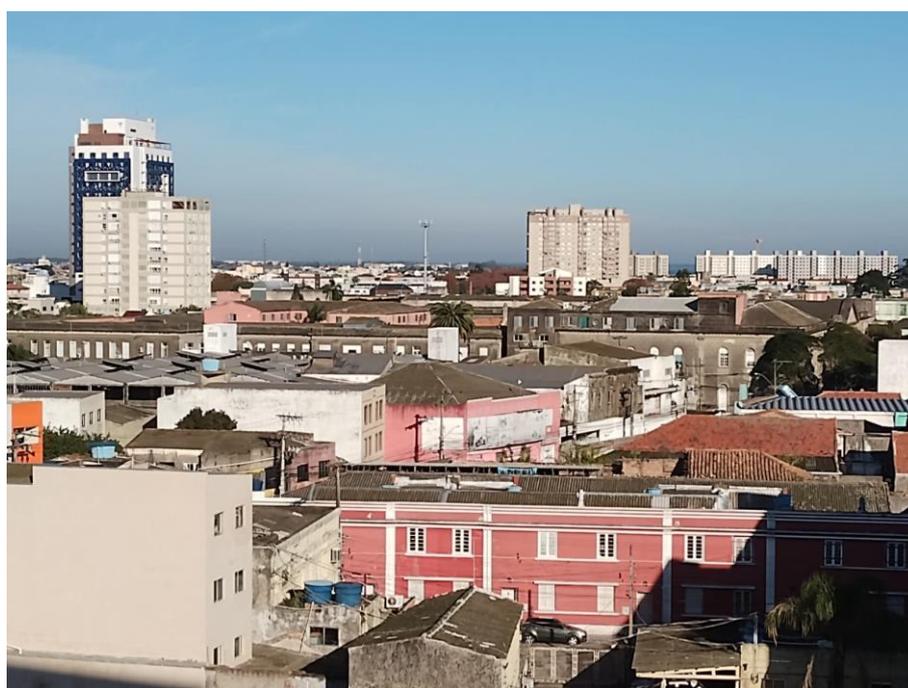


Busto de Rodrigo Fernandes Duarte – Fundador da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

Fonte: Pesquisador, 2024, dependências da Santa Casa de Rio Grande.



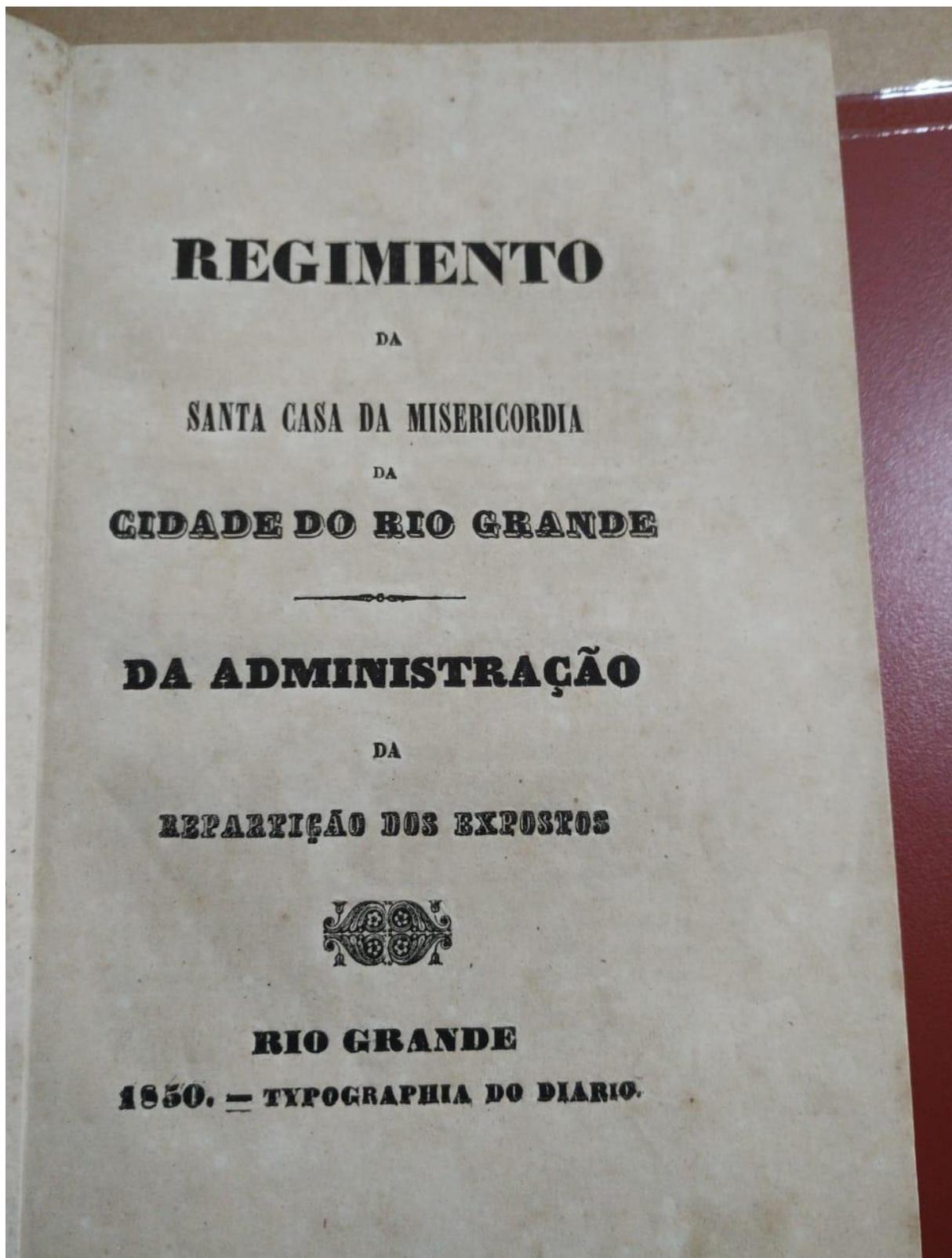
Fachada frontal da Santa Casa de Rio Grande – Data desconhecida.
Fonte: Fototeca Municipal Ricardo Giovannini



Vista da Santa Casa de Rio Grande (local onde há uma palmeira) a partir do 8º andar do Hotel Swan
Fonte: Pesquisador, 2023



Parte do prédio da Santa Casa, onde se observa a Palmeira, e a Lagoa dos Patos a direita
Fonte: Pesquisador, 2023



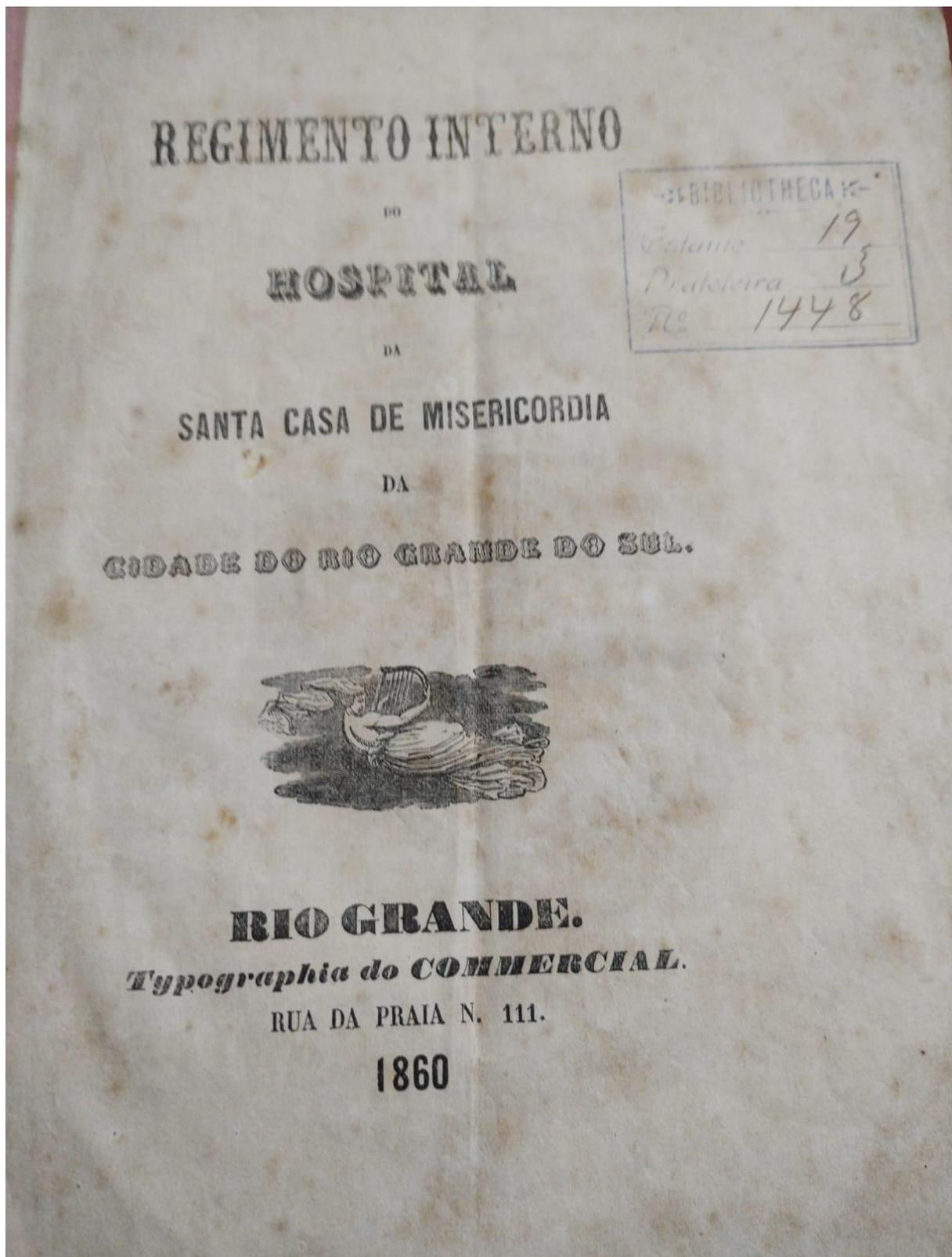
Regimento da Repartição dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

Fonte: CDH - FURG

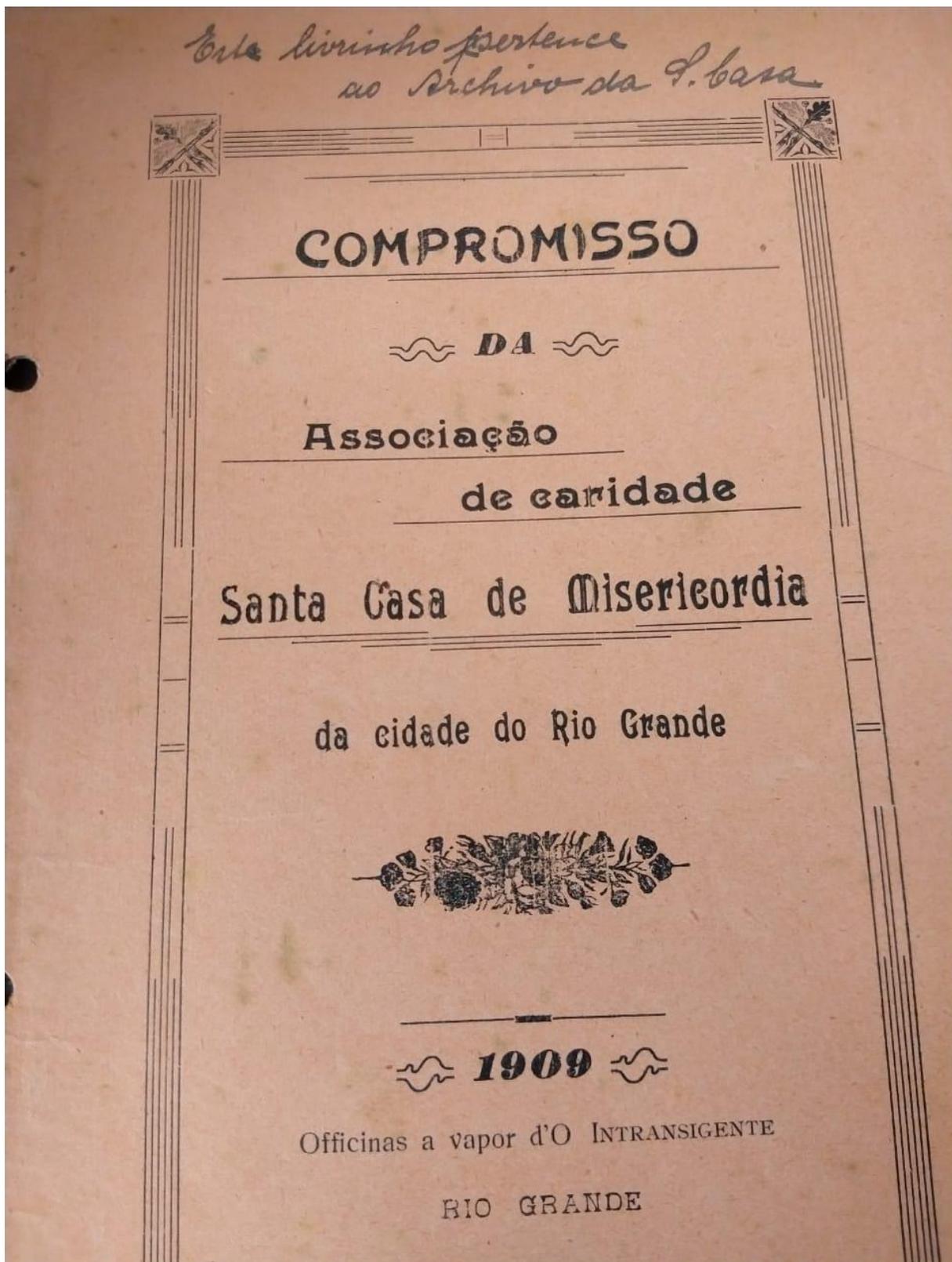
REGIMENTO
DO
CEMITERIO GERAL Á CARGO
DA
SANTA CASA DE MISERICORDIA
DA
CIDADE DO RIO GRANDE.
Aprovado pela lei provincial n. 445 de 21 de
dezembro de 1859.



RIO GRANDE.
Typ, do DIARIO, de Antonio Estevão.
1860.

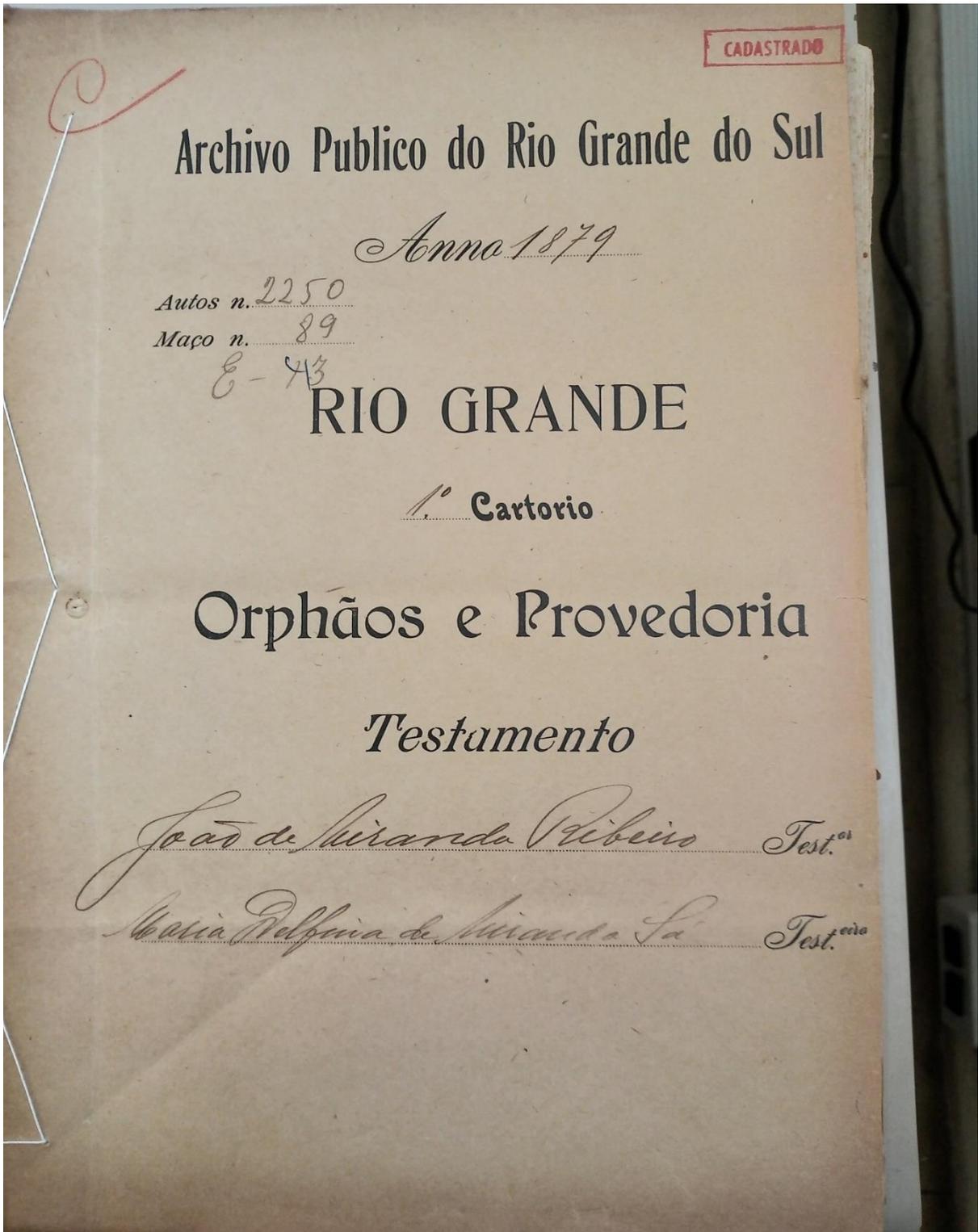


Capa do Regimento Interno do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande
Fonte: CDH - FURG



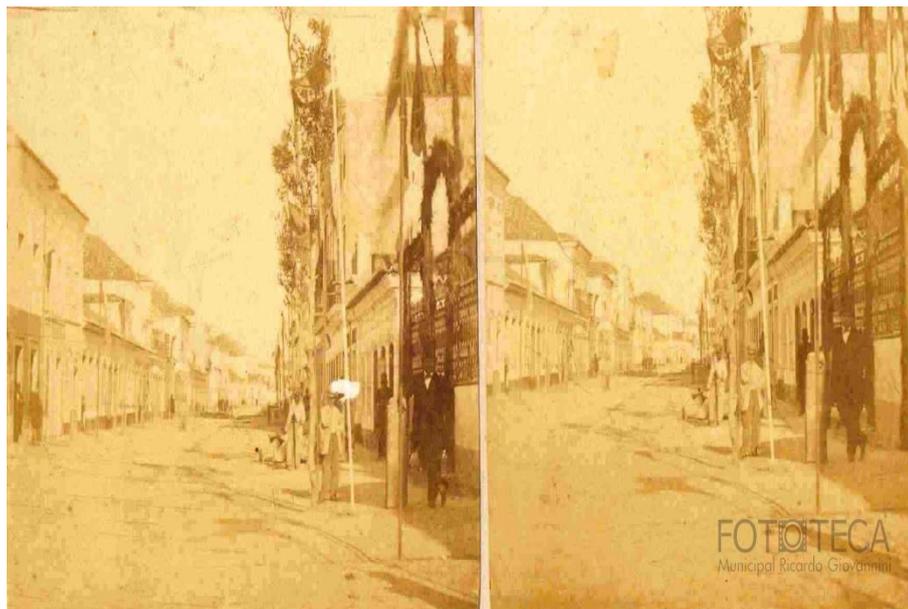
Capa do Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

Fonte: AHSCRG



Capa do Testamento de João de Miranda Ribeiro, Provedor e Benfeitor da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

Fonte: APERS



Rio Grande - 1860

Fonte: Fototeca Municipal Ricardo Giovannini



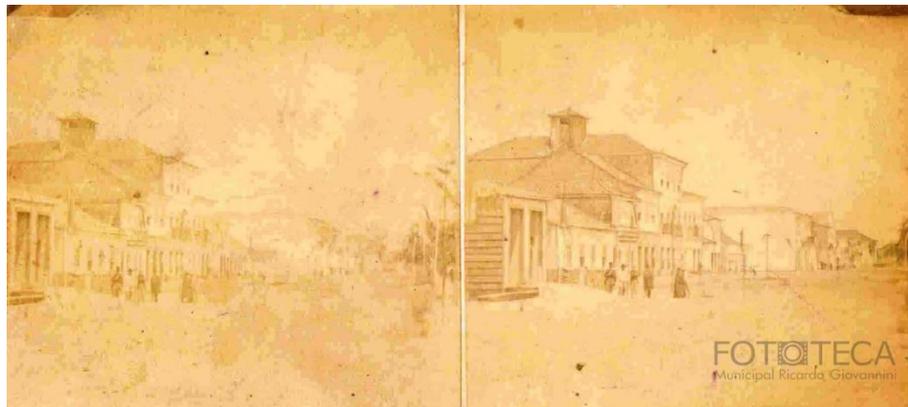
Rio Grande - 1870

Fonte: Fototeca Municipal Ricardo Giovannini



Rio Grande - 1870

Fonte: Fototeca Municipal Ricardo Giovannini



Rio Grande - 1870

Fonte: Fototeca Municipal Ricardo Giovannini



Praça Tamandaré e ao fundo rua General Neto – 1885/1890 (aproximadamente)

Fonte: Fototeca Municipal Ricardo Giovannini



Praça 7 de Setembro – Rio Grande (local onde no século XIX havia um chafariz que fornecia água potável para consumo da população)

Fonte: Pesquisador, 2023



TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Josué Eicholz, matrícula nº 20103404 – 8053 declaro para todos os fins que o texto em forma de () Dissertação de mestrado ou (X) Tese de Doutorado, intitulado Assistência e elites no extremo sul do Brasil: a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1835-1909), é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 11 de dezembro de 2024.


ASSINATURA